

Jornalismo e Literatura:

aventuras da memória

AMANDA BITTAR • ANA BEATRIZ MAGALHÃES • ANA CAROLINA RUAS LACOMBE •
BRUNA RENATA CAVALCANTE DE BARROS • CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA • CREMILDA
MEDINA • DÁCIO RENAULT DA SILVA • DAVID RENAULT DA SILVA • DIONE OLIVEIRA
MOURA • ELEN CRISTINA GERALDES • ELSA COSTA E SILVA • FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
• FRANCISCO DE ASSIS • GABRIEL RIBEIRO MARTINS • GUILHERME TAVARES DA COSTA •
JULIANA CÉSAR NUNES • LEONARDO MOTA • LUCIANA AMARAL TEIXEIRA ALVES • LUÍSA
MONTENEGRO • MADALENA OLIVEIRA • MARIA JANDYRA CAVALCANTI CUNHA • PEDRO
PAULO GOMES ALVES • ROGÉRIO BORGES • SÉRGIO DAYRELL PORTO • SINVAL MEDINA •
THAÍŠ DE MENDONÇA JORGE • VERÔNICA FIGUEIREDO • ZÉLIA LEAL ADGHIRNI

ORGANIZADORES:

DIONE OLIVEIRA MOURA • ELEN CRISTINA GERALDES • FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
MADALENA OLIVEIRA • ZÉLIA LEAL ADGHIRNI

Jornalismo e Literatura:

aventuras da memória. memória memória

AMANDA BITTAR • ANA BEATRIZ MAGALHÃES • ANA CAROLINA RUAS LACOMBE •
BRUNA RENATA CAVALCANTE DE BARROS • CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA • CREMILDA
MEDINA • DÁCIO RENAULT DA SILVA • DAVID RENAULT DA SILVA • DIONE OLIVEIRA
MOURA • ELEN CRISTINA GERALDES • ELSA COSTA E SILVA • FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
• FRANCISCO DE ASSIS • GABRIEL RIBEIRO MARTINS • GUILHERME TAVARES DA COSTA •
JULIANA CÉSAR NUNES • LEONARDO MOTA • LUCIANA AMARAL TEIXEIRA ALVES • LUÍSA
MONTENEGRO • MADALENA OLIVEIRA • MARIA JANDYRA CAVALCANTI CUNHA • PEDRO
PAULO GOMES ALVES • ROGÉRIO BORGES • SÉRGIO DAYRELL PORTO • SINVAL MEDINA •
THAÍS DE MENDONÇA JORGE • VERÔNICA FIGUEIREDO • ZÉLIA LEAL ADGHIRNI

ORGANIZADORES:

DIONE OLIVEIRA MOURA • ELEN CRISTINA GERALDES • FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
MADALENA OLIVEIRA • ZÉLIA LEAL ADGHIRNI

Título: Jornalismo e Literatura: Aventuras da Memória

**Organização: Dione Oliveira Moura, Elen Cristina Geraldês,
Fábio Pereira, Madalena Oliveira, Zélia Leal Adghirni**

Capa: Gabriel Ribeiro Martins

**Edição: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da
Universidade do Minho
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília**

Impressão: Novembro de 2014

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-989-8600-08-0

Gráfica: Gráfica Coronário

SIG Quadra 6 nº 2340/70 - Brasília/DF

CEP: 70610-460

Telefone: +55 (61) 3038-1012 | Fax: +55 (61) 3038-1050

© Todos os direitos reservados

Prefácio

Flávio Tavares*

Tudo é memória. O raciocínio, a observação que nos conduz a comparar, deduzir, tirar ilações e, com elas, penetrar no velho e descobrir o novo, tudo, enfim, provém do exercício da memória. Em minha breve passagem pela UnB (até que dela fosse expulso pela ditadura no final de 1965), lecionei uma disciplina – História da Imprensa e da Opinião Pública – que buscava estabelecer os vínculos sociais entre passado e presente para, com eles, vislumbrar o futuro. Sim, pois de nada serve a informação se não nos situar no presente para indicar os caminhos do amanhã.

Pertencço à geração que, nos anos 1960, optou pelo jornalismo não só como profissão vocacional por “gostar de escrever”, mas também para ajudar a transformar o mundo. Eram tempos de utopia, das reformas e revoluções sociais e nada é mais diretamente revolucionário, ou transformador, do que a informação. Hoje, esta visão não existe sequer na política, que seria a atividade típica de transformação do mundo. No entanto, o advento arrebatador do rádio e da TV e, nos anos recentes, do computador e da internet, multiplicou o poder da informação e sua capacidade de penetração na sociedade ou em cada um de nós.

Este é o ponto de partida para entender os 13 ensaios que integram este livro e confluem nas “aventuras da memória”, com núcleo no significado do jornalismo como forma literária, ou como “literatura”. A expressão “jornalismo literário” sempre me pareceu

redundante ou oca, até, pois escrever (seja onde for) é escrever bem. Dizer que fulano é “ótimo repórter mas não sabe escrever” é tão falacioso quanto elogiar um médico que receita remédios sem saber diagnosticar. Hoje, porém, quando viceja uma literatura não-literária, mal escrita e vulgar, a expressão tornou-se corrente para definir “o bom” jornalismo, escrito com precisão de estilo no conteúdo e forma, do “mau” jornalismo, que apenas armazena dados ou frases.

Abandonei o cáustico dia a dia do jornalismo no início de 1999 e, desde então, me dedico à memória daquilo que o jornalismo e a militância política me impregnaram. Sem o pretender nem saber, em meus livros memorialísticos levei à prática algumas das ideias que os ensaios que aqui se publicam dissecam e estudam.

Com eles, é possível avaliar ou entender qual o fim do jornalismo ou da informação em si, a que serve e a que se destina. Deve participar da formação da sociedade, conscientizar os cidadãos e defender a vida e o planeta? Ou, ser apenas outro objeto vulgar de consumo, um elemento a mais para divertir e estupidificar multidões, sejam as baboseiras explícitas do Big Brother Brasil na TV ou uma crônica picante e sem sentido nos jornais?

Já que tudo é memória, decidamos a partir do que este livro nos leva a pensar e meditar!

*Professor aposentado da Universidade de Brasília, Flávio Tavares (RS, 1934) é autor dos livros “Memórias do Esquecimento” e “O dia em que Getúlio matou Allende”, entre outros.

Criador da assinatura coletiva ou artífice do diálogo social

Cremilda Medina¹

Na edição de *O Estado de S. Paulo* de 14 de abril de 2011, colhem-se três exemplos de autoria na comunicação social e, em particular, no jornalismo: José Serra, o ex-governador de São Paulo e candidato à presidência derrotado em 2010, define de modo preciso, numa entrevista, a colaboração ao jornal iniciada nessa data. No mesmo dia, Demétrio Magnoli, articulista do *Estado*, analisa vários diagnósticos sobre o assassino-suicida da tragédia na Escola Tasso da Silveira em Realengo. E uma nota da América Latina dá conta do racismo que se manifesta na internet contra o então candidato à presidência do Peru, Ollanta Humala. Os três casos oferecem subsídios à reflexão que situa, na contemporaneidade, os descendentes da livre expressão.

¹ **Cremilda Medina** é jornalista, pesquisadora e professora titular da Universidade de São Paulo, publicou quatorze livros e organizou 50 coletâneas que registram discussões interdisciplinares sobre os desafios contemporâneos. No âmbito disciplinar, dedica-se à reflexão e à prática da dialogia nas sociedades democráticas contemporâneas. Sua mais recente obra, *Ciência e Jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos* (São Paulo, Summus Editorial, 2008), aborda a mudança do paradigma da divulgação para o paradigma relacional.

Eu ainda acredito muito no poder da razão, das ideias, do conhecimento, na importância da persuasão. (...) Meus artigos serão engajados: ideias, conhecimento, esforço de persuasão. José Serra

“De onde saiu este cara?” (Indagação do motorista de ônibus Gérson da Silva, padrinho de uma das vítimas, Laryssa, a respeito do assassino das doze crianças na escola Realengo, Estado do Rio de Janeiro.) “(...) A indagação de Gérson da Silva não tem uma resposta, mas muitas, que são conjeturas.” Demétrio Magnoli

Após o primeiro turno das eleições peruanas, racismo – um dos maiores tabus do país – ganhou espaço na internet. Em redes sociais, como o Facebook e o Twitter, comentários preconceituosos multiplicaram-se contra o nacionalista Ollanta Humala que enfrenta no segundo turno a deputada Keiko Fujimore, de origem japonesa. Em uma página do Facebook intitulada ‘Não a Ollanta Humala’, internautas chamam o candidato de ‘animal’ e ‘alfabeto’. No Twitter, usuários referem-se pejorativamente à origem do candidato nacionalista. Notícia publicada no caderno Internacional, pág. 23, do jornal O Estado, 14 de abril de 2011.

Não há dúvida de que os dois articulistas representam a herança da *opinião*, que se expressa como assinatura individualizada em espaços de colaboração, nos editoriais ou em resenhas críticas das mídias tradicionais. Representam também a liberdade de expressão vocalizada com vigor nas tribunas das revoluções liberais do século XVIII e até hoje sujeita a conflitos nos Estados autoritários que se regem pelo direito absoluto da informação. Já na internet, libera-se, praticamente sem freios (que só persistem em sociedades extremamente controladas), o

amplo circuito das vozes cujos juízos de valor não têm limites. Há, no entanto, sutis diferenças no campo simbólico destas *opiniões*.

José Serra se apresenta como um autor iluminista cujo conhecimento racional, em geral proveniente do saber acadêmico, *deve construir a argumentação*. Em sua primeira colaboração ao jornal paulista descreve os “negócios da China”, aproveitando a visita da presidente Dilma a esse país. Embora a opinião se proponha apartidária e o comentário esteja amparado por fatos político-econômicos, quer demonstrar a tese de um Brasil *neoperiférico* perante o gigantismo chinês. Na entrevista que dá na mesma edição, também lembra a experiência de professor e nela se verifica a clássica posição de *magister dixit*, ou seja, aquele que racionalmente persuade os alunos na transmissão de conhecimentos adquiridos. Sem dúvida, uma autoria que *divulga* a ciência sobre os fatos e apela para a consciência na análise da contemporaneidade.

Demétrio Magnoli assume um estilo diferente ao percorrer alguns diagnósticos do massacre na escola: vale-se de fina ironia ao citar políticos que instrumentalizam a situação ao sabor dos interesses ideológicos; traz à discussão pública a voz especializada de psiquiatras e outros analistas da Academia; colhe comentários do senso comum e das autoridades da justiça. Nessa rede de significados sobre um presente doloroso, não omite o choro e comoção coletiva. (Vale lembrar, de passagem, a brilhante manchete - *Doze mortos e 190 milhões de feridos* do jornal *Diário de Pernambuco*, a 8 de abril de 2011.) No conjunto de *opiniões* orquestradas por Magnoli, porém, a voz do articulista não está oculta numa pseudo objetividade descritiva. Ao contrário, ela emerge tanto na competência da articulação de sentidos, quanto no próprio diagnóstico que não se entrega à monocausalidade. Prefere procurar, em meio às causalidades múltiplas, ambiguidades e contradições. Há um constante viés interrogativo que tempera a persuasão ou a adesão a determinada verdade. O autor usa o espaço de opinião para lançar dúvidas.

A notícia da internet sobre as eleições no Peru desnuda os descalabros da acessibilidade tecnológica, a ausência de fronteiras da livre expressão

no mundo digital. Que fazer com o monstro que habita a individualidade nas psicopatias ou nas sociopatias? Uma pergunta que perturba a euforia dos tribunos da comunicação e a platitudo dos neopatas da tecnologia. As sociedades contemporâneas, eufóricas com o desenvolvimento da Era Digital e da livre-expressão, permanecem deficitárias no que tange o Direito Social à Informação, cujo eixo de legitimidade é a mediação autoral responsável, justamente o lugar em que se inscreve o jornalista.

É essa autoria que passo a defender. Não mais a assinatura individual, mas o mediador-autor que se reporta aos acontecimentos do presente. Na internet, em que se exacerba a livre-expressão dos indivíduos, estaria superada a assinatura do repórter que colhe e articula os sentidos coletivos? O mundo das redes telemáticas substituiu pelo personalismo a cultura da comunicação anônima, universo simbólico que provoca o garimpo do repórter na sociedade? Os vasos comunicantes, se auto-regulam, prescindem de comunicadores? Dispensa-se o jornalista – autor que recupera os sentidos do Real com capacidades específicas – éticas, técnicas, estéticas – ou, em resumo, pesquisa em contínuo a linguagem dialógica?

(Neste momento, não me eximo de confessar minha adesão: há cinco décadas, optei por ser repórter, embora a formação acadêmica e o contexto de época me empurrassem para o articulismo, a resenha, a crítica literária ou, quem sabe, o editorialismo. Resisti, graças a misteriosas motivações e permaneci convicta no *locus* da reportagem. Mesmo em funções diretivas em várias etapas profissionais, sempre fugi da burocracia do poder, da claustrofobia do ambiente de edição, para me oxigenar no trânsito social da rua. É natural, pois, que aí tenha ancorado tanto a reflexão quanto a prática da comunicação social. E ainda bem que posso citar 50 coletâneas que organizei e 14 livros de minha autoria – todos atestam o título desta intervenção, a ênfase de um criador cuja narrativa da contemporaneidade reúne múltiplas vozes e múltiplos significados.

Feito o intervalo intimista, retome-se a força da autoria na mediação coletiva. Se ela se torna explícita na opinião assinada no campo das ideias, da persuasão, das interrogações conceituais nas mídias tradicionais ou dos

juízos de valor dos internautas, quero sublinhar a partir de agora a marca de criação do jornalista – diga-se, *repórter* – no processo de interação social. Nos estudos dos jovens pesquisadores da *escrita digital* há também um contingente expressivo que recupera a centralidade do mediador-autor. Este, não importa os suportes tecnológicos da comunicação, cria condições para o diálogo dos diferentes, colhendo e articulando significados, comportamentos, visões de mundo. Diria, como educadora, que não é diverso o que acontece na relação professor-aluno, presencial ou à distância: o *signo da relação* só acontece se o mestre se desfaz do *signo da divulgação*.

Aí é que reside o desafio. Fácil se pronunciar *comunicador social* ou educador. A prática, no entanto, se realiza no modo dogmatizado de distribuir *informações, opiniões, significados unilaterais* para as massas ou para os alunos. No caso específico do jornalismo, seja o indivíduo empregado na empresa de comunicação, na instituição pública, nos grupos sociais organizados ou não organizados, ou na autonomia *on-line*, quase sempre vence a inércia do vetor EU para o Outro objeto. Para fazer jus à semântica de comunicação, substituímos a mecânica da difusão pela dinâmica dialógica, em que emerge um complexo EU-TU, para lembrar Martin Buber. Aí a produção simbólica se confronta com obstáculos que exigem laboratórios epistemológicos e de visão de mundo não desenhados nos tradicionais aprendizados técnicos.

Por isso se impõe a pergunta: o autor de assinatura coletiva nasce feito? Pode ele se formar no espontaneísmo da vivência? Especialistas de áreas como, por exemplo, medicina, química, física, matemática, sociologia, história ou antropologia podem ser recrutados para a reportagem? Quanto a estes profissionais, presume-se que abandonem a voz cantante de suas especialidades e se iniciem ao longo caminho da aprendizagem no Diálogo Social. Quanto aos autodidatas, a questão de fundo é a difícil ruptura entre a monologia reducionista e a complexidade multilógica. O reducionismo mobiliza as explicações epidérmicas do acontecer humano; a sutileza da mente complexa cria estratégias da possível compreensão dos fatos sociais. Tanto o autodidatismo como as técnicas daí originárias

expressam o tom arrogante das explicações definitivas e monocausais, enquanto a humildade compreensiva de um repórter procura articular as contraditórias verdades que se enunciam no mundo à volta.

O comportamento egocêntrico, inerente ao indivíduo isolado do convívio ou até mesmo daquele que circula em sociedade com as perguntas e respostas prontas, ergue naturalmente muros que impedem a dialogia. Daí a necessária experiência de sensibilização perante o coletivo. Ainda não inventaram outra forma mais eficiente e democrática do que a escolarização. A escola do talento individual não abre oportunidades de experiência social. Na universidade, em seu pleno sentido, há no ar, até fora da sala de aula, um convite a reduzir a hipertrofia do virtuosismo individual para se disponibilizar à escuta dos outros. O pleno laboratório de ensino-aprendizagem em grupo contempla a abertura ao diálogo.

Mas há outro flanco que tem sido precioso no projeto de sensibilização coletiva. Costumo cognominá-lo de *Gesto da Arte*. Tanto na graduação disciplinar - formação de jornalistas - quanto na pós-graduação inter e transdisciplinar, o laboratório de imersão na arte dá à linguagem dialógica uma motivação complementar para o trânsito social da reportagem. Os artistas nascem e se inserem permanentemente em um povo, sua marca identitária é intransferível. Daí que o aprendiz da dialogia, ao mergulhar na cultura, por meio do contato com a oratura (que prefiro ao termo oralidade), e na arte, por meio da literatura (lato senso), descobre o encantamento do coletivo. Desse contato flui uma narrativa autoral, inspirada no fértil cruzamento *Povo e Personagem* (título da tese de livre-docência que defendi em 1989).

Novamente chamo o caso concreto para exemplificar: a série *São Paulo de Perfil*, realizada na USP, bem como em outros espaços sociais (Brasília, Salvador e Mococa, cidade do interior de São Paulo) reúne, pela reportagem de 29 edições a partir de 1987, aproximadamente 600 autores. Qualquer um desses mediadores-autores, hoje espalhados pelo mundo - em Barcelona, no interior do Pará, em Manaus, em São Paulo ou no Rio de Janeiro - guarda, na vida profissional já madura, um vínculo de repórter;

esteja ele trabalhando como autônomo ou em empresas de comunicação tradicionais. Ao encontrar um desses jornalistas que conheci na primeira juventude, percebo o brilho de autor numa assinatura coletiva. Uma parte deles volta à universidade para, na pós-graduação, retomarem o laboratório epistemológico e reconstituírem visões de mundo que se desgastam nas rotinas profissionais. De qualquer forma, as narrativas autorais dos fatos contemporâneos guardam ressonâncias da emoção artística: falam da realidade, do povo e seu cotidiano de luta, mas o brilho poético se avizinha das personagens fixadas pela literatura dessa mesma sociedade.

A permeabilidade ao *outro* enquanto projeto de vida implica, pois, na desconstrução dos pré-conceitos, dos dogmas e dos paradigmas estratificados. Todo o santo dia se esbarra com a mente reducionista que, à partida, pré-pauta o mundo. Difícil achar a mente complexa que viaja no processo de construção de pauta, por meio de uma interação criativa na experiência social. A curiosidade descarta as certezas apriorísticas, as travas ideológicas e aciona a busca de múltiplas forças de significação dos fatos, múltiplos modos de ser, múltiplas abstrações no mundo das ideias. Em laboratórios epistemológicos se trabalha com a racionalidade esquemática que a vulgata positivista deixou nas técnicas profissionais. Por outro lado, a atrofia dos cinco sentidos reforça a inércia cerebral. Na inter e transdisciplinaridade de seminários e ensaios de reflexão, o projeto de pesquisa *Saber Plural e a Crise de Paradigmas*, proposta de trabalho a partir de 1989, põe em relevo, entre outras disciplinas, as neurociências. Estas, por sua vez, nos advertem para o risco da inteligência natural se atrofiar diante da complexa aceleração da inteligência artificial.

É a mente consciente, sensibilizada pelos cinco sentidos, que nos faz abertos ao mundo e sua circunstância. Por isso, na reportagem enquanto diálogo social, a observação vai à frente da técnica de entrevista. Se esta já mereceu revisões críticas no jornalismo, pouco se presta atenção no aparato sensível em que se dá o contato com o *outro e o mundo*. Na captação plena, os sentidos se mobilizam para enviar informações preciosas à linguagem dialógica. Da experiência com profissionais da comunicação

e da experiência de formação universitária de jornalistas, diria, de acordo com o psicanalista colombiano Luis Carlos Restrepo, que a observação do repórter entregue ao destino autodidata padece de *analfabetismo afetivo*. Quando circulamos socialmente tendemos a olhar o que nos interessa e ouvir o queremos; não exercemos o faro, nem o paladar, muito menos o toque sensível; disso resulta não uma observação rica e sutil, mas um enquadramento da realidade sem a dinâmica das imagens mentais informadas pelos cinco sentidos. Restrepo alerta para a cultura reducionista que se divorcia dos afetos. O neurocientista português António Damásio descreve, na anatomia cerebral, como *estar afeto a*, o sentimento complexo do mundo, se funda nos sentidos e chega ao cérebro do sapiens na trama neural que se completa na decisão consciente. O que o neurocientista brasileiro Henrique Del Nero define no *sítio da mente* como o agir responsável, ético, resulta do pleno casamento entre o *sentir* e o *pensar*. E para permanecer nas neurociências, vale lembrar também Gill Taylor, *a cientista que curou o próprio cérebro*. Seu testemunho parte da ausência de movimentos e do sofrimento do derrame para mostrar a misteriosa anatomia da viagem do silêncio, da paralisia, ao retorno à vida social.

Entre as várias e preciosas prescrições que Gill Taylor faz a médicos e paramédicos, seleciono apenas uma, a 14^a de quarenta: “Apresente-se ao mundo sinestesticamente. Deixe-me sentir tudo. (Sou uma criança novamente.)” A experiência do repórter passa por aí: estar afeto ao parceiro de História, aproximar-se dele e de seu contexto coletivo com os sentidos-radares capazes de motivar a interação humana no convívio dos diferentes, criar uma paisagem original de trabalho que passa pelos códigos não-verbais e pelo silêncio e chega ao diálogo possível da verbalização. O processo alcança um nível simbólico muito mais abrangente do que uma simples entrevista pré-pautada. Não há termos de comparação.

A noção de interação social criadora vem da pedagogia dos afetos, no encontro entre educador-educando. Verdadeiramente uma epifania que pode ou não ocorrer na escola. Mas ao nos deslocarmos para a tessitura das narrativas da contemporaneidade, a autoria de assinatura coletiva

desqualifica os apriorismos individualistas para se entregar ao processo de autoria partilhada ou conflitiva dos encontros ou estranhamentos sociais, ora aleatórios ora pautados na informação de atualidade. Em qualquer circunstância, a *observação-experiência* (com referência na *observação participante* da antropologia) envolve as falas da entrevista de virtualidades criadoras que estão à margem na técnica Pergunta-Resposta (P-R) tradicional. Ainda que se recorra exclusivamente a conceitos, números, declarações políticas ou juízos de valores em porta-vozes de poderes constituídos, um mediador-autor não se satisfaz com as respostas fechadas a suas perguntas também fechadas. A encenação da entrevista está consagrada e, já se sabe, a prática tradicional anuncia a morte da fluência, da espontaneidade, do mergulho no imaginário ou do afloramento do não-consciente. Na encenação apressada da entrevista desaparece a cena viva motivadora da troca criativa dos sentidos humanos. Noutra pólo, a interação social criadora irrompe no encontro/desencontro, processo e conflito, em que todos os protagonistas da linguagem dialógica se transformam. Assim o signo da educação acontece; assim o signo da comunicação pode acontecer. E esse é o signo da relação, não mais da divulgação ou da difusão. É também o signo da compreensão e não o signo da explicação.

Não se esqueça que ainda há dois momentos culminantes: a narrativa de autor e a circularidade complexa emissor-meio/mensagem-recepção. Recepção, ó céus, é cheia de mistérios. Por mais que se tente sistematizar os estudos da ação receptiva, sempre surgem surpresas com o leitor que se encontra aleatoriamente no caminho e lhe diga, na multidão, *leio seus textos*. Só transitando no mundo, assumindo a *persona* de repórter sensível ao inusitado, é possível viver tal experiência, que culmina em um forte abraço presencial. Haveria aqui oportunidade para relatar achamentos surpreendentes de recepção que remetem mais para a arte da viagem do que para os conceitos de recepção. Nesse campo obscuro das teorias, me sinto alimentada pela experiência do repórter que, em movimento na sociedade, *abraça* a emissão e a recepção no esforço dialógico.

Nesse esforço de observação, de contato sensível e de codificação dos falares e dos gestos, destaca-se também a importância da estética da narrativa, perceptível na arte, na literatura em particular, e que se transpõe para a autoria das narrativas da contemporaneidade. Outro capítulo para laboratórios, para aprendizado contínuo e, ao mesmo tempo, intrinsecamente ligado à dinâmica da reportagem. Ou seja, não há narrativa da contemporaneidade sem reportagem, nem reportagem sem narrativa.

É claro que quando o articulista provém da literatura, a estética se traduz numa narrativa sedutora, em que os fatos humanos vêm em primeiro plano, e conceitos, argumentação e juízos de valor ficam nas entrelinhas. O assassinato das crianças em Realengo deu margem para uma tipologia autoral inesgotável, do editorial aos artigos, comentários e crônicas de ocasião. Mas raros os textos que se valem da ação ou narram os movimentos da cena trágica como o do poeta Ferreira Gullar na *Folha de S. Paulo* de 17 de abril de 2011 (Ilustrada, E8). O casamento, porém, da arte com o jornalismo dá à reportagem as virtualidades poéticas, quebrando os paradigmas da palavra opaca, burocrática que adota as fórmulas e não se permite as formas autorais. O repórter que frui a arte de seu povo, se motiva para descrevê-lo na situação contemporânea com a sutil delicadeza da atemporalidade poética. Se for cúmplice dos parceiros de História, deles colhe a sintaxe e a semântica que lhes dão identidade – outra não é a pesquisa que consome e deleita os escritores.

Rodapé ou sumário da estilística de autor

Embora não possa desenvolver neste texto a proposta da estilística de autor, objeto de outros estudos bibliográficos, de leituras culturais e de experimentos laboratoriais na disciplina acadêmica *Narrativas da contemporaneidade*, faz-se necessária a articulação dos apontamentos anteriores quanto à visão de mundo, noções epistemológicas, dialogia ao captar significados, comportamentos, diagnósticos/prognósticos do protagonismo social e o ato culminante da codificação em uma narrativa.

Uma das diferenças estilísticas da reportagem em relação à assinatura do artigo, comentário, editorial ou *pitacos* da livre expressão nas infovias, se traduz no texto *polifônico e polissêmico*. Há uma competência técnica (racionalidade complexa), uma sensibilidade ética (cumplicidade afetiva) e originalidade estética (marca de autor) ao orquestrar múltiplas e dissonantes vozes, bem como ao *editar* a pluralidade conflitiva de significados. Já escrevi sobre a personalidade do jornalista como leitor cultural dos acontecimentos contemporâneos. O exercício dessa virtualidade faz dele um produtor de sentidos, um agente da produção simbólica de seu tempo.

Assim, ao se deslocar do EU autoral para a alteridade captada no contexto coletivo do presente, a narrativa da reportagem se defronta com múltiplas vozes, múltiplos comportamentos, múltiplos e sempre contraditórios significados. Nesse caos aparentemente indecifrável, a estilística do criador da assinatura coletiva se perde e se acha na inquietude, sem âncoras engessadas nas fórmulas da gramática do jornalismo. Ou melhor, a estética inovadora *ensaia uma narrativa*, ato criador de autoria ou prazer estético de *escrever* um cosmos. Aí se funda *sua* assinatura, cuja batuta rege, tal qual o maestro, a sinfonia social e o imaginário coletivo. As forças simbólicas que aí se cruzam diferem das ideologias reducionistas, das certezas e dogmas estabelecidos ou dos juízos de valor à queima roupa.

O signo da relação, pesquisa recorrente na minha trajetória, se alimenta, acima de tudo, na dinâmica processual de três forças simbólicas, reinterpretação que desenvolvi há décadas inspirada na teoria do belga Jean Lohisse. A polissemia se faz presente, em primeiro lugar, nos sentidos do poder (qualquer forma de poder) e se pretendem determinantes – ou seja, a imposição dos *lidertipos*; mas travam uma luta nem sempre vitoriosa nos embates das culturas – a dinâmica dos *osmotipos*; e quer se queira ou não no âmbito da consciência, o processo simbólico é pressionado pelos valores universais do humano ser – a subjetividade dos *arquétipos*. As práticas profissionais priorizam os lidertipos, não atentam para a osmose cultural e, muitas vezes, sem pauta explícita, se deixam tomar pela arquitepia humana, porque esta atravessa corações e mentes

como, por exemplo, o assassinato de crianças ou o ato patológico de jogar um recém-nascido no lixo.

O laboratório da narrativa se reencanta nessas descobertas e gradualmente o pulso autoral se motiva no mergulho do complexo coletivo para daí extrair uma assinatura polifônica e polissêmica. A arte de tecer o presente se constrói sob a regência da autoria, uma textura compósita de valores universais, trocas culturais e desconfiança perante os significados hierarquicamente impostos pelas fontes oficiais. A versão técnica de ouvir *um a favor e outro contra* é uma caricatura que exige desmascaramento. O mundo não é nem dicotômico nem monológico. Mire-se, outra vez, o *gesto da arte*. Nessa experiência, encontra-se a sutileza que sacode reducionismos e revela ambiguidades do humano. Basta fruir (não analisar) o protagonismo das personagens literárias, a trama incerta e não sabida de um romance ou de um poema; ou afundar no subtexto de uma obra cinematográfica; ou se embalar no imprevisível da música; ou se emocionar no teatro; ou deslizar nas metáforas das artes plásticas.

Cúmplice no *gesto da arte*, o leitor cultural, o jornalista, se torna afeto ao povo que o circunda, à cena dramática do cotidiano (como já escrevi, forma-se uma aliança entre *povo e personagem*). O vigor da narrativa ficcional pode perfeitamente migrar para as narrativas da contemporaneidade. As fronteiras estilísticas se borram, apenas subsiste, no jornalismo, a concretude do acontecimento do presente e do protagonista social, com identidade registrada, diante da trama atemporal da literatura e de suas *personagens compósitas*, como diria Marguerite Yourcenar ao apresentar o imperador romano em seu romance *Memórias de Adriano*.

O jornalismo de autor, ou melhor, a reportagem da cena social, do real simbolicamente presentificado, exige virtuosismo semelhante ao da arte. Vale a pena registrar uma rápida sinopse de algumas das habilidades a serem cultivadas no laboratório das narrativas da contemporaneidade. A começar, a concepção de narrador que, diferentemente do autor, não está no domínio da realidade (pessoa concreta) e sim, constitui uma instância literária. Na estilística contemporânea, cuja matriz teórica provém da

narratologia, este já é um fato consumado. Autor, personalidade real; narrador, criação literária de quem conta uma história, apresenta uma situação, fala pela voz dos protagonistas da cena. Tem sido muito rica, nos laboratórios de narrativas da contemporaneidade, a experimentação de múltiplos narradores. Tal descentralização do Autor não corresponde a ênfases formalistas, mas responde ao esforço *democrático* de sair do EU para se fundir no TU e nele apreender a sua fala, seu gesto, sua maneira de ser.

A terceira pessoa da prática jornalística tradicional não é então uma camisa de força, mesmo porque constitui a ilusão do relato imparcial e objetivo. Já o *narrador mutante* encontra sintonias, identificações que traduzem as vozes que compõem assinatura coletiva. (E não me venham que a cartilha, os manuais, as gramáticas não permitem essa atitude estilística. Em dez anos no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1975 a 1985, os profissionais e eu, numa editoria que liderei, experimentamos múltiplos narradores e nunca houve qualquer cerceamento por parte de chefes conservadores que exigissem a terceira pessoa “objetiva” do jornalismo.) O narrador mutante, que assume várias pessoas verbais, não exclusivamente a impessoalidade da terceira, leva o autor à pesquisa das falas vivas, um universo de encantamento que os escritores de ficção desfrutam na oficina literária. Se o jornalista é de fato um leitor cultural da contemporaneidade, como pode prescindir da vivacidade da oratura para se fechar em códigos assépticos e estandartizados?

O retorno da leitura dos primeiros exemplares da série *São Paulo de Perfil* nas escolas públicas de segundo grau da capital trouxe ao projeto de pesquisa, *Diálogo Social*, subsídios preciosos. Constata-se nas observações dos leitores que o principal flanco da narrativa é a *cena viva*, ou seja, a estilística de reencenar simbolicamente na reportagem os movimentos da ação coletiva. Afinal, como dizem os norte-americanos, a reportagem se traduz numa *story*. Mais um ponto de contato com a narrativa artística da literatura, do cinema, do teatro – contar uma estória humana, meio caminho andado para se comunicar. As estáticas descrições, povoadas por números, gráficos, conceitos abstratos não *seduzem* o leitor. Este

se amarra na cumplicidade da ação, da aventura humana do real ao imaginário, como diria Milton Greco.

Está certo, não sejamos radicais. Sinopses informativas são necessárias ao jornalismo como nos livros didáticos ou científicos, mas a *story* representa o mundo vivo em que as pessoas se movimentam. Afinal o que caracteriza a saga humana do nascimento à morte? Nessa viagem, a força da palavra poética se impõe perante a palavra conceitual. A narrativa dá conta das lutas da vida, seja no viés trágico ou no viés cômico, enquanto os relatos áridos do *realizou-se ontem* congelam a ação da sobrevivência. (Não é por acaso que tenho intercalado narrativas ou contados histórias no meio de meus três livros mais recentes que discorrem sobre noções epistemológicas.) Reportagens de guerra como as contemporâneas na Líbia só fazem História no Jornalismo se trouxerem a marca narrativa de autor ao criar cenas e protagonistas da ação coletiva.

A palavra poética traz à pauta laboratorial uma agenda de pesquisa: para narrar o Outro e sua Circunstância, é preciso *passar além da dor*, lembrando Pessoa. Neste caso, a metáfora da dor seria o despojamento da segurança oferecida pela gramática da *enunciação jornalística*. O criador da assinatura polifônica e polissêmica se projeta, sem rede de proteção, à escuta do *modo de ser, modizer* (título de minha tese de doutorado, em 1986) dos que nos cercam nas suas diferentes identidades culturais. Não há como se despir de dogmatismos e criar literariamente narradores descentralizados, se não se pesquisam falares, comportamentos, visões de mundo, imaginários que em muito ultrapassam a impessoalidade declaratória da *fonte de informação tradicional*, quase sempre identificada com as fontes oficiais, como atestam inúmeras pesquisas.

A insistência se faz necessária: vamos à literatura e aí encontramos a assinatura cultural explícita na poética da linguagem. Como pasteurizar o modo de dizer, que expressa o modo de ser, das culturas? Os artistas brasileiros, por exemplo, afirmaram, ao longo dos séculos, a beleza inconfundível da linguagem literária, inspirada na oratura do povo e transcrita na própria sintaxe, na semântica, nas ousadias morfológicas.

(Observação à margem: eles não cometem o equívoco de alterar a representação gráfica dos fonemas, pois qualquer mudança ortográfica se decide em consensos históricos.) No jornalismo, sempre que se encontra um texto, não importa o código predominante, iluminado pelo modo de ser e, portanto, modo de dizer brasileiro, guarda-se na memória das peças de autoria. Em qualquer mídia – impressa, eletrônica ou *on line* – o criador dessa assinatura deixa o terreno do labor fugaz para irradiar a aura da estrela candente.

Tais virtudes, acrescidas do rigor nas sinopses informativas e dos diagnósticos e prognósticos dos especialistas formam um mural do presente que dá à reportagem o estatuto de coluna vertebral da narrativa polifônica e polissêmica. Sem menosprezar o quadro conceitual de fundo de artigos, comentários, críticas, resenhas ou editoriais, é no ato de reportar que se percebe a circunstância presente, passível de tratamentos analíticos. Nunca esqueço de citar o ineditismo da atitude do sociólogo Lúcio Kowarick (USP), quando convidado a escrever um artigo sobre a periferia paulistana para compor livro *À margem do Ipiranga* (nº8 da série *São Paulo de Perfil*), pediu para ler antes as reportagens já realizadas. Com isso, ele alegou se impregnar do protagonismo e do contexto dos pontos extremos da cidade, para então propor sua análise, intitulada “Periferias e subcidadanias”. E mais: no corpo conceitual da análise, o cientista social inseriu falas vivas retiradas das reportagens.

Cabe, pois, ao repórter cultivar a abrangência do mundo vivo que capta na reportagem, reencenada na narrativa, e nesse contexto acrescentar a conceituação dos analistas, colhida em geral pela técnica da entrevista. Se possível, a interpretação jornalística une a simbolização da ação social e um mundo das ideias ou das mensurações estatísticas. A poética da interpretação se enriquece, ao compará-la com a opinião individualizada. O protagonismo humano e histórias de vida, contexto coletivo, raízes histórico-culturais e diagnósticos/prognósticos dos especialistas comparecem à *arte de tecer o presente* ou a reportagem assinada por um vocalizador-articulador da voz coletiva. A narrativa da

contemporaneidade se mostra então fértil na racionalidade complexa, irrigada pela sensibilidade ética e a inovação estética. Há espaço na montagem simbólica, cuja luz central se irradia das histórias humanas, com ênfase nos anônimos e no cotidiano, para o contexto regido por forças de poder econômico, político, cultural e analisado pelos especialistas. No painel da assinatura coletiva, o autor da reportagem polifônica e polissêmica traz à tessitura de seu narrar a pesquisa sistematizada de informações para alimentar a costura de nexos – enfim, a *interpretação* ensaiada no esforço de compreensão do acontecimento do presente.

Tem sido fundamental neste laboratório o convívio interdisciplinar da pesquisa *Saber Plural e a Crise de Paradigmas*, a partir de 1990. Consta-se, nos seminários, que os dilemas de paradigmas e visão de mundo dos comunicadores nada têm de diferentes dos desafios dos médicos, dos químicos ou dos educadores, só para citar alguns exemplos. Daí ser oportuno que os estudiosos da comunicação *coordenem* a reflexão interdisciplinar e retornem à sua disciplina, a *linguagem dialógica*, com munição reforçada. Das grandes questões debatidas com os pares do Saber Plural, extrai-se um aprendizado maiúsculo: a emergência da relação sujeito-sujeito, no lugar da autoritária *relação sujeito-objeto*. Haverá laboratórioepistemológico mais contundente para atuar na *dialogia social*?

No fundo, porém, não há garantia definitiva nos saberes científicos. Os físicos ou os neurocientistas trazem à mesa de discussões epistemológicas, encenadas nesses seminários, a *epifania do mistério e da incerteza*. Ou como resumir racionalmente o grande e movediço terreno do mistério e da incerteza no imaginário coletivo e sua representação na estilística do Autor? Nenhuma segurança técnica, nenhuma tecnologia avançada, nenhuma intenção política resguarda a busca eticamente solidária da assinatura coletiva. Mas estudar com engenho e arte esse processo na oficina pedagógica de cinco décadas tem sido altamente compensador.

São Paulo, 21 de abril de 2011

Referências

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação, comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

KÜNSCH, Dimas A. Teoria compreensiva da comunicação, in KÜNSCH, Dimas A. (org.). **Comunicação, arte ou ciência?** São Paulo: Editora Plêiade, 2008.

MEDINA. Cremilda. **Povo e Personagem**. Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

MEDINA, Cremilda (org.). **Série São Paulo de Perfil** (publicações na Universidade de São Paulo): Virado à paulista(1987), Vozes da crise (1987), Nos passos da rebeldia (1988), Forró na garoa (1988), Hermanos aqui (1989), A casa imaginária (1989), Paulicéia Prometida (1990), À margem do Ipiranga (1990), Escola no outono (1991), O primeiro habitante (1991), Farra, alforria (1992), Tchau Itália, ciao Brasil (1993), Guia das almas (1993), Nau dos desejos (1994), Vamos ao centro (1994), Axé (1996), Tietê, mãe das águas (1995), Viagem ao sol poente (2001), Bem viver, mal viver (1996), Mundão véio sem porteira (1997), Chá de bambu (1998), Cotidianos do metrô (1999), Ó Freguesia, quantas histórias (2000), Sagas do Espigão, 90 anos de medicina e vida (2002), Caminho do café – Paranapiacaba: museu esquecido (2003), USP Leste e seus vizinhos (2004). Outras coletâneas externas à Universidade de São Paulo: **Narrativas a céu aberto, modos de ver e viver Brasília**. Brasília: Editora UnB, 1998; **Mococa, doces histórias**. São Paulo: Estação USP/CCS, 2007; **Narrativas de todos os santos - Bahia de Perfil**. Salvador: Edição da Pós-Graduação das Faculdades Jorge Amado, 2007.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 5ª edição, 2008.

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 2001.

DAMÁSIO, António. **O livro da consciência, a construção do cérebro consciente**. Porto: Círculo dos Leitores, 2010.

DEL NERO, Henrique Schültzer. **O sítio da mente – pensamento, emoção e vontade no cérebro humano**. São Paulo: Collegium Cognitio, 5ª edição, 2002.

TAYLOR, Jill Bolte. **A cientista que curou seu próprio cérebro**. Rio: Ediouro, 2008.

CRUZ, Maria Tereza. **A estética da recepção e a crítica da razão impura**. In: **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, jun., 1986.

MEDINA, Cremilda. **A arte e tecer o presente, narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

LOHISSE, Jean. **Communication anonyme**. Paris: Éditions Universitaires, 1969.

YOURCENAR, Marguerite. **Memórias de Adriano** (romance). Rio: Nova Fronteira, 1980, 5ª edição.

GRECO, Milton. **A aventura humana, entre o real e o imaginário.** São Paulo: Perspectiva, 1984.

MEDINA, Cremilda (org.). **Série Novo Pacto da Ciência: A crise de paradigmas.** São Paulo: ECA/USP, 1991.

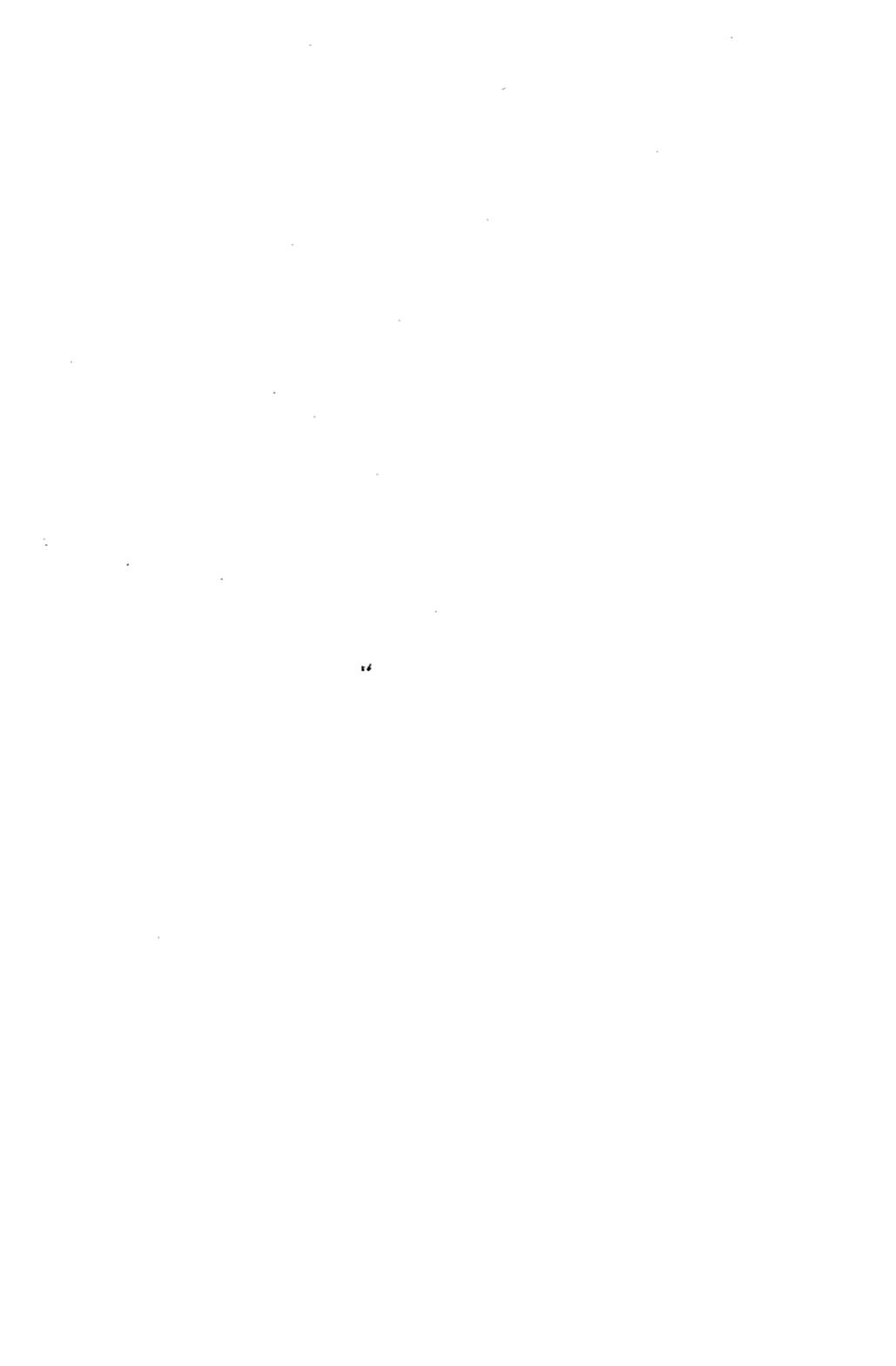
MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (orgs.): **Do Hemisfério Sol.** ECA/USP, 1993. **Saber Plural.** ECA/USP, 1994. **Sobre Vivências no mundo do trabalho.** ECA/USP, 1995; **Agonia do Leviatã: a crise do Estado Moderno.** ECA/USP, 1996. **Planeta inquieto: direito ao século XXI.** ECA/USP, 1998. **Caminhos do saber plural: dez anos de trajetória.** ECA/USP, 1999.

MEDINA, Cremilda (org.). **Ciência e sociedade: mediações jornalísticas.** São Paulo: Estação Ciência-CGS/USP, 2005.

MEDINA, Cremilda e MEDINA, Sinval (orgs.). **Diálogo Portugal-Brasil, século XXI, novas realidades, novos paradigmas.** Porto: Editora da Universidade Fernando Pessoa, 2008.

MEDINA, Cremilda e MEDINA, Sinval (orgs.). **Energia, meio ambiente e comunicação social.** São Paulo: Faculdade Cásper Líbero e Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2009.

MEDINA, Cremilda (org.). **Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas.** São Paulo: Memorial da América Latina, 2010.



Crônica: a memória do cotidiano

Célia Maria Ladeira Mota¹

Leonardo Mota²

O objetivo deste artigo é investigar a crônica enquanto gênero narrativo e jornalístico, especialmente aquela que se destina a comentar fatos ou acontecimentos do cotidiano das cidades ou da vida social do país. Apesar de sua aparente superficialidade e de utilizar recursos literários, a crônica faz parte de uma antiga tradição, que é a de narrar histórias e, neste sentido, os cronistas portugueses dos séculos XVI e XVII se consideravam os depositários da história.

No Brasil, a chamada “crônica de costumes” acompanhou no século XIX o surgimento dos primeiros jornais e seus autores se impuseram como uma modalidade de narradores. Ao se dedicar aos assuntos de interesse público do cotidiano, o cronista os enfoca a partir de uma visão única, singular, buscando no entrelaçamento dos temas e de seus personagens a particularidade que passa despercebida ou que é abandonada pelos jornalistas em geral, mais atentos aos famosos paradigmas da notícia.

1 **Célia Maria Ladeira Mota** é Doutora em Comunicação, pesquisadora associada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília.

2 **Leonardo Mota** é jornalista. Pesquisador e editor da coluna Patrimônio Cultural e Histórico do Rio de Janeiro, do site Rio Cultura.

Neste artigo, examinamos, por meio da análise da narrativa, as crônicas publicadas em jornais brasileiros em três momentos diferentes da vida nacional: uma crônica de Machado de Assis, uma de João do Rio e outra de Carlos Drummond de Andrade. O objetivo é perceber os elementos literários e observar se existe uma redução histórica do fazer crônico ou se a memória dos acontecimentos narrados, registrada pelos cronistas, nos dá um bom indício do que foi a vida social brasileira nestes diferentes momentos.

Crônica: gênero jornalístico

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a leitura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.
Machado de Assis, Correio Mercantil, janeiro de 1859.

Aos 20 anos, o escritor dava seus primeiros passos como cronista jornalístico. Desde os 15 anos já publicava poesia no Marmota Fluminense. Como cronista, saudava entusiasmado o surgimento da imprensa no Brasil, comparando, numa de suas primeiras crônicas, o jornal ao livro, e até se perguntava: “o jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?” Nenhuma coisa nem outra. Desafiando a pretensão machadiana, ao longo dos anos jornais e livros se multiplicaram, intercambiando estilos narrativos e retóricas literárias. Da mesma forma, Machado se alternava entre os contos, os romances e as crônicas. Memórias Póstumas de Brás Cubas, seu primeiro grande romance, foi publicado em 1881, ano em que começou a colaborar com a Gazeta de Notícias. Exerceu a atividade de cronista por mais de quarenta anos, publicando mais de 600 crônicas em diferentes jornais.

Para o escritor, o jornal, literatura cotidiana, era “reprodução

diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete não a ideia de um homem, mas a ideia popular” (1859). Menos de 100 anos depois das palavras de Machado, Alceu Amoroso Lima já afirmava ser o jornalismo um gênero literário. Ou “uma prática textual de apreciação de acontecimentos”.

Seria o acontecimento o divisor de águas entre Jornalismo e Literatura? Para Lorenzo Gomis (1991), fato e acontecimento não são sinônimos. Para Gomis, enquanto o fato remete a eventos prosaicos, o segundo é dotado de solenidade. Adriano Rodrigues, por sua vez, sugere que o acontecimento jornalístico é “tudo aquilo que irrompe com a superfície lisa da história dentre uma multiplicidade de fatos virtuais” (1993, p.27). Como afirmam Pontes e Silva (2010), o jornalista se coloca como o mediador que possui a tarefa de trazer o acontecimento para o texto. É pelo jornalismo que se inscrevem e se tornam públicos os acontecimentos em geral. Especialmente, aqueles que têm valor de notícia para uma comunidade mais ampla.

Vale a pena lembrar aqui uma crônica de Carlos Drummond de Andrade sobre um dia em que não houve jornal no Rio de Janeiro:

Passamos três dias sem jornal. As bancas só expunham revistas. E então verificamos esta coisa estranha: deixaram de acontecer coisas no mundo. Os acontecimentos existem a partir do momento em que são transformados em notícia. E as notícias desapareceram. Sentimo-nos ocios...

Correio da Manhã, 1962

Mas o acontecimento não é refém da notícia publicada. Outros gêneros literários podem abordá-lo. É o caso de romances, contos ou poemas onde a criatividade transborda para além da realidade, mesmo que calcada em acontecimentos reais. Quando se fala em linguagem, é sempre interessante observar a intencionalidade do ato de fala. No texto jornalístico como no histórico ou no literário, o acontecimento irrompe, é examinado e narrado, mas se observarmos a intencionalidade de cada um destes

textos podemos categorizá-los como informativos, históricos ou literários.

A intencionalidade do texto também pode ser examinada a partir da enunciação, um conceito capaz de marcar a diferença entre jornalismo e literatura. Em que espaço enunciativo os textos são narrados? Se em jornais, revistas ou telejornais, os contratos de leitura definem para a audiência o objeto do texto, em geral notícias, editoriais e reportagens, enfim, textos sobre acontecimentos reais. Se os textos pertencem a romances, livros de poesia, cadernos literários, estas formas enunciativas caracterizam o gênero literário. Ler um conto nos posiciona, como leitores, no campo do imaginário, entregues à polissemia do texto. É diferente de ler uma notícia, na qual se busca o referente da realidade.

E como situar a crônica jornalística? A palavra crônica é derivada do latim *Chronica* e do grego *Khrónos* (tempo), e é o conceito de tempo que marca o seu significado principal: o relato de um ou mais acontecimentos em um determinado tempo. É a narração de um fato do cotidiano das pessoas. Para Lúcia Santaella, a crônica é um gênero híbrido que marca a fusão de dois gêneros distintos, o literário e o jornalístico. Embora literatura e jornalismo possuam objetivos diferentes, “está se tornando voz quase corrente que muitas das realizações da linguagem jornalística pouco ou nada têm a dever a uma criação literária”. (Santaella, 1996, p.53).

Para Muniz Sodré, existe uma espécie de meio-caminho, uma formação particular de compromisso entre as duas margens, denominada crônica, “que é um cadinho de experiências textuais para escritores-jornalistas” (Sodré, 2009, p.144). Esta experiência faz parte da tradição portuguesa, voltada para narrar a história e os grandes feitos do passado. No Brasil, desde a primeira metade do século XIX, a chamada “crônica de costumes” despontou no jornalismo diário e atraiu jovens escritores como José de Alencar, Olavo Bilac, Machado de Assis. Na época, o cronista era considerado um “folhetinista”, aquele que escrevia nas folhas diárias para um consumo efêmero, rápido. Machado de Assis lamentava a perda da dimensão histórica das crônicas jornalísticas porque desprovidas do rigor da notícia e da retórica literária dos romances. Machado, um cronista

implacável do seu tempo, chegou a descrever o gênero como a “fusão admirável entre o útil e o fútil”, e o cronista como um “colibri”, esvoaçando sobre todas as flores do jardim.

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal: solta, esvoaça; brinca; tremula; paira; espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política. Machado de Assis, Crônica, 1859, apud Coutinho, 1997, p.959.

No entanto, a preocupação de Machado com a dimensão histórica do gênero foi retomada mais recentemente por historiadores, que consideram as crônicas de costumes uma importante fonte documental para se examinar o cotidiano de diferentes gerações de brasileiros. Margarida de Souza Neves afirma que a crônica é um documento na medida em que expressa um tempo social e suas transformações. “É enquanto se apresentam como ‘imagens de um tempo social’ e ‘narrativas do cotidiano’, ambas consideradas como ‘construções’ e não como ‘dados’, que as crônicas podem ser consideradas como documentos para a História”. (1992, p. 76).

Por história do cotidiano entende-se uma dimensão temporal da realidade onde se realiza toda e qualquer ação humana. O cotidiano é o momento da ação histórica, portanto, é o espaço de disputas e de conflitos em determinada estrutura que podem revelar ou desnudar as hierarquias e as opções ideológicas. O cotidiano é o tempo da mudança, é o tempo da transformação, mesmo que lenta, mesmo que imperceptível aos olhos comuns. Mas captada de forma sensível pelos cronistas.

O cotidiano atrai o cronista como a flor ao colibri, para usar a expressão poética de Machado. Nesta análise, três momentos diferentes da vida brasileira foram tomados como exemplos de como as crônicas se debruçam sobre o real. A começar por Machado de Assis, que registrou, entre centenas de outros temas, uma novidade do fim do século XIX: a preocupação com a economia. Anos depois, João do Rio se volta para as mazelas do Rio de Janeiro. Em tempos

mais recentes, Carlos Drummond de Andrade também se dedica ao Rio das chuvas e alagamentos, uma sina que não fugiu ao olhar atento do cronista. Como cada um destes cronistas narrou o seu tempo?

Machado e a economia

Em Machado de Assis, a crônica é uma espécie de diálogo do próprio escritor com o leitor. Em textos nem sempre curtos, Machado é um narrador em primeira pessoa que seleciona as palavras que usa para construir uma imagem de si mesmo e da sua relação com os fatos da época. Este estilo dá a crônica uma visão pessoal do escritor sobre um determinado assunto e uma interpretação própria dos assuntos que narra. O contexto histórico é apenas um pretexto para o trabalho do cronista, que prefere a linguagem poética ou metafórica para expressar seu estado de espírito, suas emoções diante de um novo fenômeno, no caso as questões econômicas, que o escritor, constrangido, afirma ignorar.

Vivia-se, no final do século XIX, um tempo de turbulências iniciado com a proclamação da República e com o surgimento dos primeiros problemas econômicos do país. Havia uma insatisfação crescente que levou o marechal Deodoro da Fonseca a renunciar, passando a presidência a Floriano Peixoto. Nos jornais da época, a mudança de governo deu lugar a manchetes sobre questões econômicas, um tema hegemônico que nunca mais abandonou seu lugar destacado nos jornais brasileiros. Foi o que motivou esta crônica de Machado de Assis, escrita em 1892.

Semana e finanças são hoje a mesma cousa. E tão graves são os negócios financeiros, que escrever isto só, pingar-lhe um ponto e mandar o papel para a imprensa, seria o melhor modo de cumprir o meu dever...

E por que não sei eu finanças? Por que ignoro eu a teoria do imposto, a lei do câmbio, e mal distingo dez mil-réis de dez tostões? Nos bondes é que me sinto vexado. Há sempre três e quatro pessoas (principalmente agora) que tratam

das cousas financeiras e econômicas, e das causas das cousas, com tal ardor e autoridade, que me oprimem. É então que eu leio algum jornal, se o levo, ou rôo as unhas, — vício dispensável; mas antes vicioso que ignorante.

Quando não tenho jornal, nem unhas, atiro-me às tabuletas. Foi assim que um dia, há anos, não me lembra em que loja, nem em que rua, achei uma tabuleta que dizia: Ao Planeta do Destino. Intencionalmente obscuro, este título era uma nova edição da esfinge. Pensei nele, estudei-o, e não podia dar com o sentido, até que me lembrou virá-lo do avesso: Ao Destino do Planeta. Vi logo que, assim virado, tinha mais senso; porque, em suma, pode admitirse um destino ao planeta em que pisamos... Talvez a ciência econômica e financeira seja isto mesmo, o avesso do que dizem os discutidores de bondes. Quantas verdades escondidas em frases trocadas! Quando fiz esta reflexão, exultei. Grande consolação é persuadir-se um homem de que os outros são asnos. 31 de julho, 1892

A crônica em questão começa identificando o assunto da semana: os negócios financeiros do país. Um assunto reservado a grupos de poder, mas que se torna popular porque o cronista o percebe nas conversas da gente comum, nos passageiros dos bondes. É entre estes que o cronista se coloca e o faz de um lugar envergonhado, de quem nada sabe sobre economia e nem distingue dez mil-réis de dez tostões. Como os brasileiros em geral, o cronista também se sente um leigo em matéria de economia. Pela primeira vez, a economia emerge no noticiário dos jornais como algo transcendental, capaz de explicar todos os problemas do país. Quase uma fórmula mágica cuja posse só os iniciados possuem.

Mas o cronista não se dá por vencido. É aí que a crônica, a exemplo das narrativas em geral, faz a virada, muda o jogo. Resolve o conflito do narrador, um personagem que busca um sentido para os acontecimentos do cotidiano. Ao examinar uma tabuleta comercial e virá-la pelo avesso, o cronista usa o exemplo para tornar claro o significado da sua crônica: uma crítica à ciência econômica. Da mesma maneira que a tabuleta Ao Planeta do Destino só teria sentido se lida ao avesso, O Destino

do Planeta, a economia só pode ser entendida se virarmos pelo avesso o que dizem os especialistas, de acordo com a conclusão de Machado.

Pela atualidade do tema, a crônica poderia ter sido escrita nos dias de hoje. No entanto, ela é marcada pela temporalidade. De que tempo e de que cotidiano fala Machado de Assis? De um tempo em que o transporte público era o bonde ainda puxado a burro. Foi no final do ano de 1892 que os primeiros trilhos foram instalados e a tração elétrica substituiu os animais. Além do bonde que marca o cotidiano da época, as tabuletas, ou placas comerciais com os nomes das lojas, se espalhavam pela cidade do Rio dando-lhe um ar de babel de apelos à atenção.

Uma característica do cronista jornalístico de então é a forma como ele vai colher seus temas pelas ruas da cidade, andando a pé ou de bonde. É pelo seu olhar atento às novidades, aos acontecimentos, por menores que sejam, que as crônicas ganham vida. Num tempo sem computadores, rádios, televisores, mal entrado na energia elétrica, onde encontrar o que escrever? Nas ruas, entre as gentes, ouvindo as conversas, registrando detalhes. Machado de Assis não foi exceção, e os acontecimentos do cotidiano alimentaram não só as suas crônicas como as de muitos cronistas brasileiros.

João Paulo Barreto, que ficou mais conhecido como João do Rio, cumpriu como nunca essa missão de dialogar com a cidade onde nasceu e seus moradores, percorrendo as ruas e visitando prisões, subúrbios e casas noturnas. Foi ele quem popularizou o verbo flunar. “Flunar – diz ele – é ir por aí, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, é ser vagabundo e refletir, é ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flunar é perambular com inteligência”. (2007, p.31).

João do Rio e as crianças

Considerado o primeiro grande repórter brasileiro, João do Rio deixa as redações e vai para as ruas de uma cidade em ebulição. Flanando pelo Rio de Janeiro, o escritor percebe mazelas que se tornam os temas de

suas crônicas. Foi assim que se comoveu com uma prática muito antiga na sociedade brasileira e que é ainda bastante comum em grandes centros urbanos e mesmo no interior do país: o uso de crianças e adolescentes por adultos para sensibilizar as pessoas a lhes darem dinheiro. Em sua obra mais famosa, “A Alma Encantadora das Ruas”, de 1908, João do Rio dedica um capítulo inteiro à denúncia da exploração do trabalho infantil por parte dos pais naquele momento da então capital federal.

Com seu aguçado olhar de observador do cotidiano urbano, o autor testemunhava um período de transformações profundas na vida da cidade. Naquela época, o Rio de Janeiro dava uma virada: de cidade colonial tradicional se tornava uma metrópole moderna. Estas mudanças foram acompanhadas por um aumento excessivo da população, que em 20 anos dobrou. Era uma população extremamente pobre, formada por antigos escravos que imigraram do interior. Na crônica “Os que começam...”, o narrador observa e descreve a prática da exploração do trabalho de crianças.

... Há no Rio de Janeiro um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, crias de famílias necessitadas, um mundo vário... Interrogados, mentem a princípio, negando; depois exageram as falcatruas e acabam a chorar, contando que são o sustento de uma súcia de criminosos que a polícia não persegue.

Basta ter a simples curiosidade para mergulhar nesse caleidoscópio infinito de cenas torturantes de uma mesma ação, basta parar a uma esquina e ouvir a narração dessas tragédias vulgares e de fácil remédio. A série de meninas é enorme, desde as cínicas de face terrosa às ingênuas e lindas.

— Como se chama você?

— Elisinha, sim senhor.

É parda: tem nove anos.

Embrulhada nuns farrapos, a tremer com os beicinhos roxos e as mãos no ar, muito aflita, parece que lhe vão bater. Não vai para a casa, não pode ir. A madrinha bate-lhe, tem o corpo cheio de equimoses.

— *Quando não arranjo bastante para a madrinha e as filhas, dão-me sovas!*

Em quatro dias interrogamos noventa e seis garotos, estrangeiros, negros, mulatos, uma sociedade movediça e dolorosa. Há desde os pequenos que sustentam famílias até os gatunos precoces que se deixam roubar na vermelhinha à beira do cais, entre murros e cachações.

O primeiro a encontrarmos é o negrinho Félix, morador à rua do Costa, órfão, que vive na casa de uma família. Como as coisas estão más, sai de sacola, a esmolar e a roubar. Já esteve preso por apanhar várias amostras de uma loja, mas um moço da polícia, que gosta de uma das meninas da casa, soltou-o.

— *Que fazes hoje?*

— *Hoje tenho que roubar um queijo. Sinhazinha diz que não apareça sem um queijo.*

José Vizuvi, italiano, é filho do conhecido mendigo Vizuvi. Sai da rua do Alcântara, onde mora, às 5 da manhã, à procura dos pães que os padeiros costumam deixar nas janelas e à porta de certas casas. Quando a janela é alta serve-se de um pau em forma de ferrão. O pai ensina-o a roubar.

Logo no começo da rua Uruguaiana há uma mulher de cor branca, fisionomia torva, sempre embiocada em panos pretos. Presentemente tem cinco petizes, todos menores de doze anos. As criancinhas saem pela manhã, voltam para almoçar, tornam a sair e só voltam à noite, para o interrogatório e a palmatória. Quando me viu, trêmula curvou-se.

— *Pelo amor de Deus! uma esmola para os desgraçadinhos!*

Os desgraçadinhos, na tarde chuvosa, pareciam transidos. O vento fustigava-lhes as carnes seminuas e eles, agarrados uns aos outros, na fraternidade do sofrimento, sem pai, sem mãe, sem amparo, erguiam os olhos para o céu numa angustiada súplica.

João do Rio, 1908, p. 189.

A crônica não esgota o assunto, mas registra um costume que, infelizmente, pouco mudou nos anos seguintes. Hoje, cronistas não ‘flanar’ mais pelas ruas e nem prestam atenção às crianças que, nas esquinas, continuam a vender balas e a esperar pela moeda de alguém mais caridoso.

Drummond e o temporal

Quase sessenta anos depois, outro poeta, sensível e inquieto com o cotidiano da cidade, já não precisava ‘flanar’ pelas ruas porque as notícias chegavam pela televisão. Ao narrar um dia de chuva no Rio de Janeiro, Carlos Drummond de Andrade afirma que, se não sai às ruas, nem por isso é menos pungente a imagem de um Rio que tem diante dos olhos. Na crônica *Dias Escuros*, Drummond descreve um temporal na cidade, em 1966.

Amanheceu um dia sem luz – mais um – e há um grande silêncio na rua. Chego à janela e não vejo as figuras habituais dos primeiros trabalhadores. A cidade, ensopada de chuva, parece que desistiu de viver. É hora de escrever e não sinto a menor vontade de fazê-lo. Não que falte assunto. O assunto aí está, molhando, ensopando os morros, as casas, as pistas, a alma de todos nós. Barracos que se desmancham como armações de baralho e, por baixo dos seus restos, mortos, mortos, mortos... Ruas que deixam de ser ruas, porque não dão mais passagem. Carros submersos, aviões e ônibus paralisados, corrida a mercearias como em dia de revolução. Este o Rio que tenho diante dos olhos...

Nesta crônica, Drummond destaca um personagem importante: o próprio povo, mobilizando-se de forma espontânea à revelia do governo

para enfrentar a calamidade e socorrer as vítimas. E pergunta: “se não fosse essa mobilização espontânea o que seria desta cidade, tão rica de galas e bens supérfluos, e tão miserável em sua infraestrutura de submoradia, de subalimentação e de condições primitivas de trabalho?”

Num de seus textos mais ácidos em relação ao poder público, Drummond exerce o seu ofício fazendo da crônica um instrumento de crítica contra o despreparo, o imprevisto, a desarrumação das agências oficiais. E afirma:

Deve existir um sentimento geral de culpa diante de cidade tão desprotegida de armadura assistencial, tão vazia de meios de defesa da existência humana, que temos o dever de implantar e, entretanto, não implantamos, enquanto a chuva cai, o bueiro entope e o rio enche e o barraco desaba e a morte se instala...

No dia escuro, de más notícias esvoaçando, com a esperança de milhões de seres posta num raio de sol que teima em não romper, não há alegria para a crônica, nem lhe resta outro sentido senão o triste registro da fragilidade imensa da rica, poderosa e martirizada cidade do Rio de Janeiro.

Correio da Manhã, janeiro de 1966.

Nem todos os textos de Drummond são tão críticos. Os acontecimentos narrados vão desde as tragédias e as mazelas da cidade aos pequenos fatos do dia a dia, como a história da moça que foi na padaria comprar bolo e morreu atropelada, ou ainda, a história dos velhinhos de Canudos, gente que salta do livro de Euclides da Cunha, com a morte e a guerra na lembrança, remanescentes da campanha, história recontada por Funchal Garcia e revivida pela crônica. Drummond, em muitos momentos, faz da crônica uma forma de expressão poética, escrevendo cartas públicas a escritores e poetas amigos, lembrando aqui e ali a cidade de Itabira, enaltecendo o teatro e músicos como Chico Buarque e Caetano.

Tendo centrado sua obra na poesia, Drummond tornou-se um dos maiores poetas brasileiros do século XX. Não obstante, sua obra em prosa revela o escritor sensível e preocupado com o lado humano dos acontecimentos, destacando os valores morais em cada questão. Suas primeiras crônicas foram publicadas na revista *Leitura*, entre 1943 e 1949. Seguiu-se a fase em que escreveu no *Correio da Manhã*, entre 1954 e 1969 e depois, no *Jornal do Brasil*, entre 1969 e 1984. Em seu autorretrato, fala de si próprio de forma bem-humorada e não muito condescendente: “O sr. Carlos Drummond de Andrade é um razoável prosador, que se julga um bom poeta, no que se ilude. Como prosador, assinou algumas crônicas e alguns contos que revelam certo conhecimento das formas graciosas de expressão, certo humor e malícia” (2007, p.13).

Conclusão

Como João do Rio, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade, muitos outros ‘flanadores’ deixaram a memória de um gênero jornalístico que praticamente desapareceu dos jornais impressos de hoje. Com sua narrativa que ultrapassa as fronteiras entre a linguagem literária e a jornalística, a crônica se aproxima da população, fala a voz do povo. Recria acontecimentos desprezados pelos jornalistas ávidos de notícias de impacto, mas busca o detalhe, que revela a cidade e seus moradores. “Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural” (Cândido, 1980, p.5). É a memória de um cotidiano que é revivido para os leitores de hoje com a leveza com que foi narrado.

Referências

CANDIDO, Antonio. **A vida ao rés-do-chão**. São Paulo: Ática, 1980.

COUTINHO, Afrânio. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **Auto-retrato e outras crônicas**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MACHADO DE ASSIS. **O Jornal e o Livro**. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2011.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas” In: CANDIDO, Antônio et all. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

PONTES, Felipe e SILVA, Gislene. “Acontecimento jornalístico e história”. In: BENETTI, Márcia e FONSECA, Virgínia. **Jornalismo e Acontecimento**. Florianópolis: Insular, 2010.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1996.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

Entre o Jornalismo e a História, o resgate do Presente

David Renault da Silva¹

É antiga a discussão sobre uma suposta incompatibilidade entre o jornalismo, em sua busca diária para registrar o presente, o imediato, e historiografia. Defendemos neste texto o princípio de que não pode haver incompatibilidade entre dois campos que, muitas vezes, utilizam métodos e ferramentas de trabalho semelhantes e, mostra a própria experiência, dialogam e ampliam as possibilidades de complementação e intersolidariedade, em busca da compreensão de fenômenos e acontecimentos ao longo dos tempos.

Desde meados do século passado discute-se e aceita-se a identificação entre jornalismo e história, especialmente o que se denomina de história do presente, história imediata ou história próxima. Essas locuções, se não fazem referência exatamente às mesmas cronologias, “pertencem ao campo do ‘muito contemporâneo’, o do século XX amputado do seu primeiro terço”, como afirmam Agnes Chauveau e Phillippe Tétard, organizadores de conhecida publicação

¹ **David Renault da Silva** é graduado em Jornalismo, trabalhou em O Estado de S. Paulo, Correio Braziliense e revistas Afinal e Exame, entre as décadas de 1970 e 90. Mestre em Comunicação, doutor em História, é professor da Faculdade de Comunicação da UnB desde 1993 e Diretor a partir de 2007.

editada inicialmente na França (CHAUVEAU & TÉTARD, 1999:20).²

Já na abertura do livro, os organizadores fazem ponderações sobre um “atestado historiográfico” deste campo de estudo, remontando a escola dos *Annales*³, onde buscam o respaldo de Marc Block, para quem “a incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente”, e de Lucien Febvre, para quem a “análise do presente” podia dar “régua e compasso” à pesquisa histórica. (CHAUVEAU & TÉTARD, 1999:10)

Retomando a discussão que interessa diretamente a este trabalho, Chauveau e Tétard afirmam que a história não é apenas o estudo do passado, mas também “pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente”. Argumentam que a “história do imediato foi primeiro marcada pelo selo jornalístico” e, em certo sentido, “é mesmo filha da imprensa”. Segundo eles, “foram a pressão jornalística e a demanda social conjugadas que impuseram o princípio da história imediata, a partir da metade dos anos 50”. (CHAUVEAU & TÉTARD, 1999:15-22) “

As “profissões do jornalismo e da história” cresceram de formas separadas, com delimitações dos seus “respectivos territórios numa indiferença mútua”, mas desde meados do século vinte isso começou a mudar, quando historiadores passaram a dizer que o jornalista também saberia “produzir material elaborado e exercer seu olhar crítico”, afirma o historiador francês Jean-Pierre Rioux. Ele diz que, na França, a história do presente não teria se afirmado “se antes não se tivesse produzido paralelamente um encontro, provocador mas frutífero, entre historiadores sedentos de atualidade e jornalistas em busca de legitimidade histórica”. (RIOUX, 1999:119-123).

Argumenta Rioux que a História do Presente “tomou emprestado e interiorizou, mais do que se diz, algumas boas receitas da imprensa”.

2 Sobre o tema ver *Questões para a História do Presente*. São Paulo, Edusc, 1999. Organizado por Agnes Chauveau e Phillippe Tétard, o livro tem as suas reflexões e de mais oito historiadores.

3 A partir da década de 20, na França, a escola dos *Annales* reuniu historiadores que traçaram os rumos revolucionários da historiografia no século passado.

Receitas presentes, por exemplo, na escolha de temas atuais, práticas de pesquisa de campo e mesmo a utilização do gravador. Da mesma foram, estão presentes no “estilo mais conciso de sua escrita e na cor, por vezes, mais cambiante de seu relato”. E, por fim, no “contato permanente com a exigência dos vivos e da impetuosidade do atual”. (RIOUX, 1999:125).

Bem sabemos que jornalismo não é exatamente história. Cada um tem seus espaços discursivos e condições de produção distintos, mas as semelhanças permitem dizer, como argumenta Alberto Dines, que “jornalismo e historiografia são primos – quando se pratica um deles com proficiência, chega-se, inevitavelmente, ao outro”. Ele lembra que “o papel do jornalismo é a busca das circunstâncias”, os fatores de identificação imediata, ou “aquelas mais elaboradas como referências, comparações, remissões, inferências e motivações”. (DINES, 2001: 18-19).

Dines lembra que sem “investigar e expor circunstâncias não se exercita jornalismo” no sentido de circunstancial (que não deve ser confundido com superficial) e circunstanciado. Trata-se de “algo minuciosamente exposto em todos os detalhes”, uma vez que o jornalismo é a “técnica de investigar, arrumar, referenciar, distinguir circunstâncias”. E lembra também que o culto a essa circunstância circunstanciada, ou um “um mergulho vertical em busca dos pequenos elementos que compõem a realidade”, e à qual deve-se dedicar o bom jornalismo, foi a tônica da escola dos Annales. (DINES, 2001: 18-19).

Velocidade, equívocos e seleção

Em sua labuta diária para retratar os acontecimentos, os meios de comunicação, sobretudo com o avanço das novas tecnologias, trabalham com uma velocidade imensa, gerando a todo momento um volume descomunal de notícias. São centenas de repórteres, redatores e editores de jornais, sites, revistas, emissoras de rádio e televisão mobilizados em uma competição feroz para ver quem dá a informação em primeiro lugar. Nessa busca do imediato a qualquer custo, muitas

vezes a informação sai fragmentada, em outras valem mais as versões do que os fatos ou falta contexto para situar o leitor. É um processo que leva muitas vezes a equívocos, interpretações apressadas, distorções, a transmissão de notícias não verdadeiras. Evidente que ainda existem notícias distorcidas propositalmente, para causar sensacionalismo, como eram mestres em fazer os ditos jornais populares de décadas atrás. Há erros provocados pela pressa em dar primeiro a informação, embora as novas tecnologias permitam a correção com rapidez, se assim se quiser. Há outros para os quais não há remédio, sobretudo, depois que a notícia começa a circular.

Um exemplo significativo foi a posse que não houve do Presidente eleito Tancredo Neves, no dia 15 de março de 1985, uma sexta-feira. Os principais jornais e revistas de informação brasileiros prepararam com antecedência várias reportagens sobre o novo presidente que assumiria e o seu governo, com os planos, as expectativas e os sonhos do que seria a “Nova República”. Como as revistas circulam normalmente no final de semana, ficou para cobertura do dia da posse apenas a solenidade em si e as manifestações populares esperadas. Repórter da sucursal de Brasília da revista *Afinal*, com sede em São Paulo, que surgiu no mercado fazendo barulho mas teve duração efêmera, fui um dos encarregados da cobertura da posse e restava finalizar apenas a capa, que deveria ter uma foto do dia de Tancredo, e quatro páginas internas.

Fui o último a deixar a redação da *Afinal*, no Setor Comercial Sul de Brasília, pouco antes das oito da noite. A caminho de casa, soube por um médico, contemporâneo dos tempos de estudante na Universidade de Brasília nos anos 70, que Tancredo estava no Hospital Distrital (hoje Hospital de Base), para fazer uma cirurgia emergencial de um “apêndice supurado” – na verdade, ele tinha uma diverticulite, que resultou em sua morte. Celular, nem pensar, orelhões existiam poucos no final da Asa Norte, onde eu estava. Voltei para a redação e, por telefone, ainda achei em São Paulo o Carmo Chagas, editor de Política. Conseguimos na sexta-feira alterar textos internos. A capa saiu com uma foto de arquivo e o

título “Presidente Tancredo vence a primeira crise”, com o subtítulo: “a nova república nasce sem faixa e sem trauma”.⁴

A mesma sorte não teve a revista semanal *Senhor*, que, para sair na frente na concorrência, foi impressa antes e na sexta pela manhã, nas bancas e mãos de alguns assinantes, estampava na capa um desenho de um sorridente Tancredo e o título “Ele sorri. E nós?”. Em nove páginas os textos analisam as perspectivas do novo governo. Já na abertura, na página 30, com o título “Tancredo vs. Tancredo” fala-se de “um ministério econômico conservador polvilhado de audácias políticas e institucionais. Uma combinação para explodir qualquer consenso. E criar novos espaços para Tancredo começar a trabalhar”. Mais adiante, com o título “Uno e Indivisível”, afirma a revista: “Quando reunir, neste domingo, dia 17, pela primeira vez o seu ministério, perante as câmeras de televisão, o presidente Tancredo Neves procurará demonstrar dois fatos políticos, simultaneamente”.⁵ Na edição seguinte, com o presidente empossado José Sarney na capa a revista diria: “A transição na transição”.

A *Exame*, revista quinzenal de economia e negócios, também fechou e rodou antes da posse – na quinta-feira, dia 14 de março, os primeiros exemplares já estavam na rua. Uma charge de Chico Caruso, com o título “A tomada de Brasília”, mostrava o presidente general João Figueiredo entregando uma grande chave a Tancredo Neves, cercado de estrelas da área econômica do governo que saía, os Ministros do Planejamento, Delfim Neto, da Fazenda, Ernane Galveas, e o Presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore.⁶

O editorial da revista avisava: “Não se trata de uma rendição, mas a ascensão de Tancredo transcende os limites de uma simples mudança de governo”. Internamente, uma página dupla trazia Tancredo em pé na plataforma superior da estação rodoviária central de Brasília, tendo ao fundo a Esplanada dos Ministérios, com destaque para o Congresso

4 Afinal, 19/03/1985, edição 29, p. 14:34

5 Senhor, 20/03/1995, edição 209, p. 30:38

6 Exame, 20/03/1985, edição 322, p. 33:65

Nacional. Em mais seis páginas de textos a revista fazia uma análise do novo governo em áreas como economia, finanças, trabalho e agricultura. Na abertura desses textos, o preço da antecipação da edição: “Ao receber a faixa presidencial na manhã de sexta-feira, 15 de março, o novo presidente da República, Tancredo de Almeida Neves, concluiu a primeira etapa da caminhada que iniciou em agosto do ano passado”.⁷

Apesar de todos os problemas, erros e equívocos, desde os bancos universitários e nos primeiros tempos nas redações, os profissionais de jornalismo ouvem dizer que a mídia deve ter objetividade e neutralidade, separando o que é informação de opinião, mas, como diz o professor José Marques de Melo, os meios de comunicação, são “veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem”. (MELO, 2003: 63-67)

Centrando a discussão apenas no que se convencionou chamar de jornalismo objetivo e imparcial, independentemente da posição ideológica de seus acionistas ou profissionais, sabemos que ele não existe, pelo menos “naquela acepção de neutralidade, imparcialidade, assepsia política que as fábricas norte-americanas de notícias quiseram impor a todo mundo”, como lembra Marques de Melo (MELO, 2003: 63-67). Sabemos também que as empresas de comunicação dispõem de outros instrumentos para expressar sua opinião, além das páginas de editoriais. São instrumentos relacionados aos processos de produção, seleção e edição de notícias, que podem ser destacadas, privilegiadas, relegadas ou silenciadas.

Os especialistas concordam, além disso, que não existe a objetividade absoluta no jornalismo, já que o ato de apurar, selecionar, redigir e editar uma notícia traz uma carga significativa de subjetividade de quem trabalha nas várias etapas da produção. Marcondes Filho argumenta que o “jornalismo não é neutro nem objetivo”, já que a “produção jornalística sofre o filtro e a regulação dos agentes pelos quais passa”, o que não quer dizer que todas as matérias jornalísticas sejam “tendenciosas, não-

⁷ Exame, 20/03/1985, edição 322, p. 33:65

objetivas, descomprometidas de igual forma com os chamados fatos”. (FILHO, 1993:130). Mesmo porque as práticas jornalísticas cotidianas no chamado jornalismo independente se pautam, entre outros, por critérios de noticiabilidade e valores-notícias, como argumenta Nelson Traquina (TRAQUINA, 2005:63-96).

Ora, sabe-se que a seleção de fatos também se aplica à história, como argumenta Paul Veyne. Diz ele que os historiadores têm a liberdade de “recortar a história a seu modo”, já que ela não “possui articulação natural”. E, quando faz esse recorte, diz Veyne, “quando muito, pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros”, embora a própria importância seja decorrência dos “critérios escolhidos por cada historiador”, sem ter uma “grandeza absoluta”. (VEYNE, 1998:12-29)

Veyne argumenta que a história “não é senão respostas a nossas indagações” e também é subjetiva, “pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre”. Como é não é possível descrever uma totalidade, lembra Veyne, toda descrição é seletiva. “O historiador nunca faz o levantamento do mapa factual”, multiplica “as linhas que o atravessam”. O objeto de estudo, dessa forma, “nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis, num dado momento ou num lugar determinado, mas somente alguns aspectos escolhidos”. (VEYNE, 1998:37-44)

Para alguns estudiosos é difícil aceitar como história um emaranhado de informações às vezes tendenciosas, incoerentes ou contraditórias que, só com o tempo, com o auxílio de outras fontes documentais e orais, podem ganhar fisionomia e coerência. Entendemos que o jornalismo diário é, sim, um retrato factual, embora fragmentado, de momentos da história. Sem se esquecer que trabalhos mais aprofundados, como as grandes reportagens, têm características que os aproximam mais ainda do fazer do historiador.

Um registro para a história

Já no final de seu segundo mandato, em 2002, em entrevista à *Veja*, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso queixou-se amargamente de parte do noticiário da mídia sobre ele e seu governo. O argumento: “A imprensa publica, entre aspas, frases que eu não disse. Ou então que disse em outro contexto. E conversas que não ocorreram”. E arremata: “Eu sempre tive vontade de escrever uma carta ao historiador futuro, para alertá-lo sobre isso”.⁸

Só que informações fragmentadas colhidas no dia-a-dia vão se complementando e em determinados momentos formam conjuntos que, com o tempo, transformam-se em arquivos fundamentais para se entender ou retratar um período determinado no tempo. Documentos oficiais ainda hoje escondidos ou destruídos não permitem reconstituir com rigor momentos dramáticos da história do presente do Brasil, mas registros em jornais e revistas sim, a exemplo do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura de São Paulo, nas dependências do DOI-CODI, na capital paulista, em 1975.

Convocado no dia anterior por agentes do II Exército em São Paulo, Herzog compareceu, dia 25 de outubro de 1975, à sede do DOI-CODI para prestar esclarecimentos sobre sua ligação com o proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB). Depois de uma brutal sessão de tortura, foi oficialmente encontrado enforcado. Ninguém aceitou a versão oficial, que começou a desmoronar quando os jornais publicaram fotos mostrando que o jornalista se “enforcara” com o seu próprio cinto, que os presos no local não usavam, pulando de uma cadeira. Além disso, suas pernas estavam dobradas, o que tornaria praticamente impossível o enforcamento na posição, e havia marcas de estrangulamento em seu pescoço.

Anos depois, já com o país vivendo o processo de abertura democrática, inclusive com a anistia a condenados e presos políticos, em 1979, a parcela mais radical do movimento militar instalado no País

⁸ *Veja*, 20/11/2002, edição 1.778, p. 89

em 1964 não aceitava as mudanças e tentava promover um retrocesso. Na noite de 30 de abril de 81, o Centro Brasil Democrático, entidade ligada ao PCB, realizou um show em comemoração ao Dia do Trabalho reunindo cerca de 20 mil pessoas no Riocentro, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de alguns dos cantores de maior sucesso da Música Popular Brasileira na época, como Chico Buarque, Milton Nascimento, Ivan Lins e Gonzaguinha.

Em torno das 21 horas, uma bomba explodiu no estacionamento do Riocentro, dentro de um carro Puma. Matou no banco de passageiro o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário, que estava com a bomba no colo, e feriu gravemente o motorista, capitão Wilson Machado, os dois pertencentes aos quadros do DOI- CODI do Rio de Janeiro. A apuração jornalística logo após a explosão, nos dias e meses seguintes, permitiu reconstituir a tentativa de atentado executada pelos militares, contrariando a versão oficial de que se tratava de um ato terrorista da esquerda subversiva.

Ao desenvolver uma tese de doutorado entre 2003 e 2006, analisei cerca de três mil notícias de jornais e revistas brasileiros sobre a trajetória de Fernando Henrique Cardoso, o FHC, desde que trocou o Ministério das Relações Exteriores pelo Ministério da Fazenda, em 1993, e seus dois mandatos presidenciais. Procurei identificar os caminhos que ligam o jornalismo ao historiador para tecer o fio da história, através de fragmentos diários, que sistematizados e analisados no conjunto, permitiram-me traçar um retrato significativo do que foi a chamada Era FHC, na visão da mídia impressa.⁹

Além de relatar, a mídia refletiu sobre a realidade de cada momento e seus possíveis desdobramentos no futuro. Como se sabe, o Presidente Itamar Franco assumiu o governo em dezembro de 1992 depois do *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Havia uma tensão latente com

9 Nunca foi Tão Fácil Fazer uma Cruz Numa Cédula? A Era FHC nas Representações da Mídia Impressa (1993 – 2002). Tese defendida no Departamento de História da Universidade de Brasília, dezembro de 2006, 354 páginas. Parte das informações utilizadas no capítulo deste livro foram retiradas da tese.

receio de possíveis retrocessos depois de mais de 20 anos de regime militar que devolveu o poder aos civis, por meio de uma eleição direta. Foi com alívio, então, que grande parte da sociedade e dos meios políticos receberam a indicação de FHC para a Fazenda, o quarto ministro de Itamar na pasta.

Já nos primeiros momentos o noticiário da mídia nacional começou a formar uma representação que se tornaria hegemônica em relação a FHC: a figura do professor universitário, intelectual reconhecido no Brasil e no exterior, preparado para dirigir os destinos da Nação. O **Estado de S. Paulo** publicou um caderno especial, dia 21 de maio, após o anúncio do nome do novo ministro. A revista *Veja* destaca o espírito conciliador do “intelectual brilhante”, que “desenvolveu a celebrada Teoria da Dependência, considerada uma das raras interpretações criativas de um trabalho do revolucionário russo Vladimir Lênin, o livro *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*”. Lembra que FHC foi professor de Daniel Cohn-Bendit, líder das barricadas de maio de 68.¹⁰

A mídia lembrou que, depois de ser aposentado pelo regime militar, trabalhou em universidades do Chile, Estados Unidos, França e Inglaterra e, na volta ao Brasil, ajudou a fundar em 1969 o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Enveredou-se pela política, lutando pela redemocratização do país. Para a **Folha de S. Paulo**, FHC tinha uma “sólida reputação, reconhecida capacidade intelectual e credibilidade”, além de um “bom trânsito em diversos setores da sociedade, no exterior e – muito importante – no próprio Congresso”, que eram “atributos cruciais para enfrentar o gigantesco desafio de estabilização”.¹¹ O **Estado** ressalta a “formação e inteligência” de FHC, lembra do “peso da responsabilidade” de assumir o Ministério e diz que o “apoio praticamente unânime” à sua indicação resulta, “mais do que do reconhecimento de seus inegáveis méritos intelectuais e morais, do sentimento de alívio que se apossou de quem se preocupa com a sorte das instituições”.¹²

10 *Veja*, 26/05/1993, edição 1.289, p. 25.

11 *Folha de S. Paulo*, 21/05/1993, Opinião, p. 1 – 2, “Alívio e dúvidas”.

12 *O Estado de S. Paulo*, 22/05/1993, Notas e Informações, p. A3, “A Missão que não pode falhar”.

Editorial da **Folha** argumentou que, com a indicação de Fernando Henrique Cardoso, o país respirava um pouco mais aliviado, apesar dos problemas. A mudança, animadora, encerraria “um período de crise e indefinição no cerne do governo, durante o qual a principal pasta do país era ocupada por um nome irremediavelmente desgastado”. Além disso, o novo ministro atenuava a tensão e a insegurança que se acumularam nos últimos dias”, um nome que abria uma chance para o governo abandonar “sua perigosa letargia atual”.¹³

De olho no presente, a mídia apontava o futuro. Após a posse de FHC na Fazenda, a capa de **Veja** fala em “Grande Tacada” e diz que o seu grande desafio era a “última chance de Itamar Franco”. Em dúvida, a **Istoé** pergunta: “E Agora, Vai?”.¹⁴ Na carta ao leitor a **Veja** afirma que a nomeação de FHC servira, antes de tudo, para “desanuviar o ambiente político e infundir a esperança em dias melhores”. Tratava-se de um “intelectual de renome e um político capaz”, com credibilidade entre os empresários, meio sindical e o governo, em “condições de montar uma boa equipe, capaz de conduzir a economia”. O destino e o futuro do governo, assim, em grande parte, seriam “decorrência da capacidade de o presidente e Fernando Henrique conseguir acertar os ponteiros e colocar em prática uma política econômica eficaz”.¹⁵

FHC seria a “grande tacada” e a “melhor escolha possível”, que poderia “fazer com que o Brasil, depois de ter atingido o fundo do poço em matéria de desgoverno”, pudesse se recuperar e prosperar. Se FHC e Itamar controlassem a inflação e estabilizassem a economia, o primeiro teria “condição de surgir como um presidenciável imbatível”, e o segundo entraria para a “história como o presidente que assumiu o poder em condições difícilimas e mesmo assim conseguiu colocar o país nos trilhos e fez o sucessor”. Em caso de fracasso, diz a revista, “pobre Brasil”.¹⁶ Ao

13 Folha de S.Paulo, 21/05/1993, Opinião, p. 1 – 2, “Alívio e dúvidas”.

14 **Veja**, 26/05/1993, edição 1.289, p. 17 – 25; **Istoé**, 26/05/1993, edição 1.234, p. 25 – 30.

15 **Veja**, 26/05/1993, edição 1.289, p. 17.

16 *Idem*, p. 18.

levantar dúvidas sobre a possibilidade de se colocar o país nos eixos, a **Istoé** lembra que havia um presidente de temperamento e de convivência difícil, uma inflação da ordem de 30% ao mês e “mais de 70 milhões de pobres e miseráveis”. Mas, apesar dos problemas, as chances de FHC eram melhores do que a dos antecessores.¹⁷

O futuro a partir de Fernando Henrique começou a ser desenhado por articulistas, como Carlos Alberto Sardenberg, então diretor de jornalismo da Rede Bandeirantes, que em texto publicado na **Folha** disse que a “a chance não era apenas real, mas de ouro”, talvez a última chance que o país teria para “buscar a estabilidade e a reforma da economia em ambiente democrático”. FHC, segundo ele, conseguiria formar uma equipe de governo qualificada, com uma “nova geração de economistas e gerentes que acabou triturada por desastres e azares políticos”, a mesma que participou do fracassado Plano Cruzado em 1986, amadurecida, com quase 10 anos de experiência e treinamento nos setores público e privado”.¹⁸

O colunista da **Veja** Elio Gaspari sugeriu que o mandato de FHC poderia durar seis meses ou seis anos, já que ele era candidato a dois destinos: “Um é o de seus antecessores e consiste num ciclo que, começando com banquetes, termina com a janta do homenageado. O segundo é a Presidência da República”. As medidas para combater a inflação, afirmou, teriam o apoio da sociedade e, assim, o “suave senador Cardoso”, em situação com a inflação em queda, sob controle, seria “chamado de erudito, acadêmico que evoluiu em suas posições políticas, operador prudente” Caso contrário, não passaria de “vaidoso, volátil, vacilante”.¹⁹

A galopante inflação brasileira, que atingia mais de 40% ao mês, em junho de 1994, começou a acabar com a elaboração de um programa de estabilidade da economia, sob o comando de FHC, a partir do final de 1993,

17 Istoé, 26/05/1993, edição 1.234, p. 28.

18 SARDENBERG, Carlos Alberto. “É uma chance de ouro, talvez a última”. *Folha de S.Paulo*, 23/05/1993, Dinheiro, p. 2 - 7. O autor refere-se aqui à equipe de economistas que começou a trabalhar no governo com o Plano Cruzado, em 1986, e que, de fato, faria o Plano Real.

19 GASPARI, Elio. “O ministro é candidato”. *Veja*, 26/05/1993, edição 1.289, p. 29.

que resultou no Plano Real e a nova moeda, o real, em julho de 94. O processo de preparação do Plano foi detalhadamente registrado pela mídia, que apontou também outro fenômeno provocado pela nova moeda – a ascensão de FHC e queda de Lula da Silva nas pesquisas sobre a eleição presidencial. Desde o início de 1994 Lula mantinha-se na frente das pesquisas, em torno de 40% das intenções de voto, contra uma média de 17% de FHC. O Real não precisou de um mês para cair de vez nas graças dos brasileiros e arrastar com ele Fernando Henrique, que ganhou a eleição presidencial em primeiro turno com 54,27% dos votos, enquanto Lula teve 27,04%.

Toda a campanha eleitoral para a escolha do Presidente da República em 1994 está registrada para a posteridade pela mídia e há registros significativos sobre FHC, o candidato professor até então avesso às práticas dos coronéis dos grotões do interior brasileiros. Um deles foi a visita ao pobre e seco sertão da Bahia, em Canudos, onde o beato Antônio Conselheiro tentou erguer a sua comunidade religiosa igualitária e fraternal, antes de ser massacrado com seu povo, em outubro de 1897, pelas forças militares da República.

Como relata o Correio Braziliense,

*“Fernando Henrique Cardoso pôs a mão direita sobre a mão esquerda do ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, que estava sobre um cano. E das mãos deles jorrou um jato contínuo de água sobre uma multidão de três mil pessoas. Ensopada, a multidão aplaudiu, gritou, cantou, dançou e fez um carnaval no primeiro grande comício da sucessão presidencial em Canudos. (...)”*²⁰

ACM, a grande estrela da festa, apresentou a população como seu povo: “Falo por esse povo e ele fala por mim. Este é o meu povo”. Fernando Henrique aderiu: “Meu povo, nosso povo, povo do Brasil”. Ao sol de meio-dia, 39 graus, a multidão gritou: “Canudos somos nós, ACM a nossa voz”.²¹

20 Correio Braziliense, 13/06/1994, Brasil, p.3.

21 Idem.

A trajetória de Fernando Henrique na Presidência está exaustivamente registrada para a história em milhares de notícias dos jornais e revistas. Desde os seus embates vitoriosos com os funcionários grevistas da Petrobrás, contra os sindicalistas, especialmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e políticos de oposição em torno de reformas como a da Previdência Social, a privatização de empresas de telecomunicações e a companhia Vale do Rio Doce. Assim como estão registrados os problemas e dificuldades do Presidente, envolvendo denúncias de corrupção, compra de deputados para aprovar a emenda da reeleição, em 1997, que lhe possibilitou um segundo mandato, a crise cambial no início de 1999, o fiasco das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil e o racionamento de energia, já nos últimos anos de governo.

A análise da imprensa, às vezes, traz embutido um forte sentimento de cobrança. Foi o que aconteceu no início do segundo mandato, em janeiro de 1999, quando o governo FHC mudou a política cambial e provocou, em apenas três dias, uma desvalorização do real frente ao dólar em 21%, sendo 11% só na sexta-feira, dia 15. Vários dos principais meios de comunicação brasileiros foram afetados pela medida, já que tinham ambiciosos planos de investimentos com empréstimos externos em dólar, que aumentaram espetacularmente de valor.

Já no dia 14 de janeiro a **Folha**, excepcionalmente, publicou um editorial na primeira página, onde afirma que “uma onda de descrédito de enormes proporções” atingira o Brasil, que assistia a “precipitação de novos e antigos problemas numa velocidade surpreendente, no momento talvez mais dramático de sua história recente”.²² No dia seguinte, foi a vez de o **Estado** usar um tom ainda mais duro, ao afirmar que, apesar de insistir que houve apenas uma *flexibilização*, o governo FHC, na verdade, “mudou a política cambial, peça-chave do Plano Real, e fez isso de surpresa, impondo perdas a todos aqueles que acreditavam na manutenção do rumo anterior. E permitindo ganhos extraordinários a todos aqueles que anteciparam a desvalorização”. O jornal sustenta que houve uma

22 Folha de S. Paulo, 14/01/1999, Opinião, primeira página, “Sem direito de vacilar”.

“alteração essencial na teoria e na prática da política econômica”.²³

Depois o clima de cobrança arrefeceu. Os jornais e revistas brasileiros imprimiram, entre o final de 2002 e princípio de 2003, toneladas de papel com avaliações sobre os dois mandatos de FHC. Na primeira página de um caderno especial e com o sugestivo título “um bom presidente, governo nem tanto”, a **Folha** procurou ressaltar “ângulos positivos e negativos” da gestão, que teve um saldo “moderadamente favorável”. O jornal elogia a “honradez pessoal” e a tolerância de FHC, que contribuíram para “desenvolver as instituições e instalar um clima de serenidade no país, sem os traumatismos do passado ainda recente”. Fala do “discernimento intelectual”, equilíbrio “em momentos críticos” e o bom humor, que “deram o tom da atmosfera civilizatória que, apesar de tudo, predominou ao longo dos anos FHC”.²⁴

Defensor do Presidente FHC em quase todo o seu mandato, o **Estado** publicou o editorial “a última aula do presidente professor”, no qual afirma que a “formação acadêmica e o aprimoramento intelectual desenvolveram em Fernando Henrique as qualidades do scholar – a curiosidade, o gosto pelo diálogo, a tolerância, a capacidade de sistematizar para resolver os problemas”. Essas qualidades, aplicadas à política, “dele fariam um dos mais notáveis homens públicos e, seguramente, o mais eficiente presidente da República do Brasil contemporâneo”. E a modernização do País, conduzida nos dois mandatos consecutivos, “autoriza-o a dizer que não teme o julgamento da História”.²⁵

Para o colunista Clóvis Rossi, da **Folha**, FHC terminou o seu governo “como exerceu todo o seu mandato: com o copo meio cheio ou meio vazio, conforme a ótica de cada qual”. Em toda área sempre haverá “argumentos para atacá-lo e para defendê-lo, o que, bem feitas as contas,

23 O Estado de S. Paulo, 15/01/1999, Notas e Informações, p. A 3, “A mudança que governo nega”.

24 Folha de S. Paulo, 19/12/2002, Opinião, primeira página, “Um bom presidente, governo nem tanto”.

25 O Estado de S. Paulo, 02/01/2003, Notas e Informações, p. A 3, “A última aula do presidente professor”.

fala a favor do presidente”.²⁶ No mesmo jornal, o colunista Luís Nassif diz FHC foi “vítima de alguns erros fundamentais que impediram que o país pudesse ter aproveitado melhor a situação internacional excepcionalmente favorável e dado o salto definitivo rumo ao desenvolvimento”. Nassif aponta um terceiro problema de FHC, em sua opinião, a vaidade. Lembra que, antes da posse do primeiro mandato, disse que o “FHC vaidoso atrapalharia a obra do FHC inteligente”. E aconteceu que o “inteligente construiu a transição do século. Não fosse o vaidoso, poderia ter feito o governo do século”.

Ao concluir minha tese de doutoramento em 2006, depois de quatro anos de estudos e análises ininterruptos, tinha reforçado minha convicção inicial de que jornalismo e história são campos que se entrecruzam, se complementam. Assim como a convicção de que os resultados do entrecruzamento levam a outras dúvidas e perguntas, que exigem novas pesquisas, se se quiser obter respostas capazes de formar conjuntos significativos de momentos históricos. A convicção se mantém.

26 ROSSI, Clóvis. “FHC e a última dúvida”. Folha de S.Paulo, 31/12/2002, Opinião, p. A 2.

Referências

CHAUVEAU, Agnes e TÊTARD, Phillippe (org). **Questões para a História do Presente**. São Paulo, Edusc, 1999.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal – Uma Releitura**. 7ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

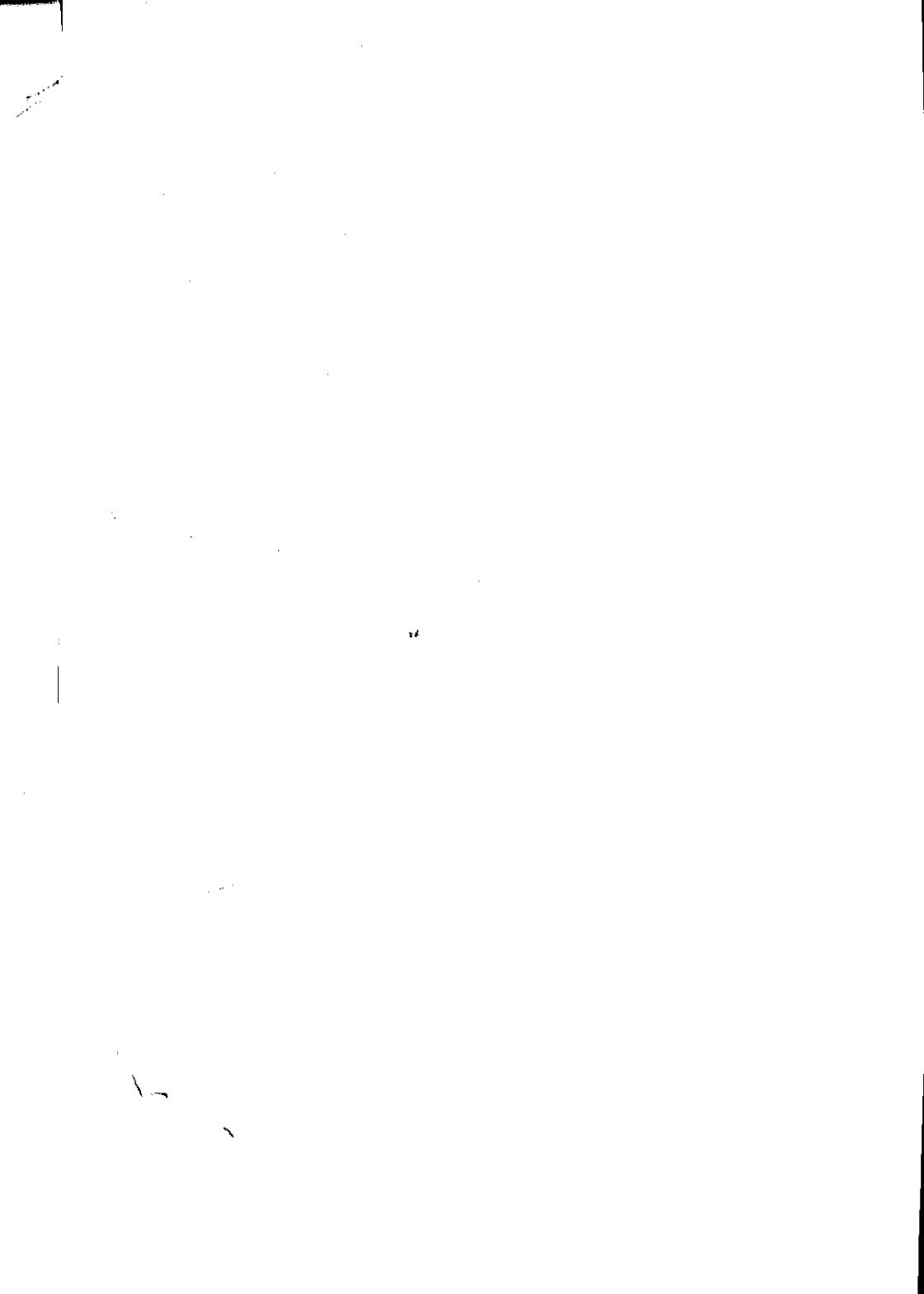
FILHO, Ciro Marcondes. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo, Página Aberta, 1993, 1ª edição.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão (SP), Mantiqueira, 2003, 3ª edição revista e ampliada.

RIOUX, Jean-Pierre. **Entre História e Jornalismo**, IN CHAUVEAU E TÊTARD, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, Vol. II. Tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis, Insular, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília, Ed. UnB, 1998, 4ª edição.



História, Jornalismo e Literatura em Memórias

Maria Jandyra Cavalcanti Cunha¹

Dácio Renault da Silva²

Neste estudo, partimos da visão do jornalista como um historiador do presente (RENAULT, 2011) para brevemente analisar o gênero textual ‘memórias’ como um locus onde se unem a História, o Jornalismo e a Literatura.

Este estudo dá continuidade a trabalhos anteriores em que Cunha (2003; 2007) analisou o gênero textual narrativo ‘memórias’ usado pela escritora e documentarista Esmeralda Santiago no livro *Cuando era puertorriqueña* (1994), no qual ela conta sobre sua infância nos anos 1950, tendo como pano de fundo o conflito político gerado pela associação de Porto Rico como ‘estado livre’.

1 **Maria Jandyra Cavalcanti Cunha** é Doutora em Linguística (Língua no Contexto Social) pela Lancaster University, Inglaterra, com estudos de pós-doutoramento em Linguística Aplicada (Unicamp) e Comunicação (UnB). É Pesquisadora Senior do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, onde investiga a narrativa jornalística da História do Presente.

2 **Dácio Renault da Silva** é Doutor em jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), analista sênior de ciência e tecnologia do CNPq e coordenador do curso de jornalismo das Faculdades Integradas Icesp/Promove de Brasília.

Cunha (2011a; 2012b) também analisou o hibridismo dos gêneros textuais ‘diário’ e ‘memórias’ no livro *Resistência. A história de uma mulher que enfrentou Hitler* de Agnès Humbert (1894-1963), etnóloga, editora e articulista da revista *La vie ouvrière*, e uma das fundadoras do *Résistance*, informativo distribuído no metrô parisiense após a ocupação da França pelos nazistas em 1940.

No presente estudo usamos como *corpus* o livro *Memórias do esquecimento*, do jornalista Flávio Tavares (1999), que relembra – depois do golpe militar de 1964, acontecido quando o autor tinha 30 anos – seu período de ativismo, encarceramento e tortura em Brasília e Juiz de Fora, em 1967, e também no Rio de Janeiro, em 1969, ano em que, após o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick, dos Estados Unidos, foi banido do Brasil no grupo dos quinze prisioneiros políticos trocados pelo diplomata.³

Em *Memórias do esquecimento*, que recebeu da Câmara Brasileira do Livro o Prêmio Jabuti, na categoria reportagem, em 2000, Tavares narra também sobre o seu entrelugar no exílio (primeiramente no México, depois na Argentina e, por último, em Lisboa), uma experiência que marca profundamente sua narrativa.

As memórias de Tavares abraçam três campos do saber – História, Jornalismo e Literatura –, sobre os quais estruturamos este texto.

História

Na França da segunda metade do século XIX, o estabelecimento da História como uma disciplina universitária institucionalizou a visão de que sua tarefa é a interpretação do passado e de que só indivíduos com formação especializada e com um método de estudos de texto próprio podem executá-la. (FERREIRA, 2000).⁴ A História passou

3 Sobre o sequestro do embaixador Charles Elbrick no Rio de Janeiro, em 1969, ver Gabeira (1979).

4 O estabelecimento de um novo curso universitário sempre enseja um fechamento

assim a ser definida pelo distanciamento temporal do pesquisador e seu objeto de análise. Nessa visão retrospectiva de história origina-se a resistência ao papel do jornalista como historiador do presente.

Escrever a história do próprio tempo ainda é visto com desconfiança entre os historiadores tradicionais. Creem eles que a história se define pelo distanciamento temporal dos fatos analisados, esquecendo-se de que, entre registros magistras da História, estão trabalhos como o de Tucídides (460 a.C – 396 a.C), que escreveu o clássico *História da Guerra do Peloponeso* (1982) baseado na experiência e no testemunho de quem, como general ateniense, acompanhou a guerra por dentro. Acreditam ainda os historiadores tradicionais que a ausência de procedimentos metodológicos rígidos, próprios da ciência, e a pouca credibilidade das entrevistas (a principal fonte de obtenção e/ou confirmação da informação jornalística) invalidem a narrativa da história feita por jornalistas. Olvidam-se esses historiadores que Tucídides ouvia testemunhas oculares e entrevistava participantes dos eventos.

A História do Tempo Presente (identificada como HTP) é distinta da História Contemporânea (HC) e da História Imediata (HI). De acordo com o historiador uruguaio Enrique Serra Padrós, os três termos são muitas vezes usados de forma indiscriminada, como se fossem sinônimos. Entretanto, a HC é “a história do sistema capitalista (ou seja, da maturação e hegemonia das relações de produção e das contradições desse sistema)”, enquanto que a HTP é a história do tempo de vida do próprio historiador e nela está inserida a HI, que é a história do “agora já”, com seu desenvolvimento vinculado às sucessivas e instantâneas descobertas científicas e tecnológicas que envolvem e desenvolvem os meios de

em torno dele, para que haja valorização do novo campo do saber no meio acadêmico. O que ocorreu com a História na França do século XIX, ocorreu com o Jornalismo no Brasil do século XX, quando, depois de sua instituição como uma das opções da Faculdade de Comunicação de Massa criada na Universidade de Brasília em 1963, uma formação específica começou a ser perseguida.

comunicação na atualidade. (PADRÓS, 2004: 200).

Nesse contexto, a HI nasce da veiculação da informação repassada simultaneamente aos acontecimentos e da amplitude de seu alcance em uma aldeia global que absorve a reação internacional, provocando a busca instantânea pelo entendimento do que ocorre ininterruptamente ao vivo e em cores, ou seja, a procura por uma análise histórica imediata. Sobre isso, Renault (2011) afirma: “As pessoas querem entender os motivos, as intenções, os porquês desses acontecimentos no calor do momento e não vão esperar o distanciamento do tempo exigido pelos historiadores [*tradicionais*] para que a história seja escrita”. (RENAULT, 2011, p. 162)

Como a narrativa do tempo passado, a narrativa do tempo presente também exige que o narrador dimensione, hierarquize e contextualize os eventos que narra inserindo-os em um processo histórico. A história do presente, contudo, apresenta desafios metodológicos que requerem a contribuição de outras áreas do conhecimento. O jornalismo é certamente uma delas.

A informação da história imediata já era uma preocupação do *Acta Diurna*, jornal que surgiu nos muros de edificações da República Romana, por iniciativa do então general Júlio César, ao redor do ano de 69 a.C.. Considerado como “o protótipo do jornal moderno”⁵, o *Acta diurna* (*Acta populi* ou *Acta publica*) era um conjunto de placas brancas onde eram fixadas as notícias sobre os fatos sociais e políticos como campanhas militares, julgamentos e execuções, sempre colocadas em locais de grande acesso ao público.

De lá para cá, o jornalismo aprendeu a lidar com muito mais do que notícias oficiais, valorizando os atores dos acontecimentos: testemunha e sobrevivente. Afinal, o acontecimento, que é a categoria básica de tempo em jornalismo, é definido pelo filósofo francês Paul Ricœur (2007: 190) como “aquilo sobre o que alguém dá testemunho”.

5 ‘Acta’, *The Encyclopædia Britannica*, Macropædia (1), Chicago: The University of Chicago, 1990, p. 70.

Esse testemunho é a declaração dada por uma pessoa que assistiu (viu e/ou ouviu) o acontecimento. Seja essa pessoa o terceiro (*testis*), aquela que dá sua palavra como prova do que efetivamente ocorreu no desempate de uma questão, ou aquela que sofreu os efeitos do ocorrido e sobreviveu para contar (*superstes*) – ambas são consideradas testemunhas⁶.

O jornalista, cuja essência do trabalho é a verdade factual, narra o tempo presente tendo na coleta do testemunho uma forte ferramenta metodológica para esclarecer o acontecimento. Afinal, como escreveu Hannah Arendt (1972: 295), a verdade factual “existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade”. Para a filósofa alemã, a verdade factual é estabelecida pelo testemunho e depende de comprovação porque “diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos”.

A existência (sobrevivência) de testemunhas, “verdadeiros arquivos vivos” (PADRÓS, op. cit.: 206), é uma particularidade valiosa do tempo presente, que abrange o tempo narrado e o tempo do narrador.

O jornalista Flávio Tavares é um sobrevivente e uma testemunha de seu tempo, o qual ele descreve em *Memórias do Esquecimento* (1999). Esse tempo presente abrange o tempo narrado (período de regimes de Doutrina de Segurança Nacional no Cone Sul na segunda metade do século XX) e o tempo o narrador (período atual de resgate da verdade sobre aqueles anos no Brasil).⁷

6 Sobre os enfoques narrativos do testemunho (*testis* e *superstes*), ver Cunha (2012).

7 A primeira edição de *Memórias do esquecimento* foi publicada em 1999, em um Brasil democrático em busca da verdade sobre a história do seu presente. Várias iniciativas de resgate da verdade e construção da memória social se oficializavam a partir de 1995, quando foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (Lei No. 9.140/95). Em 2002, foi possível a responsabilização do Estado pelos desaparecimentos forçados e pelas mortes de cidadãos brasileiros (Lei No. 10.536/2002). Em 2006, registros oficiais das atrocidades cometidas no período da ditadura militar (1964-1985) foram publicadas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (BRASIL, 2006). Em 2011, a Presidência da República sancionou as Leis nº 12.527 e nº 12.528, de 18/11/2011 – uma, que permitiu aos cidadãos brasileiros terem acesso a documentos produzidos pela Administração Pública; outra, que criou a Comissão Nacional da Verdade, para investigar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Seis meses depois, a CNV foi designada por decreto

As memórias de Tavares abrem as portas para uma ressignificação do passado como no caso de seu sequestro e prisão em Montevidéu em 1978. A ação, narrada em detalhes por Tavares, remete a procedimentos da Operação Condor, organização de terror de Estado que atuou no Cone Sul entre 1975 e 1981⁸.

Ele conta que, depois de trabalhar cinco anos no jornal *Excelsior* na Cidade do México, mudou-se para Buenos Aires por sugestão do cineasta baiano Glauber Rocha: Você é gaúcho, adora chimarrão e churrasco. Buenos Aires tem tudo isso! Na capital portenha, além de correspondente do jornal mexicano, foi também colunista de *O Estado de São Paulo*.

Dedicado totalmente ao jornalismo, à tarde eu era o correspondente Júlio Delgado escrevendo em português para o Estadão e, ao anoitecer, me transformava em mim mesmo e redigia em espanhol um texto diferente para o Excelsior, do México. (Tavares, 1999:249-50)

Foi como correspondente do *Excelsior* que, em julho de 1977, Tavares viajou para Montevidéu “para resolver a situação do correspondente local do jornal, um uruguaio preso em função de um artigo considerado ‘ofensivo’ pelo governo”. E resolveu: o uruguaio foi solto depois do segundo dia de Tavares na capital oriental. Foi ele quem levou Tavares ao aeroporto na noite de 14 de julho de 1977. Depois de passar pelo serviço de imigração e devolver o cartão de entrada no Uruguai, ele foi detido já na escadinha do avião. Um

presidencial de 10/05/2012 (*Diário Oficial*, Ano LIII, nº 91, 11/5/2012) e instalada no dia 16/05/2012.

8 O sequestro e a troca de dissidentes políticos dos regimes autoritários na região do Cone Sul era usual na segunda fase de atuação da Condor. Na primeira fase se criaram bancos de dados sobre pessoas e movimentos de oposição, enquanto que, na terceira e mais atrevida fase, aconteceram os atentados dentro e fora da região meridional da América do Sul – entre outros, a tentativa de assassinato do líder da democracia cristã chilena Bernardo Leighton em Roma, em 1975, e o assassinato do ex-chanceler chileno Orlando Letelier em Washington, em 1976.

sequestro perfeito, já que havia um documento oficial de sua saída do país. “–Agora são 22h30 e faz mais de meia hora que você chegou com o avião a Buenos Aires. Sabe o que significa isto?”, indagaram-lhe.

Na manhã seguinte, o Exército uruguaio enviou um emissário a Brasília para me oferecer ao governo brasileiro “vivo ou morto”, como quisessem. Era, porém, sexta-feira e em Brasília não havia ninguém para decidir. Na segunda e terça-feira, quando o Uruguai insistiu na oferenda, a notícia do meu desaparecimento já tinha chegado ao mundo inteiro, ocupando as primeiras páginas no Brasil, no México e nos Estados Unidos, onde a nova política de direitos humanos do presidente Jimmy Carter fugitava as ditaduras latino-americanas. Ademais já começava a “pré-abertura” do governo Geisel e o Brasil respondeu que não me queria, nem vivo nem morto, pois eu era um “banido” proibido de voltar.

Ouvi quando “o chefe” se queixou e entendi que se referia a mim e ao Brasil: – No lo quieren allá. Ya verán cuando nos pidan algo! (Tavares, 1999: 257)

Tavares lembra a campanha internacional em favor de sua libertação com a participação de associações de jornais, sindicatos de jornalistas, advogados, da Igreja, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização das Nações Unidas (ONU).⁹ Ao sair da prisão –ironicamente chamada de Libertad –, Tavares voou mais uma vez para o exílio, desta vez Portugal, onde viu chegar a anistia e, com ela, a oportunidade de voltar a viver e trabalhar novamente em seu próprio país.

⁹ O jornalista Luiz Cláudio Cunha escreveu a reportagem ‘Uruguai: terror e silêncio’ publicada no *cooJORNAL* (Ano III, no. 31, ag.1978), na qual fala das “insólitas situações” em que se encontrava Flávio Tavares. Um ano depois, um depoimento do próprio Tavares teria a manchete ‘A verdadeira história do Dr. Falcão, o guerrilheiro’ na capa do *cooJORNAL* (Ano IV, no. 46, out. 1979). Ver Guimaraens et al. (2011).

Literatura

Até os anos 1960, o Jornalismo ainda era visto como um gênero literário (AMOROSO LIMA, 1960; OLINTO, 1954). A criação do Jornalismo como disciplina no ensino superior¹⁰, distinta das Letras, e a conseqüente regulamentação do exercício profissional, já com a exigência do diploma universitário¹¹, instituíram um discurso jornalístico que negava a linguagem poética e condenava a subjetividade.

Ainda assim, permaneceram no âmbito das Letras alguns dos gêneros textuais não ficcionais, como a biografia e a crítica literária que seriam também acolhidos no campo do Jornalismo. Mais recentemente, com a pesquisa feminista sobre a interioridade da mulher e seus registros escritos em domínios sociais privados (lar, monastério, etc.), resgataram-se nas Letras outros gêneros não ficcionais como as cartas, o diário e as memórias. Em todos esses gêneros, a 'escrita de si' – como afirma a historiadora Angela Gomes (2014) – assume a subjetividade do autor como parte integrante da linguagem.

Em particular, as memórias – foco deste estudo – são relatos que um escritor faz de acontecimentos fundamentados em sua vida, ou mesmo de eventos históricos dos quais participou ou foi testemunha. Essa narrativa depende muito da própria memória que, em psicologia cognitiva, é a faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos.

Entretanto, seu conteúdo está mais relacionado com o que é visto como 'memórias' pela psicologia analítica: reminiscências que nos ocorrem como resultado de experiências já vividas, lembranças daquilo que marcou o nosso espírito. O que marca o espírito não pode ser revivido secamente, sem emoção. Os sentimentos do vivido voltam. Revolver lembranças pode ser doloroso, como nos conta Flávio Tavares:

10 Ver nota 2.

11 A exigência do diploma universitário para o exercício da profissão de jornalista foi estabelecida pelo decreto-lei 972 (17/10/1969), da Presidência da República.

Pouco me ri e muito sofri neste tempo todo. São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem. A ideia vinha à memória, mas logo, logo, se esvaía naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recomençar. [...] Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer. (Tavares, 1999: 11)

Nas memórias, a seleção e hierarquização das lembranças é uma escolha individual, do próprio autor. Por isso, sua narrativa não é necessariamente linear e, frequentemente, é fragmentada.

Fragmentação e emoção estão presentes nos trechos em que Tavares alterna falas diretas a algumas mulheres – Ítala, a atriz listada para o treinamento em Cuba; Elenita, cujos irmãos foram lançados ao mar pela Marinha argentina; Délia, que se entregou ao torturador para salvar o amado – até dirigir-se à própria filha:

Fiquei dez anos e dois meses sem te ver, Izabela. Nos tempos finais do exílio, em Lisboa, olhava interrogante cada menina adolescente e me indagava como serias, como brilhariam teus olhos e até onde te chegariam os longos cabelos caídos às costas. Tudo foi conflitivo entre nós. Ainda não tinhas 4 anos quando te vi pela última vez no quartel da prisão. Quando voltei do exílio e estavas no aeroporto, havia passado tanto tempo que já não cabias sob os meus braços e eras mais alta do que eu nos teus 14 anos de mocinha que dançava balé. Eu nada sabia de ti. Só te conhecia na distância das fotografias, na letra das cartas das meninas de hoje, que quase não escreve cartas. Só te conhecia na saudade.

Sentia saudade dos teus verbos, inventados na irrefutável lógica das crianças, naquelas vezes em que eu perguntava se sabias de tal ou qual coisa e me respondias:

- *Eu sabo, sabo, sim!*

Na memória trazia a tua voz, ainda guardada daqueles primeiros tempos do exílio, no México, quando telefonei para o Brasil e tu perguntaste:

- *Por que não vens me ver?*

E eu, proibido de te dizer a verdade que tu nem sequer entenderias, te respondi com uma mentira: “Tenho muito trabalho, não posso, tenho muito trabalho”. Condenado a jamais voltar, o que eu tinha era medo, muito medo de que te escolhessem como retaliação da vingança. Afinal, eles tinham me ameaçado e aquela cena do terceiro dia no choque elétrico me atropelou a memória anos a fio, a partir do instante em que o sargento gritou:

- *Fala, fala, senão trago a tua filha, dou choque nela e depois fodo, fodo ela aqui na tua frente.*

Ele ameaçava tocando-se os testículos e fazendo, com as mãos e o ventre, aquele gesto vulgar e obsceno de quem estupra. A caricatura do gesto foi tão forte e eu estava tão desfeito que acreditei que ele cumpriria a ameaça. Tu não tinhas feito 4 anos, minha filha, e o horror me invadiu ainda mais forte que a dor do choque elétrico. (Tavares, 1999: 238)

Para Tavares, suas recordações surgem em uma ‘memória obrigada’ (Ricoeur, 2007), como uma exigência ética e política de escrever no lugar daqueles que já não podem falar – como Rubens Paiva e “todos os que, como ele, já não estão entre nós” e a quem o livro é dedicado. (Tavares, 1999: 7).

O escritor português José Saramago (1922-2010), único Nobel de Literatura em língua portuguesa, comparou *Memórias do Esquecimento* a *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos (1953). De fato, ambos os autores

sublinham momentos históricos significativos: o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas e a ditadura militar (1964-1985) imposta após o golpe que depôs o governo civil de João Goulart. Tanto um quanto o outro momento é narrado com o entremeio das histórias dos companheiros de cela.

As cenas de tortura descritas por Tavares foram identificadas pelo romancista argentino Ernesto Sábato (1911-2011) como uma “descida ao inferno do horror apenas entrevisto no inferno de Dante”.¹² Realmente, todas elas, as cenas que descrevem a tortura, um crime de lesa-humanidade, são chocantes, embora descritas com largo domínio semântico e grande maestria linguística, como na tortura de Marlene e Iracema.

Eu estava de costas a um canto contra a parede e só ouvia, mas era como se visse Marlene e Iracema dando tapas no sargento, correndo atrás do major, em revide à tentativa de despi-las à força. Iracema Ferreira tinha 20 e poucos anos, e não só defendia a si própria, mas também à cunhada Marlene, magra e mais velha. Resistiram com fúria, até que chegou o reforço de quatro ou cinco mais – gente da polícia, pois não usavam farda – e lhe arrancaram os vestidos. Veio o tenente Magalhães, jovem e ágil de pernas, e me enxotou dali a pontapés nos testículos. E, nuas, elas foram torturadas noite adentro: penduradas no pau-de-arara, o choque elétrico deve ter percorrido nelas todas as intimidades do corpo e da alma, pois elas gritavam e gritavam fundo, em cadência. Era o cadenciado balé orquestrado pelo major, que, maquininha na mão, costumava dar três passos para um lado e acionar a manivela dos 220 volts, e logo repetir a operação com três passos para o outro lado, numa dança interminável. Nenhum preso dormiu aquela madrugada: os gritos das duas soavam ritmados, como chibatadas no ar, e só terminaram quando o dia raiava. Por cansaço dos carrascos. (Tavares, 1999: 36)

12 Entrevista de Flávio Tavares ao site da Editora Record, disponível em http://www.record.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=4101&id_entrevista=239, acesso em 5/11/2012.

Na descrição do suplício das duas mulheres, Tavares traz recursos literários que nos despertam aversão e repugnância na leitura dessa odiosa cena de tortura. O plano de conteúdo está incluído no plano da expressão; ou seja, o conteúdo é reforçado pela expressão. Nossos sentidos são despertados: ouvem-se os gritos desesperados das mulheres, sente-se a corrente elétrica que percorre seus corpos, observa-se a dança sinistra do torturador.

A linguagem dessa cena de violência contra a mulher não tem apenas a função utilitária de, com um único significado, informar, explicar, convencer, documentar. Tem também e muito especialmente a função estética, de valor conotativo e plurissignificação. O texto de Tavares é importante não só pelo que descreve, mas da forma como o faz.

Memórias do Esquecimento aproxima-se da História por narrar acontecimentos vividos, mas também da Literatura pela linguagem e estilo que transmitem sentimentos e estados de alma do autor, este fundido em narrador e protagonista pelo uso da primeira pessoa do singular.

Observações Finais

História, Jornalismo e Literatura podem aliar-se no gênero textual 'memórias' como acontece no livro *Memórias do esquecimento*, em que Flávio Tavares reconstrói testemunhalmente suas reminiscências políticas.

As memórias funcionam como catarse do jornalista, cujas reminiscências envolvem não somente o sofrimento físico da tortura e encarceramento, mas perdas afetivas, pequenas e grandes, como o não acompanhamento da evolução verbal da filha ou a morte de companheiros. A reconstrução verbal do passado é terapêutica e pode curar feridas do passado. O gênero 'memórias' pode dar vazão à subjetividade das emoções como em muitas partes de *Memórias do esquecimento* e, ao mesmo tempo, manter a verdade factual que se apoia no testemunho de seu autor, testemunho este que tem comprovação em vários outros registros e documentos já desclassificados.

O trabalho do jornalista Flávio Tavares, mais do que memória, é História. História não pode cair no esquecimento.

Referências

AMOROSO LIMA, Alceu. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

ARENDT, Hannah. **Verdade e política. Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 282-325.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial de Direitos Humanos**. Brasília: SEDH, 2007.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti. O testemunho na narrativa jornalística. In: LADEIRA MOTA, C. L.; MOTTA, L. G.; CUNHA, M. J. (Orgs.). **Narrativas Midiáticas**. 1ª ed., Florianópolis: Insular, 2012, p. 117-138.

_____. **Literatura e Jornalismo na guerra de Agnès**. Anais do V Seminário Internacional Mulher e Literatura, Universidade de Brasília, agosto 2011.

_____. **A guerra contada: estudo de narrativas jornalísticas e históricas em diário e memórias**. Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades. Brasília, outubro, 2011. Disponível em <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1003/1406/2246.pdf>, acesso em 20/11/2012.

_____. Memórias da migração: a identidade em pentimento. In: Cunha, M. J. C. et al. **Migração e identidade: olhares sobre o tema**. 1ª ed, São Paulo: Centauro, 2007, pp. 17- 41.

_____. Identidade em migrações literárias. **Revista Planalto** (Literatura), Brasília, no. 1, pp. 94-110, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, no. 3, p. 111-124.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro, RJ: Codecri, 1979.

GOMES, Angela M. de Castro (org.) **Escrita de si, escrita da história**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUIMARAENS, Rafael; CENTENO, Ayrton; BONES, Elmar (orgs.). **cooJORNAL. Um jornal de jornalistas sob o regime militar**. Porto Alegre: Libretos, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUMBERT, Agnès. **Resistência: A história de uma mulher que desafiou Hitler**. (Notre guerre). Regina Lyra. 1ª. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

OLINTO, Antonio. **Jornalismo e literatura**. Rio de Janeiro: Agir, 1950.

PADRÓS, Enrique Serra. **Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2008 (1953).

RENAULT, Dácio. **Jornalismo e História: o jornalista como historiador do presente**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, orient. M. J. C. Cunha, 2011.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alan François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTIAGO, Esmeralda. **Quando era puertorriqueña**. 1ª. ed., Nova York, Vintage Books/Random House, 1994.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. De Mário da Gama Kury. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.

O jornalista entre a Literatura, a História e o Jornalismo

Fábio Henrique Pereira¹

Zélia Leal Adghirni²

O jornalismo é uma arte. O jornalismo é um gênero literário. O jornalismo é literatura sob pressão. O jornalista é um escritor. O jornalista vive a história. O jornalismo constrói a história. O jornalismo se transforma na história. O jornal é uma fonte para os historiadores. Reportagens de jornal são produzidas a partir de arquivos históricos. O jornalismo lida com a palavra. História e literatura também.

1 **Fábio Henrique Pereira** é Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professor da Faculdade de Comunicação da UnB. É autor do livro *Jornalistas-intelectuais no Brasil* (Summus, 2011) e editor da revista científica internacional *Sobre Jornalismo* (www.surlejournalisme.com).

2 **Zélia Leal Adghirni** é jornalista e professora da Faculdade de Comunicação, UnB. Mestre e Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade Stendhal, Grenoble, França e pós-doutora pela Universidade de Rennes 1, França. Pesquisadora do CNPq e consultora ad-hoc de diversas publicações científicas na área da comunicação.

As expressões acima mostram que das interfaces entre jornalismo, literatura e história tem sido recorrente³. Parte-se de ideia que o jornalismo não é um espaço fechado, mas um ponto de encontro de múltiplos saberes, composto por estatutos porosos e heterogêneos e historicamente herdeiro de domínios vizinhos, como a política, a literatura, as ciências sociais e humanas (Ruellan, 1994; Ringoot e Utard, 2005).

Isso não significa, é claro, admitir que o jornalismo não seja um campo autônomo ou que tenha se desenvolvido como uma prática menor, subsidiária a outros saberes. Pelo contrário, levanta a necessidade de se discutir a especificidade do jornalismo em relação a esses domínios, as relações que estabelecem entre si e as condições que permitem tais encontros entre jornalismo, literatura e história.

Este é o objetivo deste capítulo. Nele, partiremos de uma revisão de bibliografia para debater as relações entre jornalismo e literatura e jornalista e história, do ponto de vista das práticas e estatutos sociais/profissionais.

Definimos as práticas do jornalismo, literatura e historiografia como mundos sociais⁴ (Becker, 1982; Strauss, 1992). Estão estruturados a partir de um conjunto de convenções relativamente estáveis, partilhadas por um grupo de atores, que colaboram na realização de um ato social maior: a produção do noticiário, da obra literária ou da pesquisa historiográfica. Esses atores não se limitam aos jornalistas, escritores e historiadores, mas se estendem por diferentes grupos sociais que, de alguma forma, se relacionam com esses mundos.

3 Sobre as interfaces entre jornalismo e literatura, ver: Costa (2005) Delporte (1995; 1999); Ferenczi (1993); Martin (1997); Ribeiro (2003) e; Ruellan, (1992; 1993; 1994). Já as relações entre jornalismo e história foram descritas por: Celestino (2011); Lavoigne (1992); Mesquita e Santos (2006); e Pereira, (2006);

4 Sobre o mundo dos jornalistas, ver: Pereira (2011) e Travancas (1993); sobre o mundo das artes/literatura, ver Becker (1982) e Gilmore (1990); sobre o mundo das ciências/historiografia, ver: Clarke e Gerson (1990).

Em comum, jornalismo, literatura e história são também formas de representação da realidade, compreensíveis dentro de um contexto organizacional (Becker, 1999). O processo de criação e partilha dessas representações (e a criação de novas convenções) só faz sentido tendo em vista a existência de um sistema de artefatos, públicos, colaboradores, mecenas, etc. que tornam possível a difusão dessas obras (Isso vale tanto para a constituição desses campos, como para a criação de novos produtos na fronteira entre eles, como o jornalismo histórico, literário, a biografia jornalística, etc.).

Jornalismo e Literatura

Até o início do século XX, jornalismo e literatura mantinham relações estreitas. O jornal era visto pelos escritores como uma profissão suplementar, em muitos casos, única forma de se profissionalizar. “Já que a literatura não lhes dá oportunidade para tal – trabalhar numa redação e pegar na pena para escrever é um prolongamento do estúdio, do gabinete doméstico de inspiração literária” (Medina, 1982, p. 130). Funcionava ainda como instância de divulgação da obra literária e reconhecimento social dos escritores

É apenas no início do século XX, que começa a se esboçar um processo de autonomização entre esses mundos – algo que será lento e marcado por contradições, ambiguidades e retrocessos. O movimento constante de cruzamento das fronteiras que supostamente separam o jornalismo da literatura (Costa, 2005) explica a inexistência de um consenso sobre qual seria o ponto definitivo de ruptura entre os dois campos. Seria o início do século passado, com o desenvolvimento da prática da reportagem no esteio da urbanização da sociedade brasileira (Medina, 1988)? Ou os anos 1950, durante o grande movimento de “modernização” do jornalismo brasileiro (Ribeiro, 2003)? Seriam os anos 1960-1970, com a instituição de um marco legal que passou a definir o “jornalista profissional” no Brasil (Pereira, 2011)? E, afinal,

até que ponto essa ruptura é definitiva?

Nosso interesse está justamente em escapar da pretensão de definir um momento exato de separação entre as práticas, mas apontar as razões que explicam essa aparente confusão entre jornalismo e literatura. Para isso, nos apoiamos nos seguintes argumentos: 1. Historicamente, essa confusão interessou jornalistas e escritores; 2. A constituição de um mercado consumidor capaz de suportar essa separação é problemática no Brasil; 3. Apesar da autonomia discursiva do jornalismo e da literatura, ainda existem convenções partilhadas pelos dois mundos; 4. Essas razões explicam o processo de segmentação do jornalismo, com a criação gêneros de matriz literária.

Escritores têm se utilizado do jornal como uma espécie de trampolim para a vida literária. O jornal é visto como um espaço de visibilidade no início da carreira. É uma forma de garantir uma remuneração mínima, já que é difícil sobreviver pela venda de livros no Brasil. O jornalista também tem interesse nessa confusão de papéis. Ao associar sua atividade à literatura, ele ganha prestígio e notoriedade. Escritores-jornalistas (Zola, Camus, Sartre, na França; Machado de Assis, Graciliano Ramos, Ruben Braga, etc., no Brasil) costumam ser citados como nomes que referenciam o lastro intelectual da profissão.

A chegada da reportagem objetiva introduziu no jornalismo cânones discursivos próprios e supostamente reforçou uma identidade técnica, autônoma da literatura, baseada no princípio da racionalização da produção de notícias (Delporte, 1995; Parratt Fernández, 2006; Ruellan, 1993; 1994). Essa mudança se fundamentava nas exigências de um novo público consumidor de jornais, que necessitava de informações sobre a atualidade, apresentadas de forma direta e objetiva. Mas essa ruptura não é total. Em parte, a própria audiência aceita (e exige) que certas práticas “intelectuais” subsistam no jornalismo. É o caso da crônica, dos ensaios, dos suplementos de arte, etc. Junto com o mercado editorial, os públicos serão responsáveis por subsidiar esse tipo de produção, consumindo livros de crônicas, romances-reportagens, revistas de arte e literatura, etc.

No que se refere às convenções, o jornalismo tem se apoiado na ideia de que a introdução da reportagem objetiva e o estilo direto do lead noticioso teriam definido cânones discursivos próprios à prática jornalística. Contudo, vários autores (Ruellan, 1993; 1994; 1997; Delporte, 1995; Martin, 1997) mostram que a prática de reportagem e o uso da entrevista como forma de apreensão da realidade vieram, na verdade, da literatura. “É, portanto, a uma tradição literária antiga (que remonta também aos realistas Balzac, Flaubert, Stendhal, e ao inclassificável Hugo) que o jornalismo francês deve ter ‘inventado’ a reportagem, que consiste na base do *métier* moderno da informação. Tradição à qual vieram se juntar as ‘técnicas’ estadunidenses” (Ruellan, 1992 : 33). Costa (2005), por sua vez, mostra como, no Brasil, o uso de uma linguagem concisa e objetiva, uma das principais marcas estilísticas do jornalismo, já integrava as experimentações do Movimento Modernista, tendo sido defendida e praticada por escritores como Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos.

Essa porosidade constitutiva das relações entre jornalismo e literatura se materializa em certas clivagens que atingem o interior desses espaços, onde jornalistas e escritores são capazes de criar e difundir novas produções que partilham de características híbridas e são aceitas pelos produtores e pelos públicos dos dois mundos. Becker (1982) descreve esse processo de segmentação de um mundo social, que implica na constituição de novas estruturas organizacionais capazes de suportar tais criações. É o caso do jornalismo literário, formato que se apropria do estilo e de técnicas da ficção na prática da reportagem, atribuindo elementos estéticos à produção de informações. Nesse caso, mais do que um simples resgate da herança literária do jornalismo, trata-se de um movimento de inovação que afeta os dois mundos, com a criação de novas convenções (linguagem, técnica narrativa etc.), e de uma rede própria de criadores (existe, inclusive, uma Academia Brasileira de Jornalismo Literário), colaboradores (editores, críticos, etc.) e públicos.

Jornalismo e História

A mesma grade analítica pode ser aplicada para entender as relações entre jornalismo e história – embora com algumas distinções. Antes de tudo, não existe o mesmo interesse de jornalistas e historiadores em uma sobreposição de estatutos. Haveria momentos de confluência entre os dois mundos sociais, o que Lavoinne (1992) chama de “avatares”. Esse processo também depende da existência de um público capaz de consumir essas produções híbridas. Dá origem a um novo segmento na fronteira entre a história e o jornalismo (as biografias e as obras de jornalismo histórico).

Na primeira tipologia descrita por Lavoinne, o jornalista é visto como um “servidor” da História. Ele teria consciência de produzir um material que, no futuro, será utilizado por historiadores. Essa concepção emerge na França, em meados da década de 1930, com o declínio da ideia positivista de que o imediatismo do jornalismo não garantiria a imparcialidade necessária ao trabalho do historiador. Essa mudança implica numa valorização do trabalho do jornalista servidor da História, capaz de aliar as qualidades de informante e escritor.

Em um segundo momento, o jornalista é visto como um “historiador do imediato”, representação que se constituiu a partir do alargamento da fórmula jornalista-historiador. Isso se daria pela afirmação de uma identificação metodológica entre os dois campos, que produzem um discurso a partir da crítica das fontes de informação. E pela integração do jornalista à comunidade de historiadores, por meio de um processo de reestruturação do campo intelectual, que resulta na produção de várias obras destinadas à análise do imediato. Assim, uma nova categoria de literatura crítica emerge, o “jornalismo-histórico, movimento, fundado em imperativos comerciais (um estilo destinado a um público mais amplo) e em uma desarrumação teórica (a consciência da interação entre o observador e o observado)” e que vai turvar os limites entre dois territórios específicos (Lavoinne, 1992: 47)

Uma última tipologia de jornalistas-historiadores aparece recentemente e define o profissional da imprensa como o mediador (técnico) da História. Com o advento das transmissões ao vivo pela televisão, o jornalismo se colocaria como um intermediário entre o momento histórico e o público. Como mediador, o jornalista passar a narrar a história sob a ótica da emoção e não da compreensão dos eventos sociais.

Apesar da materialização dessas relações em avatares, a proximidade entre jornalismo e história é marcada pela desconfiança. Não é possível fazer aqui uma revisão bibliográfica capaz de sustentar essa hipótese. Partimos do pressuposto de que, embora os dois mundos partilhem de um número razoável de convenções (ambas fazem referência ao acontecimento e à realidade social, fazem uso da linguagem referencial, de entrevistas e fontes documentais como técnicas de pesquisa, etc.), as redes de cooperação do jornalismo e da história são relativamente autônomas. Por um lado, o historiador geralmente se dirige a um público de pares, e faz uso de um mercado editorial bastante específico (de livros acadêmicos). E a própria estrutura de atribuição de notoriedade no mundo universitário vê com desconfiança historiadores e obras que visam o grande público (diferente do jornalista e também de alguns escritores). Além disso, as possibilidades de cooperação entre jornalistas e historiadores acontecem em condições bastante específicas (como o uso do historiador como fonte pelos jornalistas; ou uso dos jornais como fontes pelos historiadores.) e são fortemente estruturadas. Essas distinções parecem explicar as tensões que eventualmente envolvem os dois mundos e a possível desconfiança com a figura do jornalista-historiador.

Jornalismo e o tempo

As relações entre o jornalismo e o tempo estão presentes na vasta literatura que se dedica ao tema (Franciscato, 2005; Mattelard e Mattelard, 1997; Wolton, 2004; Ramonet, 1999). O próprio nome 'jornalista' está ligado a essa relação intrínseca com o tempo – (*journaliste*, que vem do francês *jour* e significa analista do dia). A compreensão da sociedade contemporânea passa pelas narrativas jornalísticas que dão conta do presente. Descrever a atualidade é uma forma de capturar o tempo, de subsidiar o historiador do futuro sobre a história do presente.

A ideia cultivada pelo senso comum de que o jornalista é uma testemunha ocular da História tem um percurso antigo que se perde na linha do tempo. Correspondentes estrangeiros ou enviados especiais em zonas de conflito muitas vezes são imbuídos desse ideal e partilham da crença de que tem uma missão a cumprir: contar o mundo ao mundo através da lente singular do repórter que descreve, narra e interpreta os fatos.

Foi o que fez o jornalista gaúcho Flávio Tavares, no livro *1961, o golpe derrotado* (2011). Ele narra o episódio em que atuou como repórter e testemunha de um dos fatos mais marcantes da história do Brasil. Em 230 páginas e 20 capítulos, reconstitui a resistência do Rio Grande do Sul à tentativa de golpe organizada pelas Forças Armadas para impedir que o então vice-presidente da República, João Goulart, assumisse a presidência após a súbita renúncia de Jânio Quadros. Tavares era repórter do jornal *Última Hora* de Porto Alegre.

As relações entre jornalismo e história são tão entrelaçadas que a jornalista italiana Oriana Fallaci (1929-2006) não hesitou em dar o título de *Entrevista com a História* (Fallaci, 1974) para um de seus livros, que reúne entrevistas com 18 personalidades políticas realizadas na década de 1970. Em mais de 300 páginas, ela registra conversas exclusivas com figuras-chaves do século XX, como Henri

Kissinger, Willy Brandt, Indira Ghandi, Golda Meir, Yasser Arafat e Dom Helder Câmara, a quem ela se refere como “o homem mais importante do Brasil e talvez da América Latina” (1974: 267). Com extraordinária coragem, a polêmica jornalista italiana coloca perguntas impronunciáveis para reis, chefes de estado, líderes revolucionários, políticos poderosos, dominando um perfeito tom de confidencialidade e crítica, sem jamais perder o respeito pela pessoa à sua frente. Fallaci perguntou a Kissinger se a guerra do Vietnã não era uma guerra inútil, a Dom Helder se havia lido Marx e ao Xá do Irã por que era um rei tão triste. O livro foi saudado, como um testemunho inestimável de nossa época e uma fonte imprescindível a qual deveriam recorrer aqueles que quisessem conhecer mais profundamente algum aspecto da sociedade daquele período da história do mundo contemporâneo. Sobre a própria obra, Fallaci escreveu, no prólogo:

Este libro no quiere ser más do que lo es: es decir, un testimonio directo sobre dieciocho personajes políticos de la historia contemporánea. No quiere prometer nada más que lo promete ser: es decir, un documento a caballo entre el periodismo y la historia. Pero tampoco quiere presentarse como una simple recopilación de entrevistas para los que estudian el poder y el antipoder. Yo no me siento, ni lograré jamás sentirme un frío registrador de lo que escucho y veo. Sobre toda experiencia profesional dejo jirones del alma, participo con aquel a quien escucho y veo como si la cosa me afectase personalmente (Fallaci ,1974: 9).

Mas será que a imprensa tem outro papel além de registrar a história do presente? Será que os relatos da imprensa podem modificar o curso da história? Ou alterar a versão oficial da história? Todos têm em mente o engajamento de Ernest Hemingway na guerra civil espanhola. As obras literárias e jornalísticas do escritor americano teriam influenciado a interpretação dos fatos?

Nesta linha de pensamento, o jornalista norte-americano Anthony de Palma (2006) defende a ideia que Fidel Castro teria sido inventado pelo repórter Herbert Matthews, correspondente americano em Cuba na época da revolução castrista. Segundo Palma, Matthews, ao construir uma falsa imagem de Fidel como homem democrata e líder anticomunista, teria enganado deliberadamente o público norte-americano. Com isso, arruinou sua carreira de 45 anos como correspondente internacional e ainda foi acusado de inocente útil a traidor da pátria.

O que move o jornalista? Para Carlos Fino, há uma espécie de imperativo categórico da profissão ao qual não podemos nos eximir. Estamos aqui dispostos a arrostar com sacrifícios e a arriscar a vida em nome de quê? Por que somos missionários da verdade e é esta a nossa vocação? Ou porque aceitamos ser os tamborileiros da corte em troca de uma vida de aventura, transformados em peregrinos sem fé? (Fino, 2003: 259)

Viagens com Heródoto

O jornalista polonês, Ryszard Kapuscinski, nascido em 1932, em Pinsk (atualmente parte da Bielo Rússia), em seu livro *Minhas Viagens com Heródoto - entre a história e o jornalismo* (2004), se utiliza do “Pai da História” para narrar suas primeiras experiências de viagem como repórter.

Tudo começou quando o jovem Ryszard Kapuscinski, jornalista, recém formado pela universidade de Varsóvia, em plena Guerra Fria, foi designado pelo jornal *Juventude Comunista* para fazer uma viagem à Índia. “Não fui enviado para a Índia como um turista e sim como um emissário com o propósito de relatar o que se passava à minha volta” (Kapuscinski, 2004: 33). Pouco antes de viajar, recebeu como presente de sua chefe, um exemplar do livro *História*. Com Heródoto, Kapuscinski aprenderia não apenas os caminhos percorridos pelo grego na descoberta dos grandes impérios persas e egípcios, mas teria suas primeiras lições de jornalismo. Para o polonês, *História* teria sido a primeira grande reportagem da literatura mundial.

Em noites solitárias na África ou nos labirintos da Índia, sem falar uma palavra sequer em qualquer idioma a não ser o polonês, Kapuscinski tinha o livro *História* como seu único guia, sua bússola, seu companheiro de viagem. O autor mergulha em uma dupla viagem de descoberta: a sua, como jornalista da atualidade e a de Heródoto, que descreve o mundo cinco séculos antes de Cristo. Heródoto é, para Kapuscinski, guia e amparo em suas andanças pelo planeta, procurando resquícios de uma arqueologia da notícia. Como Heródoto se deslocava 2.500 anos atrás? Como percorria desertos e mares? Como atravessava fronteiras geográficas e culturais? Tinha escravos? Tinha tradutores? Andava à cavalo ou à pé? Como trabalhava?

Para o jornalista polonês, Heródoto era “um repórter nato: viaja, olha, conversa, escuta – para depois tomar nota daquilo que descobriu e viu, ou então simplesmente para não esquecer” (Kapuscinski, 2004: 116). Com Heródoto, Kapuscinski aprendeu não apenas as técnicas das narrativas jornalísticas, mas, sobretudo, o desejo de tentar compreender e respeitar as culturas alheias. “O fato é que Heródoto jamais se rebela ou critica diferenças e costumes; seu propósito é conhecer, compreender e descrevê-las” (Kapuscinski, 2004: 121).

São lições que o jornalista polonês jamais esqueceria a partir dessa primeira viagem, como um ritual sagrado de iniciação. Depois viriam outros caminhos, outros países, outros fatos históricos que iria registrar em suas memórias de repórter.

Ryszard Kapuscinski foi um dos mais importantes correspondentes do século XX. Após sua experiência de “foca” na Índia, quando tinha vinte e poucos anos, trabalhou para a agência estatal de notícias da Polônia (*Polska Agencja Prasowa*), cobriu 27 revoluções, diversos golpes de Estado e guerras civis em países da África, da Ásia e da América Latina. Esteve na China de Mao Tse Tung durante a Revolução Cultural, testemunhou os horrores do ditador Aylé Salassiê, na Etiópia, relatou a miséria no Congo e no Sudão. Foi um dos primeiros jornalistas a chegar ao Irã para

cobrir os últimos dias do xá Reza Pahlevi e o triunfo da revolução islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini.

Como Kapuscinski, os correspondentes de hoje também, muitas vezes, são jogados no mundo sem qualquer conhecimento prévio da realidade que os aguarda. Na maioria das vezes, desconhecem língua e cultura dos países onde se desenrolam os fatos que devem cobrir. “Passei noites em claro tentando descobrir algo sobre os guerrilheiros nas selvas da Birmânia e na Malásia, sobre os levantes em Sumatra ou em Sulawesi, ou ainda sobre a rebelião da tribo Moro, nas Filipinas. Mais uma vez o mundo se apresentou como algo gigantesco, impossível de ser penetrado e compreendido” (Kapuscinski, 2004: 87).

Hoje vivemos cercados de livros, arquivos, documentos armazenados em papel ou nas nuvens. Mas, para Heródoto, o único depositário da memória é o homem. Ele apura os fatos ouvindo o povo nos vilarejos e cidades onde passa. Constrói suas narrativas a partir das fontes que lhe fornecem informações. Mas sempre adverte o leitor sobre a diferença daquilo que ouviu e viu pessoalmente daquilo que lhe foi transmitido por testemunhas de fatos que não presenciou. E sublinha: “me contaram”:

Heródoto sabia disso há mais de dois mil anos. Ao escrever sua História, Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explicações dos Gregos, assim como as dos Bárbaros, permanecessem ignoradas; desejava ainda, sobretudo, expor os motivos que os levaram a fazer guerra uns contra os outros. (Kapuscinski, 2004: 102).

O correspondente de hoje desbrava cidades, florestas, mares e desertos na busca de informações que serão relatadas ao público. E, como Heródoto, nem sempre chega na hora que a bomba explode, o avião cai, o furacão passa. O jornalista deve reconstituir os fatos a partir do relato das fontes, das testemunhas, das autoridades e dos homens

comuns, para tecer a história que, numa soma de fragmentos, surgirá completa na notícia.

Considerações finais: o Jornalismo, entre a Literatura e a História

Todo trabalho do homem para permanecer na história está ligado à memória. E a memória é frágil, efêmera, falível. Daí a necessidade de tudo registrar. Trabalho insano, cotidiano e fugaz do jornalista que deve dar conta do mundo no menor prazo de tempo. “Que dizer ao nosso desconhecido arqueólogo do futuro se um dia, por acaso da fortuna ou milagres da tecnologia, ele captar algum eco de nossa mensagem de perplexos viventes do terceiro milênio?”, pergunta Alfredo Bosi (2005: 01), referindo-se à vulnerabilidade das civilizações, todas elas condenadas ao desaparecimento, segundo a sabedoria do Eclesiastes, de que “tudo passa”.

Poderíamos fazer a mesma pergunta aos jornalistas. Se o mundo acabasse agora e restassem apenas, milagrosamente, os registros da mídia sobre nossa era, seria possível interpretar nossa civilização?

Uma das respostas possíveis é que o jornalista produz um tipo de conhecimento adequado a sua época. Faz o registro do presente em uma amálgama de fatos, fotos, sons, bits. Conta histórias que nem sempre interessam à História. Busca compreender (e explicar o mundo), como fazem os historiadores, os cientistas sociais e romancistas do século XIX até início do século XX.

Mas capítulos e episódios que nem sempre têm suíte. O que acontece com a matéria jornalística quando ela sai das manchetes? Existe um limbo para as notícias mortas esperando redenção? Será que os laços que atam jornalismo, literatura e história tem verdadeiramente sentido para o homem em sua breve passagem pelo planeta?

Na verdade, pouco importa o que sobraria da história do mundo na história da mídia. Kapuscinski diz que: “Heródoto já sabia, muitos séculos antes de nós, de uma característica importante e também

perversa da memória – os homens se lembram daquilo que querem se lembrar e não do que realmente aconteceu” (2004: 291). Para ele, “a restituição do passado, da forma como ele se deu é impossível; nós temos acesso às suas variantes mais ou menos dignas de fé, mais ou menos satisfatórias. O passado não existe mais. Existem tão somente suas incontáveis versões” (2004: 291).

Referências

BECKER, H. S.. **Art worlds**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1982.

BECKER, H. S.. **Propos sur l'Art**. Paris : l'Harmatan, 1999.

BOSI, A.. Ao arqueólogo do futuro. O futuro nos absolverá? **Carta Maior**, Ed. Arte e Cultura, 01 dez. 2005. Disponível em: < http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=8373 >. Acesso em: 03 dez, 2012.

CELESTINO, L. **História e jornalismo: aproximações e distanciamentos**. VIII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, Guarapuava, 28 a 30 abr. 2011. Anais. Unicentro, Guarapuava, 2011, 12 p.. Disponível em < http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Historia%20e%20jornalismo%20aproximacoes%20e%20distanciamentos.pdf/at_download/file >. Acesso em: 03 dez, 2012.

CLARKE, A. E.; GERSON, E., M.. Symbolic interacionismo in Social Studies Sciences. In: BECKER, H. S. & MACCAL, M. M. (orgs.). **Symbolic interaction and Cultural studies**. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1990, p. 179-214.

COSTA, C. **Pena de aluguel: escritores-jornalistas no Brasil: 1904-2004**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DELPORTE, C.. **Histoire du journalisme et des journalistes en France** (du XVIIème siècle à nos jours). Paris: Press Universitaires de France, 1995.

DELPORTE, C. **Les journalistes en France (1990-1950)**. Naissance et construction d'une profession. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

FALLACI, O. **Entrevista com la historia**. Barcelona: Noguer, 1974.

FERENCZI, T. **L'invention du journalisme en France**. Naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle. Paris: Plon, 1993

FINO, Carlos. **A Guerra ao Vivo**. São Paulo: Verbo, 2003.

FRANCISCATO, C. E. **A Fabricação do Presente – Como o Jornalismo Reformulou a Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais**. São Cristóvão (SE): Editora Universidade Federal de Sergipe, 2005.

GILMORE, S. Art worlds: developing the interactionist approach to social organization. In: BECKER, H. S & MCCALL, M. M. (orgs.). **Symbolic interaction and cultural studies**. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 1990, p. 148-178.

KAPUSCINSKI, R. **Minhas viagens com Heródoto – entre a história e o jornalismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

LAVOINNE, Y. Le journaliste, l'Histoire et l'historien. Les avatars d'une identité professionnelle (1935-1991). **Réseaux**, n. 51. 1992, p. 39-53

MARTIN, M. **Medias et journalistes de la République**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1997.

MATTELARD, A.; MATTELARD, M. **Histoires de theories de la communication**. Paris: La Découverte, 1997

MEDINA, C. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de

Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MEDINA, C. **Notícia: um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial.** 2ª ed. São Paulo: Summus editorial, 1988.

MESQUITA, M.C. e SANTOS, R.M. **A história e a memória nas crônicas de Rachel de Queiroz no livro O Caçador de Tatu.** CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG – CONPEEX, 3., 2006, Goiânia. Anais eletrônicos do XIV Seminário de Iniciação Científica [CD-ROM], Goiânia: UFG, 2006. n.p.

PARRATT FERNÁNDEZ, S. Periodismo y literatura: una contribución a la delimitación de la frontera. **Estudios sobre el mensaje periodístico**, n. 12, 2006, p. 275-284.

PEREIRA, F. H. As relações entre jornalismo e história: um jogo de distinção e justaposição entre espaços. **Verso e Reverso** (Unisinos), v. 44, 2006, 8p. Disponível em: < <http://www.yersoereverso.unisinos.br/index.php?e=8&s=9&a=68> >. Acesso em: 03 dez. 2012.

PEREIRA, F. H. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil.** São Paulo: Summus, 2011.

RAMONET, I. **La tyrannie de la communication.** Paris: Galilé, 1999.

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, n 31, 2003, p. 147-160.

RINGOOT, R. ; UTARD, J.-M. Genres journalistiques et “dispersion” du journalisme. In: RINGOOT, R. ; UTARD, J.-M. (orgs.). **Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs.** Rennes : PUF,

2005, p. 21-47.

RUELLAN, D. Le professionnalisme du flou. *Reseaux*, n. 51, 1992, p. 25-37

RUELLAN, D. **Le professionnalisme du flou. Identité et savoir-faire des journalistes français.** Grenoble: PUG, 1993.

RUELLAN, D. Las fronteras d'une vocation. In : LACAN J-F; PALMER M.; RUELLAN, D. **Les journalistes: Stars, scribes et scribouillards.** Paris: Syros, 1994, p. 207-272.

RUELLAN, D. **Les pro du journalisme. De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel.** Rennes: PUR, 1997.

STRAUSS, A. L. **Miroirs et masques: une introduction à l'interactionnisme.** Paris: Métailié, 1992.

TRAVANCAS, I. S. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus, 1992.

TAVARES, F. **1961, o golpe derrotado.** Porto Alegre: L&PM, 2011.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação.** Brasília. Ed. UnB 2004.

Eichmann em Jerusalém: a reportagem-ensaio e o Jornalismo Literário como registro da História. Hannah Arendt na revista *The New Yorker*

Rogério Borges¹

Sérgio Dayrell Porto²

Thaís de Mendonça Jorge³

1 Rogério Borges é jornalista graduado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com mestrado em Estudos Literários e Linguística pela UFG e doutorado em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), repórter e colunista do jornal *O Popular* (Goiânia). Autor do livro *Jornalismo Literário: Teoria e Análise* (Editora Insular). Coautor do livro *Caminhos da Reportagem – O Jornalismo e Seus Bastidores*, em parceria com Deire Assis e Vinicius Sassine (Editora PUC Goiás / Editora Cànone).

2 Sérgio Dayrell Porto é Ph.D e pós-doutor em Comunicação pela McGill University, Montreal, Canadá, com estágio sênior no CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França. Hermeneuta e analista dos discursos da mídia, é pesquisador do CNPq e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação da FAC/UnB. Organizador do livro *O JORNAL – da forma ao sentido*, de Maurice Mouillaud. Editora UnB, 3ª. Edição, 2012.

3 Thaís de Mendonça Jorge é jornalista com experiência na imprensa diária e em assessorias de comunicação. Desenvolve pesquisas em mídia e política, jornalismo digital, gêneros jornalísticos e rotinas produtivas. É professora da UnB desde 1990, onde completou Mestrado e Doutorado, tendo feito estágio de pós-doutoramento na Universidade de Navarra (Espanha).

Publicado na revista *The New Yorker* – representante do Novo Jornalismo nos EUA –, o texto *Eichmann em Jerusalém*, depois expandido em livro, promove o diálogo entre o jornalismo e a literatura a partir do debate de um fato histórico da maior importância para a humanidade: o genocídio nazista contra os judeus. Neste capítulo, propomos uma análise da obra da filósofa Hannah Arendt sob o olhar do Jornalismo Literário e de vários de seus aspectos particulares. Esse texto clássico foi pensado como uma reportagem-ensaio sobre o julgamento de Adolf Eichmann, criminoso nazista capturado na Argentina e levado a julgamento em Jerusalém em 1961.

A filósofa Hannah Arendt publicou, em 1961, na revista norte-americana *The New Yorker*, um relato sobre o julgamento tardio do criminoso nazista Adolf Eichmann, transformado em livro em 1963, sob o título *Eichmann em Jerusalém – Um relato da banalidade do mal*. O texto de Arendt é aqui definido como uma reportagem-ensaio. Busca elementos narrativos próprios da literatura e une dois gêneros textuais: a reportagem, gênero tipicamente jornalístico e ligado à tradição da objetividade, na escola do jornalismo informativo (Alsina, 2009; Chaparro, 2007; Genro Filho, 1996; Jorge, 2008; Kovach & Rosenstiel, 2003; Kunczik, 2001; Lage, 1993a, 1993b, 2005; Marcondes Filho, 1989; Medina, 1988; Mouillaud & Porto, 2002; Pena, 2008; Ponte, 2005; Schudson, 2010; Traquina, 1999, 2004, 2005, 2008); e o ensaio, texto literário breve. Este último, colocado entre o poético e o didático, expõe reflexões a respeito de um tema, que pode partir de uma área mais específica, como a literária (Meyer, 2007; Lafetá, 2004); de uma formação pessoal (Proust, 2001); de um método de apreender e comentar o mundo, e pode mesmo assumir um tom confessional (Candido, 2006; Freire, 2010).

O presente estudo se propõe a fazer uma análise sobre o projeto jornalístico empreendido por Hannah Arendt, discutindo a

hipótese de que a filósofa teria lançado mão, por um lado, de recursos da literatura, tomando um caminho alternativo ao construir sua narrativa. Por outro lado, enveredando por apreensões mais complexas de uma realidade histórica igualmente intrincada – o que exigiu uma visão sofisticada e erudita da situação, conjugando diversos planos no texto – a autora teria conseguido provocar uma ruptura com modelos jornalísticos tradicionais e se inserido no que pode ser compreendido como Jornalismo Literário.

“Dá para sentir que a história, como toda história verdadeira, está incompleta” (Arendt, 2009, p. 127). Teria ela conseguido ser imparcial, neutra, verdadeira em sua empreitada? Esta seria a pergunta da pesquisa sobre esta reportagem-ensaio, que averigua: a) o contrato de leitura que um autor estabelece com o leitor; b) a credibilidade do relato e sua questionável ligação com a chamada *verdade dos fatos*, um dos cânones do jornalismo contemporâneo; e c) a contraposição com a subjetividade da interpretação e a criatividade no uso das palavras. Ao se enquadrar na vertente do Jornalismo Literário, *Eichmann em Jerusalém* se inscreve assim em uma discussão polêmica e conflituosa, em que há certa dubiedade sobre o que enfeixa o real e o fantasioso, o factual e o inventivo, o verificável e o imaginado, senão num mesmo espectro, em construções similares, vizinhas e mesmo complementares.

A revista *The New Yorker* foi fundada em 1925. Inicialmente, tinha foco na cidade de Nova York e a intenção de praticar um humor refinado, crítica social e política sob a forma de ensaios, crônicas e reportagens. Nos anos 1960 a publicação aderiu a uma corrente de jornalismo que visava demolir o modelo da pirâmide invertida – sistema que preconiza a organização hierárquica do texto jornalístico, por ordem de importância dos fatos – corrente essa que seria mais tarde batizada como *Novo Jornalismo*. Segundo Barros (JORGE; BARROS, 2011), o Novo Jornalismo tem suas raízes no contexto sociocultural dos Estados Unidos, onde despontavam “a contracultura, o movimento pelos direitos civis dos negros e a Guerra do Vietnã”, assinalando

mudanças importantes na sociedade e introduzindo o estilo de fazer jornalismo como uma “divisão entre os jornalistas que cobriam os acontecimentos do dia a dia e os que produziam o *feature*, ou seja, se dedicavam a matérias especiais, fundamentalmente de interesse humano”. Na conceituação desta autora, o Novo Jornalismo seria uma técnica que utiliza basicamente a reportagem, mas emprega “um tipo de escrita situado entre o jornalismo informativo e o estilo literário”.

Neste estudo, entretanto, apenas pontuamos a existência do Novo Jornalismo como tendência, pois nosso objetivo é examinar a possibilidade de ver o texto *Eichmann em Jerusalém* como uma forma de Jornalismo Literário, explorando o gênero reportagem-ensaio, como veremos mais adiante. Os editores da *New Yorker* sabiam dos riscos que corriam ao tomar a decisão de enviar para a cobertura do julgamento de Adolf Eichmann uma das intelectuais mais destacadas do Ocidente, cuja origem judia era conhecida. Ela havia sido hostilizada pelo regime de Hitler e teve amigos perseguidos. *Eichmann em Jerusalém* contém essa discussão em seu cerne e foi alvo de críticas nesse sentido. Para incrementar a polêmica ainda há o fato de Arendt ter mantido um público e notório relacionamento com outro filósofo de monta, Martin Heidegger, uma das personalidades mais importantes a aderir ao nazismo.

Jornalismo, história e realidade

O jornalismo tradicional – na definição aqui adotada – compreende o discurso informativo nos formatos mais disseminados, como a notícia e a reportagem. Em sua fase noticiosa, na definição de Habermas (apud Genro Filho, 1996), caracteriza-se por balizas discursivas que privilegiam a objetividade no relato dos fatos, dentro de perspectivas inerentes às demandas sociais de informação, que seja cada vez mais útil, interessante e rápida. São concepções e práticas discursivas ligadas, entre outros planos, ao ambiente financeiro e às mudanças do cenário em que as empresas de comunicação atuam

(Medina, 1988; Schudson, 2010); às transformações simbólicas na esfera jornalística e suas respectivas cobranças (Marcondes Filho, 1989; Kovach & Rosenstiel, 2003); aos elementos, internos ou externos à feitura do texto noticioso, que interferem na elaboração do relato jornalístico (Alsina, 2009; Ponte, 2005).

É uma definição que abrange algumas das teorias da comunicação (as teorias do *newsmaking* e do *gatekeeping*) e aponta em direção ao jornalismo mais conhecido do público, a partir de meados do século XIX, nos Estados Unidos, e do século XX no Brasil, qual seja, aquele que vai direto à narração dos fatos, que se arvora em ser totalmente isento e que apaga a figura do repórter, enquanto mediador das informações. Assim, o jornalismo tradicional está ancorado em regras e apreciações razoavelmente rígidas, que levam a um nível de padronização amparada em papel social desempenhado, em tese, imparcialmente. A estratégia do jornalismo informativo baseia-se na fórmula do lide, em que os dados principais do fato aparecem no início (ou cabeça) do texto, respondendo às perguntas *quem, o que, quando, como, onde e por quê*. As seis perguntas, que se assemelham aos quesitos do relato oral de uma história, orientam o texto no sentido de uma comunicação rápida com o público consumidor, ordenamento que se realiza dentro de rotinas de produção e patrimônios simbólicos específicos.

Por volta de 1960, Hannah Arendt, que já havia lançado seu *A Origem do Totalitarismo*, em 1951, estava atenta aos acontecimentos sobre a questão judaica e o justicamento dos nazistas. Ela havia acompanhado o Julgamento de Nuremberg, em que criminosos nazistas foram levados ao banco dos réus. No verão, Arendt e Heinrich Blücher, seu segundo marido, passavam férias em uma localidade próxima a Nova York. Estava em um período de lazer, “nadando e jogando xadrez” com amigos, como descreve sua biógrafa Elisabeth Young-Bruehl, quando as discussões acerca de uma série de reportagens sobre Adolf Eichmann passaram a ficar mais frequentes nas conversas entre eles.

Arendt amadureceu, naqueles dias de descanso, a ideia de

também ser repórter. Depois de discutir alguns aspectos legais sobre o projeto com o amigo Karl Jaspers, “ela decidiu se apresentar como uma repórter a William Shawn, o editor da *The New Yorker*” (Young-Bruehl, 1982, p. 328). Shawn aceitou, com entusiasmo, a oferta de Arendt e propôs a ela um trabalho que tomasse como referência a antológica reportagem de John Hershey na revista, em 1946, contando os horrores do pesadelo nuclear em Hiroshima⁴. Nascia ali o projeto de *Eichmann em Jerusalém*, em que Hannah Arendt mostrou um talento ímpar para a grande reportagem sem, contudo, deixar a bagagem pessoal fora dessa experiência.

Otto Adolf Eichmann (1906-1962) foi levado a Israel para ser julgado por um tribunal presidido por três juízes. Oficial (tenente-coronel) da SS nazista, ele era encarregado de organizar a logística de transferência em massa de judeus para os campos de extermínio no Leste Europeu, ocupados pela Alemanha. Em 1960, foi capturado na Argentina, pela agência de inteligência israelense Mossad, onde vivia sob nome falso. Em Jerusalém, ele foi considerado culpado de 15 crimes, o maior deles, o crime de lesa-humanidade, e condenado à morte por enforcamento, o que ocorreu em 1962.

Jornalismo Literário e ensaio

Sabemos que jornalismo e literatura sempre tiveram, no passar dos tempos, um longo namoro, com períodos de aproximação e distanciamento que terminaram por gerar novos frutos híbridos. Escritores que mantiveram (e mantêm) carreira jornalística não são poucos, como Ernest Hemingway, George Orwell, Daniel Defoe, Edgar Allan Poe, Fiodor Dostoiévski, Honoré de Balzac, Ítalo

⁴ John Hershey publicou, em 1946, em edição especial da revista *The New Yorker*, o texto *Hiroshima*, contando, um ano depois do bombardeio atômico sobre a cidade japonesa, o drama de seis sobreviventes do episódio que encerrou a 2ª Guerra Mundial. Depois transformada em livro, a reportagem se tornou um clássico por vários motivos. O principal deles foi sua importância histórica e de denúncia.

Calvino, Gabriel García Márquez, Machado de Assis, Olavo Bilac, Castro Alves. Os vínculos viriam desde a origem comum, na arte de contar, até os efeitos junto aos leitores, “passando por questões como linguagem, organização do discurso, tratamento de temas, personagens, aos dogmas da objetividade, imparcialidade e isenção” (Jorge & Borges, 2008, p. 81-201).

No célebre perfil que traçou do cantor Frank Sinatra sem ter entrevistado o artista, Gay Talese (2004) tangencia as fronteiras entre Jornalismo Literário e ensaio. A combinação inicial do repórter-escritor com os produtores seria colher o depoimento do cantor, mas a negativa do artista, em razão de uma crise de garganta, propiciou uma observação diferenciada, menos formal do personagem. Teria Talese sido inconsequente na abordagem, em suas impressões, no modo de falar sobre *A voz?* Sem dúvida houve esse risco, entretanto, não teríamos garantias de que o grau de verdade seria menor ou maior caso a entrevista tivesse ocorrido. Sinatra poderia mentir (como todo entrevistado) e essa mentira seria divulgada como verdade. Talese poderia ser desarmado pela eventual simpatia do artista ou poderia ter má vontade para com ele, caso houvesse uma descortesia na conversa entre os dois. Em ambos os casos, o perfil estaria contaminado pelos sentimentos do repórter, que os incluiria na narrativa sem assumi-los, talvez até inconscientemente, o que seria pior para um jornalismo que procura ser neutro e imparcial.

Ao se distanciar um pouco do retratado, o jornalista, de alguma forma, protege-se desses perigos, ainda que assuma a responsabilidade pelas próprias observações, tomadas como *verdadeiras*. A nosso ver, isso só demonstra que o jornalismo é cheio de alternativas, que há circunstâncias mais ou menos propícias para erros e acertos. O Jornalismo Literário – conceituado como uma vertente que promove um diálogo profundo entre jornalismo e literatura, resultando num outro discurso, autônomo e independente em suas características – hibridiza e inova (Borges, 2013; Chillón, 1993; Castro, 2010), embora não esteja isento de equívocos, assim como não o está outra modalidade qualquer de discurso informativo.

Como, então, descobrir a verdade? O trecho abaixo de *Eichmann em Jerusalém* encaixa-se neste questionamento, já que a autora, a partir dos elementos que tem em mãos, pontua uma dúvida, levantando-a não exatamente como sinal da fragilidade do trabalho, porém, orientando um debate fundamental para o entendimento de todo o processo relatado.

Será que o sr. Hausner [procurador-geral do governo israelense presente no julgamento com a missão de acusar o réu Adolf Eichmann] realmente acreditava que os julgamentos de Nuremberg teriam prestado mais atenção no destino dos judeus se Eichmann estivesse no banco dos réus? Dificilmente. Assim como todos em Israel, ele acreditava que só um tribunal judeu poderia fazer justiça aos judeus, e que era tarefa dos judeus julgar seus inimigos. (Arendt, 2009, p. 17)

Diante de tais questões, a pergunta crucial talvez seja mais de uma: o que é a verdade no jornalismo? Há como descobrir a verdade? A resposta, entretanto, pode ser dada de maneira um tanto tangencial. Se não há como definir o que é verdadeiro, há formas – e até obrigações, no caso do jornalismo – de se aproximar da verdade. Os recursos estratégicos, nesse sentido, não estão restritos à informação factual; de forma semelhante, estendem-se à criação literária. Aristóteles (1997) expõe essa preocupação em *Poética*, assinalando a importância do verossímil nas encenações do teatro grego para o convencimento do público, o que, no decorrer dos séculos, foi analogizado para outros gêneros. Quando a criação ficcional já podia ser conceituada como literatura, vários outros esforços foram realizados. Um exemplo bem conhecido é a obra *Mimesis*, de Eric Auerbach (2001), em que o caráter anímico e a âncora na realidade do que era dito nas criações são analisadas em profundidade, num reconhecimento da necessidade desses elementos. Paul Ricoeur (2005) também aprofunda a reflexão, ao explicar a dinâmica da metáfora: o emprego desta figura de linguagem não mascararia a verdade e sim auxiliaria no esclarecimento.

A afirmação do *verdadeiro* traz embutida a negação do *falso* e vice-versa, em um movimento de mão dupla. Como diz Vargas Llosa (2004, p. 18), “não é o enredo que decide a verdade ou a mentira em uma obra de ficção. Senão que ela seja escrita, não vivida, que seja feita de palavras, e não de experiências concretas”. Isso tudo, no entanto, é muito claro em tese. Explorando o raciocínio do escritor e ensaísta peruano, chega-se a um gargalo: o jornalismo é o relato de experiências concretas, está na esfera do vivido, e é composto por palavras. Ainda que seja apenas falado, sua composição é discursiva. Ele é, antes de tudo, um registro escrito, construído, e não reflete a realidade tal qual um espelho, como pregava a chamada e hoje quase unanimemente refutada Teoria do Espelho (Traquina, 2005; Pena, 2008; DeFleur & Ball-Rokeach, 1993). Vargas Llosa defende que a ficção tem uma “realidade” própria, que existe uma “verdade na mentira”. O reverso dessa equação não seria, portanto, provável? Os discursos factuais também não estariam inevitavelmente impregnados de imagens, metáforas, representações, visões pessoais, até mesmo inverdades? Não estaríamos sempre lidando com uma “mentira na verdade”? Hannah Arendt trabalha de maneira muito especial essas encruzilhadas. Ela sabe que não pode chegar à verdade pura, luta por se aproximar dela e não escamoteia as limitações intrínsecas a esse empreendimento.

Em vista de seu assombroso virtuosismo em nunca eliminar da memória um estado de espírito ou uma frase ‘animadora’ – virtuosismo que demonstrou insistentemente durante o interrogatório da polícia –, é tentador acreditar em sua sinceridade quando falava de sua estada em Viena como de um idílio. Dada a completa falta de coerência entre seus pensamentos e sentimentos, essa sinceridade não é alterada nem mesmo pelo fato de que aquele ano em Viena, da primavera de 1938 a março de 1939, coincidiu com uma época em que o regime nazista abandonara sua atitude pró-sionista (Arendt, 2009, p. 76).

São questões incômodas que a *École des Annales*⁵ abordou a partir dos anos 1920 no campo historiográfico e que teve desdobramentos nas chamadas “histórias vistas por baixo”, quando os dados e relatos eram coletados sob o prisma de anônimos, aqueles que não ocupam posições de destaque ou cargos decisórios, procedimento comum na elaboração de obras tradicionais. No jornalismo, entretanto, esse é um debate até certo ponto admissível ao se contestar o mito da objetividade, raramente avançando em aspectos mais delicados, como no cotejo com a literatura. O Jornalismo Literário, de muitas formas, tem a coragem de desempenhar esse papel de *advogado do diabo*, pondo o dedo em feridas de cicatrizações difíceis. Quando se fala de autores como Hannah Arendt, Gay Talese, João do Rio, é possível examinar, à luz de contribuições teóricas, instantes de rebeldia ou acertos contra o texto informativo tradicional. Os questionamentos a respeito de critérios que balizam a produção jornalística seriam, então, respondendo à nossa hipótese sobre a veracidade do relato jornalístico, etapas essenciais para um olhar menos *pré-moldado* do jornalismo como um todo, de sua relação com a literatura e do discurso autônomo que o Jornalismo Literário constrói para si.

É esse caminho próprio que Hannah Arendt parece ter escolhido ao embrenhar-se, com seu *Eichmann em Jerusalém*, em intensa e profícua apuração dos acontecimentos, num árduo trabalho de contextualização e pesquisa, construindo um discurso polifônico por excelência, em que

5 A *École des Annales* é uma definição, até certo ponto genérica, de um agrupamento heterogêneo de estudiosos da História, que tinham em comum a insatisfação com os métodos tradicionais de apuração de fatos históricos. Esse movimento gerou uma corrente teórica designada por Nova História, que “é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional” (Burke, 1992, p. 10). Isso equivale a dizer que “os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas” (Burke, 1992, p. 12). Outros pontos importantes desse movimento são o fim do monopólio de documentos e registros escritos advindos de grandes vultos históricos como fontes privilegiadas, com maior atenção à história oral de comunidades e sujeitos de posição social menos destacada; ampliação de áreas de cobertura ao olhar histórico; valorização da subjetividade e da interpretação pessoal do historiador, abandonando uma postura exclusivamente “objetiva”; e a crítica feroz a uma visão positivista dos fatos.

os contratos de leitura do jornalismo como texto informativo são todos mantidos. Ela é objetiva, imparcial e fiel à realidade, quando, por exemplo, aponta que seu trabalho foi fundado em quatro pilas principais:

- 1. a transcrição em alemão do interrogatório de Eichmann pela polícia, gravado em fita, depois datilografado, e as folhas datilografadas apresentadas a Eichmann, que as corrigiu de próprio punho (...)*
- 2. documentos apresentados pela acusação, mais o 'material legal' distribuído pela acusação.*
- 3. dezesseis declarações sob juramento de testemunhas chamadas originalmente de defesa, embora partes de seus testemunhos fossem posteriormente utilizadas pela acusação. (...)*
- 4. por fim, tive também à minha disposição um manuscrito de setenta páginas datilografadas, escrito pelo próprio Eichmann. Foi apresentado como prova pela acusação e aceito pela corte, mas não divulgado à imprensa (Arendt, 2009, p. 304),.*

Ademais, temos que encarar a ideia de que os elementos destacados por Arendt no texto podem não pertencer à esfera informativa, devendo estar circunscritos à literatura, onde até seriam prestimosos (Bakhtin, 2008). Isso não a impede de ousar, trazendo para o interior da enunciação as vozes da filosofia, da sociologia, da política, da história, do direito. Arendt não faz o jornalismo tradicional, não faz literatura. Seu texto pode ser visto como um terceiro discurso, não apenas misto, mas autônomo. Em nossa opinião, ela faz Jornalismo Literário em uma acepção ampla, explorando as potencialidades e as oportunidades que essa modalidade de texto informativo oferece, como o ensaio. Nesse sentido, percorreu a tradição do ensaio e acrescentou elementos que normalmente não constariam numa reportagem tradicional como, por exemplo:

Diante da morte, [Eichmann] encontrou o clichê usado na oratória fúnebre. No cadafalso, sua memória lhe aplicou um último golpe: ele estava

'animado', esqueceu-se que aquele era seu próprio funeral. Foi como se naqueles últimos minutos estivesse resumindo a lição que este longo curso de maldade humana nos ensinou – a lição da temível banalidade do mal, que desafia as palavras e os pensamentos (Arendt, 2009, p. 274).

Embate com o jornalismo tradicional

Por meio de seu “contrato de leitura” (Verón, 2004) – um texto é compreendido quando explicita propósitos e contextos –, o discurso jornalístico se esforça nessa tarefa de difícil realização. No caso de Arendt, que apostou em uma narração complexa, literária, repleta de referências específicas, estabelecendo diálogos nem sempre fáceis de acompanhar, ela não deixa, em instante algum, de ser jornalista. “Meu relato sobre a consciência de Eichmann seguiu até agora provas que ele próprio havia esquecido” (Arendt, 2009, p. 128), disse a autora. O texto de *Eichmann em Jerusalém* é pródigo em trechos e opções narrativas que parecem mostrar o quanto o trabalho jornalístico de Hannah Arendt na cobertura do julgamento do criminoso nazista foi diferenciado sem, contudo, deixar de ser jornalismo da melhor qualidade, quando não uma reportagem acima da média em informações, contextualizações e esclarecimentos sobre o evento tratado.

O texto aposta, por exemplo, na descrição psicológica do personagem central da narrativa, Adolf Eichmann. Os dados factuais da tragédia do Holocausto, com números precisos sobre a quantidade de pessoas transportadas em trens, reuniões decisórias entre homens da hierarquia de Hitler, detalhes de documentos comprometedores e as disputas de poder nos altos escalões nazistas se fundem com uma interpretação histórica e filosófica da autora, que não se intimida em fazê-lo, ainda que possa ser acusada de parcialidade. Essa crítica é prevenida, de alguma forma, pela riqueza de detalhes com que Arendt monta sua longa reportagem, demonstrando afinco em esclarecer os muitos pontos que pudessem contribuir para definir a participação de Eichmann na matança de judeus.

Na reportagem-ensaio, a autora, diligentemente, cita suas fontes. Tudo está embasado, é verificável, menos, claro, a rica interpretação dos dados a que teve acesso, as cenas que presenciou e a análise que fez dos personagens daquele teatro de horrores. O compromisso em falar a verdade é inarredável. Ela não parece considerá-lo conflitante com uma carga maior de subjetividade no trabalho de leitura do inquérito e dos autos processuais. Ao mesmo tempo, ela não se preocupa em dar respostas prontas, preferindo, em vários momentos, a dúvida e a dedução acerca de determinados aspectos da narrativa, o que só faz com que o relato ganhe ainda mais veracidade. A subjetividade da autora não é, em momento algum, suprimida e, sim, trazida à baila como elemento enriquecedor na compreensão de todo o processo ilógico por meio do qual um homem pacato, até certo ponto limitado, se torna um dos responsáveis por uma tragédia de proporções mundiais. O elemento inexplicável ganha contornos nesse tipo de jornalismo que não só responde, como também cogita, interpreta, reflete usando, nessa tarefa, recursos da literatura. Chaparro (2007, 2008) defende que o jornalismo, não obstante as muitas classificações a respeito, não dissocia informação e opinião – ou não deveria dissociar.

Continuando nesse exercício, a autora lança mão de procedimentos literários, como incluir na narrativa pensamentos de Eichmann. “Quando ele disse no interrogatório da polícia que teria mandado seu próprio pai para a morte se isso tivesse sido exigido, não queria simplesmente frisar até que ponto se achava cumprindo ordens e pronto para executá-las; queria também mostrar o ‘idealista’ que sempre fora.” (Arendt, 2009, p. 54). O que poderia ser visto como mera imaginação criativa, perde sentido se observamos o estudo detido que Arendt fez da vida do réu, da correspondência que trocou com seus pares, dos depoimentos que deu à polícia depois de capturado para julgamento, das menções a ele feitas por ex-companheiros em júris anteriores.

Compromisso com o esclarecimento

Arendt não anuncia claramente, mas parece estar o tempo todo em busca da verdade, ainda que seja uma entre muitas. Podemos indagar por que razão ela não faz esse anúncio, não confessa abertamente a ávida busca da verdade. É que os elementos que apresenta no texto são suficientes para deixar nítido qual seria o objetivo principal com a reportagem: praticar o jornalismo, ainda que por trilhas incomuns. A busca incessante por um Eichmann *verdadeiro* obriga a autora a ir contra a corrente de próprio povo judeu, que quer promover uma catarse justiceira sobre aquele homem que carrega enorme parcela de responsabilidade sobre as atrocidades cometidas nos campos de concentração, embora não seja o monstro que idealizou e ordenou o genocídio.

O texto não o acusa, tampouco não o perdoa, enfatiza o quão insípido é aquele ser, quão banais são as justificativas para seus atos e, finalmente, quão exagerada é a postura do governo israelense, que passa por cima de leis e tratados internacionais e condena Eichmann antes mesmo de ele ser julgado. Para tecer essas críticas e manter o equilíbrio na apreciação do quadro, Arendt confia na observação pessoal, segue um itinerário independente de clamores públicos, penetra nas intrincadas estruturas político-militares em que Eichmann estava inserido e *entra* na mente do criminoso, desvendando motivações, fazendo conexões, descobrindo pontos de mudança de pensamento. Tudo isso é realizado com o lastro em documentos, testemunhos, registros históricos. O literário aparece nas idas e vindas do tempo cronológico, nos fluxos de consciência, na reprodução dos diálogos, na estruturação peculiar do texto, na narrativa sem peias. O jornalístico está na presença testemunhal do repórter, na apuração acurada, no compromisso em reconstruir a realidade – ainda que em determinado nível, já que essa reconstrução completa é impossível.

Conclusões

Neste trabalho sobre a reportagem-ensaio de Hannah Arendt em *The New Yorker*, pretendemos analisar o contrato de leitura autor-leitor; o caráter credível da narrativa versus a *verdade dos fatos*; a subjetividade da interpretação e a criatividade no uso das palavras. Sobre esses aspectos e respondendo à pergunta desta pesquisa – se a autora teria sido imparcial em seu relato – alinhamos a seguir algumas considerações.

A obra, como a vemos, não se enquadra no jornalismo convencional e tampouco pode ser encarada como uma peça romanceada sobre um julgamento que realmente ocorreu. Tratou-se de um esforço em dar completude a um evento narrado, não fugindo à responsabilidade que a autora tinha em ser verdadeira, mas também não se intimidando diante de dogmas ou regras rígidas que poderiam cercear sua capacidade de apreensão, ângulo de visão e análise, e a criatividade de transmissão sobre o que viu e testemunhou. *Eichmann em Jerusalém* é uma longa reportagem que parece ilustrar bem como os ditames de um jornalismo que se anuncia como *verdadeiro* não devem ser encarados como a verdade em si. Esses ditames são de grande importância para a construção da notícia, no jornalismo tradicional, e respondem mesmo por sua credibilidade, mas exemplos como o de Arendt mostram que as fissuras no modelo já acontecem e hoje se estendem até os tempos atuais.

Outras peças de Jornalismo Literário promoveram rupturas de naturezas distintas, na linguagem, na construção dos personagens, na narração das situações. Um exemplo dessa última alternativa é a reportagem *Hiroshima* (2008), que inspirou Arendt. Pelo grau de originalidade e ousadia com que o relato jornalístico foi conduzido, Hershey conseguiu dar uma dimensão mais exata do drama humano com o qual se deparou. Foi um trabalho corajoso em muitos sentidos e que guardaria parentesco, digamos, filosófico com o texto *Eichmann em Jerusalém*.

As duas grandes reportagens mostram os efeitos de um conflito global, em momentos e lugares diferentes do globo. São peças complementares de um enorme registro histórico. Por meio de técnicas jornalísticas, literárias e ensaísticas, chegaram a pontos de grande inspiração, revelando e esclarecendo aspectos fundamentais dos eventos. Tornaram-se assim fundamentais para a consulta e o entendimento dos fatos de que tratam. Como diz a própria Hannah Arendt sobre seu trabalho: “A presente reportagem não trata de nada além da medida em que a corte de Jerusalém esteve à altura das exigências da justiça” (2009, p. 322). É como se dissesse que sua reportagem-ensaio se alça à altura das exigências de um jornalismo rico, complexo, de interesse público e inovador no registro de fatos históricos.

O Jornalismo Literário também não deve ser confundido com criação literária, que pertence a outro espectro da construção discursiva, ainda que haja pontos de contato e convergência. O jornalismo deve relatar o que aconteceu, já o viés literário permite que, embasado no acontecimento, o autor fale de coisas não-visíveis, mas prováveis a partir do que é visível; não inventados, porém deduzíveis a partir do que foi testemunhado; não absolutos, e sim pertinentes, ainda que relativos. É assim que o Jornalismo Literário ensaia e produz ensaios.

Empregar procedimentos que geralmente não são utilizados no jornalismo tradicional significa, na constituição do Jornalismo Literário, não propriamente uma elaboração inócua do discurso, um enfeite. Representa, mais que isso, um caminho importante para chegar ao destino primordial de toda enunciação jornalística: a melhor compreensão do fato por parte de quem recebe a informação. Os recursos da literatura e os contratos de leitura específicos do texto informativo, quando retrabalhados em uma aliança discursiva – e não apenas somados em equação matemática –, contêm em si o poder de narrar, descrever, interpretar e aprofundar os acontecimentos. Isso nos sugere que o jornalismo tradicional, com todos os cuidados para manter seu capital simbólico, esmerando-se em lapidar uma imagem

de objetividade e neutralidade e sem espaço para subjetividades, nem sempre garante a verdade dos fatos.

Essa é uma perseguição inglória, que, por outro lado, fornece a legitimidade do jornalismo como discurso informativo e influente na sociedade, diferenciando-o da literatura e de seu potencial criador, o que não quer dizer, porém, que os moldes impeçam o surgimento de caminhos discursivos híbridos os quais, ainda assim, podem permanecer fieis às suas especificidades historicamente construídas e sedimentadas. O Jornalismo Literário problematiza essas conceituações enraizadas em muitos sentidos, convidando a uma reflexão sobre que realidades e mundos são possíveis no âmbito do discurso. Há níveis de realidade apreensíveis e há aqueles que não são captáveis pelas lentes da objetividade. As realidades podem ser simbolizadas, metaforizadas, ironizadas sem que, com isso, sejam fatalmente deturpadas ou distorcidas. As representações e o jogo simbólico do mundo tangível integram o arsenal humano de compreensão da vida, de colocação diante das coisas.

O Jornalismo Literário pode trabalhar todas essas questões no universo da informação, sem sair desse plano específico de traduzir e mediar os acontecimentos para o público, sem confundir-lo ou enganá-lo com mistificações e invenções, e também sem deixar de recorrer ao imaginário. Hannah Arendt não está vinculada ao jornalismo. *Eichmann em Jerusalém - Um relato da banalidade do mal* talvez tenha sido a única grande reportagem que escreveu e a autora não é representativa de nenhuma escola de textos informativos ou de períodos específicos da imprensa. Se, por um lado, isso não exclui sua colaboração para o presente debate, por outro comprova que há muitas contribuições a ser consideradas em um jornalismo que se queira polifônico de verdade.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 1997.

AUERBACH, Eric. **Mímesis**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BORGES, Rogério Pereira. **Jornalismo Literário: Teoria e Análise**. Florianópolis: Insular, 2013.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo literário: uma introdução**. Brasília: UnB/Casa das Musas, 2010.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 2007.

_____. **Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos.** São Paulo: Summus, 2008.

CHILLÓN, Lluís-Albert. **Literatura i periodisme.** Valência: Universitat de València, 1993.

DeFLEUR, Melvin L. & BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FREYRE, Gilberto. **De menino a homem: de mais de trinta e de quarenta, de sessenta e mais anos.** São Paulo: Global, 2010.

GÊNRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Brasília: **Revista da Fenaj**, ano 1, n. 1, 1996.

HERSHEY, John. **Hiroshima.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Manual do foca.** São Paulo: Contexto, 2008.

JORGE, Thaís de Mendonça e BARROS, Bruna Renata Cavalcante de. **Repórter-marginal: o Novo Jornalismo no Brasil e a produção de João Antônio na revista Realidade, entre 1966 e 1968.** In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., 2011. Guarapuava – PR. Anais eletrônicos. 1 CD-ROM.

JORGE, Thaís de Mendonça; BORGES, Rogério Pereira. Dilema e experimentação em João do Rio: contribuições ao jornalismo e à literatura. **Contracampo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação.** Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 18, 2008, p. 81-201.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul**. São Paulo: Edusp, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. **A dimensão da noite**. Org.: Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Duas Cidades / 34, 2004.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1993a.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1993b.

_____. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LLOSA, Mário Vargas. **A verdade das mentiras**. São Paulo: Arx, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Campinas: Pontes, 2001.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimdo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos; 2004.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são (vol. 1)**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional (vol. 2)**. Florianópolis: Insular, 2008.



Pingentes e merdunchos: o Novo Jornalismo e João Antônio na revista *Realidade*.

Bruna Renata Cavalcante de Barros¹

Thaís de Mendonça Jorge²

Ao construir, por meio de reportagens, um perfil do Brasil entre 1966 e 1976, a revista *Realidade* usou o repórter João Antônio para mostrar tipos sociais marginais. Recursos literários somam-se, no trabalho de João Antônio, à criatividade e subjetividade do autor, jornalista boêmio, frequentador da noite, jogador de sinuca e observador do mundo. O resultado conformava um retrato da marginalidade que, estampada nas páginas do magazine, pode ser considerada uma forte expressão da grande reportagem e do jornalismo literário unidos, no que se convencionou

1 **Bruna Renata Cavalcante de Barros** é jornalista, formada em 2005 pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Em 2012 concluiu mestrado na Faculdade de Comunicação da UnB, com a dissertação “João Antônio ou a Verdade Mal Comportada- um estudo sobre o Novo Jornalismo na Revista *Realidade*”. Desde 2006 é servidora pública e atua na Assessoria de Comunicação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

2 **Thaís de Mendonça Jorge** é jornalista com experiência na imprensa diária e em assessorias de comunicação. Desenvolve pesquisas em mídia e política, jornalismo digital, gêneros jornalísticos e rotinas produtivas. É professora da UnB desde 1990, onde completou Mestrado e Doutorado, tendo feito estágio de pós-doutoramento na Universidade de Navarra (Espanha).

chamar Novo Jornalismo. Todo esse movimento revolucionou o modo brasileiro de fazer notícias. Este trabalho analisa, sob o foco do Novo Jornalismo, os artigos de João Antônio que apareceram em *Realidade*, no período em que a revista durou (1966-1976). A corrente vinda dos Estados Unidos teria influenciado uma parcela de jornalistas no Brasil – dentre eles o paulistano João Antonio –, mudando a pauta, o modo de produção e o estilo de linguagem.

O Novo Jornalismo é um estilo de escrever reportagens, com o uso de técnicas literárias, que surgiu nos Estados Unidos (EUA) na década de 1960. Entre os fatores que ensejaram seu surgimento estava a oposição entre jornalistas que cobriam o dia-a-dia dos jornais, obedecendo ao modelo pirâmide invertida, e aqueles que se dedicavam às matérias de interesse humano, mormente em revistas, e defendiam um estilo diferente de escrever. Nos Estados Unidos, era a época da guerra do Vietnã, dos *hippies* e da geração *beat*, além de correr em paralelo a luta pela universalização dos direitos civis. No estilo jornalístico que surgia – e que foi batizado de *Novo Jornalismo* por Tom Wolfe em 1973, no livro *Radical Chic e o Novo Jornalismo*³ – havia outra rotina de apuração de fatos, em que o repórter se propunha a viver o universo retratado, para dar mais realismo às reportagens.

“À objetividade da captação linear, lógica, somava-se a subjetividade impregnada de impressões do repórter, imerso dos pés à cabeça no real” (WOLFE, 2005, p. 28). Contrariando os até então rígidos limites do estilo hegemônico – a pirâmide invertida, modo de abordar os acontecimentos começando pelo fato mais importante –, encontravam-se, entre as técnicas para humanizar os textos, no estilo do Novo Jornalismo, a reprodução de diálogos inteiros, a construção cena a cena, o registro de hábitos e costumes e a narração em terceira pessoa.

3 O livro é uma antologia editada por E.W. Johnson e Tom Wolfe e foi publicado pela primeira vez em 1973. No presente trabalho, é utilizada como referência a edição brasileira do livro, lançada em 2005 pela editora Companhia das Letras, que inclui excertos de dois outros livros do escritor: *Radical Chic & mau-mauing the flak catchers* e *The Kandy-kolored tangerine-flake streamline baby*.

Vivência e Novo Jornalismo

Se não foram inteiramente absorvidas pelos jornalistas nas redações brasileiras, desde que surgiram como novidade nas revistas *The New Yorker* e *Esquire* e nas páginas de jornais como *The New York Times* e *Herald Tribune*, algumas características do estilo estadunidense teriam sido assumidas na publicação mensal *Realidade*, editada pelo grupo Abril entre 1966 e 1976⁴. Em seus 10 anos de vida, a revista representou uma experiência inovadora para os padrões da época. “Realidade é sempre vista como um marco na história da imprensa brasileira e suas características são apontadas como tendências que deixaram um traço de qualidade” (FARO, 1999, p. 81). Em nossa hipótese de trabalho, *Realidade* é um veículo no qual o jornalismo literário⁵ teria encontrado espaço devido a uma série de peculiaridades da publicação; João Antônio teria sido um dos representantes da equipe formada por profissionais de renome, que explorou os meandros da sociedade brasileira em reportagens surpreendentes e inusitadas, empregando com frequência os recursos do Novo Jornalismo.

O nível de ousadia da publicação não chegava ao dos estadunidenses, mas o texto bem-cuidado de *Realidade* causou algumas rupturas no *establishment* jornalístico dos anos 1960. A existência de um editor de texto – jornalista voltado ao aperfeiçoamento das reportagens –, bem como de repórteres treinados e escolhidos a dedo, são elementos que propiciaram a aproximação da revista com a literatura, mais especificamente, com o Novo Jornalismo (*New Journalism*). As características de organização da produção na redação da revista com

4 O estilo do Novo Jornalismo também parece ter influenciado outros veículos no Brasil, como o *Jornal da Tarde*, editado pelo Grupo Estado, e *O Jornal*, dos Diários Associados.

5 Entende-se Jornalismo literário como o gênero que, rompendo com o lide, porém utilizando as técnicas do jornalismo, propõe que se vá além dos limites dos acontecimentos cotidianos, empregando recursos da literatura na escrita da notícia (Ver Penna, F. *Jornalismo Literário*. São Paulo: Contexto, 2006). Penna considera o *New Journalism* um subgênero do Jornalismo Literário.

sede em São Paulo, que adotou prazos mais alargados para a feitura das reportagens e optou logo por uma escrita mais coloquial, seriam mais evidentes no período entre 1966 e 1968, de acordo com Faro: “Na época indicada, a revista *Realidade* teve condições de ser produzida em toda a sua plenitude, havendo mesmo condições conjunturais, tanto no plano político como no plano cultural”. (FARO, 1999, p. 20).

Integrante da equipe fundadora da revista, o escritor/jornalista paulistano João Antônio Ferreira Filho (1937-1996) esteve ligado ao jornalismo a partir dos anos 1950. O trabalho como repórter foi realizado concomitantemente ao ofício de escritor, até sua morte. Premiado desde seu livro de estreia – *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1963), pelo qual ganhou o Jabuti nas categorias melhor livro de contos e revelação de autor, trabalhou em vários dos órgãos de imprensa mais importantes do país: *O Estado de São Paulo*, *Realidade*, *O Globo*, *Última Hora*, *Manchete*, *Jornal do Brasil* e, na imprensa alternativa, *O Pasquim* e *Coojournal*. Além disso, publicou 14 livros, sete deles somente no período entre 1975 e 1978.

João Antônio assinou oito textos em *Realidade*. São eles: “Este homem não brinca em serviço” (n. 19, out. 1967), que fala sobre salões de sinuca; “Quem é o dedo-duro” (nº 28, jul. 1968), em que ele conta o universo dos informantes da polícia; “Um dia no cais” (nº 30, set. 1968), relato sobre o Porto de Santos que tem como protagonistas as prostitutas Odete Cadilque e Rita Pavuna. O único texto que não é uma reportagem é “A morte” (nº 28, set. 1968), crônica sobre a finitude da vida. “Ela é o samba” (nº 31; out. 1968) é uma entrevista com a cantora Aracy de Almeida. “É uma revolução” (nº 32, nov. 1968) trata de uma partida de futebol entre Atlético e Cruzeiro em Belo Horizonte. “O pequeno prêmio” (nº 33, dez. 1968) desvenda o mundo das corridas de trote, uma espécie de corrida de cavalos em que os jóqueis iam montados em carruagens – “turfe de pobre”, como o próprio João Antônio o classificou. A última reportagem de João Antônio na revista foi “Casa de Loucos”, narrativa da experiência de internação do repórter no sanatório da Muda, no Rio de Janeiro (nº 65, ago. 1971).

Na tarefa de construir um perfil do Brasil diferente do que estampavam as outras revistas da época, *Realidade* lançou mão do repórter João Antônio para mostrar loucos, bandidos, sambistas, marinheiros, prostitutas, jogadores inveterados e torcedores de times de futebol. Um estilo de vida que ele tinha facilidade em retratar, por sua grande experiência com aquele universo, o qual ele próprio parecia confortável em frequentar rotineiramente. Usando a estratégia do Novo Jornalismo de registrar comportamentos, anotar diálogos, descrever cenas e transportar-se para a pele do entrevistado, João Antônio tornava os relatos mais vívidos e interessantes, e auxiliava na descoberta de realidades relativamente desconhecidas do público.

Assim, os gostos, hábitos, vícios e costumes “da viração” influenciaram a escolha de pautas e a escritura dos textos. As reportagens foram escritas do ponto de vista particular de alguém que viveu e enxergou a própria existência de maneira semelhante à dos personagens da noite paulistana: “pingentes”, “merdunchos”, na expressão cunhada pelo repórter para definir personagens marginalizados. Os textos de João Antônio trazem muito da fala das ruas, porém reelaborada. De acordo com a pesquisadora Ana Maria Domingues de Oliveira (2006), os contos-reportagens, ao mesmo tempo em que dão voz aos despossuídos, “evidenciam um aplicado trabalho estético que, muitas vezes, chega ao rigor de utilizar princípios mais comumente encontrados em textos poéticos”.

Discurso dos marginalizados

Revedo o que dissemos anteriormente, no Novo Jornalismo, encontramos quatro técnicas. Todas elas João Antônio empregou em seus textos, algumas vezes em conjunto, outras isoladamente ou em pares. São elas:

- 1) Reprodução de diálogos inteiros - não se resume à transcrição de conversas longas, em que o jornalista registra até as pausas para respiração.

São também trechos curtos, em que interjeições e até suspiros são importantes para que o leitor compreenda o estado de espírito de quem está falando;

2) Construção da narrativa cena por cena - como se fosse o roteiro de um filme, é uma maneira de recorrer o mínimo possível à reconstituição histórica dos acontecimentos;

3) Registro de hábitos e costumes - é a descrição de pormenores, desde gestos até a mobília, passando pelo comportamento dos filhos e a manutenção da casa, que conferem realidade ao texto, pois expressam, sobre cada personagem, “sua posição no mundo ou o que ela pensa que é seu padrão ou o que gostaria que fosse” (WOLFE, 2005, p. 55);

4) Ponto de vista da terceira pessoa - consiste em apresentar cada cena por meio da perspectiva de um personagem particular. O leitor é colocado na pele do personagem, dando-lhe a impressão de viver a cena descrita.

No presente trabalho e em direção à nossa hipótese de trabalho, abordaremos inicialmente duas reportagens: “Quem é o dedo duro?” e “Um dia no cais”. A escolha se deve ao fato de que, na primeira, podemos constatar a presença de todos os recursos do Novo Jornalismo descritos por Tom Wolfe. A segunda é o primeiro “conto-reportagem” de que se tem notícia na revista, gênero que resultou de um entendimento entre o repórter e o editor de texto de *Realidade* na época, Sérgio de Souza. De acordo com a definição de Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré (1986, p.81), o conto-reportagem é um texto que: “geralmente particulariza a ação em torno de um único personagem, que atua durante toda a narrativa. Os dados documentais entram dissimuladamente na história e o texto aproxima-se tanto do conto, que incorpora até fluxos de consciência dos personagens”.

João Antônio conviveu, conheceu e compreendeu a fundo pessoas e lugares que compuseram a essência de sua obra. Para o conto-reportagem “Um dia no cais”, fixou residência durante um mês no porto de Santos. Ao elaborar o texto, ele usou a sucessão de cenas para demarcar a repetição dos dias naquele lugar, dando a impressão de que a vida lá é sempre igual.

O início do dia, por exemplo, marca o fim da jornada para os trabalhadores da noite: “Seis e meia e somem as luzes dos trilhos dos bondes. Últimos músicos cabeludos, guitarras elétricas a tiracolo, passam em grupo, devagar.” Enquanto quem vive na noite se retira, o ambiente é tomado pelos operários da estiva, que chegam para o trabalho: “Beirando sete horas. Os trabalhadores do cais se apressam, caras de sono, chegados de casa. O apito, às sete, é o do batente. Antecipa distraídos, empurra atrasados, bota interessados de orelha em pé” (JOÃO ANTÔNIO, 1968b, p. 100).

A utilização do recurso literário da construção cena a cena dá uma dimensão da vivência do autor, de sua inserção e da admiração que parecia manter pelas figuras à margem da sociedade. Bakhtin articulou a interferência da realidade com a produção textual, ao afirmar que o universo dos signos é responsável pela articulação do processo de comunicação: “Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica”, diz Bakhtin (2004, p. 44). No nosso caso, vemos que os elementos do discurso da reportagem não são uma opção de estilo: estão impregnados da ideologia e das condições sociais de João Antônio.

No conto-reportagem “Um dia no cais”, é possível conhecer gente como as prostitutas Rita Pavuna e Odete Cadilaque. As duas personagens funcionam como guias do leitor pelo porto de Santos, que é o tema da reportagem: “Sará, Rita é mulata, cabelo ruim. Na cara de índia, tem o nariz quebrado, como os lutadores de boxe. Arremeda espanhol, alemão, inglês. Arranja-se com a marinheiragem” (JOÃO ANTÔNIO, 1968b, p. 111). O autor vai compondo aos poucos o perfil de Rita, informando, por exemplo, que ela é baiana e tem quatro filhos. “Cada um, um pai. Esconde, nas conversas, o filho mais velho, o negro, que anda pelos dezesseis anos de idade. Ela, trinta e um.” A segunda personagem, Odete, é bem mais jovem, e o estilo de João Antônio é certo e sem amarras ao descrevê-la: “Está aí – dezesseis anos. Diz, de boca, que tem vinte. Mas esses vinte se parecem com vinte e cinco. A neguitinha anda engolida. Marcada de pau, corte, noites, fomes, soneira” (JOÃO ANTÔNIO, 1968b, p. 103).

Continuando com “Um dia no cais”, João Antônio reproduz o discurso das prostitutas Rita e Odete. Ele mostra, nas falas, o linguajar das pessoas que convivem no ambiente retratado, o que transmite ao leitor a maneira de ser dos personagens, evitando que o texto fique excessivamente descritivo. Em situações como esta, o autor assume mesmo um tom didático:

– *Me deixa. Quêu não sou parente nem da sua lavadeira. Vê lá. Ih, Manoel⁶, como você tá por fora... Chamar de Manoel é descaso. Xingo, menosprezo, deboche. É desconsiderar”* (JOÃO ANTÔNIO, 1968b, p. 100).

Em “Quem é o dedo-duro?”, verificamos o cuidado do autor em narrar o que via na terceira pessoa, distanciando-se dos objetos para melhor avaliá-los. O recurso foi muito explorado no Novo Jornalismo para aproximar o leitor da história contada nas reportagens. A estratégia permite que se conheça mais profundamente cada personagem, além de resultar em narrativas mais dinâmicas, em que é possível apreender melhor as tensões vividas pelos personagens.

Pioneiro no chamado “conto-reportagem” – nome dado por *Realidade* às peças produzidas por um de seus mais criativos repórteres –, João Antônio atendeu à definição de Ferrari e Sodré (1986, p. 81) e centrou a ação no informante Zé Peteleco. Os pensamentos do alcaguete, após o primeiro encontro com o policial de quem viraria informante, aparecem no trecho: “Foi assim que Zé pensou estar fazendo amizade com um **rato legal**, um **boa gente** da polícia” (JOÃO ANTÔNIO, 1968a, p. 93, grifos do autor). Na narrativa em terceira pessoa, o delator começou a trabalhar para a polícia, aprendeu rapidamente, e três dias depois trazia resultados: “Deu seu primeiro serviço. Chegou-se para o tira e endedou Tição. Encheu as bochechas e falou: – O negócio é com

6 O chamamento Manoel provavelmente deu origem a uma variação nos dias de hoje: mané, “indivíduo inepto, desleixado, negligente, tolo” (FERREIRA, P. 1265).

Tição mesmo. Ele está **gordo** e ainda não queimou nem metade da grana afanada” (JOÃO ANTÔNIO, 1968a, p. 93, negrito do autor).

Podemos notar também a exploração de outro recurso do Novo Jornalismo, a reprodução de diálogos inteiros, empregada pelo autor para dar vigor e veracidade às histórias. O autor discorre sobre o dia-a-dia dos informantes da polícia, e usa a estratégia cena a cena para transmitir emoção, no momento em que policiais invadem o esconderijo de uma quadrilha de ladrões, delatada por Zé Peteleco. É possível sentir a tensão no ar, no trecho a seguir:

Um dos tiras investe, de supetão, aos gritos:

– Pra dentro!

O crioulo Macalé quer ensaiar alguma coisa:

– Mas isto foi caguetagem! Alguém aqui abriu o bico.

O tira interrompe aos safanões:

– Foi... foi uma droga. Pra frente, ô rapaz! Você vai é entrar no pau!

Os outros policiais perdem a paciência. Um, dois, três tapas estalam.

Torcem braços, exigem urgência.

– Pra dentro, cambada!

(JOÃO ANTÔNIO, 1968a, p. 91).

Se o conto-reportagem vai aos poucos introduzindo na história do personagem detalhes que documentam a narrativa, o texto aqui se aproxima mais ainda do conto literário, na medida em que assume as ondas de consciência do protagonista. Do conto literário, ainda apresenta outras características: é curto, desenvolve a história numa estrutura fechada – o espaço de uma reportagem impressa – e, no caso de João Antônio, estabelece uma tangente entre a realidade e a ficção.

Retrato de época

No momento em que o Novo Jornalismo surgiu, na década de 1960, houve discussão a respeito da pretensa novidade que o estilo propunha. Com efeito, o Novo Jornalismo apropriou-se de algo que já existia desde o século XIX – os recursos do realismo literário – para transformar a maneira de escrever reportagem a partir dos anos 1960. Mas o Novo Jornalismo é um produto de seu tempo. O ambiente de efervescência cultural e instabilidade política dos anos 1960 e 1970 e as diversas transformações pelas quais o mundo passou sugerem que o aparecimento do estilo, incorporando o realismo do jornalismo de vertente informativa às técnicas da literatura, foi inovador justamente porque retratou aquele momento específico de questionamento das estruturas, de expansão do conhecimento da sociedade sobre ela mesma e de afirmação da reportagem como instrumento simbólico de expressão da realidade.

Tanto as reportagens de João Antônio em *Realidade* quanto os trechos de livros-reportagens estadunidenses trazem muito do contexto: não é à toa que o registro de hábitos e costumes, a reprodução de diálogos inteiros, a construção cena a cena, e a narração em terceira pessoa são características essenciais do Novo Jornalismo. Assim como o realismo literário é um gênero, ainda que ficcional, e constitui-se num retrato do século XIX, o Novo Jornalismo registrou os anos 1960-1970. A novidade, portanto, estava em apresentar maneiras de pensar, ser e agir de homens e mulheres de uma determinada época.

As características próprias de João Antônio misturam-se às do Novo Jornalismo nas reportagens de *Realidade* analisadas no presente estudo. O resultado seria um Novo Jornalismo à brasileira. Mais especificamente, pode-se ousar dizer, Novo Jornalismo à moda de João Antônio. A temática levantada por ele, aliada aos quatro procedimentos do Novo Jornalismo, trouxe elementos adicionais ao retrato da sociedade brasileira que a revista *Realidade* se propunha a trazer nas páginas todos os meses. Em nossa hipótese, a revista teria servido como veículo, e

o Novo Jornalismo, como ferramenta por meio da qual João Antônio conseguiu dar voz a uma população que usualmente não tem acesso nem espaço na mídia hegemônica.

O termo *dar voz*, entretanto, talvez não seja o mais apropriado. Na prosa do repórter de *Realidade*, os marginais, “merdunchos”, “povo-povo” não aparecem como pobres-coitados. Ler simplesmente as histórias, eximindo-se de preconceitos, leva o leitor a se entreter com as aventuras e infortúnios de pessoas como Rita e Odete, Zé Peteleco, pé-pé-pés, malandrinhos e malandrecos, Caculé e Elcino, Aracy de Almeida, Professor Gaspar, personagens que apareceram ao longo dos textos analisados. É impossível não se intrigar com a corrida de trote, deixar de conhecer o mundo verde do feltro da sinuca, fugir de polícia e de bandido, escutar a música de Noel na voz de Aracy de Almeida, assombrar-se com o que se passa dentro de um sanatório. O que seria, portanto, um Novo Jornalismo à moda de João Antônio? É preciso encarar o Novo Jornalismo como um estilo de escrever que ganha um jeito próprio dependente do jornalista. Capote tinha um modo específico de fazer jornalismo, Talese outro, Wolfe um terceiro e João Antônio, também o seu próprio, todos completamente diferentes.

Conclusões

Nas décadas 1960-1970 o Brasil enfrentou profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. O trabalho de João Antônio na revista *Realidade* – criada em meio a esse movimento de reação às velhas estruturas e ao regime militar instaurado – desvendou um lado do país que estava oculto sob a cortina colorida do jornalismo de magazines tradicionais ou sob o manto obscuro da repressão. O resultado é a união entre a grande reportagem e o jornalismo literário, para, com recursos do Novo Jornalismo, revolucionar pautas e estilos no jornalismo impresso brasileiro.

São grandes as coincidências encontradas entre as reportagens de João Antônio e o que foi descrito por Tom Wolfe, nos textos selecionados.

A essência está em usar as ferramentas na hora de contar uma história, que pode ser lida como romance ou conto mas que, publicada numa revista ou reunida num livro, mantém as qualidades de uma boa reportagem, construída com técnicas de apuração próprias do jornalismo, porém otimizadas, devido ao maior tempo disponível para o seu preparo. Após analisar as reportagens de João Antônio em *Realidade*, podemos constatar que o conjunto de elementos do Novo Jornalismo só se completa quando adicionamos outro elemento fundamental: a vivência do repórter, o estar lá, a atenção que tem papel determinante no resultado final dos textos.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração ao afirmar que o Novo Jornalismo é um produto de seu tempo é o modelo de negócio de jornais e revistas da época. O ocaso de *Realidade*, não por acaso, iniciou-se concomitantemente ao aparecimento da revista *Veja*, em 1968. Para além das questões envolvendo censura e o envolvimento político de membros da equipe, o fato é que a Editora Abril optou por concentrar esforços em uma revista mais barata do que *Realidade*. A periodicidade semanal de *Veja* implicava matérias mais ágeis, com menor tempo de apuração, mais ligadas ao aspecto factual do jornalismo. A nova revista mostrou-se mais econômica e passou a vender tiragens comercialmente satisfatórias, o que colaborou para sua manutenção até a presente data.

Tampouco a revista *Realidade* se manteve intacta ao longo dos 10 anos de existência. Podemos perceber que na edição de 1971, por exemplo, em que foi publicado "Casa de Loucos", o aspecto visual de *Realidade* havia modificado: menos páginas eram dedicadas a cada reportagem. Talvez seja possível deduzir que a grande reportagem, altamente exigente em termos de tempo de dedicação e envolvimento pessoal, já não fosse viável, e sua presença na publicação tenha diminuído para cortar custos e preservar lucros editoriais. O mundo se modernizou, entrando na era da facilidade, da praticidade e da agilidade. O público-leitor aparentava ter se adaptado a isso. Parece que uma revista como *Realidade* deixou de ter finalidade, quando *Veja* surgiu com um jornalismo mais *up-to-date*.

O que podemos concluir é que o Novo Jornalismo não se restringe a um punhado de regras e de leis que, se obedecidas, resultam em um estilo de escrever. Uma constatação mais exata é a de que se trata de um conjunto de ferramentas que o repórter usa com objetivos e estilo próprios, na construção do texto, o que permite que as características pessoais de cada um brotem. Assim, se não é possível encontrar todos os recursos do Novo Jornalismo em cada um dos textos de João Antônio para *Realidade*, acreditamos que o Novo Jornalismo esteve, sim, presente como modelo de inspiração para o repórter. Comprovando nossa hipótese, a grande reportagem e o jornalismo literário estiveram unidos, fazendo dos textos de João Antônio exemplos de uma corrente que, pelas pautas, tipos humanos, uso de criatividade, recursos de linguagem e expressão explorados – sem perder a ligação com o jornalismo (compromisso ético, apuração rigorosa, observação atenta, contextualização, clareza e atualidade), conformou uma espécie de Novo Jornalismo à brasileira.

O intuito deste trabalho não é propor um retorno ao Novo Jornalismo. É natural que o produto de uma época fique no tempo que o originou. Se Wolfe, Talese e João Antônio se valeram de técnicas usadas no romance realista para inventar um tipo de jornalismo, talvez seja possível propor a utilização de ferramentas para melhorar a qualidade do texto jornalístico do futuro. O conhecimento de que um texto jornalístico, livre do lide e da pirâmide invertida, liberto de uma quantidade específica de caracteres, com boas histórias contadas, de uma maneira mais imaginativa, pode se tornar um estímulo ao jornalista. Um olhar atento voltado para o Novo Jornalismo e para João Antônio – o jornalismo contribuindo na construção da história – poderia servir como motor de inquietação para o ensino e a formação dos novos jornalistas.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade, 1966-1968 – Tempo da reportagem na imprensa brasileira**. Canoas: ULBRA/AGE, 1999.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

JOÃO ANTÔNIO. Este homem não brinca em serviço. **Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, nº 19, out. 1967.

_____. Quem é o dedo duro? **Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, nº 28, jul. 1968.

_____. Um dia no cais. **Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, nº 30, set. 1968b.

_____. A morte. **Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, nº 30, set. 1968c.

_____. Ela é o samba. **Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, nº 31, out. 1968d.

_____. É uma revolução. **Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, nº 32, nov. 1968e.

_____. O pequeno prêmio. **Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, nº 33, dez. 1968f.

_____. Casa de Loucos. **Realidade**. São Paulo: Ed. Abril, nº 33, ago. 1971.

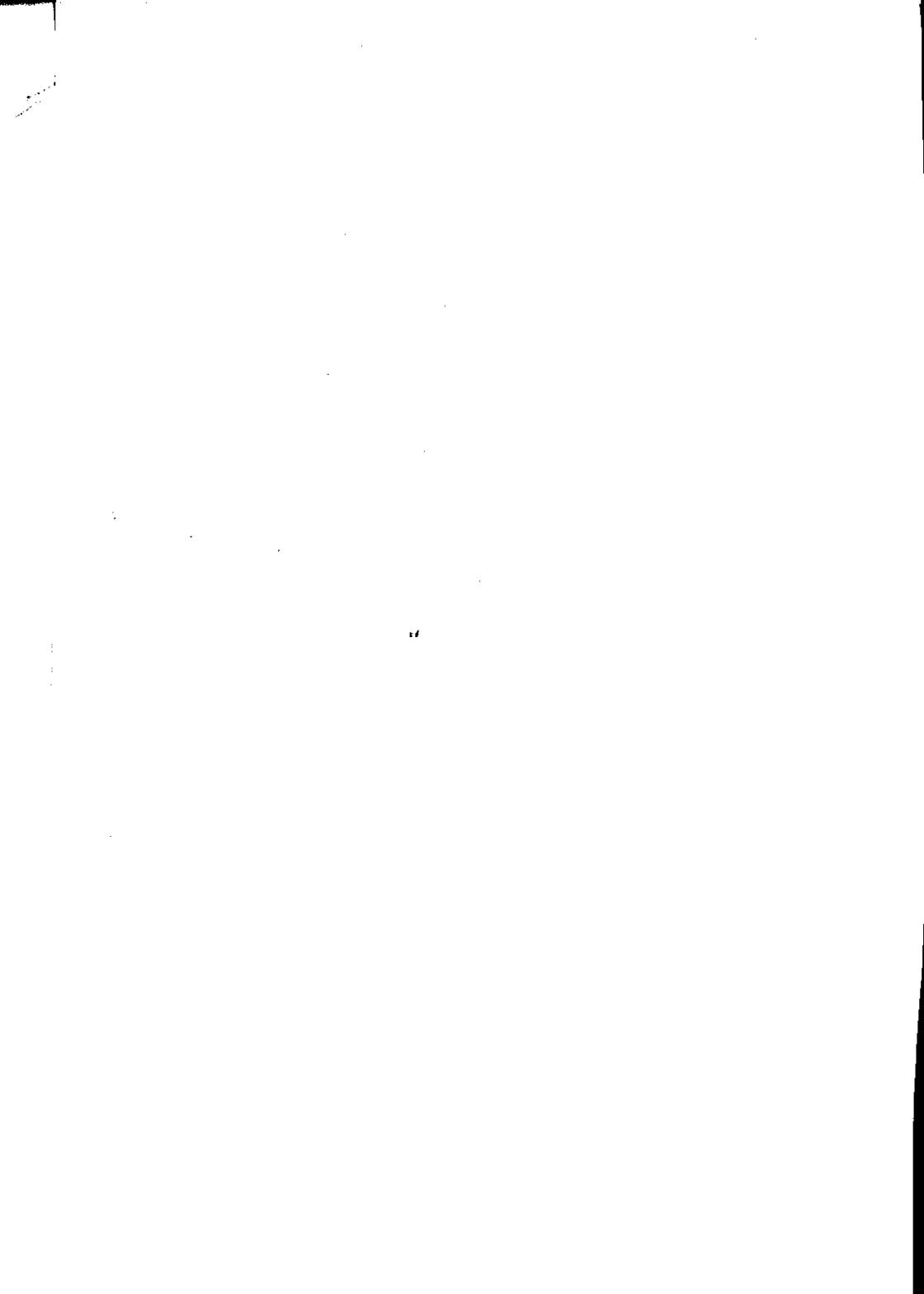
OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de. João Antônio, profissão escritor. In: PETERLE, Patrícia et al. **Escritura e sociedade: o intelectual em questão**. Assis: UNESP, 2006. p.205-212.

PENNA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Mylton Severiano da. **Paixão de João Antônio**. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o novo jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



Jornalismo, literatura e a poesia dos dias

Madalena Oliveira¹

O jornalismo é desde sempre uma das atividades de impacto social mais debatidas e escrutinadas, sendo nisso equiparável talvez apenas à política. Nele se manifesta com grande visibilidade pública a força performativa da palavra. Daí que, por razões essencialmente éticas, o discurso jornalístico seja hoje um dos mais expostos à crítica, inclusive no âmbito daquilo que, noutros estudos, chamámos de metajornalismo (OLIVEIRA, 2010). Longe de ser uma atividade meramente ‘descritiva’ da realidade e tendo, ao invés, sobre ela um efeito constitutivo, o jornalismo não é uma prática inócua. Pelo fato de se dedicar ao presente, e cada vez mais à antecipação dos acontecimentos, o jornalismo não é apenas o registo neutro da história. Não obstante os princípios de objetividade e imparcialidade que se defendem como valores universais desta prática, a verdade é que o jornalismo e os jornalistas são agentes da própria história, o que significa que agem sobre ela, se mais não for, pelo simples facto de a procurarem registar sem distanciamento temporal.

¹ **Madalena Oliveira** é professora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Doutorou-se em Ciências da Comunicação em 2007. Ensina nas áreas de Semiótica e Jornalismo Radiofónico e tem desenvolvido trabalho de investigação sobre cultura sonora e visual. É investigadora principal do projeto “Estação NET: moldar a rádio para ambiente web” e coordenadora do grupo de trabalho Rádio e Média Sonoros da Sopcom, Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. É, desde 2012, vice-chair da secção de Estudos de Rádio da ECREA. É também diretora-adjunta do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

É esta consciência do jornalismo como ação que está na base das representações sociais desta classe e na origem de uma imagem genericamente desfavorecida que é muito anterior aos movimentos pela profissionalização dos jornalistas que se iniciam já em pleno século XX. Com o desenvolvimento dos chamados *communication studies*, a partir dos anos 1930 e 1940, aumenta consideravelmente a exposição do trabalho jornalístico à análise pública, graças nomeadamente ao investimento de académicos no estudo dos efeitos da notícia e dos critérios de noticiabilidade. No entanto, a reputação duvidosa dos jornalistas não nasce propriamente com o início da pesquisa científica nesta área. Ela é contemporânea do convívio que estes profissionais sempre mantiveram com escritores e pensadores, remontando, por isso, aos séculos XVII e XVIII.

Narrativas de palavra, o jornalismo e a literatura são atividades relativamente próximas. Em parte, ambas se dedicam a contar histórias. Mas há entre elas a maior de todas as distâncias, a do tempo. Se à literatura convém a eternidade, o jornalismo dá-se na urgência dos dias que passam. É talvez por isso, por uma certa desafinação de natureza, que a imagem do jornalismo e dos jornalistas é, nos escritos literários, a imagem de uma atividade com pouco prestígio e escassa notoriedade. Neste capítulo revisitamos alguns registos que ilustram as tensões vividas entre jornalistas e homens de letras e refletimos sobre o modo como alguns escritores se referiram àquilo que comumente designaram de 'literatura de segunda categoria'.

Subliteratura ou o avesso da arte?

O poeta português Fernando Pessoa reconhecia, em *Ideias Estéticas – da Literatura*², que todas as artes são uma futilidade perante a literatura. Embora não seja, por definição, uma arte equivalente a “todas as artes”, o jornalismo goza, de alguma maneira, deste estatuto de produção frívola, às vezes desonesta e quase sempre desprestigiada. É assim que uma certa literatura europeia, tanto de pendor romântico como realista, guarda a memória dos primeiros jornais da história e daqueles que foram criando, pela experiência, uma técnica narrativa apta a dar conta do que passa. Em romances, escritos avulsos, crônicas ou peças de teatro, a figura do jornalista aparece quase sempre como a de artista amador, ou de uma espécie de prosador sem poesia.

Para o músico francês Claude Debussy, a arte seria a mais bela das mentiras, da mesma maneira que para o ator italiano Ettore Petrolini a arte estaria no deformar³. Deste ponto de vista, nada há, ou deveria haver, de artístico na narração jornalística e pouco se justificaria, por isso, o desdém que muitos escritores manifestaram nos primeiros dois séculos de difusão de jornais relativamente aos jornalistas. Desde então duas características principais distinguem o jornalismo da atividade artística: o compromisso com a verdade e o desapego relativamente às preocupações com o belo. Nenhuma pretensão artística haverá, portanto, na fundação do jornalismo, ainda que, por vezes, o registo da atualidade se possa fazer com elaboração estética (como acontece especialmente em trabalhos de reportagem).

A história das representações do jornalismo e dos jornalistas na literatura está, porém, marcada por ditos pouco favoráveis. Ao analisar o modo como o sociólogo Pierre Bourdieu caracterizou

2 Publicadas em Pessoa, Fernando. *Obra Poética e em Prosa*. Porto, Lello & Irmão, 1986.

3 Estas definições são referidas por Lionello Venturi no livro *História da Crítica de Arte*, Lisboa, Edições 70, 1998.

estes profissionais, Daniel Schneidermann considera que é “um triste retrato dos jornalistas” (1999, p. 79) aquele que encontramos nas teses bourdesianas. Para Schneidermann, que procura refutar as críticas contemporâneas ao jornalismo, os jornalistas constituem uma corporação vítima de um “verdadeiro linchamento mediático”. Com igual indignação poderia o autor também comentar as percepções descritas por vários intelectuais e homens de letras, pelo menos até ao início do século XX. Conhecemo-las de obras literárias e também de anotações de livros sobre a história da imprensa e do jornalismo.

Em *Histoire de la presse*, por exemplo, contam Pierre Albert e François Terrou que, para as elites sociais e intelectuais dos séculos XVII e XVIII, a imprensa representava genericamente uma “subliteratura sem valor nem prestígio” (1970, p. 15). A este propósito, lembram os autores que, para Rousseau, o jornal era uma “obra efémera sem prestígio e sem utilidade cuja leitura, negligenciada e desprezada pelas pessoas letradas, não serve senão para dar vaidade sem instrução às mulheres e aos tolos” (1970, p. 15). Explicam Albert e Terrou que estas terão sido as palavras dirigidas, em 1755, por Rousseau a um amigo de Genebra que teria acabado de lançar um jornal. Pouco “regozijado” com a iniciativa, Rousseau terá ainda lamentado «ver homens feitos para construir monumentos contentarem-se em transportes de materiais, e arquitetos transformados em pedreiros», numa metáfora que pretenderia apenas lamentar o facto de homens de letras se resignarem aos escritos de jornal.

Na convicção de que a imprensa nunca alcançaria a nobreza do livro refletido, como anota Jean-Noël Jeanneney, alguns dos mais reconhecidos filósofos do século XVIII, como Diderot e Montesquieu, terão desenvolvido uma relação de hostilidade para com os então chamados ‘gazeteiros’. Segundo relata Jeanneney, Diderot, por exemplo, constataria ter-se descoberto ser “mais fácil escrever sobre um bom livro do que escrever uma boa linha e muitos espíritos estéreis voltaram-se para esse lado” (Jeanneney, 1996, p. 40). Para ele, os jornais

seriam, na verdade, “o recurso dos que querem falar e julgar sem ler, o flagelo e o desprezo do que trabalham”. Só Voltaire se distinguiria deste coro generalizado dos intelectuais franceses, ao escrever, em 1765, *Conselhos a um Jornalista*, um conjunto de cartas e outros escritos em que defende um ideal de jornalista-humanista, tudo aquilo que, para ele, não era o jornalista francês Fréron, tão avesso aos filósofos⁴.

Para Balzac, por outro lado, o jornalista é um “degenerado vendedor de palavras” (1998). Apesar de ter escrito ele próprio assiduamente nos jornais, Balzac é um dos que sustentaram a suposição da inferioridade do jornalismo relativamente à literatura. Ele desprezava os que renunciavam à grandeza de uma obra em favor das pequenas vaidades imediatas exibidas nas páginas dos periódicos, que ele chamava de “jornaizinhos”. Numa *monografia da imprensa parisiense*, escrita originariamente em 1843, entretanto publicada num livro intitulado *Les Journalistes* (1998), Balzac criticava com dureza a vaidade dos jornalistas, a inconsistência dos seus julgamentos e o poder em sua opinião abusivo que estes profissionais exerciam junto dos governos. À semelhança de outros filósofos e literatos do seu tempo, também Balzac era um colaborador relativamente assíduo de periódicos. No entanto, parecia ser um inconformado com os “interesses rasteiros dos jornais” (Balzac, 1998) e aquilo que chamava de rotina medíocre das redações. Como Karl Kraus, a quem dedicamos mais adiante uma parte deste capítulo, também Balzac ensaiava sobre uma teoria instrumentalista do jornalismo, ao supor que a imprensa estaria sempre atrelada a valores político-econômicos que a manipulam. Daí que toda a sua reflexão sobre o jornalismo seja, no fundo, uma interrogação sobre a verdade do relato jornalístico. É com ironia que o sugere nas palavras finais de *Les Journalistes*: “A imprensa, como a

4 Conta-se que, da longa batalha que travou contra Jean Fréron, Voltaire terá composto o seguinte verso: “No outro dia, ao canto de um pequeno vale / Uma serpente mordeu Jean Fréron. / Sabe o que aconteceu? / A serpente morreu...” (JEANNENEY, 1996, p. 41).

mulher, é admirável e sublime quando avança uma mentira. Ela não vos larga enquanto não vos forçar a acreditar nela e desdobra-se nas maiores qualidades nesta luta em que o público, tão besta quanto um marido, sucumbe sempre” (1998, p. 142-143).

Manifestando pela imprensa um grande desprezo, Baudelaire, por seu lado, considerava que os jornais se enchiam de sinais da perversidade humana. Tecidos de horrores, os periódicos seriam então “uma embriaguez de atrocidade universal”. É por isso que, para Baudelaire, não se compreenderia como uma mão pura pudesse “tocar um jornal sem uma convulsão de asco” (in *Diário Íntimo*). Curiosamente, como outros, também de Baudelaire são conhecidos inúmeros escritos jornalísticos. Na apresentação do livro *Baudelaire journaliste*, refere-se que ele “foi um escritor-jornalista muito ativo, que publicou muito e de maneira continuada, pelo menos a partir de 1851” (VAILANT, 2011, p. 9).

Como assinalaremos adiante, é na corrupção da verdade que encontramos uma das razões por que os jornalistas não angariaram simpatias nos círculos intelectuais de grandes cidades como Paris. Não obstante, é também numa tentativa de desvalorização da imprensa enquanto produto literário que se centram as observações críticas anotadas no período de afirmação do jornalismo como atividade de relato do quotidiano. É, portanto, insistindo no carácter anti-literário da escrita jornalística que se cultiva um certo desamor histórico ao jornalismo que o acompanha desde a emergência dos primeiros jornais até à fase da profissionalização dos jornalistas. Só nesse momento se inicia realmente a solução para dois problemas fundamentais associados ao estatuto do jornalista e do jornalismo. Por um lado, o da conduta e da ética das práticas profissionais, graças ao aparecimento, na primeira metade do século XX, de códigos de ética e deontologia. Por outro, o da confirmação do jornalismo como um ofício vocacionado para a informação, com obrigações para com a objetividade e o rigor, avesso, portanto, aos propósitos artísticos da criação livre.

Da dramaturgia à caricatura dos jornalistas

Para além dos escritos avulsos conhecidos de muitos escritores e intelectuais, também algumas obras, nomeadamente de género dramático, refletem o retrato satírico dos jornalistas aos olhos dos escritores. Benjamin Jonson (1572-1637), um dramaturgo inglês contemporâneo de Shakespeare, é talvez um dos primeiros a criar peças de teatro inspiradas na realidade noticiosa emergente do início do século XVII. Em *News from the world*, uma pantomina teatral escrita em 1620 para ser representada na Corte inglesa, produz uma sátira à sociedade capitalista que começa a constituir-se. Em *The Staple of News*, criada seis anos depois, em 1626, faz sobretudo uma crítica aos incipientes jornais de negócios do século XVII. Inspirando em parte os escritos de Kraus, Ben Jonson acreditava que “a prática jornalística era uma causa perdida se nela procurássemos a verdade objetiva” (BERRY, 2008, p. 80).

É, porém, na dramaturgia de expressão alemã que encontramos duas das obras mais emblemáticas neste domínio, graças nomeadamente às personagens Schmock e Fliederbusch, criadas respetivamente por Gustav Freytag (1816-1895) e por Arthur Schnitzler (1862-1931). A primeira aparece numa obra de 1854, intitulada *Die Journalisten*, onde Freytag constrói uma caricatura dos jornalistas para expressar a sua repugnância por aquilo que poderia chamar-se um “jornalismo-camaleão”. Schmock é, nesta peça escrita em quatro atos, um jornalista que diz conseguir escrever à esquerda e à direita, conforme determinam as conveniências. «Aprendi a escrever para todas as tendências. (...) Sei escrever segundo não importa qual inclinação» (Freytag, 1988, p. 46), diz a dado passo, Schmock que se torna assim no símbolo da mentalidade deste jornalismo de metamorfoses, sem convicções, sem princípios e sem escrúpulos.

Narrador de acontecimentos, Schmock é, na peça de Freytag, a personificação dos defeitos do jornalista. Nele se resumem todas as

caraterísticas que tornam o jornalista detestável aos olhos dos literatos. Em diálogos com outras personagens da peça, Schmock vai revelando os traços do seu caráter, tornando explícita a falta de princípios com que por vezes tem que atuar. Mas se o papel que cumpre nesta obra é a de uma figura profissionalmente execrável, a imagem que fica dele é também a de uma vítima do sistema e das circunstâncias, na medida em que experimenta o jornalismo entre o ideal de um trabalho independente e a realidade dos contextos de produção, bem distante da aspiração ao princípio da independência. Por esta dupla condição, Schmock torna-se numa espécie de jornalista protótipo, cujo nome viria a derivar noutros vocábulos da língua alemão com conotação depreciativa como “Schmockerei”, “Schmocktum”, “schmocktisch”, “verschmockt” e “Verschmocktheit”, usados por exemplo, por Karl Kraus, a quem nos referiremos particularmente nos próximos parágrafos.

Não superando no conjunto da obra de Freytag o sucesso de *Soll und Haben*, a peça *Die Journalisten* distingue-se pela abordagem crítica do jornalismo político do século XIX, sendo ao mesmo tempo um retrato dos representantes da imprensa diária da época e uma sátira aos métodos dos políticos e dos chefes de partido. A obra circulou amplamente pela Alemanha e notabilizou-se pela vulgarização do termo ‘Schmock’ cujo significado haveria de vingar até hoje como equivalente a ‘jornalista sem escrúpulos’.

Em 1917, apercebendo-se da importância que os meios de comunicação de massa poderiam vir a ter, é o escritor austríaco Arthur Schnitzler que escreve uma peça no essencial semelhante à de Freytag. Em *Fink und Fliederbusch*⁵, Fliederbusch é um jovem repórter parlamentar, apto a escrever duas opiniões contraditórias sobre um mesmo assunto num diário e num semanário. Jornalista do jornal *Die Gegenwart*, Fliederbusch torna-se, na peça, também jornalista do *Die*

5 Encenada em português, por Jorge Lavelli, a peça de Arthur Schnitzler esteve em palco no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, em Dezembro de 1994, sob o título “O Jornalismo antes dos mass media”.

elegante Welt, onde escreve com a assinatura Fink. Fink e Fliederbusch acabam ironicamente por se contradizer, defendendo um uma ideia e outro contrariando-a, embora sejam no fundo a mesma personagem. Retratando, pois, a relação de rivalidade entre dois jornalistas que são na verdade a mesma pessoa, Schnitzler dá corpo à ideia de que o profissional da informação, como o político, é um ator volúvel.

Numa densa sátira à rivalidade entre os jornais, Schnitzler retrata os jornalistas como um grupo de “mercenários sem escrúpulos”, capazes de forjar a opinião pública e deformar a realidade, pelo que a informação poderia ter contornos de desinformação. Descrevendo a decadência da burguesia vista por dentro de uma redação, Schnitzler exprime em *Fink und Fliederbusch* a consciência de que o próprio jornalismo constituiria um contributo para a ruína do social. À semelhança de *Die Journalisten*, *Fink und Fliederbusch* é uma sátira simultânea ao jornalismo e à política. Nesta obra, o autor critica essencialmente a ausência de um princípio de informação inerente às atividades políticas. Negativo relativamente ao jornalismo e à política, na medida em que ambas as atividades requerem a manipulação da linguagem e a formação da opinião pública, Schnitzler manifesta-se nesta peça contra a falta de convicções e a facilidade com que jornalistas e políticos parecem mudar de opinião.

Karl Kraus, ‘Die Fackel’ e o princípio da autocrítica

Conhecido como “o anti-jornalista” (REITTER, 2008), o ensaísta e dramaturgo Karl Kraus é, muito provavelmente, o expoente máximo do intelectual insatisfeito com a imprensa. Autor dos mais duros escritos sobre o jornalismo e os jornalistas, que se confundem permanentemente com a sua oposição total ao capitalismo, Kraus investiu a maior parte da sua vida profissional ao serviço da crítica cultural e política. Fonte de todos os males, a sociedade capitalista era, para ele, inimiga da verdade e da consistência dos juízos críticos. E a

imprensa seria, neste contexto, a face visível das perversidades político-económicas, exprimindo a hipocrisia, a corrupção e a decadência das sociedades.

Obcecado por aquilo que, no seu entendimento, transformava a imprensa na maior prostituta de Viena, Kraus denunciou a invasão dos jornais pela publicidade, a sua dependência relativamente aos poderes económico e financeiro e a concentração e a construção de verdadeiros impérios de jornalismo que ameaçariam o pluralismo e a liberdade de imprensa. Num contexto em que a imprensa generalizadamente se desenvolve e num momento em que, por exemplo, em França a tiragem de jornais diários passa, na segunda metade do século XIX, de 150 mil exemplares (1852) para um milhão (1870) (ALBERT & TERROU, 1970, p. 45), Kraus temia que os jornalistas pudessem adquirir um poder desmesurado sobre o mundo da cultura e sobre o mundo em geral. Contemporâneo do desenvolvimento da imprensa popular de grande tiragem, que floresce entre 1871 e 1914, o escritor austríaco manifestar-se-ia completamente desencantado com a imprensa que, na sua opinião, estaria exclusivamente ao serviço dos imperativos de mercado. Para Kraus, «longe de servir de maneira desinteressada os ideais universais de onde se reclama, a imprensa propõe e reserva os seus favores àqueles que têm meios de os pagar e os pagam efetivamente» (BOUVERESSE, 2001, p. 33).

Com absoluta aversão ao liberalismo económico e à dominação da economia sobre a vida social, manifestada em toda a sua obra literária, Kraus consideraria que a independência económica e financeira seria, em matéria de imprensa, a condição *sine qua non* da independência moral e intelectual. Muito cético relativamente à seriedade dos jornalistas, o ensaísta julgava estes profissionais mais discretos e menos determinados quando confrontados com relações de dependência económica do que relativamente à censura exercida pelo poder político. Daí que a sujeição às exigências universais do mercado fosse uma violência à liberdade de expressão, fazendo dos jornais a

causa da “automutilação do espírito humano” (KRAUS, 2000, p. 186).

Não obstante o rótulo de anti-jornalista, Karl Kraus escolheu escrever sempre em registo periódico. Foi proprietário, editor e, depois de dispensar algumas colaborações, redator único da *Die Fackel*, a revista que elegeu como suporte da sua expressão crítica. É nas páginas desta publicação que encontramos hoje um dos maiores repertórios de artigos contra o jornalismo e o liberalismo. Durante 37 anos (de 1899 a 1936, ou seja, até ao fim da sua vida), Kraus editou 922 números da revista, num total de cerca de 30 mil páginas que registam o seu forte inconformismo relativamente à decadência dos valores e das instituições austríacas. Exercendo com *Die Fackel* uma espécie de jornalismo solitário, Karl Kraus antecipou o que Gilbert Keith Chesterton, um influente escritor inglês, faria entre 1925 e 1936 com a publicação do *G.K.'s Weekly*, ou o que o jornalista americano Izzy Feinstein Stone desencadeou, entre 1952 e 1971, com uma espécie de *newsletter* política intitulada *IF Stone's Weekly*.

Ao considerar a literatura como o único refúgio que pudesse ainda subsistir num mundo em perdição, Kraus colocou-se ao lado de escritores que tomaram os jornais como publicações cheias de “narrativas de bagatelas”, especialmente perigosas devido ao poder desmedido que a imprensa tinha conquistado. Sugeria o ensaísta que ela tinha a capacidade de transformar “emoções e paixões moderadas em histeria e folia, (...) o orgulho nacional em delírio nacionalista e em xenofobia e (...) o medo em pânico” (BOUVERESSE, 2001, p. 51). É esta perceção relativamente à força das palavras que o aproxima de filósofos da linguagem como Wittgenstein. Ambos eram extremamente sensíveis à manipulação da linguagem e à performatividade das palavras, se bem que, em Kraus, esta preocupação esteja contaminada pela ideia segundo a qual a imprensa seria um instrumento ao serviço de interesses mais privados do que públicos. Reprovando a degradação da linguagem, o autor da *Die Fackel* denunciou veemente o facto de a linguagem jornalística se constituir como base das mistificações e

perversões do homem dito moderno.

De matriz literária, a escrita de Kraus configura um género de condenação que Jacques Bouveresse classificou como “definitiva, impiedosa e radical”. Em *Cette Grande Époque*, pergunta ironicamente se a imprensa é um mensageiro. E em tom fatalista constata: “Não, ela é o acontecimento! Um discurso? Não, a vida!” (KRAUS, 2000, p. 182). Sabendo que o jornal não informa sobre um conteúdo, mas que é ele próprio um conteúdo e um excitador, Kraus tinha também um forte desapontamento relativamente ao efeito do jornalismo sobre a cultura e sobre o espírito. Para ele, a imaginação do jornalista era o pior sucedâneo para a nossa própria imaginação. É, aliás, “contra a nossa vida que ele [o jornalista] atenta com as suas mentiras” (KRAUS, 2000, p. 190).

Atento aos “factos miúdos, diversos, da vida quotidiana, judicial, literária, que desenham a seus olhos o retrato de uma sociedade com as suas imperfeições e os seus vícios”, como reconheceria Yves Kobry na apresentação que abre o livro *La Littérature Démolée* (1993, p. 36), Kraus teria inclusive a ideia entristecida de que não são os jornais que são a expressão da vida, mas a própria vida é que seria a expressão destes jornais (KRAUS, 2000, p. 185). Nocivo para o pensamento e responsável pela falta de imaginação, o jornalismo seria também, segundo Kraus, responsável «pela cegueira, pela passividade e pelo conformismo» (BOUVERESSE, 2001, p. 87). A mesma cegueira e surdez que permite ainda, segundo ele, que a imprensa continue a existir e se tenha tornado sinónimo de impunidade e de irresponsabilidade. Em todos os seus escritos transparece um temor à habilidade perigosa da imprensa para «transformar não somente a insignificância objetiva em importância reconhecida por todo o mundo» e a própria mentira em verdade (BOUVERESSE, 2001, p. 52). Daí que, para Kraus, aquilo a que deveríamos aspirar como uma espécie de felicidade inspirada é a um mundo sem imprensa.

Os jornalistas no quotidiano de Eça de Queirós

O escritor Eça de Queirós é, em Portugal, talvez o melhor equivalente de alguns dos intelectuais citados anteriormente. Embora referindo-se ao jornalismo, num texto publicado no *Distrito de Évora*, como uma nobre atividade que consiste em ir lá e voltar para contar aos outros, não raras vezes a denúncia da decadência da sociedade portuguesa passou também por reflexões sobre o papel e o desempenho dos jornalistas. Desde logo na sua obra primaz, *Os Maias*, onde João da Ega desabafa para Carlos da Maia: “Estes burros destes jornalistas! São a escória da sociedade!”

É certo que é quase impossível distinguir o Eça escritor do Eça que foi também jornalista. O jornalismo e a literatura confundem-se na obra do escritor. O jornal serviu-lhe de veículo para escritos mais literários, tendo-lhe oferecido em contrapartida uma sensibilidade mais realista para os episódios da vida quotidiana, de que tratou em vários romances. Os escritos queirosianos têm a marca de personalidade de um jornalista: são detalhistas, exercendo ao melhor nível a estética do pormenor, e são analíticos, usando da mais elaborada, ainda que simples, linguagem argumentativa.

Apesar de, do ponto de vista do estilo de narrativa, Eça de Queirós condizer bem com o espírito jornalístico, a sua obra mais literária não esconde um sentido crítico relativamente à imprensa da sua época. Demonstrou-o em vários escritos, sobretudo ao jeito epistolográfico. Em *Cartas de Paris*, por exemplo, observa que “incontestavelmente foi a imprensa, com a sua maneira superficial e leviana de tudo julgar e decidir, que mais concorreu para dar ao nosso tempo o funesto e já irradicável hábito dos juízos ligeiros”. A ideia segundo a qual os jornalistas seriam mestres de “improvisação imprudente” é recorrente nas observações de Eça. Em *A correspondência de Fradique Mendes*, refere-se ao jornal como “uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, à meia-noite, entre o silvar do gás e o fervilhar

das chalaças, por excelentes rapazes que rompem pela redação, agarram uma tira de papel, e, sem tirar o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena sobre as coisas da Terra e do Céu”.

Para além da ligeireza de pensamento, o jornal seria, do ponto de vista do romancista, “um fole incansável que assopra a vaidade humana”. Lastimando os males que assombam a civilização da viragem para o século XX, Queirós reconhece que “a forma nova da vaidade para o civilizado consiste em ter o seu rico nome impresso no jornal, a sua rica pessoa comentada no jornal!” Com ironia, proclama: “Vir no jornal! Eis hoje a impaciente aspiração e a recompensa suprema!” E com sarcasmo, constata: “para aparecerem no jornal, há assassinos que assassinam”. É nesta intensa correspondência entre Fradique Mendes e Bento S., que Eça pronuncia a sua afirmação mais cáustica: “todo o jornal”, diz, “destila intolerância, como um alambique destila álcool, e cada manhã a multidão se envenena aos goles com esse veneno capcioso”.

Apesar de ter mantido um certo distanciamento crítico relativamente ao jornalismo, Eça não terá desenvolvido pela imprensa sentimentos tão odiosos como alguns dos seus contemporâneos. Para o escritor, não existia incompatibilidade entre o jornalismo e a literatura, nem nunca sugeriu haver uma prioridade da literatura por relação ao jornalismo. Tendo pré-publicado em jornais, sob a forma de folhetins, alguns dos seus mais emblemáticos escritos literários, pode dizer-se que, para Eça de Queirós, o jornalismo terá funcionado como um laboratório do realismo que exerceu em romances como *A cidade e as serras*, *O crime do Padre Amaro* ou *Os Maias*.

Atividade ferida pela escrita dos dias, o que quer dizer, ferida pela ligeireza dos relatos de acontecimentos, pela falta de recuo e de distanciamento crítico, o jornalismo não se confunde com os mistérios de sentido trilhados na literatura. Mas há nele a poesia dos dias, essa poesia que só rima na palavra nervosa e impulsiva e que escapa, como demonstram as sentenças recortadas neste capítulo, à compreensão de romancistas, ficcionistas e ‘compositores de figuras de estilo’.

Referências

ALBERT, Pierre e TERROU, François. **Histoire de la presse**. Paris, Presses Universitaires de France, 1970.

BALZAC, Honoré de. **Les journalistes – monographie de la presse parisienne**. Paris, Éditions Arlea, 1998.

BERRY, David. **Journalism, Ethics and Society**. London, Ashgate, 2008.

BOUVERESSE, Jacques. **Schmock ou le triomphe du journalisme. La grande bataille de Karl Kraus**. Paris, Seuil, 2001.

FREYTAG, Gustav. **Die Journalisten**. Stuttgart, Reclam, 1988.

JEANNENEY, Jean-Noël. **Uma história da comunicação social**. Lisboa, Terramar, 1996.

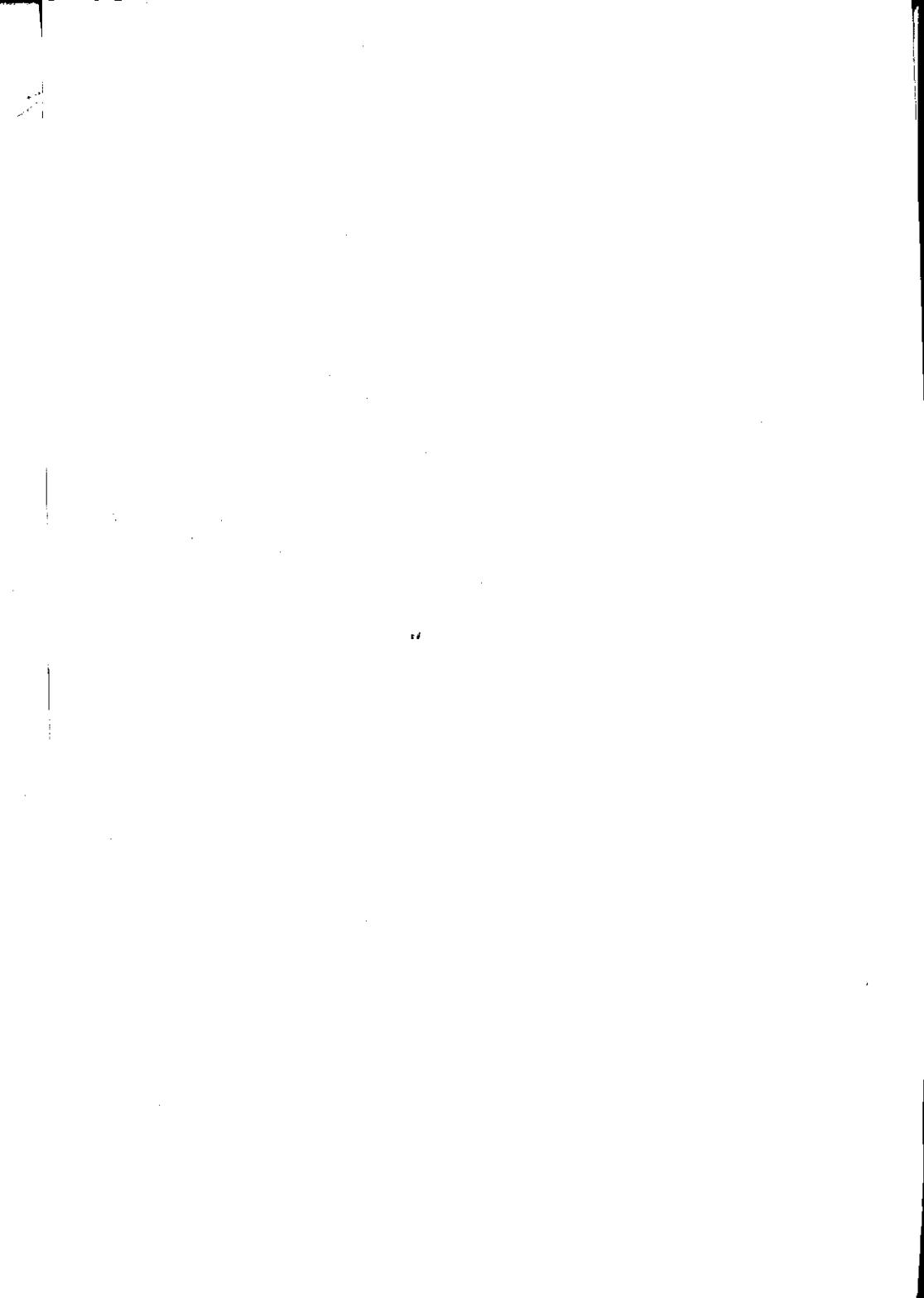
KRAUS, Karl. **Cette grande époque**. Paris, Éditions Payot & Rivages, 2000.

OLIVEIRA, Madalena. **Metajornalismo: quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso**. Coimbra: Grácio Editor, 2010.

REITTER, Paul. **The Anti-Journalist. Karl Kraus and Jewish self-fashioning in fin-de-siècle Europe**. Chicago, The University of Chicago Press, 2008.

SCHNEIDERMAN, Daniel. **Du journalisme après Bourdieu**. Paris, Fayard, 1999.

VAILANT, Alain. **Baudelaire Journaliste. Articles et chroniques**. Paris, GF Flammarion, 2011.



Ficção, reportagem e historiografia: narrativas em diálogo

Sinval Medina¹

"Por isso, a poesia é algo mais filosófico e mais sério do que a história, pois aquela refere principalmente o universal, e esta o particular".

Aristóteles, *Poética*, Cap. IX.²

E escolhi para epígrafe desta intervenção uma passagem da *Poética* mais para mostrar como é antigo o tema que vamos debater. Vale lembrar que na classificação de Aristóteles poesia (ou poética) englobava a lírica e a épica. Em nossos dias, esta última, pode ser livremente equiparada à narrativa literária em prosa, vasto espaço que abrange desde os gêneros clássicos da ficção (conto, novela e romance) até a grande reportagem, a biografia e o memorialismo. Na verdade, no trecho citado Aristóteles procura estabelecer fronteiras entre a epeia e a crônica histórica.

1 Sinval Medina é jornalista, escritor, pesquisador e ex-professor universitário. Tem dezenove livros publicados (romances, ensaios e literatura infantil). Em 1986, figurou entre os vinte ficcionistas que representaram a literatura brasileira contemporânea na Feira de Frankfurt, Alemanha. Integrou a equipe do *Projeto Plural*, coordenado pela Prof^a. Dra. Cremilda Medina, na Escola de Comunicações e Artes da USP. Hoje, dedica-se em tempo integral à literatura.

2 SOUSA, Eudoro de. *Aristóteles: Poética* - tradução, introdução, comentário e apêndices. Porto Alegre, editora Globo, 1966.

Apesar das inevitáveis diferenças impostas pelo tempo, a discussão persiste em nossos dias. Até porque, desde o surgimento das primeiras narrativas (mitos, lendas, epopeias) reproduzidas oralmente e depois em suportes materiais diversos, a realidade factual serve de matéria prima para os narradores. Nesse sentido, é importante distinguir, como faz Jacques Le Goff, o **acontecimento ou evento** – um acidente, um terremoto, uma batalha, a morte de um governante, fenômenos físicos, que ocorrem fora da consciência humana – **do fato histórico, da notícia, do relato** – produtos da esfera simbólica.³ Estes últimos são representações dos acontecimentos – um filme, uma página impressa, uma gravação de áudio ou mesmo um relato oral. Ou seja, são narrativas sobre eventos já transcorridos – não importa se há dois minutos ou há dois mil anos.

Mesmo no caso das narrativas que se propõem a espelhar a verdade, a metamorfose do evento em representação, dado seu caráter simbólico, isto é, comunicacional, obedece a uma gramática formada por elementos estruturantes de natureza cultural, ideológica, política, que se expressa na voz de autores de gêneros literários que vão do romance à dramaturgia e do ensaio à historiografia.⁴

A Inconfidência Mineira, por exemplo, ganha dimensão épica na Era Vargas (1930/1945), quando o governo se esforça para criar uma identidade nacional que abafe as autonomias regionais preponderantes na República Velha. Num momento em que o poder central busca se fortalecer, a figura de Tiradentes se torna um fator de afirmação da nacionalidade. Os exemplos desse fenômeno são tantos que levam Demétrio Magnoli a afirmar que as narrativas constituem o alicerce dos estados modernos. “A nação é sempre uma narrativa,

3 LE GOFF, Jacques. *Historia*. In *Enciclopédia Einaudi*, vol.1 Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

4 Para a noção de produção simbólica, ver CANCLINI, Néstor. *As culturas populares no capitalismo*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.

uma invenção, uma produção do Estado”⁵

Mas a narrativa como *locus* de reconhecimento identitário remonta a tempos muito anteriores ao surgimento do estado nacional. A *Ilíada*, a *Odisseia*, o culto aos deuses do Olimpo, entre muitos outros elementos imateriais, permitiram aos gregos antigos partilhar durante séculos um sólido espaço simbólico comum, mesmo privados de unidade política ou de um governo autônomo. As narrativas fundantes constituem o cimento das identidades culturais, ultrapassando fronteiras geográficas impostas por injunções de poder. Elas expressam o modo como os integrantes de um grupo humano se projetam no mundo, demarcando, pela partilha de narrativas, quem são os locais e quem são os forasteiros.

Um caso marcante do papel da narrativa como elemento estruturante da cultura é descrito por Mario Vargas Llosa no romance *El Hablador*, de 1987. Nele, o laureado escritor peruano guia o leitor em uma vertiginosa viagem ao imaginário coletivo da tribo machiguenga, paupérrima e rarefeita população perdida nos confins da Amazônia. Espalhados pela selva, os grupos que compõem a etnia machiguenga mantêm raros contatos entre eles próprios. São unidos – e se reconhecem como membros da mesma comunidade – pela figura do *hablador*, um narrador que percorre as aldeias contando as lendas e os mitos da tribo. O tema registra uma das obsessões de Llosa, ou seja, questionar-se sobre o papel da ficção na vida dos homens. Uma reflexão do narrador do romance (a história é contada em primeira pessoa) deixa clara a visão do autor sobre as narrativas dos machiguengas:

*“São uma prova palpável de que contar histórias pode ser mais do que mero divertimento (...) Algo primordial, algo de que depende a própria existência de um povo.”*⁶

5 MAGNOLI, Demétrio. Estado Nacional, mercado e desenvolvimento na América Latina. In *Diálogo Portugal-Brasil, século XXI*. Org. MEDINA, Cremilda e MEDINA, Sinval. Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2008.

6 VARGAS LLOSA, Mario. *El hablador*. Santillana, Lima, 2008.

Não será exagero datar as origens da narrativa ao tempo em que nossos ancestrais começaram a interagir por meio da linguagem verbal. O surgimento da escrita vai ser um importante marco divisório na evolução do processo, dando origem a discursos que, grosso modo, poderíamos separar em duas vertentes: as histórias imaginárias e as crônicas históricas. O fato é que, desde a origem, essas formas narrativas se entrelaçam de modo quase inextricável. Consideradas, durante séculos, produto da pura imaginação, as epopeias homéricas são cada vez mais amparadas por descobertas arqueológicas, ou seja, por dados empíricos. A guerra de Troia, que durante muito tempo foi vista como fruto da exaltação poética de um aedo cego, aflora das ruínas como “verdade histórica”. Já a crônica dos poderosos, sejam eles antigos imperadores ou modernos governantes, apresentadas como fiel retrato da realidade, servem mais para ocultar ou edulcorar os acontecimentos do que para revelá-los. Em resumo, não é fácil distinguir em uma narrativa literária, seja ela novelesca, historiográfica ou jornalística, os limites entre a realidade e a ficção.

Isso, porém, não nos impede de discutir a questão, lembrando que é antiga a divisão dos relatos sobre o passado nas duas vertentes aqui mencionadas: uma, que se permite representar os acontecimentos tal como poderiam ter sucedido; outra que pretende reproduzir os acontecimentos tais como ocorreram, ou seja, com base “na realidade dos fatos”.

Vejam os exemplos. No século XVI, as *Décadas da Ásia* (1552/1563) de João de Barros e *Os Lusíadas* (1572) de Luís Vaz de Camões se destacam no cenário do Renascimento português como sólidos monumentos literários. Vale destacar que tanto a prosa do cronista como a épica do poeta representam simbolicamente, por meio do texto, o factual das conquistas ultramarinas de Portugal. Onde, nessas obras fundantes da nossa literatura, ficam os limites entre ficção e realidade? A mesma dúvida cabe em relação à obra dos gregos Heródoto (cronista) e Homero (ficionista). A diferença entre a épica e a crônica está no modo como o poeta e o cronista tratam os temas abordados. Partindo ambos da mesma história/fábula (o que se conta), produzem discursos/narrativas

(como se conta) diferentes, ainda que não necessariamente divergentes.

Como estabelecer uma fronteira nítida entre um texto assumidamente ficcional de outro que se propõe a refletir “a verdade dos fatos”? No fundo, toda a história contada como verdadeira contém traços de ficção, e toda a história apresentada como imaginária contém grãos de verdade.

Até aqui falamos de narrativa de modo genérico, como virtualidade da expressão verbal praticada pelas pessoas no cotidiano. Produzimos narrativa ao relatar qualquer episódio que tenhamos testemunhado, vivenciado ou mesmo ouvido de terceiros. Mas nem toda a narrativa é literatura, assim como nem toda a literatura é narrativa. A narrativa literária, aquela construída com intenções estéticas, ocupa um lugar especial. O consagrado teórico português Carlos Reis, por exemplo, é categórico ao afirmar:

*Podemos considerar que o texto literário (grifo do autor), enquanto resultado articulado e coerentemente estruturado da enunciação da linguagem literária, é detentor de certas características, que sinteticamente podem ser descritas deste modo: o texto literário configura um universo de natureza ficcional (idem), com dimensão e índices de particularização muito variáveis”.*⁷

Estamos, porém, em terreno movediço. A urdidura da narrativa literária torna impossível estabelecer limites nítidos entre real e imaginário. Um texto em prosa, mesmo sem ser ficcional pode ter alta qualidade estética. Se limitada aos três gêneros ficcionais clássicos – conto, novela, romance – a narrativa literária não reconheceria em seus domínios obras como “A sangue frio”, de Truman Capote, “Solo de clarineta”, de Erico Veríssimo e “Casa grande e senzala”, de Gilberto Freire. Mas a biografia, o memorialismo, a grande reportagem pertencem, sim, ao campo da literatura.

⁷ REIS, Carlos. O conhecimento da literatura – introdução aos estudos literários. Livraria Almedina, Coimbra, 1997.

A capacidade técnica e artística do autor é que definirá a qualidade artística do texto. É comum ouvir-se, como elogio a um livro de “não ficção” (passe a expressão) que ele “agarra” leitor como se fosse um romance. Tais obras, ainda que se baseiem no factual e tenham como objetivo reconstituir a realidade “tal como ela é”, valem-se de recursos estético-literários típicos das obras ficcionais. Em suma, os acontecimentos constituem combustível precioso para a literatura, sejam eles apresentados de modo realista, sejam eles ressignificados pelas lentes do imaginário.

“Diz Aristóteles que o poeta deve preferir prováveis impossibilidades a improváveis possibilidades”, lembra Alfredo Leme de Carvalho ao interpretar a *Poética*. Isso significa que o impossível torna-se provável no plano ficcional. “Mais difícil é aceitar o improvável dentro do universo daquilo que conhecemos como possível”, completa o autor.⁸ Costumo ilustrar essa passagem com aquela folclórica lição que os antigos chefes de reportagem davam aos iniciantes nas redações: se um cachorro morde um homem, não é notícia; se um homem morde um cachorro, é notícia. Eis aí um exemplo de possibilidade improvável a que se refere Aristóteles. Estamos diante de um acontecimento real, ainda que raro. Agora se um homem vira cachorro ou vice-versa, mergulhamos no terreno das impossibilidades físicas. Mas a licantria, ou seja, a transformação de seres humanos em cães, lobos e assemelhados é perfeitamente aceitável na ficção. A recente epidemia de romances e filmes de grande apelo popular povoados de lobisomens e vampiros é a prova concreta de que o contador de histórias não cai em descrédito quando convida o leitor a entrar no universo do impossível. Para não ficar apenas com obras de qualidade discutível, basta lembrar que autores como Balzac, em *La peau de chagrin* e Gabriel Garcia Márquez em *Cem anos de solidão* usam e abusam das impossibilidades prováveis propostas por Aristóteles.

Para propósitos práticos, podemos dividir em duas prateleiras as narrativas literárias em prosa, colocando em uma delas a ficção e em outra a não ficção.

8 CARVALHO, Alfredo Leme. A interpretação da *Poética* de Aristóteles. Editora Rio-pretense, São José do Rio Preto, 1998.

Tanto numa como na outra, encontraríamos livros de alta qualidade misturados com a mais dolorosa subliteratura. Mas deixemos de lado a valoração estética, terreno para os especialistas da crítica. O que interessa aqui é explorar a fronteira entre a ficção e a não ficção. E, para tanto, vou me valer da noção de *suspension of disbelief* (suspensão da dúvida) proposta pelo poeta e filósofo inglês Samuel Coleridge no início do século XIX. De fato, diante de um enredo envolvente e bem articulado, o receptor (leitor, ouvinte, espectador) esquece que a história não pode ocorrer no mundo real e segue preso a ela até o fim.

Em outras palavras, a suspensão da dúvida resulta de um pacto entre o narrador e o receptor. Pacto este que, do meu ponto de vista, está presente tanto nas histórias de ficção como nas de não ficção. No romance, na novela, no conto, o autor declara, ou deixa implícito, que a história não tem compromisso com a verdade factual. Cito como exemplos Machado de Assis, que nas primeiras linhas de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* adverte o leitor, na voz do personagem: “não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor”. Também merece ser lembrada a primeira frase de Kafka, em *A Metamorfose*, na qual o narrador declara que o personagem Gregório Samsa acorda transformado num imenso e repelente inseto. Em ambos os casos, estamos diante de impossibilidades que se tornam prováveis no universo imaginário criado pelo autor. Cabe ao receptor a decisão de entrar ou não na para-realidade que lhe é proposta.

Ora, do meu ponto de vista, o pacto de suspensão da dúvida também funciona no universo da não ficção. Neste caso, o autor busca a adesão do leitor ao declarar que seu texto é a fiel expressão da realidade. É o que faz Fernando Morais na apresentação de Olga, belíssima biografia da líder comunista Olga Benário Prestes assassinada num campo de extermínio nazista durante a II Guerra Mundial. “A reportagem que você vai ler agora relata fatos que aconteceram exatamente como estão descritos neste livro”.⁹ Ao contrário da ficção, que puxa o leitor para fora do mundo real, a reportagem, a biografia, o memorialismo, a crônica histórica convidam-no a mergulhar na realidade. Em ambos os casos o autor tenta estabelecer

9 MORAIS, Fernando. Olga. Editora Alfa Ômega, São Paulo, 1986, 7ª edição.

um pacto de credibilidade com o leitor.

As bases do acordo, no entanto, não são as mesmas. O ficcionista se vale da verossimilhança, enquanto o não ficcionista se apoia na veracidade. Verossímil é o que parece verdadeiro ou se assemelha à verdade. O discurso baseado na verossimilhança narra os acontecimentos como poderiam ter acontecido e não como supostamente aconteceram. A prosa que se propõe reportar os fatos tal como aconteceram, ou seja, que pretende ser um retrato fiel da realidade baseia-se na veracidade.

Até aqui não entrou em discussão (nem entrará) a sempre controversa noção de *verdade*. Deixemos o problema para filósofos e cientistas. Voltando ao nosso tema, estabelecemos como bases do pacto de suspensão da descrença entre autor e leitor a verossimilhança (na ficção) e a veracidade (na não ficção); sustentamos que as duas propostas podem gerar obras de alta qualidade literária, como também podem produzir textos sem valor estético; enfatizamos também que os eventos do passado constituem importante fonte de inspiração para narrativas ficcionais e não ficcionais. Em ambos os casos, os autores são contadores de histórias. E os contadores de histórias estabelecem um pacto de suspensão da dúvida com o leitor.

É preciso, porém, distinguir o uso dos fatos históricos, enquanto material literário, dos estudos históricos de cunho científico. Uma certa confusão vem sendo alimentada, nos últimos tempos, pelo surgimento de obras de escritores talentosos que se tornaram campeões de vendas contando histórias baseadas na História. O fenômeno não é novo. Dom Pedro I rendeu dois livros de grande sucesso no século passado: *As maluquices do imperador*, de Paulo Setúbal, de 1927¹⁰ e *O rei cavaleiro – vida de D. Pedro I*, de Pedro Calmon lançado em 1933¹¹. Recente é a tentativa de rivalizar os contadores de histórias, entre os quais me incluo, com historiadores profissionais (pesquisadores e professores).

10 SETÚBAL, Paulo. *As Maluquices do Imperador*. Geração Editorial, São Paulo, 2010.

11 CALMON, Pedro. *O Rei Cavaleiro – Vida de D. Pedro I*. Coleção Saraiva, São Paulo, 1948.

Uns e outros não são vinhos da mesma pipa. Não devemos misturá-los.

O sucesso de obras de autores como Laurentino Gomes (1808, 1822); Eduardo Bueno (*Viagem do descobrimento*); Leandro Narloch (*Guia politicamente incorreto da história do Brasil*), entre muitas outras, estimulam a confusão. Segundo Nelson Motta, em texto publicado na edição de 17 de setembro de 2010 do jornal *O Estado de São Paulo*, esses livros “popularizam nossa História sem vulgarizá-la ou ideologizá-la, nos ajudando a tentar entender por que somos assim, para o bem e para o mal”.¹² As palavras do cronista sugerem que esses autores poderiam substituir com vantagem os historiadores profissionais. Na verdade, tais obras são narrativas construídas com engenho e arte por escritores talentosos. Mas situam-se no terreno da literatura e não no campo da História como disciplina científica.

Como assinala Demétrio Magnoli, a “verdade” histórica é uma interpretação dos eventos do passado que oscila ao sabor do “espírito do presente” – isto é, do espírito predominante em cada época. Verdades distintas concorrem entre si nas obras de História, formando um diálogo pluralista e, em princípio infundável. “Contudo, por definição, a verdade histórica não pode ser emoldurada com o selo oficial – a não ser como contrafação fabricada por regimes totalitários”, lembra Magnoli.¹³

Em outras palavras, a História está em permanente reconstrução, tanto à luz de novas interpretações como pelo surgimento de fontes de informação até então inéditas (documentos, cartas, achados arqueológicos, imagens). Diante disso, a tarefa primeira do historiador profissional é escavar arquivos que escondem sob a poeira do tempo os segredos do passado. Esse material servirá de base para os contadores de histórias, apresentem-se eles como narradores verazes ou verossímeis.

Então, em que aspectos os textos de divulgação de eventos históricos assinados por escritores (em geral jornalistas e/ou ficcionistas) diferem das teses, livros e artigos científicos produzidos por historiadores profissionais?

12 MOTTA, Nelson. Jornal *O Estado de São Paulo*, 17/9/2010.

13 MAGNOLI, Demétrio. *Eliminem a verdade*. Jornal *O Estado de São Paulo*, 7/6/2012.

O narrador literário seduz o leitor com uma história bem contada, seja ela produto da imaginação ou “baseada em fatos reais”. Em outras palavras, o contador de histórias trabalha tanto como a “realidade da ilusão” como com a “ilusão da realidade”. Na primeira hipótese prevalece a verossimilhança, enquanto na segunda predomina a veracidade. Como vimos, em ambos os casos estamos no território da poética (no sentido aristotélico). Já o historiador profissional não conta com o salvo-conduto da suspensão da dúvida. Tudo o que escreve tem de se apoiar em fontes materiais. Mesmo nas correntes mais modernas e menos ortodoxas da historiografia, o autor não pode omitir os dados que amparam seu discurso, ainda que a História “seja filha de seu tempo”, como pontua Jacques Le Goff.¹⁴ É certo que cada época reconstrói o passado sob o influxo de novas visões de mundo e novos achados documentais. Mas ao historiador profissional não se permite “inventar” o passado. Ele não desfruta do alvará de credibilidade que o leitor concede ao contador de histórias. Sendo obrigado a “provar” tudo o que afirma, fica proibido de usar a imaginação, sob pena de cair em descrédito. Em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo (8/5/12), os pesquisadores Jean Marcel de Carvalho França e Ricardo Alexandre Ferreira, autores da obra “Três Vezes Zumbi”¹⁵ recriminam o historiador Décio Freitas por escrever passagens fantasiosas sobre o líder de Palmares, baseadas em cartas que só ele (Décio Freitas) teria lido.¹⁶

Tal reparo só tem sentido quando dirigido a um historiador profissional. Se o combativo escritor gaúcho se definisse como contador de histórias, mereceria elogios e não críticas por arrolar episódios da vida de Zumbi que, mesmo sem comprovação documental, se justificam no plano do mito. O pacto de suspensão da dúvida permite que um autor como Fernando Moraes escreva mais de trezentas páginas sobre Olga Benário

14 LE GOFF, Jacques. *Historia*. In *Enciclopédia Einaudi*, vol.1 *Memória-História*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

15 FRANÇA, Jean Marcel Carvalho e FERREIRA, Ricardo Alexandre, *Três Vezes Zumbi*, ed. Três Estrelas, 2012.

16 FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Porto Alegre, Movimento, 1971.

Prestes, reproduzindo cenas, diálogos e até emoções sem nenhuma nota de rodapé. O mesmo procedimento se observa nas obras de outros escritores que se propõe contar “histórias verdadeiras”. Em geral, esses autores amparam a narrativa em minuciosas pesquisas, quase sempre de fontes secundárias. Não se trata, portanto, de colocar em dúvida a seriedade do trabalho, até porque tais narrativas arrolam uma densa relação de fontes (livros, material de imprensa, entrevistas). Mas graças ao pacto estabelecido com o leitor, eles não precisam explicar a procedência das informações a cada passagem do texto. Já os historiadores profissionais, por não desfrutarem dessa licença poética, precisam comprovar e justificar suas afirmações permanentemente. Cito a título de exemplo a obra *Colônia do Sacramento – o extremo sul da América Portuguesa*¹⁷ do historiador Fabrício Prado, que foi de extrema valia na composição do meu romance *O Cavaleiro da Terra de Ninguém – vida e tempos de Cristóvão Pereira de Abreu*¹⁸. O brilhante trabalho do jovem pesquisador gaúcho, em pouco mais de duzentas páginas arrola exatas 379 notas explicativas, enquanto em meu romance, duas vezes mais extenso, não inseri uma nota sequer, ainda que o texto esteja recheado de “fatos reais”.

As diferenças se aprofundam quando chegamos às questões metodológicas. O historiador profissional, como qualquer outro praticante de uma disciplina científica, obedece ao estado da arte no seu campo de saber. Se não o fizer, estará sujeito à perda do respeito de seus pares. O professor de uma escola de medicina, por exemplo, não pode usar em suas pesquisas métodos não reconhecidos pela comunidade acadêmica, ou por impróprios, ou por superados pelo avanço do conhecimento na área. Não é facultado a um neurocientista, por exemplo, usar o xamanismo ou a cura espiritual como ferramenta de trabalho, sob pena de ser proscrito pelos pares e pelos próprios órgãos reguladores da profissão. O historiador está sujeito ao mesmo tipo de restrição. Vejamos, a título de ilustração,

17 PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento – o extremo sul da América Portuguesa*. Prefeitura de Porto Alegre/Frumproarte, Porto Alegre, 2002.

18 MEDINA, Sinval. *O Cavaleiro da Terra de Ninguém – vida e tempos de Cristóvão Pereira de Abreu*. Editora Prumo, São Paulo, 2012.

alguns caminhos interditos aos pesquisadores acadêmicos nos quais nós, contadores de histórias, costumamos caminhar à vontade.

Começo pelo que chamo de “genesismo”, ou o recurso do recorte temporal. Retiro a noção de genesismo da passagem bíblica segundo a qual “Assim foram concluídos o céu e a terra, com todo o seu exército. Deus concluiu no sétimo dia a obra que fizera e no sétimo dia descansou”. (Gênesis, 2).

Os historiadores profissionais aprendem na academia que a História não é feita de saltos ou “estalos”, mas de processos construídos por intermináveis e complexos encadeamentos de circunstâncias. Ainda que o tempo histórico envolva rupturas e descontinuidades, a visão processual que orienta a historiografia esmaece o *plaisir de la suite* inerente à narrativa literária, baseada na fórmula *princípio, desenvolvimento, epílogo*. Pelo menos na tradição ocidental, o contador de histórias parte de um estado inicial de equilíbrio que, ao ser rompido, gera peripécias ao final das quais, a situação se reequilibra com um desfecho quase sempre favorável aos protagonistas “do bem”. Os contos infantis tradicionais ilustram perfeitamente esse esquema. Exemplo: antes do aparecimento do Lobo Mau, os Três Porquinhos viviam felizes na floresta. De repente surge um predador para ameaçá-los, desequilibrando a situação. Eles escapam de grandes perigos (peripécias) e finalmente conseguem se livrar do Lobo. Ao final, morando em casas bem construídas, começam uma nova etapa, seguros e felizes.

Ora, no mundo real as histórias não acabam porque a vida, tanto dos indivíduos como de sociedades, é um contínuo devir. E é esse devir que o historiador procura representar na sua produção simbólica. Mas ao fazê-lo, o discurso se torna menos atraente ao leitor leigo, já que tende a se distanciar da esfera emocional. Para o contador de histórias é fundamental alicerçar a narrativa em datas e eventos impactantes – as pessoas que-rem saber como as coisas começam, se desenvolvem e terminam. Para não encompridar argumentos, basta dizer que datas marcantes em nossa História, como 1500, 1808, 1822, 1889, 1930, 1964, mesmo balizando

acontecimentos de grande visibilidade, e que tem gerado muitas obras de divulgação histórica, quando examinadas na longa duração mostram-se menos significativas do que os processos que culminaram em tais marcos cronológicos.

De fato, nos duzentos anos que vão do auge do ciclo do ouro (1730) à Revolução de 1930, a sociedade brasileira muda menos do que nas décadas de 30 e 60 do século passado. A Lei Áurea, de 1888, tida como o momento da libertação dos escravos é, na verdade, apenas um episódio de ruptura na ordem social que se estrutura do início da colonização e se prolonga quase até nossos dias. Nesse sentido, pode-se dizer que o cativo estava em vias de extinção bem antes da medida redentora assinada pela Princesa Isabel, e que na prática, a luta de ex-escravos e seus descendentes por igualdade de direitos na sociedade brasileira ainda não acabou.

Em resumo, narrativas com princípio, meio e fim, que têm como modelo o Gênesis bíblico, constituem a coluna vertebral do discurso do contador de histórias, mas tem importância menor para o historiador.

Outra diferença entre as duas abordagens é o que defino como anacronia ou anacronismo ou seja, o uso de noções e ideias fora do seu tempo. É muito comum o contador de histórias projetar no passado visões do presente. É válida, no caso, a inclusão de atitudes, sentimentos e juízos deslocados da época em que ocorre a ação. Um ficcionista pode, perfeitamente, criar uma história de amor romântico à moda do século XIX num contexto em que esse tipo de situação seria inviável – o Egito dos faraós, a China da dinastia Ming ou mesmo o Brasil colonial, onde as moças podiam casar com quem quisessem, desde que fosse o noivo escolhido pelo pai. Assim como é possível aproximar a revolta de escravos e gladiadores contra a República Romana (72-71 a.C.) dos ideais do internacionalismo proletário dos séculos XIX e XX, como fez o romancista norte-americano Howard Fast no romance *Espártaco* de 1951.¹⁹ Outro exemplo de anacronia é chamar de socialismo a

19 FAST, Howard. *Espártaco*, Editora Best Seller, Rio de Janeiro, 1959.

organização social implantada pelos jesuítas nos aldeamentos guaranis do século XVII e XVIII na América do Sul.²⁰

A narrativa literária e a narrativa historiográfica também se diferenciam no uso da chamada argumentação contrafactual. Contadores de histórias usam (e até abusam) dos modos verbais subjuntivo e condicional. Para eles, o “se”, o “quase”, o “talvez” são recursos admissíveis na construção do discurso, ou seja, podem se movimentar no terreno do verossímil. Têm a liberdade de imaginar como as coisas poderiam ter sido se as circunstâncias fossem outras. Podem se perguntar qual seria o desfecho da II Guerra Mundial se as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki tivessem falhado. Podem idealizar um Nordeste brasileiro branco e próspero se os invasores holandeses não tivessem sido expulsos de Pernambuco em 1654. Podem sugerir que se o Príncipe Regente de Portugal, futuro imperador D. Pedro I, não tivesse dado o grito do Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822, o Brasil teria se desmembrado em muitas repúblicas dominadas por caudilhos e rivais entre si, à semelhança do que aconteceu na América Espanhola. Os contadores de histórias têm essa liberdade. Já os historiadores estão presos à camisa de força dos eventos do mundo físico, ainda que a História seja uma construção social que se renova a cada geração. Mas é uma representação simbólica que obedece a imperativos metodológicos diante dos quais o contador de história não precisa se ajoelhar e dizer amém.

Vale lembrar ainda que o historiador não tem permissão para freqüentar a subjetividade dos personagens ou protagonistas da narrativa. A ele não se permite descrever o estado de espírito de Dom Pedro II ao embarcar no navio que o conduziria ao exílio e à morte na França. Ou reproduzir as últimas palavras do Rei Luís XVI, abafadas pelo rufo dos tambores, no momento em que a guilhotina lhe cortava a cabeça. Ou registrar o último pensamento de Getúlio Vargas antes de disparar o tiro que o faria deixar a vida para entrar na História. Já ao contador de histórias

20 FREITAS, Décio. O socialismo missionário. Movimento, Porto Alegre, 1977.

esse é um território que pode ser explorado livremente, e que representa um extraordinário recurso para agregar empatia e emoção ao texto.

Para não encompridar argumentos, lembremos que a narrativa do contador de histórias se apoia na noção de causa e efeito. Dizem os ficcionistas experientes que se um revólver surge, mesmo de passagem, na página 3 de um romance, por volta da página 20 ele precisa ser usado no assassinato de um personagem para justificar sua presença no enredo. Ou ainda, se a heroína vai sofrer de uma tísica que a levará a grandes sofrimentos, talvez à morte, ela deve começar a tossir discretamente na página 10. Já entre os historiadores profissionais a causalidade, que foi importante chave explicativa até o final do século XIX, quando a ciência de modo geral se abrigava no conforto e nas certezas do positivismo, causa e efeito são hoje utensílios enferrujados.

Muito bem. E a narrativa jornalística? Como sabemos, o trabalho do jornalista se desdobra em dois momentos distintos. O primeiro consiste na apuração – um imprevisível embate com os eventos, sempre repleto de surpresas, incertezas e sobressaltos. Para que o mergulho no caos da realidade não resulte em desastre é preciso agir com método. As informações colhidas, seja da observação direta, seja do diálogo com as fontes, seja da consulta a material de arquivo, devem ser organizadas de forma coerente e consistente para dar sustentação ao passo seguinte: a produção de uma narrativa. Se na primeira etapa o jornalista emprega metodologia semelhante à que orienta o historiador, na segunda – a transformação do material captado em discurso – ele pode se apropriar das técnicas da narrativa ficcional. Recursos como os mencionados antes (genesismo, anacronia, lógica contrafactual, subjetivação, causalidade) além de outros típicos da composição romanesca, como a dialética linguagem/estrutura, interditos ao historiador, são fundamentais na construção do discurso jornalístico literário.

Em suma, apurar como historiador e narrar como romancista parece uma boa estratégia para construir um jornalismo que associe o

rigor metodológico da historiografia à criatividade da literatura.

Essas são, a meu ver, as principais convergências e divergências entre métodos e técnicas do historiador e do contador de histórias. A narrativa literária, seja em forma de romance, biografia ou reportagem, tem no registro histórico uma inesgotável fonte de material factual, mas a produção daí decorrente não se confunde com os textos produzidos por historiadores profissionais. São, como propõe o nosso tema, narrativas que dialogam entre si, sem superposição e sem exclusão. A produção dos contadores de histórias que buscam na História o material de suas narrativas, ao contrário do que propõe Nelson Motta, não supera nem substitui o trabalho dos historiadores profissionais.

Como reforço ao meu argumento, recorro uma vez mais ao grande historiador Jacques Le Goff, com o qual concordo inteiramente:

“Devo acrescentar”²¹ diz ele, “que tenho muitas vezes prazer em ler – quando são bem feitos e escritos – os romances históricos e que reconheço aos seus autores a liberdade de fantasia que lhes é devida. Mas, naturalmente que, se pedirem a minha opinião de historiador, não identifico como História as liberdades aí tomadas...”

Para finalizar, valho-me do mestre dos mestres da narrativa, Miguel de Cervantes, quando ele põe na boca do bacharel Samsón Carrasco, em diálogo com Dom Quijote, as seguintes palavras:

Uma coisa é escrever como poeta, outra como historiador. O poeta pode contar e cantar as coisas, não como foram, mas como deviam ter sido; e o historiador as há de descrever não como deviam ser, mas como o foram, sem aumentar nem diminuir a verdade em ponto algum.²¹

21 CERVANTES, Miguel de. D. Quijote de la Mancha, cap. III, Segunda Parte, Aguilar, Madrid, 1980.

Referências

CALMON, Pedro. **O Rei Cavaleiro – Vida de D. Pedro I**. São Paulo: Coleção Saraiva, 1948.

CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo:Ed. Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Alfredo Leme. **A interpretação da Poética de Aristóteles**. São José do Rio Preto: Editora Rio-pretense, 1998.

CERVANTES, Miguel de. **D.Quijote de la Mancha**, cap.III, Segunda Parte, Madrid: Aguilar, 1980.

FAST, Howard. **Espártaco**, Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 1959.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho e FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Três Vezes Zumbi**, ed.Três Estrelas, 2012.

FREITAS, Décio. **O socialismo missioneiro**. Porto Alegre: Movimento, 1977.

FREITAS, Décio. **Palmares, a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Movimento, 1971.

LE GOFF, Jacques. Historia. In: **Enciclopédia Einaudi, vol.1 Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

MAGNOLI, Demétrio. Eliminem a verdade. **Jornal O Estado de São Paulo**, 7/6/2012.

MAGNOLI, Demétrio. Estado Nacional, mercado e desenvolvimento

na América Latina. In: **Diálogo Portugal-Brasil, século XXI**. Org. MEDINA, Cremilda e MEDINA, Sinval. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

MEDINA, Sinval. **O Cavaleiro da Terra de Ninguém – vida e tempos de Cristóvão Pereira de Abreu**. São Paulo: Editora Prumo, 2012.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1986, 7ª edição.

MOTTA, Nelson. **Jornal O Estado de São Paulo**, 17/9/2010.

PRADO, Fabrício. **Colônia do Sacramento – o extremo sul da América Portuguesa**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre/Frumproarte, 2002.

REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura – introdução aos estudos literários**. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

SETÚBAL, Paulo. **As Maluquices do Imperador**. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

SOUSA, Eudoro de. **Aristóteles: Poética – tradução, introdução, comentário e apêndices**. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

VARGAS LLOSA, Mario. **El hablador**. Lima: Santillana, 2008.

Na historiografia do presente, um lugar para os esquecidos

Francisco de Assis¹

A narrativa do hoje, exercício historiográfico

Jornalismo e história são campos de atuação profissional – bem como áreas do conhecimento – que se entrelaçam em diversas circunstâncias, muito embora haja confrontações quanto à natureza de seus objetos. Dizendo melhor, ambas as esferas se dedicam ao exercício de registrar situações ocorridas no cenário social, documentando-as para fins diversos; o que as difere, aparentemente e dentre outras questões, seria a temporalidade, cabendo à primeira tratar dos “processos envolvidos nas ações dos homens do presente” e à segunda “desvendar a possibilidade de ações envolvendo vidas passadas” (BARBOSA, 2010, p. 27).

Quando nos referimos à separação entre passado e presente, entre o ontem e o hoje, como contorno *aparente* da história e do jornalismo, queremos destacar que tal fronteira nem sempre é

¹ Francisco de Assis é jornalista, pesquisador e professor do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo (SP). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), mesma instituição na qual obteve o título de mestre. Vice-coordenador do grupo temático (GT) Estudos sobre Periodismo, da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic). e-mail: francisco@assis.jor.br

percebida como algo tão nítido ou imutável. Isso porque a atividade jornalística, de fato, é aceita como a que se fundamenta na atualidade, no “agora” ou, em termos mais claros, na “transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 17). Por outro lado, a construção da história – aqui, especificamente, entendida como o conhecimento gerado a partir de pesquisa e reflexão sobre os fatos pretéritos – deixou, já no século 20, de se ater somente às ocorrências de tempos longínquos.

Falar ou refletir sobre história não significa, portanto, apenas indicar apontamentos únicos e exclusivos sobre os acontecimentos de outrora, como se a esse campo interessasse somente aquilo que está temporalmente afastado. Há, na contramão desse pressuposto, correntes que valorizam a “história do tempo presente”, inclusive desenvolvendo e aperfeiçoando métodos e técnicas adequados para as investigações baseadas em depoimentos, como é o caso da “história oral”², também chamada de “história viva” (MEIHY, 1996, p. 13; FERREIRA, 2002, p. 314). Evidenciamos, assim, que mesmo um campo tradicionalmente caracterizado pela tentativa de historicização objetiva e distanciada de ambientes e de sujeitos é capaz – resguardadas as devidas críticas, as oposições e as fragilidades mencionadas em nota anterior – de conferir atenção ao mundo contemporâneo, localizando nele variadas fontes para subsidiar narrativas a respeito dos acontecimentos desenrolados há pouco tempo ou dos que ainda estão em processo.

Não restam dúvidas de que a história do tempo presente e o

2 História oral é definida por José Carlos Sebe Bom Meihy (1996, p. 13) como um “recurso moderno para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas”. Sua técnica consiste, basicamente, na gravação, na transcrição e na posterior análise de depoimentos a respeito de assuntos diversos (fatos específicos ou datados, trajetórias de vida ou profissionais, temas relevantes, etc.), sempre concedidos por pessoas que vivenciaram ou testemunharam certas situações. No ambiente acadêmico, é, por vezes, questionada ou tratada como sendo de “segunda classe”, em razão de “elementos subjetivos de difícil manejo científico”, como “recordações”, “memória e esquecimentos” ou, ainda, a própria “oralidade” (LOZANO, 2002, p. 18).

jornalismo têm muito em comum, ainda que seus significados e suas ocupações no espaço social sejam distintos. Há de se perceber, igualmente, que essas atividades não só exibem objetivos semelhantes como também se retroalimentam, uma vez que cada uma delas encontra, na outra, vários elementos para seu próprio embasamento. Constantemente, jornalistas relembram momentos históricos – tratando-os à luz dos nossos dias, em razão da atualidade permanente que os caracterizam (BELTRÃO, 2006, p. 30) –, da mesma maneira que historiadores utilizam, largamente, jornais e publicações semelhantes como fontes de investigação (LUCA, 2006).

Em nosso modo de ver, o jornalismo – se não em sua totalidade, ao menos quando produzido de modo comprometido e com a qualidade ideal – pode ser entendido, sim, como uma história do hoje. Mas é justo reconhecer que essa percepção não é só nossa. Na década de 1940, por exemplo, o escritor, filósofo e jornalista francês Albert Camus já afirmava ser o jornalista um “historiador do instante” (BARBOSA, 2012, p. 463); antes dele, o jornalista espanhol Rafael Mainar caracterizou o jornalismo como “a história que passa” (BELTRÃO, 2006, p. 29); Renato Modernell (2012, p. 34), por sua vez, adjetiva o mesmo processo como “modalidade homeopática da historiografia”; a jornalista Eliane Brum considera a si e a seus colegas como “historiadores do cotidiano” (FIGUEIREDO, 2011, on-line); e o clássico programa noticioso *Repórter Esso*, que marcou a trajetória do rádio e da TV no Brasil, ficou conhecido pelo uso do *slogan* “testemunha ocular da história”.

Ao jornalista, por tudo isso, cabe o papel de historiógrafo³ do presente. Historiografia, aqui, deve ser entendida segundo a concepção implícita no próprio termo – cunhado em 1638, pelo monge Tomaso

3 Utilizamos o termo historiógrafo para designar o ofício de escrita da história cotidiana realizado por jornalistas, diferenciando-o do trabalho desempenhado por profissionais da área de História, os quais são chamados historiadores. Fazemos isso por respeito e reconhecimento a esses pesquisadores, cuja profissão está em vias de ser regularizada no Brasil. Entendemos que sua atuação, seu trabalho e seu compromisso são, de fato, singulares, apresentando características diferentes daquilo que os demais sujeitos que lidam com acontecimentos históricos (jornalistas, escritores, antropólogos, sociólogos, etc.) costumam fazer.

Campanella –, isto é, a de “arte de escrever *corretamente* a história”, sendo seu “uso” relacionado à “ambiguidade” da palavra “história”, “que designa tanto os acontecimentos ocorridos quanto o estudo dos mesmos” (ROMANCINI, 2009, p. 165, grifo nosso). Sem entrar no mérito dessa dupla associação, e tratando exclusivamente do conceito como sinônimo de assentamento dos fatos, percebemos que a *escrita correta* sobre a realidade é o elemento de justaposição entre os dois campos evocados neste texto. A busca por dados, informações, nomes, datas, detalhes e outros itens serve para embasar tanto a matéria do jornalista quanto o escrito do historiador. Obviamente, cada profissional se apropria de técnicas específicas de pesquisa ou de apuração comuns ao seu ofício. Mas os dois anseiam, de certo, pela fidelidade ao que se sucedeu em momentos tomados como parâmetro para seus trabalhos.

Em que pese haver aí dois lugares de produção, com identidades próprias, parece válido a lembrança de que alguns autores chegam a reconhecer iniciativas desenvolvidas no âmbito do jornalismo ou da mídia como tendo princípios iguais (ou semelhantes) aos das entrevistas densas e profundas por que prima a história oral. Conforme avaliação de Sônia Maria de Freitas (2002, p. 25), “depoimentos [dessa natureza] têm sido muito utilizados na produção de grandes reportagens e biografias” ou, até mesmo, em documentários cinematográficos.

Vale reforçar, ainda, que o jornalismo e a história se constroem à sombra dum jogo de forças cuja disputa se dá pela decisão do que é suficientemente importante e/ou interessante a ponto de ser alvo das atenções conferidas pelos profissionais dessas duas ramificações. Determinar o que merece ser noticiado ou historiografado parece consistir no grande embate que se impõe nos antecedentes – na produção – daquilo que se divulga na imprensa ou nos estudos históricos (GIRARDI JR., 2000, p. 204). Nesses processos, aliás, vêm sendo percebidos critérios de relevância que qualificam, primordialmente ou apenas, os acontecimentos – seus cenários e seus personagens – de mais destaque, em meio aos inúmeros fatores responsáveis pela tessitura do cotidiano

social (LUHMANN, 2005, p. 53; FERREIRA, 2002, p. 318-319). São as grandes situações, as pessoas notáveis – em geral, as detentoras de poder ou as que ocupam posições de liderança –, os lugares estratégicos e outros elementos de considerável vulto que costumam ser valorizados, deixando-se de lado uma infinidade de componentes, os quais acabam caindo no esquecimento.

Se o jornalismo e a história podem lidar com o tempo presente, e se ambos dedicam maior atenção às situações tidas como mais relevantes, em detrimento do que é corriqueiro, qual seria a diferença significativa – ou a possibilidade de distinção – entre suas condutas? Esse questionamento nos leva a refletir e a cogitar a hipótese de que a contribuição mais eficaz a ser dada pela atividade jornalística apenas se manifesta quando há um redirecionamento no olhar para o mundo, na identificação das pessoas a serem valorizadas e na maneira como são retratadas situações diversas. Não que a história seja incapaz de fazer isso, ou apresente desinteresse, mas sua lógica produtiva, sua finalidade e seus destinatários pressupõem outros apelos. Quanto à imprensa, a combinação de histórias cotidianas com narrativas⁴ próprias da natureza jornalística – em especial, as balizadas pelo chamado *interesse humano* – revela-se uma possibilidade de ação historiográfica mais comprometida com a maior parcela da sociedade, à qual se costuma atribuir os adjetivos “comum” ou “pouco importante”.

Para além do registro, o interesse humano

O registro do cotidiano pode ser feito de múltiplas maneiras, e muitas delas são experimentadas pelo jornalismo, que – reiteramos – oferece subsídios para a documentação dos acontecimentos ou, então, se

⁴ Narrativa consiste em relato de acontecimentos. Daisi Vogel (2009, p. 270) explica que a narrativa se compõe de duas partes complementares: enredo (ou fábula) e narração. Raquel Paiva (2006, p. 64), por sua vez, lembra que, no jornalismo, especificamente, “o enredo – que dia a dia compõe a tessitura da narrativa da sociedade atual, seus intestinos, suas mazelas e relacionamentos – será percorrido basicamente a partir das pautas e apurações”.

configura como a própria historiografia do tempo presente, pela condição de narrativa que lhe é comum. Raquel Paiva (2006, p. 65, grifo nosso) afirma que “o jornalismo constitui a *grande narrativa da atualidade*”: “uma narrativa coesa, monolítica, nos moldes das narrativas tradicionais, principalmente no que tange à sua influência e sintonia com a vida comum da sociedade, ou seja, sobretudo em seu caráter paradigmático”.

Isso significa que a história contemporânea nos é, acima de tudo, apresentada pelos meios de comunicação, implicando, evidentemente, numa leitura dos recortes estabelecidos pela estrutura da indústria midiática. A produção jornalística não se ocupa de mostrar tudo o que ocorre no mundo, mas “o que de presumidamente importante acontece, [...] por que e como assume este patamar o fato histórico que acontece no nosso dia-a-dia. Para o bem e para o mal, esse lugar alcançado pelo jornalismo define quem somos” (PAIVA, 2006, p. 62).

Uma observação detida nessas premissas ajuda-nos, também, a visualizar dois eixos nos quais se apoia a historiografia do presente, quando articulada pelo jornalismo. Um é o do conteúdo (o assunto, o teor). O outro é o da forma (o texto, a narração). Exige-se que percebamos essa dupla condição porque, em primeiro lugar, os temas pautados irão definir que aspectos da vida cotidiana devem ser acompanhados pela sociedade; por outro lado, a maneira como os fatos serão contados também refletirá em algumas particularidades – condizentes com a apuração – sobressaídas ou menosprezadas.

A forma do jornalismo, configurada em seus gêneros e formatos⁵, vai muito além da aparência exposta na superfície de veículos impressos ou eletrônicos. Mais do que isso, ela nos aponta, em seu interior, propósitos, finalidades e interesses (das empresas jornalísticas e/ou de seus profissionais). Embora não seja aqui o espaço adequado para aprofundar as reflexões em torno desse mote, é bom registrar que notamos

5 Em nossos estudos pós-graduados, dedicamos especial atenção aos gêneros e aos formatos jornalísticos, na tentativa de compreender como a imprensa se organiza e em que medida diversifica sua forma. Aos interessados em mais bem refletir sobre a questão, sugerimos consulta a alguns de nossos trabalhos recentes (ASSIS, 2010; 2012).

o delineamento de fronteiras que separam a informação, pura e simples, de outras possibilidades mais agradáveis e atraentes (ERBOLATO, 2006, p. 44), incluindo as “histórias de interesse humano”, classificadas como narrativas que privilegiam “facetas particulares dos ‘agentes’ noticiosos” e que recorrem “a artifícios literários” para fazer emergir “dimensões inusitadas de protagonistas anônimos ou traços que humanizam os ‘olimpianos” (MARQUES DE MELO, 2006). Por sua estrutura e pela finalidade de humanizar cenas cotidianas, configuram-se como a expressão jornalística mais dotada de competência para historiografar o presente, de modo a enaltecer as figuras despercebidas no dia a dia.

Não ignoramos, todavia, a possibilidade de que mesmo a notícia⁶, objetiva – ou pretensiosamente objetiva –, ainda que limitada pela dimensão do *lead* e da pirâmide invertida, possa se constituir em registro histórico do presente. Mas seu compromisso capital é com “as noções do impressionante, do novo, do interessante, do digno de ser comunicado”, como aponta Niklas Luhmann (2002, p. 53). Na contramão dessas exigências, as histórias de interesse humano conseguem alterar ou reconfigurar a dinâmica do jornalismo, inserindo em seu espaço uma ordem de valores que apelam “para as chamadas emoções primárias, como o amor, a piedade, horror, medo, simpatia, ciúme, sacrifício” (BOND, 1959, p. 72).

Obviamente, estamos lidando, aqui, com valores situados no terreno da subjetividade. Aliás, Mauro Wolf (2005, p. 213-214) reconhece que os critérios de seleção noticiosa (ou valores-notícia) qualificados pelo potencial “interesse” são mais abertos a decisões subjetivas, sendo relacionados tanto às “histórias de pessoas comuns que passam a agir em situações insólitas” quanto às de “homens públicos, observados em sua vida privada cotidiana”. Deixando de lado a curiosidade que a intimidade

6 Por notícia, deve-se entender, aqui, o “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Contém necessariamente respostas às perguntas de Quintiliano (quem? o quê? quando? como? onde? por quê?), transformadas em fórmula jornalística 3Q + CO + PQ. Narrado em ‘pirâmide invertida’, compõe-se de duas partes: ‘cabeça’ (*lead*) e ‘corpo’ (*body*). Privilegia o ‘clímax’ (sensação) evitando a ‘cronologia’ (nariz de cera)” (MARQUES DE MELO, 2006).

dos famosos pode despertar – como ocorre, por exemplo, em relação aos políticos (WERNECK, 2010) –, certo é que detalhes – pequenos ou não –, apurados por jornalistas, não só despertam o mencionado interesse como transformam “humanos anônimos” (KOTSCHO, 2006, p. 177) em protagonistas da história cotidiana.

Por isso mesmo, não nos equivocamos na assertiva de que se há valor a justificar a exposição de pessoas comuns ou desconhecidas na cena jornalística, costumeiramente marcada pela visibilidade concedida a poucos, seu nome é interesse humano. Nas palavras de Carl Warren ([19--], p. 289, tradução nossa), trata-se de “um reflexo das características próprias do homem, uma revelação dos instintos humanos em ação”. Como complemento, o autor expõe: “É axiomático que as coisas mais fascinantes para o ser humano médio são os demais seres humanos e como se comportam”.

Importa alertar que não há uma exigência explícita ou mesmo implícita, no modo de fazer o jornalismo, que faça esse interesse figurar tão somente em narrativas que primam, em suas composições textuais, pelos sentimentos a que se refere Fraser Bond, citados há pouco. Os conteúdos que identificamos como informativos, os quais, por si, pressupõem estruturas mais objetivas (BELTRÃO, 2006, p. 13), também podem comover ou emocionar, bem como são vestígios da história do hoje. Ocorre, entretanto, que as histórias de interesse humano são capazes de reconhecer o singular no universal (BRUM, 2006, p. 195) e de nos oferecer relatos que, apesar de serem fragmentos, compõem a experiência histórica da atualidade.

É necessária, por fim, uma advertência: quando nos reportamos à ideia do interesse humano não pensamos na classificação das *soft news*, as “notícias leves e agradáveis, sem o imperativo do tempo” (FRANCISCATO, 2002, p. 5) e tampouco comungamos com o pensamento segundo o qual as matérias dessa ordem propiciam o desaparecimento da “distinção entre estória noticiosa e ficcional”, originário de Robert Park (apud FRANCISCATO, 2002, p. 5). Para nós,

essas narrativas jornalísticas se apresentam como legítima expressão da responsabilidade social da imprensa, e, muito embora façam uso de técnicas redacionais próprias da literatura, em suas formulações, “os relatos devem primar pela verossimilhança sob o risco de perder a credibilidade” (MARQUES DE MELO, 2006). Sem contar que o distanciamento entre o jornalismo e a ficção se dá em diversos atributos, a começar por suas raízes, estando o primeiro fincado na “mediação social”, cabível à comunicação, e a segunda relacionada à total liberdade criativa, comum à arte (MEDINA, 1990, p. 25).

Um fazer diferenciado

Dissemos, anteriormente, que jornalismo e história têm métodos próprios de levantamento e tratamento de dados, muito embora façam uso das mesmas fontes – ou, pelo menos, de parte delas –, além de compartilharem determinadas técnicas. É o que ocorre, como também já mencionado, com a história oral. Marli dos Santos (2009, p. 26) assegura que “são os métodos de captação que aproximam o jornalista da história oral, especialmente na entrevista de compreensão, a qual capta histórias de vida – memórias de pessoas, de grupos”.

A entrevista de compreensão, à qual a autora se refere, consiste numa espécie de diálogo (ou conversa) que o jornalista, sem se prender a uma pauta, deve estabelecer com sua fonte, na intenção de ganhar sua confiança e, logo, extrair do interlocutor as declarações necessárias para o entendimento de uma situação. No dizer de Edvaldo Pereira Lima (2009, p. 107), é dessa prática que nasce “o diálogo possível, o crescimento do contato humano entre entrevistador e entrevistado, que só acontece porque não há a pauta castrando a criatividade”.

Tida como “procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo”, a entrevista é classificada por Nilson Lage (2009, p. 73-78) em função de dois elementos: 1) seus objetivos – que a tipificam em “ritual”, “temática”, “testemunhal” ou “em profundidade” – e 2) as circunstâncias

de sua realização – variando em “ocasional”, “confronto”, “coletiva” ou “dialogal”. As do tipo testemunhal, em profundidade e dialogal – que, resumidamente, exploram ao máximo as potencialidades da técnica – são as que mais se adéquam ao feitio das narrativas de interesse humano, justamente porque se submetem ao exercício de captar a atmosfera que envolve os acontecimentos narrados, evitando foco unicamente na sucessão dos fatos perceptíveis a olho nu.

Independentemente de qualquer tipologia que se estabeleça, a entrevista, “quando bem elaborada”, “intensiva e aberta”, capaz de apreender as aparências e as interioridades dos acontecimentos, resulta naquilo que alguns chamam de “peça jornalística”, uma vez que desperta interesse “não só pelo acontecimento em si, mas também pela retórica literária” (MÜHLHAUS, 2007, p. 17). Mas esse produto final – se assim podemos chamá-lo –, fiel ao contexto em que se desenrolam as ocorrências, típico retrato da história cotidiana, não se alcança apenas pelo diálogo estabelecido entre o repórter e as fontes pessoais por ele ouvidas. A demanda é maior. São exigidas táticas específicas para captação de informações, as quais levam em conta o volume dos dados obtidos e a precisão da checagem (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 87).

É óbvio que o jeito de apurar varia de profissional para profissional, sendo também influenciado pelo meio – a rotina do jornal é diferente do trabalho da TV, que é diferente do que se faz na internet, e assim por diante – e pela própria empresa jornalística, pensando que cada instituição adota parâmetros editoriais específicos em suas condutas. Mesmo em meio à diversidade, entretanto, alguns aspectos se repetem (ainda que com certas sinuosidades em cada experiência). Quando tratamos das matérias de interesse humano, por exemplo, deve-se considerar que sempre há estratégias adotadas pelos profissionais para humanizar seus relatos, o que irá permitir aos protagonistas da cena noticiosa serem retratados como figuras singulares, recebendo espaço para expressar suas visões sobre o mundo social.

Podemos concordar, assim, com a tese de que a narrativa jornalística construída nesses parâmetros é aquela que consegue “captar a transcendência das coisas, fatos e pessoas, valendo-se o repórter de um senso de observação permanentemente acurado” (GHIVELDER, 1971, p. 24). Humanizar, no entanto – e é bom que se esclareça –, não se resume a apresentar um personagem de modo a fazer com que o leitor tenha a sensação de que o conheceu, mas incide em “resistir à tentação de estandardizar ou de precipitar análise sobre uma pessoa” e, “o que é mais complicado, não reduzir os significados possíveis que retratamos na história”, conforme Luiz Costa Pereira Junior (2006, p. 96), que ainda nos adverte:

Noticiar com frieza protocolar é um ato desumanizante, seja o alvo da apuração uma pessoa, cena ou história. “Desumanizar” é, por óbvio, tratar de pessoas como quem fala de fenômenos climáticos ou estatísticos. Mas é também a fragmentação dos sentidos, a superficialidade a falta de contextualização ou o distanciamento acríptico das situações, uma abordagem opaca sem margem a dúvidas, um julgamento preto no branco, a simular um ordenamento e uma previsibilidade sobre o comportamento humano e sobre as realidades apuradas, que quase sempre são desmentidos por apuração mais rigorosa dos incidentes.

Revelar o cotidiano, de modo a transformá-lo em narrativa da história recente, é tarefa da qual se espera aprofundamento e, principalmente, instrumental para correlacionar as muitas partes que compõem o todo da esfera noticiosa. O cuidado com a não redução dos sentidos – que provoca a perda de uma visão mais detalhada, ampla e humanizada dos acontecimentos – é, sem dúvida, o principal desafio a ser assumido por quem se propõe a historiografar o dia a dia. Ao projetar enredos da vida social em plataformas midiáticas – que irão armazenar a história –, o jornalismo perpetua as reproduções dos acontecimentos, preservando-as para usos momentâneos e futuros; por isso mesmo, não pode deixar de

lado o compromisso de ir além do mero registro de nomes, datas e locais, que impossibilitam leituras mais abrangentes de situações ou conjunturas.

A todas essas teorizações, podemos somar as muitas experiências de jornalistas que agem como historiógrafos do hoje e que produzem narrativas eficientes para revelar-nos as tramas sociais. Muitos desses profissionais têm, inclusive, refletido sobre o próprio fazer, deixando registradas autocríticas e autoavaliações. É o caso de Audálio Dantas, Zuenir Ventura e Eliane Brum – para citar apenas alguns –, todos eles autores de livros nos quais são reproduzidas importantes matérias, elaboradas ao longo de suas carreiras, e/ou são incorporadas reminiscências acerca dos caminhos trilhados para a composição de seus textos. Ler atentamente o que esses seres sociais revelam – tendo eles conhecido, na prática, os limites e as possibilidades tratados em nossa reflexão – ajuda-nos a estabelecer alguns parâmetros para definir, em termos bastante específicos, a função do jornalismo na historiografia do presente.

Em primeiro lugar, deve-se colocar que as escolhas das quais resultam as histórias de interesse humano – responsabilidade do jornalista – interferem na percepção que temos do mundo. Ou seja: escolher esta personagem em vez daquele, optar por dadas particularidades a serem retratadas no texto – porque por mais fiel à realidade que se possa ser, sempre há um recorte –, imprimir um olhar a seu respeito – olhar que é do próprio jornalista –, entre outros procedimentos, define os alicerces das narrativas que se tornam vestígios *da e para a* história. Por conta disso, consideramos extremamente importante a atenção dispensada a pessoas que, geralmente, permanecem à sombra dos grandes acontecimentos. Esses “esquecidos” – como os nomeamos –, sempre que ouvidos e retratados, ajudam-nos a ver a sociedade e sua evolução histórica de uma maneira, realmente, mais humanizada. É nesse sentido que Eliane Brum (2008, p. 13) assegura guiar seu olhar de repórter, atenta à “capacidade de cada pessoa reinventar a si mesma, dar sentido ao que não tem nenhum”. E diz mais: “Em cada rua do mundo, seja de floresta ou concreto, busco aquilo que faz tantos brasileiros andar pelo mapa, às vezes descalços.

[...] Meu ofício é encontrar o que torna a vida possível apesar de tudo”.

O pressuposto da jornalista é o mesmo que nos norteia: o jornalismo se ocupa da historiografia cotidiana. Ela também reforça que a imprensa costuma excluir dessa história a maior parte das pessoas, fazendo-as acreditar que “a história delas não é importante” ou, mesmo, que “a vida delas não é importante”. Essa constatação, para Eliane Brum, reflete um efeito social negativo, devendo o jornalista orientar sua ação para que os sujeitos do cotidiano possam enxergar-se como protagonistas do seu próprio tempo: “O que eu faço é inverter essa lógica, ao dizer que, pra mim, o que importa são as pessoas supostamente comuns, mostrando que cada uma tem uma história completamente singular, e o que me interessa é o que se repete”⁷.

Identificamos nessa postura uma opção pessoal – ou uma atitude – com forte caráter de cobrança social e que provavelmente ecoa nas ações de outros jornalistas. A historiografia que edificam, portanto, incorpora suas próprias marcas, suas maneiras singulares de apreender os acontecimentos cotidianos. Mas isso não invalida a atividade que exercem e muito menos a inferioriza. Eric Hobsbawn (1995, p. 104-105) reconhece que mesmo os historiadores escrevem sobre temas históricos a partir de suas vivências, principalmente quando se trata da cena contemporânea, na qual “encaixamos nossas próprias experiências”. A opção feita pelos profissionais da imprensa, a exemplo do que expusemos há pouco, é o que poderíamos entender como fio condutor das narrativas.

Por outro lado, devemos pensar que o tratamento dispensado aos chamados anônimos não se caracteriza como atividade reconhecedora de indivíduos isolados da coletividade. Muito embora seja natural às histórias de interesse humano tratar seus personagens com identificações bastante particulares, não se pode esquecer que essas pessoas estão inseridas em um panorama mais amplo, suas histórias e suas experiências se repetem, seus trajetos se entrecruzam com os de muitos outros. Isso é o que Zuenir Ventura (2005, p. 12) deixa subentendido, ao constatar que as “memórias pessoais” se

7 Trecho do depoimento concedido por Eliane Brum, ao autor, em 24 de julho de 2012.

misturam com as “coletivas”. As histórias de figuras comuns, captadas pelos jornalistas, também se entrelaçam e/ou se confundem com a própria história coletiva de um país, ajudam a contar o presente e, no futuro, se evocadas, poderão oferecer pistas para a leitura da realidade vivida nos dias de hoje.

Um terceiro elemento a ser ponderado diz respeito às dimensões da ação jornalística, capaz de interferir no próprio curso da história, desdobrando-a em novos capítulos – e isso é, sem medo de engano, atitude que só se percebe em relação à história do presente, uma vez que a história distante pouco se pode alterar. Pois bem: a visibilidade conferida a alguns sujeitos – por meio não só de denúncias e investigações feitas durante os processos de apuração, como também das matérias que apelam para o interesse humano – é capaz de reorientar seus percursos e/ou de inseri-los em novas situações. Um exemplo é o ocorrido com Audálio Dantas (2012, p. 15-16), que notadamente interveio na trajetória de Carolina Maria de Jesus, a catadora de papel que se tornou escritora de renome internacional graças a uma matéria, publicada no jornal *Folha da Noite*, da qual foi protagonista e que foi responsável por torná-la notável diante de leitores admirados com seus escritos. Num dia de 1958, Dantas saiu da redação com uma pauta bem definida: “Eu me propunha a acompanhar, pelo tempo que fosse necessário, o dia a dia da favela [no bairro do Canindé, às margens do Tietê] que começava a incomodar por estar bem próxima do centro da cidade, exibindo a miséria até então escondida na periferia”, registrou. E foi o que fez. Mas a pauta tomou outro rumo quando ele descobriu a favelada semianalfabeta que guardava contos, poesias e até “um começo de romance” em “meia dúzia de cadernos encardidos”. Depois daquela matéria – publicada em 9 de maio do referido ano, sob o título “O drama da favela escrito por uma favelada” –, Carolina Maria de Jesus e a própria literatura brasileira – que passou a contar com seus livros *Quarto de despejo* (1960), *Casa de alvenaria* (1961), *Pedaços de fome* (1963), entre outros – nunca mais foram as mesmas.

Outra vez devemos insistir na ideia de que as histórias de interesse humano – agora, refletindo sobre os exemplos deixados pelos

três jornalistas aqui mencionados – são autênticas narrativas históricas da atualidade, dotadas de capacidade para revelar-nos as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que sustentam a sociedade. O compromisso do jornalismo, por isso tudo, é social e histórico, num só tempo. Sem ultrapassar o terreno que pertence aos historiadores – o dos estudos, das análises, da pesquisa acadêmica –, os jornalistas captam as cenas do cotidiano, humanizando-as, tornando-as narrativa. E é assim que se constrói a historiografia do presente.

As contribuições do jornalismo (duas ou três palavras para finalizar)

Fizemos questão de, nesta abordagem, orientar nossa discussão para além do aspecto temporal, primordialmente focalizado pelos que se dedicam a pensar as relações entre jornalismo e história. Acreditamos que inserir os sujeitos alvos da historiografia – e, paralelamente, o tratamento a eles conferido – nesse cenário de reflexões ajuda-nos a pensar as contribuições que podem ser dadas pelo jornalismo à sociedade, e que por vezes não são articuladas ou descritas.

A diferença mais significativa, a nosso ver, entre a historiografia de que se ocupa o jornalismo e a que é feita pelos historiadores consiste justamente no manejo e na exposição das fontes. Na imprensa, além de haver a possibilidade – como mostram os jornalistas tomados como exemplo – de ir além dos “grandes personagens”, os sujeitos comuns, dos quais pouco – ou nunca – nos lembramos, têm suas histórias reveladas com particularidades que as tornam interessantes. E, mais importante, eles deixam de ser tratados como elementos de um conjunto (“os imigrantes”, “os favelados”, “os pioneiros”), e passam a ter nome, idade e experiências narradas com fidelidade aos acontecimentos (i.e., não são tema de ficção).

No mais além, acreditamos ser urgência do espírito da época levar em conta, em nossas análises, os elementos subjetivos que a atividade jornalística comporta, os quais, por muito tempo, foram deixados de lado ou, simplesmente, ignorados. Não precisamos mais ter receio de falar sobre aquilo que não se vê

ou não se toca – como a sensibilidade, o sensório, a emoção, a afetividade – ou de perceber sua influência no trabalho da imprensa. Afinal de contas, as histórias de interesse humano, a historiografia do presente, o jornalismo que vai além da informação, tudo isso também se faz com a soma desses elementos.

Referências

ASSIS, Francisco de. **Personagens anônimos e histórias de interesse humano: a relação entre fonte e formato no jornalismo de Eliane Brum.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., Fortaleza, 2012. Anais eletrônicos. São Paulo: Intercom, 2012.

_____. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 16-33, jul./dez. 2010.

BARBOSA, Marialva. Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX. **Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 458-480, maio/ago. 2012.

_____. Múltiplas formas de contar uma história... **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 25-40, jan./jun. 2010.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo.** Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Methodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.

BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo.** Rio de Janeiro: Agir, 1959.

BRUM, Eliane. O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: **O Globo**, 2008.

_____. **A vida que ninguém vê.** Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

DANTAS, Audálio. **Tempo de reportagem: histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Leya, 2012.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, jul./dez. 2002.

FIGUEIREDO, Ana Paula. Eliane Brum: “**Os jornalistas são historiadores do cotidiano**”. Portal 3, São Leopoldo, 19 jul. 2011. Disponível em: <<http://migre.me/cj0QM>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade**. In: COMPÓS, 11., Rio de Janeiro, 2002. **Anais eletrônicos**. Brasília: Compós, 2002.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

GHIVELDER, Zevi. A lição de Truman Capote. In: MUGGIATI, Roberto et al. **Jornalismo diversional**. São Paulo: ECA-USP, 1971. p. 8-12.

GIRARDI JR., Liráucio. A reportagem como experiência etnográfica. **Anuário de Jornalismo**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 198-212.

HOBSBAWN, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 43, p. 103-112, nov. 1995.

KOTSCHO, Ricardo. Humanos anônimos. In: BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006. p. 177-184.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. Barueri: Manole, 2009.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 15-25.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MARQUES DE MELO, José. **Formatos jornalísticos: evidências brasileiras. Pesquisa realizada no jornal "Folha de S. Paulo", 28/03/2005**. 2006. (Original do autor).

_____. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEDINA, Cremilda. Jornalismo e literatura: fronteiras e intersecções. **Cadernos de Jornalismo e Editoração**, São Paulo, v. 11, n. 25, p. 25-38, jun. 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MODERNELL, Renato. **A notícia como fábula: realidade e ficção se confundem na mídia**. São Paulo: Summus, 2012.

- MÜHLHAUS, Carla. **Por trás da entrevista**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). *Famecos*, Porto Alegre, n. 30, p. 62-70, ago. 2006.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ROMANCINI, Richard. Historiografia. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009. p. 164-166.
- SANTOS, Marli dos. Histórias de vida na grande reportagem: um encontro entre jornalismo e história oral. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 21-32, jul./dez. 2009.
- VENTURA, Zuenir. **Minhas histórias dos outros**. São Paulo: Planeta, 2005.
- VOGEL, Daisi Irmgard. Narrativa. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009. p. 270.
- WARREN, Carl N. **Gêneros periodísticos informativos**. México: Prisma, [19--].
- WERNECK, Humberto (Org.). **Vultos da República: os melhores perfis políticos da revista piauí**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Mídias sociais como plataformas contra o excesso de esquecimento coletivo

Dione Oliveira Moura¹

Verônica Figueiredo²

Juliana César Nunes³

De um encontro epistemológico com o enlace memória e identidade iniciado no início da década de 90 do século XXI (MOURA,1991), quando pesquisamos o tema construção da memória e identidade em filmes de cineastas negros brasileiros, transcorridas duas décadas, aqui apresentamos, em um pensar coletivo, achados, inquietações e instigamos problematizações, plenas de interrogações e convites para novos olhares sobre o que agora denomina-se como a eclosão de novos autores no contexto das mídias digitais

1 **Dione Oliveira Moura** é Doutora em Ciências da Informação. Docente e pesquisadora graduação e pós-graduação, Linha Jornalismo e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Orientadora da dissertação e tese das coautoras Juliana César e Verônica Figueiredo.

2 **Verônica Figueiredo** é Doutora em Comunicação (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linha Jornalismo e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília.

3 **Juliana César Nunes** é Mestre em Comunicação (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linha Jornalismo e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília.

e como dá-se, neste contexto a relação memória coletiva/identidade desde uma perspectiva contrária ao esquecimento da história/memória coletiva de grupos sociais minoritários. O que aqui transcorrerá tem uma base empírica e vivencial, enquanto vivência acadêmica, científica e de gestão de políticas públicas e políticas culturais no encontro educação/diversidade cultural/memória coletiva/comunicação de uma das autoras do artigo, a saber, a docente Dione Moura, em conexão com as pesquisas desenvolvidas pelas pesquisadoras Verônica Figueiredo, concluiu o doutorado em 2014, e Juliana César, concluiu o mestrado em 2013, ambas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB⁴, Linha Jornalismo e Sociedade.

Expliquemo-nos.

A era das comunicações após a Web 2.0 tem motivado olhares promissores sobre as inúmeras potencialidades das mídias digitais. Países como o Brasil possuem situações muito específicas que demandam reflexão. O Brasil, ao encerrar a primeira década do século XXI, vive a paradoxal situação de ser um país inserido como nação plena de expectativas de crescimento perante o cenário internacional, inserida no grupo dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

São 79,9 milhões de usuários: segundo dados da *joint venture* IBOPE Nielsen Online este foi o “número total de pessoas com acesso à internet em qualquer ambiente (domicílios, trabalho, escolas, lan houses ou outros locais)”⁵, dados relativos ao primeiro trimestre de 2011. O Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) identificou uma população de mais de 190 milhões de brasileiros. Contudo, os resultados, ainda que com o crescimento paulatino de acessos, demonstram que o acesso à internet é desigualmente distribuído no país no que se refere a regiões, classes econômicas, grupos étnicos e outras variáveis sociais.

4 ver também Mello (2009); Rosa (2011); Figueiredo & Moura (2012).

Tornando mais complexo o cenário, também mais rico de possibilidades, o país tem sido palco da atuação de grupos sociais que têm empregado as mídias, inclusive as eletrônicas, com um propósito no qual se sobressai a apropriação social das tecnologias de informação e comunicação desde uma perspectiva de fortalecimento da cidadania. Ao mesmo tempo, tais atores sociais, propomos, podem ser considerados como 'novos autores' não só por produzirem em novas plataformas midiáticas (mídias digitais), mas também por se tratarem de grupos sociais que não tinham amplo acesso material a condições de produção midiática.

Defendemos que, ao estudarmos populações ou grupos específicos, particularmente grupos vinculados aos movimentos sociais, leia-se Sociedade Civil Organizada, no contexto brasileiro, nós pesquisadores e pesquisadoras do tema, devemos dedicar uma atenção especial que vá no sentido contrário da generalização de uma espécie de paradigma acrítico, quase um senso comum, o qual costuma impedir a compreensão das particularidades do emprego das tecnologias de comunicação, no Brasil em contraponto a outros países, ou de um país para outro, e mesmo de um grupo para outro dentro de um país.

Em diálogo com a perspectiva de Castells (2010) quanto ao desenho das redes e com Thompson (2008) quanto ao marco da visibilidade mediada - a nova visibilidade - e mesmo quanto ao papel regulatório do campo das mídias (RODRIGUES,2000), contemplamos o avistamento de uma sociedade em vias de mediatização (FAUSTO NETO, 2008), ainda assim ancoramos o presente artigo sobre uma advertência crítica, qual? Ao construirmos projetos de pesquisa empírica acerca da experiência das comunidades e grupos sociais de alguma forma situados na periferia político-econômica de um país e, no nosso caso, do Brasil, vejam-se, por exemplo, grupos de indígenas, negros, mulheres, crianças - evitemos adotar a premissa generalizada da atribuição de prioridade às potencialidades das tecnologias, o que impede percebermos a tecnologia como um fenômeno de comunicação/cultura.

A história das civilizações demonstrou amplamente que os processos de transformação dos modelos sociais não são estanques e indissociáveis de um amplo conjunto de variáveis. O que faria diferente a história da tecnologia, ou das tecnologias de informação, ou das mídias digitais? Por isso, ao observarmos a presença de atores e grupos sociais no ou em uso de mídias digitais, por exemplo, temos que conter uma reflexão mais apressada que nos faria destituir de historicidade este ator/grupo social e atribuir um peso maior de historicidade às tecnologias, ou especialmente, às mídias digitais, aqui definidas como as mídias que eclodiram nesta fase pós web 2.0. Mesmo que vejamos este ator social dentro de um contexto de convergência cultural (JENKIS,2008) e ainda como um momento instaurador de *gatewatching* (BRUNS,2003) não podemos deixar de percebê-lo em sua historicidade, com significação social no que concerne à memória coletiva. Resguardamos aqui um olhar sobre a memória coletiva a partir da reflexão de Halbwachs (1990), enquanto construção. Ao mesmo tempo, percebemos a memória coletiva como um fenômeno incompleto, leia-se em construção, no qual o jornalismo tem o seu papel referencial (ZELIZER, 1995).

1. De que Brasil estamos falando?

Fundado como espaço de colonização, o Brasil tem na figura de Colônia um mito fundador que, vez por outra, revela-se como organizador das relações do país no campo internacional. Embora, fique evidente, o ingresso do país no grupo dos BRIC tem sido um fator de reacomodação – inconclusa, em transição – do lugar de Colônia para o lugar de nação autônoma e soberana. Estamos falando deste Brasil que permanece, de certa forma, com uma herança colonial. Veja que o Brasil possui cenários de trabalho escravoⁱⁱ, desigualdade racialⁱⁱⁱ, e várias posições não dignificantes no Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH)^{iv}.

Não bastasse esta herança colonial não totalmente reelaborada, o Brasil, dos anos 50 do século XXI até anos 90 do mesmo século, vivenciou um modelo de industrialização e urbanização absolutamente excludentes. Com um período de regime militar entre 1964 e meados da década de 1980, o país foi fortalecendo uma política de incentivo ao crescimento econômico (leia-se Produto Interno Bruto, indicadores industriais) em detrimento de um maior e devido aumento na qualidade de vida e direitos sociais da população. Transcorridos os anos da ditadura militar (1964 a 1985), recolocamos os pés nas trilhas da democracia^v, contudo em um processo de redemocratização política bastante contido e, em termos de direitos sociais, sem reverter o quadro de exclusão.

Em 1988, na efeméride dos 100 anos de Abolição da escravidão, deu-se um forte movimento reivindicatório, político, mobilizador, ensejado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e diversas lideranças as quais, findo o regime militar, reivindicaram um novo espaço social de visibilidade para a história e cultura da população negra no país. Uma visibilidade que, em grande medida sob forte pressão social, deu-se, especialmente no final da década de 90 do século XX e primeira década do século XXI.

Período importante não apenas por ser um período simultâneo tanto da Web 2.0 quanto de outros fenômenos que, defendemos, devem ser considerados para se compreender como têm se formado e por interveniência de quais variáveis estas novas territorialidades simbólicas de determinados grupos sociais. Isto também para evitarmos um raciocínio simplificador que explique e justifique a presença de tais atores sociais nas mídias digitais como se fosse somente uma consequência da existência das mídias digitais.

Desde o início da primeira década do Século XXI, para ser mais preciso, a partir de 2003, o IBGE (Brasil, 2009) registra que o país deu início à política de inclusão digital. O processo tem sido contínuo desde então, mas considera-se que temos uma parcela significativa da

população marcada pela exclusão digital, o que aplica-se também para a população negra e povos indígenas no Brasil. Neste mesmo cenário, ganha força a campanha pública em defesa da democratização do acesso à Banda Larga^{vi}.

No bojo deste cenário controverso de crescimento econômico, mas com uma permanência transversal de indicadores de desigualdade a opinião pública festejou, na primeira década do Século XXI, a emergência da nova “Classe C” brasileira. Consumidora de produtos tecnológicos, especialmente telefones móveis, esta nova Classe C tem demonstrado um menor índice de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação – televisão, rádio, telefone fixo, computador de mesa, antena parabólica, console de jogo, TV por assinatura, computador portátil (laptop, etc.) – quando comparado ao consumo do telefone móvel, segundo pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação, Pesquisa Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)^{vii}.

2. Visibilidade / Invisibilidade / Memória coletiva e desterritorialização

Temos destacado dois grupos sociais – população negra, povos indígenas – alijados, marginalizados historicamente no Brasil, os quais são, ao mesmo tempo, comunidades, grupos e lideranças que sempre tem tomado posições de reivindicação, resgate de espaço social, econômico, político e cultural/simbólico. Dentre os dois grupos, escolheremos, neste artigo, uma aproximação maior com a questão da visibilidade/invisibilidade e memória coletiva para observarmos do ponto de vista das mídias sociais.

Vieta (2007), em pesquisa de doutoramento sobre o povo indígena Kaiwoa, língua guarani, integrado à família linguística tupiguarani, habitantes da fronteira do Brasil com o Paraguai, região centrosul do estado do Mato Grosso do Sul, definiu aspectos

importantes, no que diz respeito ao olhar que aqui propomos, quando se fala em pertencimento e identidade da população indígena. A população indígena^{viii} no Brasil habita Reservas Indígenas, Terras Indígenas, conhecidas como Tis, ou áreas rurais ou periferias urbanas. População que sofre pressão da exploração madeireira, exploração mineral, outras formas de extrativismo e exploração econômica.

Há que se considerar, ademais, que a invisibilidade e o apagamento do indígena, da memória dos povos indígenas na sociedade brasileira é “coerente”, embora injusta, com a forma como as forças econômicas dominantes em cada período histórico acabaram por ser redutores da condição de cidadania deste indígena.

Da mesma forma que a população negra brasileira atual compreende pessoas afrodescendentes, povos que, do continente africano vieram de regiões e povos diferentes, na população indígena dá-se o mesmo fenômeno. “Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, ‘o encontro das sociedades do Antigo e do Novo Mundo’”, enfatiza Cunha (1992:12). A autora destaca que inúmeros reagrupamentos de grupos indígenas linguisticamente diversos transcorreram após o período de colonização. De modo que “o que é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente cobria provavelmente o território como um todo” (CUNHA, 1992:12).

Como temos trabalhado aqui o conceito de territorialização/ desterritorialização desde uma perspectiva de território cultural (espaço cultural), importante relacionar este conceito com a realidade concreta tanto das comunidades descendentes de quilombos no Brasil, quanto das comunidades indígenas que precisam recorrer à memória, ao registro oral, ao reconhecimento social para que suas terras tenham a posse reconhecida:

Os nossos livros de história iniciam em 1500.(...) Ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades. E também pela atual Constituição {Constituição Federal de 1988}, o fundamento dos direitos territoriais indígenas e particularmente da garantia de suas terras (CUNHA;1992:20).

Como apontam Figueiredo e Moura (2012), as condições que limitam o acesso dos povos indígenas à mídia é fato. No entanto, é visível o aumento do manejo das novas tecnologias pelos jovens indígenas – que resultam na utilização das mídias sociais (sites, blogs, facebook, twitter) – e a crescente organização do movimento indígena com suas representações, assessorias de comunicação e interlocutores, geralmente, lideranças fluentes em português, que podem ser consultadas como fontes de informação. Estudo publicado em Povos Indígenas no Brasil – 2006-2010 (ISA, 2011), indica que até 2010, 28 organizações indígenas mantinham site ou páginas na internet. De acordo com a publicação referida, no mesmo ano, foi realizado na Universidade de São Paulo (USP), o primeiro simpósio indígena sobre usos da internet que reuniu 24 representantes de comunidades indígenas, oriundos de 16 povos e 13 estados do Brasil.

O uso da internet e de outras novas tecnologias de informação e de comunicação pelos povos indígenas é considerado por nós como um meio que, acoplado ao histórico de resistência e a memória social deste segmento populacional, além de possibilitar a renovação e produção das práticas culturais das diferentes etnias, no registro e divulgação de línguas, mitos e rituais, contribui, igualmente, para o fortalecimento da atuação dos diversos grupos sobre o próprio destino, na gestão e ampliação de suas relações com a sociedade não indígena. Como exemplos de trabalhos desenvolvidos por alguns pesquisadores que apontam neste sentido, estão “Índios Eletrônicos”, de Galois e Carelli (2010), sobre o uso das novas tecnologias pelos povos

indígenas, particularmente, a produção de vídeos; Tavares (2012), que aborda comparativamente o Dia do Índio em cibermeios indígenas e jornalísticos; e, “Índios Digitais”, de Lima (2012), que se propõe a estudar a identidade indígena a partir dos portais Índios On Line e Indioeduca.

Os trabalhos mencionados, de uma forma ou de outra, dialogam com a abordagem que estamos propondo, a de que a internet possibilita que “o dizer dos povos indígenas” – constituído por história, memória e identidade, entre outros elementos – possa circular, ganhar visibilidade.

Dois acontecimentos do ano 2012 nos remetem a esta perspectiva. O primeiro, objeto de estudo de Lima (2012), diz respeito à internet como espaço de luta e de confronto com a mídia tradicional. A cobertura monofônica da mídia sobre os conflitos envolvendo o povo indígena Pataxó Hãhãhae e fazendeiros, que se estende há mais de trinta anos com muitas mortes de indígenas na Bahia, levou estes índios a contarem a sua própria versão sobre o caso em portais da internet e redes sociais com imagens e vídeos produzidos por eles (índios online, 14 de abril de 2012). O segundo acontecimento, ainda em curso, e a ausência de um distanciamento temporal, considerado salutar nos empreendimentos de pesquisa, não nos permite fazer uma análise mais apurada, mas é tema de pesquisa de doutoramento em curso, doutoranda Verônica Figueiredo, coautora do capítulo, é a repercussão, primeiro nas redes sociais, e só depois na mídia tradicional, da carta de um grupo de 170 índios Guarani-Kaiowá, que vivem no município de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, enviada às autoridades federais, em outubro passado, após receberem a notícia de que a Justiça Federal decretara sua expulsão da terra onde viveram seus antepassados. Em relatos posteriores este tema voltará, no contexto dos resultados de pesquisa de doutoramento citada.

Quanto à atuação de comunidades negras brasileiras na internet, tal presença tornou-se evidente, a partir de meados da

primeira década do século XXI, quando a rede mundial se constitui em um espaço virtual privilegiado para a análise da articulação política, social, cultural e econômica de grupos sociais afrodescendentes. Por meio da comunicação digital e da convergência de mídias, estes grupos afirmam a diversidade étnico-racial, reivindicam a propriedade coletiva de terras, denunciam o racismo persistente no Brasil – 123 anos após a abolição da escravatura – assim como constroem novos discursos para a disputa da agenda pública.

Boa parte destes discursos utiliza técnicas jornalísticas e formas de produção ou veiculação dos meios ditos tradicionais, mas a partir de uma pauta de assuntos centrada na reivindicação de direitos sociais, territoriais, políticos e econômicos. Refletir sobre como estas formas emergentes de comunicação podem fortalecer práticas políticas contra-hegemônicas de comunidades remanescentes de quilombolas, por exemplo, é um desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores e pesquisadoras da área de Comunicação Social e afins; tema este objeto de estudo da mestrandia Juliana César Nunes, coautora do capítulo.

A internet permitiu que produções escritas e audiovisuais da comunidade negra brasileira se tornassem visíveis, uma vez que a maior parte dos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão não garantiam essa representação (MOURA, 1990; PINTO A., 2010; CLAVELIN, 2011). Nos levantamentos da pesquisa de mestrado de Juliana César, pesquisa em curso, identificamos que a reivindicação da propriedade coletiva de uma terra, historicamente ocupada por descendentes de africanos em luta contra a escravidão, deixa de ser uma batalha restrita a tribunais e parlamentos para mobilizar outros grupos sociais negros habituados a atuar em blogs, redes sociais e sites. Minorias políticas de matriz comum buscam via rede mundial de computadores reafirmar a identidade negra a partir de uma luta relacionada ao contexto histórico que lhe dá sentido.

É importante ressaltar que a partir dos anos 2000 as publicações impressas de comunidades e grupos negros – organizações políticas

ou culturais – vão perdendo a sustentação econômica e passam a migrar para a internet, ambiente denominado por Sodré (2010) como integrante do “bios midiático”. Ou seja, “uma espécie de quarto âmbito existencial”, no qual se dá a existência humana (SODRÉ; 2010:25).

O desafio é entender como as mídias baseadas na “interação em tempo real e na possibilidade de criação de espaços artificiais ou virtuais”, influenciam a construção da realidade social enquanto “moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos” (SODRÉ, 2010, p.26). Nas palavras do autor, “o bios midiático implica de fato uma refiguração imaginosa da vida tradicional pela narrativa do mercado capitalista (SODRÉ; 2010: 255).

Essa nova configuração daria espaço para que sujeitos coletivos, especialmente minorias políticas como a população negra, buscassem o impulso de transformação política via internet e fora dela⁵. Neste sentido, surgiria uma outra lógica pertinente à fala e ao discurso jornalístico. Estaria em curso hoje uma nova lógica pertinente ao discurso jornalístico? Estaria essa lógica em vigor no jornalismo da internet e redes sociais? Esse novo jornalismo mantém uma dimensão histórica com a cidadania? São questões que inquietam e fazem parte de nosso olhar investigativo acerca da presença destas novas autorias e construção de identidades e memória coletiva a partir do emprego das mídias sociais.

Considerações finais

Narrativas compartilhadas por lideranças indígenas e por lideranças de comunidades remanescentes de quilombolas, tem sido observadas no contexto pós web 2.0 no Brasil. Propomos que o desenho de como estas comunidades, mesmo que ainda de forma experimental

5 Depoimento de Muniz Sodré em Discursos da Mídia. Brasília-DF. Entrevistado por Juliana César Nunes. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=jByXHTpwDXM>

e não massificada, têm praticado, no Brasil, produções que criam este cenário de 'novos autores' com um acento social em forma de memória social. Comunidades que se declaram como instauradoras de novas territorialidades. Ao declarar-se demarcam, potencialmente, um regime estatutário para as mídias sociais, muito além do campo do entretenimento ou do marketing de produtos.

No contexto das duas pesquisas em curso, a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento citadas, desenvolvidas, respectivamente pelas coautoras Juliana César e Verônica Figueiredo, em confluência com o que conseguimos sedimentar em torno da compreensão do enlace memória /identidade/no contexto do eixo diversidade cultural, sob orientação da coautora Dione Moura, partimos para os empreendimentos empíricos de cada um dos estudos.

Propomos pensar, nas pesquisas em curso, nesta presença da comunidade como empoderamento simbólico. Comunidades que saem do lugar de não fonte, não voz, silenciamento, para uma posição de 'eu posso dizer-me', eu-individualidade e eu-coletividade. Como existência, este eu pode narrar sua história.

Consideramos que manifestações posteriores de um material como estes exemplos, via blogs, chats, twitter etc, devem ser investigados, propomos, inseridos na premissa cultural expressa pelas lideranças indígenas e pelas lideranças negras – o desejo de visibilidade de uma história e memória coletiva, a demarcação de um território cultural, a afirmação de um modo de ser. Modo de ser que, para compreender-se e explicar-se enquanto existência (explicar, não justificar), recorre à dimensão da memória coletiva e faz uso das mídias sociais. Não o contrário.

Esta inflexão aqui proposta delimita um pensar indiciário de que os atores sociais que ocupam estas novas territorialidades podem ser caracterizados ou compreendidos como novos autores, no sentido de autores aos quais estaria reduzida anteriormente a condição de autor. Aqui não estamos falando da condição de autor sob a égide do

pensamento romântico que “vê a autoria como um ato puramente individual e solitário: o autor, indivíduo autônomo e interiormente uno” (FARACO; NEGRI, 1998:162). São experiências as quais têm sido perpassadas, transversalmente, por diversos mecanismos sobre os quais discorreremos ao longo do artigo, mas gostaríamos de concluir propondo três dimensões propositivas:

- que se considere o processo de desterritorialização cultural e os correspondentes mecanismos de reconstrução do território cultural destas comunidades, por meio, inclusive, das mídias digitais.

- que se considere o potencial de nova autoria, nas mídias digitais, para grupos sociais que apropriam-se das mídias digitais desde um propósito de autogestão da sua imagem/identidade/memória coletiva.

- que, partindo do ponto de vista das preocupações públicas, como assinalou Ricoeur (2006), devemos estar atentos quando percebemos um excesso de memória em alguns temas e um excesso de esquecimento em outros. E, por este motivo também, destacamos a importância de percebermos as mídias sociais como espaço de redução do excesso de esquecimento, quando ocorre de grupos sociais, a exemplo, de lideranças das comunidades remanescentes de quilombos e de lideranças indígenas ocuparem o espaço das mídias sociais para contrapor uma memória coletiva ao excesso de esquecimento coletivo de suas histórias.

¹Dados disponíveis em

http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=cald b&docid=9725B59E0CD6FC43832579DC005A03D9.

Acesso em 10/05/2012

ⁱⁱ Ver o Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo (Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003). Disponível em: http://carep.mte.gov.br/trab_escravo/7337.pdf. Acesso em: 18/05/2012

ⁱⁱⁱ Ver Plano Nacional de Igualdade Racial (Brasil, 2009). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6872.htm. Acesso em: 03/05/2012

^{iv} Ver BBC Brasil, “Brasil avança no ranking do IDH, mas alta desigualdade persiste”. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111102_brasil_idh_jf.shtml. Acesso em: 20/04/2012.

^v Em 1989, ocorreu a primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar. Um pouco antes, em 1985, aconteceram eleições de realizadas por um colégio eleitoral (Congresso Nacional). Então, teve início o período da Nova República (1985 a 1990). Hélio Silva (1978) destaca que o regime militar (1964 a 1985) foi marcado pela repressão dos movimentos populares, censura à imprensa, dentre outros atos contra a liberdade dos cidadãos.

^{vi} <http://campanhabandalarga.org.br>. Acessado em: 15/08/2011.

^{vii} NIC.br - set/nov 2010. Disponível em: <http://cetic.br/usuarios/tic/2010/rel-geral-00.htm>. Acesso em 10/11/2011.

^{viii} “Hoje, no Brasil, vivem 817 mil índios, cerca de 0,4% da população brasileira, segundo dados do Censo 2010. Eles estão distribuídos entre 688 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. Há também 82 referências de grupos indígenas não-contatados, das quais 32 foram confirmadas. Existem ainda grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista”. Funai (2012).

Referências

Brasil (2009). O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil, 2003.

BRUNS, A. **Gatewatching, not gatekeeping: collaborative online news.** *Media International Australia*, 107, pp 31-44, 2003.

CUNHA, M. C. **História dos índios no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTELLS, Manuel. **End of Millennium: The Information Age: Economy, Society, and Culture.** Malden: Blackwell, vol.3, 2010.

FARACO, C. A.; NEGRI, L. O falante, que bicho é esse afinal? *Revista Letras*, Curitiba, n. 49, p. 171 -180. Curitiba: Editora da UFPR,1998.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma midiaticização. *Revista Matrizes*, n.2, abril 2008, pp. 89-105

FIGUEIREDO, Verônica de Sousa; MOURA, Dione Oliveira. **Silencing and natural vulnerability - Brazilian press coverage of indigenous peoples' health.** Trabalho apresentado na Conferência da IAMCR 2012 - Durban, África do Sul.

GALLOIS, D.; CARELLI, V. **Índios eletrônicos: uma rede indígena de comunicação.** Disponível em: http://www.antropologia.com.br/tribo/sextafeira/pdf/num2/indio_elet.pdf . Acesso em 20 de setembro de 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO Sócio Ambiental (ISA). **Povos Indígenas no Brasil 2006-2010**. Carlos Alberto Ricardo/Fany Ricardo (orgs.) Rio de Janeiro, Instituto Socioambiental, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LIMA, Izaíra Thalita da Silva. **Índios Digitais: Uma proposta de estudo da identidade do índio a partir dos portais**. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Fortaleza, 2012.

MELLO, Rachel Pereira de. **O Mesmo e o Outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, 2009.

MOURA, Dione Oliveira. **A construção da memória e da identidade em filmes de cineastas negros brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, 1990.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RICOEUR, Paul. **Memory, History, Forgetting**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

RODRIGUES, A. A autonomização do campo dos media. In: REVAN, Raimundo Santana (org.) **Reflexões sobre o mundo contemporâneo**. Teresina: UFPI, 2000.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin. **Racismo em Pauta - A pluralidade**

confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, maio de 2011.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2010.

TAVARES, Joana Brandão. **O Dia de Índio em cibermeios indígenas e jornalísticos.** Anais do 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Novembro de 2012.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **Matrizes**, n. 2, p. 15-38, abr. 2008.

VIETA, K. **Histórias sobre terras e xamãs Kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2007.

ZELIZER, Barbie. Reading the past against the grain. **Critical Studies in Mass Communication**, v.12, n.2, p. 214-239, jun. 1995.



As raízes da blogosfera: uma incursão pela imprensa romântica¹

Elsa Costa e Silva²

Os blogues são um fenómeno recente que têm atraído atenção crescente por parte da academia. Espaços de auto-expressão, de debate, de partilha e de discussão, os blogues têm sido crescentemente perspectivados como potenciadores de uma nova esfera pública, onde a participação dos cidadãos se faz sem restrições de acesso. Sendo obviamente novos enquanto expressão de uma era tecnológica, os blogues poderão, na sua essência, partilhar semelhanças com outros momentos históricos de constituição da esfera pública, nomeadamente com a imprensa romântica que floresceu em Portugal no século XIX.

1 Este artigo foi elaborado no âmbito do projecto de investigação “A Regulação dos Media em Portugal: O Caso da ERC”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CCI-COM/104634/2008).

2 **Elsa Costa e Silva** é Professora Auxiliar do Instituto de Ciências da Universidade do Minho. Doutorou-se em Ciências da Comunicação em 2013, na área de especialidade em Economia Política da Comunicação, com uma tese sobre a blogosfera política portuguesa. Ensina nas áreas de Jornalismo, Economia Política e mercados de comunicação. Fez parte da equipa do projeto financiado pelo FCT “A regulação dos Media em Portugal: o caso da ERC”. Foi jornalista do Diário de Notícias durante dez anos.

Os blogues: um espaço de novas possibilidades

A história da blogosfera atraiu já atenção relevante, apesar de ser um fenômeno recente. A palavra *blogue* não existia há 15 anos e não há ainda certezas absolutas sobre como surgiram estas primeiras páginas online, atualizadas em períodos regulares. A palavra *blogue* (*blog* em inglês) resulta da contração das palavras *web* e *log* (*weblog*, que significa diário de bordo na Internet) e terá sido usada pela primeira vez em 1997. A ordem cronológica inversa (vê-se em primeiro lugar a última atualização) é característica desde o início destas páginas online, que tinham muitas vezes listagens de links (Blood, 2000), e que se podem dedicar aos mais diversos assuntos, desde a política aos jogos, passando pela literatura, fotografia, moda ou animais de estimação. A popularização destas páginas acontece sobretudo a partir de 1999, quando são lançados serviços como o Blogger para albergar blogues.

Os blogues são páginas na Internet onde são colocadas mensagens datadas, normalmente abertas a comentários livres dos leitores (embora nem todos os autores admitam caixas de comentários ou, em alguns casos, haja moderação). Essas páginas podem ser editadas por um ou mais autores e permitem uma atualização rápida de conteúdos, que ficam assim ordenados de forma cronologicamente inversa. A tecnologia evoluiu rapidamente de forma a incluir a possibilidade de “postar” imagens, vídeos e ficheiros de áudio. Outra inovação importante foi a introdução, por parte da Blogger, do *permalink* – ou seja, uma ligação permanente a cada post individual, ao qual é atribuído um URL, que permite um arquivo de fácil rastreabilidade. Cada *blogue* disponibiliza também, por norma, uma lista de outros blogues com os quais se identifica ou partilha interesses – são os chamados *blogrolls*. Vários serviços possibilitam a contagem de leitores dos blogues, quantificando assim as audiências. Em Portugal, por exemplo, o serviço mais usado é o Sitemeter, cujas estatísticas permitem a construção de

ranking dos mais lidos disponibilizado pelo Blogómetro³.

Um dos fatores que explica o sucesso dos blogues tem a ver com o fato de estes requererem uma tecnologia simples, que não exige grandes competências informáticas quer para a criação, quer para a manutenção destas páginas. Por outro lado, não têm custos de entrada e a manutenção tem um valor baixo, quando não mesmo gratuito. Os blogues mantiveram-se essencialmente produtos não comerciais, embora alguns tenham passado a ser subsidiados por publicidade – havendo já caso de bloggers que adquiriram a condição de profissionais. Alguns autores assinalam um contexto social e cultural favorável ao aparecimento dos blogues, já que estes respondem, nomeadamente ao desejo de notoriedade que caracteriza as sociedades contemporâneas, fornecendo ainda oportunidade de explorar diferentes facetas da sua identidade ou de pertencer a uma comunidade com a qual se identifica (Réguer, 2009).

Por outro lado, o aparecimento dos blogues insere-se numa nova forma de organização social, a chamada sociedade em rede (Castells, 2005), que vê as abordagens de mercados de massa a perder terreno para formas mais horizontais de comunicação, de interação e de pertença. Esta mudança aconteceu sobretudo no contexto da chamada Web 2.0, que potenciou a colaboração, partilha de informação e de funcionalidades (Pole, 2010). Os blogues serão uma manifestação única onde os diferentes entendimentos de interatividade (do utilizador com o sistema, do utilizador para o utilizador ou do utilizador com o documento) podem coexistir, sendo neste domínio as hiperligações não apenas uma tecnologia disponibilizada pelos blogues, mas um elemento definidor da própria natureza dos blogues (Trammell *et al.*, 2006).

Os blogues têm recebido crescente atenção por parte de organismos internacionais, como a Comissão Europeia ou a

3 Ferramenta que mede o acesso a blogues portugueses, de acordo com as estatísticas disponibilizadas pelo sitemeter, disponível em <http://weblog.com.pt/portal/blogometro/>. Esta ferramenta foi desativada em Junho de 2012 e uma nova contagem de visitas dos blogues passou a ser fornecida pelo blogue Aventar.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Num documento dedicado à chamada “web participativa”, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2007) reconhece a sua importância, assinalando vários números importantes: em 2005, 13% dos europeus contribuía regularmente para a blogosfera, sendo que um quarto dos utilizadores de banda larga com menos de 30 anos tinha o seu próprio blogue. De assinalar ainda a assunção do impacto político que o relatório faz desta plataforma, considerando que os blogues permitem trocar perspectivas políticas, provocar o debate e partilhar conhecimento, podendo mesmo implicar-se no próprio processo político (uma participação aqui entendida no sistema formal institucionalizado) ao fazer a cobertura de campanhas eleitorais ou apelando ao voto (OCDE, 2007: 37).

A Internet, escreve Baker (2007: 98) tem “efeitos transformativos na esfera pública que potencialmente – ou já mesmo – têm um grande significado político e democrático”, nomeadamente através da blogosfera que fornece novos importantes espaços para “o discurso público num mundo onde tais espaços têm, na prática, vindo a diminuir”. Neste campo, a blogosfera, nomeadamente a blogosfera política, é cada vez mais analisada como uma nova esfera pública onde opiniões e perspectivas sobre aspectos da vida pública são expressas numa deliberação em contínuo. A blogosfera pode ainda revitalizar funções da sociedade civil, como o escrutínio permanente dos poderes públicos, a disseminação da informação e a capacitação dos cidadãos para a defesa dos seus interesses.

A blogosfera política tem recebido crescente atenção por parte da investigação académica preocupada com matérias de esfera pública e participação política. A campanha eleitoral dos EUA em 2004 providenciou um corpus de análise que foi profusamente analisado, do ponto de vista dos temas abordados e da agenda de campanha. Na chamada blogosfera política estão incluídos os blogues de campanha, de membros de estruturas políticas eleitos e também de cidadãos com

interesses na matéria. A investigação tem-se ainda dedicado aos blogues políticos, não como ações de campanha ou como forma de *e-government* por parte das autoridades, mas sim focando a sua atenção nos blogues políticos, mantidos por cidadãos (às vezes também, membros de partidos ou mesmo eleitos) que são essencialmente espaços de discussão.

A blogosfera tem sido perspectivada como influente no espaço público (Tremayne, 2007; Drezner e Farrel, 2008; Woodly, 2008), sendo capaz de influenciar os *media mainstream* e a classe política, providenciando aos cidadãos interessados novas formas de informação e conhecimento. Por outro lado, a deliberação aí providenciada tem vantagens sobre outras formas de ativismo online, nomeadamente sobre as petições eletrônicas que originam mais políticas a “pedido” e em favor de interesses próprios, sem ter em conta a função essencial da política de alocação e gestão de recursos escassos (Blumler e Coleman, 2010). Ackland (2005) afirma que os blogues políticos apresentam uma crescente influência na política norte-americana, nomeadamente em termos dos conteúdos mediáticos e dos comentadores dos media. Também Pole (2010) defende que os blogues políticos são, de fato, uma nova forma de participação política, que pode transformar a política e levar a uma maior intervenção cívica.

Woodly (2008) apresenta uma perspectiva muito positiva sobre a blogosfera política, argumentando que esta plataforma alterou a estrutura da comunicação política, oferecendo aos leitores uma experiência democrática que não é possível por formas tradicionais. Ou seja, os blogues políticos são diferentes porque têm estratégias de hiperligação que, por um lado, constituem um sistema de referência imediata, e, por outro, diversificam de uma forma extraordinária a quantidade de informação que é fornecida. Os blogues políticos são ainda diferentes porque não assentam as suas mensagens nas elites políticas, como tendem a fazer os media tradicionais, nem estão sujeitos a critérios de neutralidade. Desta forma, providenciam questões e argumentos, examinando os fatos públicos através de uma lente que não é formatada

pelas elites nem pela objetividade dos jornalistas. “Os blogues políticos tornaram-se populares porque a maioria oferece boa informação, cujas fontes são aberta e habitualmente reveladas” (Woodly, 2008: 116).

Por seu lado, Pole (2010) também reconhece à blogosfera um potencial transformador da política. Os bloggers não precisam de credenciais para entrar na discussão (como precisariam em palcos tradicionais do sistema político ou dos media mainstream) e mudaram ainda a forma como e onde fazer política. A comunicação política, nesse meio, é ilimitada na magnitude e no alcance, empreendendo formas horizontais e multidimensionais, nomeadamente pelo diálogo com os leitores através das caixas de comentário. A forma como a informação é disseminada no espaço público foi também profundamente alterada pela possibilidade dada aos bloggers de linkar, de destacar e de comentar, o que mina o poder das grandes corporações mediáticas sobre aquilo de que se fala, ou seja, comprometendo o seu efeito de *agenda-setting*.

A blogosfera política portuguesa

O surgimento da blogosfera em Portugal enquanto fenómeno de dimensão social é apontado como tendo ocorrido em 2003. O momento mais marcante desse parto foi a criação do blogue “Abrupto” por parte do então eurodeputado Pacheco Pereira, que, por ser uma figura pública, conseguiu catapultar a atenção para esta nova plataforma. Os media tradicionais passaram então também a olhar para este novo meio e, em 2004, estimava-se existirem em Portugal cerca de 90 mil blogues (Canavilhas, 2004) – num movimento muito marcado por criações sem consequências, pouca atualização e até desistências.

Desde cedo, a blogosfera atraiu a atenção da academia e dos investigadores. O primeiro encontro nacional sobre Weblogs teve lugar na Universidade do Minho, em Setembro de 2003, ao qual se seguiram mais três congressos académicos (na Beira Interior, no Porto e em Lisboa). As análises iniciais sobre a realidade nacional são publicadas e apresentadas

já a partir do ano seguinte por Granado (2004), Santos e Zamith (2004), Santos (2004) e Canavilhas (2004) e é também dessa altura a publicação do primeiro livro com instruções práticas sobre a criação e potencialidades dos então ainda chamados weblogs (Barbosa e Granado, 2004)⁴. Estas reflexões iniciais sobre o fenómeno em Portugal assinalaram o potencial de enriquecimento da vida pública que os blogues encerravam, assim como as funções de escrutínio e controlo dos media que exerciam. A tônica era no carácter subjetivo dos blogues, mas desde cedo também se marcou este espaço como um terreno para “o comentário dos assuntos da atualidade, tematizados e difundidos pelos media clássicos”, sendo os blogues “um notável fator de amplificação da conversação social, nomeadamente em torno dos grandes acontecimentos e dos grandes dossiers que mobilizam as atenções e preocupações das pessoas” (Pinto, 2004:8). Mais tarde, outros trabalhos analisaram também o impacto dos blogues em termos de espaço público, focando ora na sua amplificação (Silva, 2009; Carvalho e Casanova, 2010), ora na sua fragmentação (Rodrigues, 2006a).

Muitos estudos produzidos na altura apresentam um registo histórico do que foi o início da blogosfera, da sua popularização junto dos media tradicionais (Santos, 2004; Santos e Zamith, 2004; Granado, 2004) e até da comunidade política, com reflexões sobre os potenciais impactos junto desses dois sectores da vida portuguesa. Santos (2004, s/p) escrevia então ser claro que “a blogosfera se constitui como um espaço disruptivo: há lugar para novas ideias (especialmente porque a ideia é ainda mais valorizada que a sua fonte), há sinais de novos processos de criação de conhecimento partilhado, há uma maior descentralização da produção e distribuição de conteúdos, e há uma reformulação das concepções tradicionais de audiência e receptor”. Consensual ainda era a percepção de que os blogues não eram informativos na sua natureza, mas sim sobretudo opinativos. Certo é, assinala Pinto (2008), que a blogosfera se foi constituindo de forma gradual como uma nova instância de escrutínio público dos media, permitindo uma maior circulação de informação, assim como um debate mais regular

4 Dois early bloggers de 2002 e 2001, respectivamente.

e intenso sobre os acontecimentos da esfera mediática, nomeadamente por conferir uma maior visibilidade dos bastidores dos media e do jornalismo.

A dimensão política da blogosfera portuguesa foi, desde o início, muito acentuada por estudos académicos e pelos próprios *media*. Aliás, é atribuído a um blogue político (o Abrupto) a disseminação do conhecimento público sobre esta plataforma. Os grandes debates e discussões blogosféricas iniciais passaram também pelos blogues políticos, assim com as primeiras referências nos meios de comunicação social tradicionais. Silva (2009: 70) considera que a blogosfera “começou, essencialmente, por ser política” e que teve “um alargamento de participantes que veio acender muitas discussões ideológicas não possibilitadas no circunscripto mundo da comunicação social”. De acordo com Canavilhas (2004: 5), “a blogosfera portuguesa continua a fervilhar, com um nível de discussão pouco visto nos meios de comunicação tradicionais”, constituindo um “fórum de discussão ímpar”, caracterizado pelo fato de “os blogues que abordam questões políticas não [terem] parado de crescer”.

A volatilidade dos blogues não significou que não se tem mantido alguma perenidade na blogosfera, já que grande parte dos bloggers mantém um constante ritmo de criação-crescimento-morte que redundava, quase invariavelmente, numa nova criação. Assim, apesar de nem todos os blogues criados na blogosfera portuguesa terem seguido este ciclo de renovação, a blogosfera manteve a sua dimensão. “Claro que sabemos que criar e manter não é a mesma coisa, e que muitos dos blogues nascentes não passam do ato da criação, mas mesmo assim só um cego é que não percebe que se está perante um fenómeno que marcará a nossa época” (Pacheco Pereira, Público, 15/06/2006)⁵.

O impacto dos blogues políticos parece assim incontornável no espaço mediático e político, com uma desconformidade face a outros fóruns: a autoridade de quem fala na blogosfera não advém de um qualquer cargo ou

5 <http://abrupto.blogspot.pt/2006/06/blogues-apoteose-do-presente-os-blogues.html>

papel partidário nem do fato de ocupar um espaço de opinião selecionado em meios de comunicação social. Nesse sentido, marca uma diferença que justifica a sua relevância no debate acadêmico e que levanta novos questionamentos. Assim, poderá essa diferença que os blogues incorporam face aos centros de poder políticos tradicionais e aos meios de comunicação *mainstream* ser algo novo na esfera do debate político? O enquadramento tecnológico é obviamente recente, mas a existência de discussão sobre o governo das sociedades, tal como encontramos na blogosfera, poderá ter raízes em outros ambientes sociais e tecnológicos, cujos contornos se podem aprofundar.

As raízes da blogosfera

Em Julho de 2011, a revista *The Economist* publicou um trabalho sobre o futuro das notícias onde questionava o fato de os novos *media* estarem a trazer a sociedade de volta aos cafés dos séculos XIX, ao espírito de conversação e debate que se viveria então. “Telemóveis com câmaras e media sociais, como blogues, Facebook e Twitter podem parecer completamente novos, mas eles ecoam a forma como as pessoas recolheram, partilharam e trocaram informação no passado” (*The Economist*, 9-15/07/2011)⁶. A analogia tem por palco os cafés do século XIX, os mesmos espaços que Habermas (1989) identificou como plataforma e meio primordial da primeira esfera pública. E, de fato, apesar do carácter revolucionário da tecnologia da Internet, algumas raízes dessas novas ferramentas, como são os blogues, poderão ser encontradas num passado pré-industrial. Ou seja, será de fato a blogosfera radicalmente nova?

Num texto publicado no *The New York Review of Books*, o historiador norte-americano Robert Darnton dá o tom para a resposta: “*Blogging, now and then*”⁷, ou seja, “*Blogar, agora e no passado*”. Haverá passado para

6 <http://www.economist.com/node/18928416>

7 <http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2010/mar/18/blogging-now-and-then/>

a blogosfera para trás dos anos 90 do século XX? O historiador acredita que sim e traça um paralelismo entre os jornais ingleses do século XVIII e os blogues de rumores e fofocas que visam figuras públicas com duas características básicas, incivilidade e celebridade. Manuel Pinto, no blogue “Da Caverna ao Ciberespaço”⁸, resume a tese: “A febre das notícias e dos rumores, a personalização da informação, a insatisfação com os processos tradicionais de circulação das notícias poderiam – *mutatis mutandis* – ser elementos de quadros de fundo com as suas semelhanças”.

Robert Darnton centra a sua analogia no conteúdo (escândalos e mensagens grosseiras visando figuras conhecidas) e na forma: o parágrafo, como unidade autossuficiente de notícias, sem relação com o anterior ou com o seguinte. E (voltando ao trabalho do *The Economist*) a fonte destas fofocas encontrava-se, muitas vezes, nos cafés onde as vidas privadas eram discutidas. Robert Darnton encontra ainda semelhanças dos blogues com folhas volantes, tipo boletins, que circulavam na França do século XVIII pré-Revolução e que eram constituídas por frases soltas, chamadas então de anedotas no sentido de histórias secretas. Ou seja, essas anedotas seriam o equivalente da idade moderna à atual blogosfera: os leitores franceses consumiam então tanto escândalo com a vida privada das grandes figuras da sociedade como liam tratados sobre o abuso de poder. “De fato, anedotas e discurso político reforçavam-se mutuamente”, explica o historiador, questionando se poderão os blogues quebrar a política tradicional tal como estas folhas o fizeram na França do século XVIII.

Estas semelhanças levaram alguns autores a cunhar os bloggers como os novos panfletários. Rettberg (2008: 40-41), ao explorar os antecedentes impressos dos blogues, refere os panfletos do século XVII como “uma nova forma de comunicação radical, popular e disseminada graças à combinação da imprensa, maiores níveis de literacia e o levantamento da censura”. À semelhança dos blogues, a então disseminação de publicações impressas polémicas levava a mais publicações (para refutar, concordar, contra-argumentar ou vingar).

⁸ <http://historiacm.blogspot.pt/>

Kochan (2006: 99) assinala igualmente que “muito como a imprensa, a Internet permite a cada indivíduo que bloga ser um panfletário no mercado das ideias”. Ou seja, tal como com as folhas volantes e outras formas similares de comunicação, toda a gente pode escrever, ser o seu próprio editor, gritar e espalhar o seu panfleto no espaço público. Quer nos panfletos, quer nos blogues, encontramos anonimato e pseudónimos e também ambos permitem que mentes errantes e indivíduos aprendam, debatam e conversem.

Outra perspectiva, adoptada por Moe (2010), sugere precauções no estabelecimento das analogias de forma a que aspectos genuinamente novos da esfera pública mediatizada não sejam ignorados ou subestimados. Assim, existem de fato similaridades, como o aproveitamento do baixo custo, velocidade e flexibilidade da tecnologia disponível para diminuir os custos da participação política. Por outro lado, os blogues, tal como os panfletos, diversificaram estilos e gêneros, ao mesmo tempo que o anonimato permitia encobrir identidades. Mas os contextos sociais, afirma Moe, são completamente diferentes, em termos de literacia dos cidadãos, economia capitalista, liberdade de expressão e de voto. Os panfletos foram usados como forma de promoção da democratização, numa altura em que vigoravam então muitas formas de censura, defendendo assim uma ainda inalcançada liberdade de expressão. Os blogues, conclui o autor, podem ser armas poderosas (sobretudo em sociedades mais autoritárias), mas os contextos sociais são essenciais para perceber os impactos das novas formas de comunicação.

Mesmo tendo na mente estas precauções, podemos tentar encontrar uma resposta à questão inicial sobre a verdadeira novidade que poderá constituir a blogosfera numa exploração da história portuguesa dos media. As analogias traçadas entre blogues e imprensa panfletária farão também sentido em Portugal, embora o panfletarismo tenha passado por diferentes fases. No século XVIII, o panfleto era um texto longo, não periódico, com um estilo violento que apresentava uma “visão parcial e pouco objetiva”, visando “o ataque social e, normalmente,

peçoal” (Tengarrinha, 1989: 74), cujos autores, apesar das tentativas das autoridades, não eram identificados. Alguns blogues partilharão algumas características desta literatura panfletária. Mas, este tipo de blogues não constitui a maioria dos blogues em Portugal e não estará igualmente entre os blogues políticos mais importantes. Os panfletos publicados noutra fase em Portugal, já no decurso do século XIX, são considerados como uma “extensão” do jornalismo de opinião, mas mais virados para a promoção da agitação social e da ação (Tengarrinha, 1989: 174). Não eram assim o espaço da construção da opinião e da reflexão política: esse era o papel do jornalismo de opinião.

Assim, reconhecendo como plausível que alguns blogues portugueses, genericamente, possam ter também pontos de encontro com a imprensa panfletária, que em Portugal floresceu ao longo do século XVIII e princípios do século XIX, não podemos esquecer que os blogues políticos, de maior impacto no espaço público, têm outras características. Assim, seria igualmente relevante procurar publicações com propriedades semelhantes a esse universo específico em Portugal. Se considerarmos que os blogues políticos são um meio de divulgação maioritariamente de comentários e opiniões com alguma regularidade temporal, que recorre a um estilo diverso (factual, argumentativo, irónico ou satírico) e que visa mobilizar sensibilidades, então podemos encontrar algumas semelhanças com a imprensa pré-industrial, a que Tengarrinha (1989: 133) chama de imprensa romântica e de opinião, e que surgiu em Portugal por volta da revolução de 1820: “Com um conteúdo vivo e dinamismo revolucionário, os jornais eram uma força real que os liberais não podiam desprezar e de cujo alcance só agora, verdadeiramente, os governantes se começavam a aperceber”.

Em primeiro lugar, existe um ponto de contato no género de ambos estes meios. Blogues e imprensa romântica (esta sobretudo depois de 1834) são principalmente formas de expressão da opinião, mobilizada em torno de causas, normalmente políticas. Ambos serão ainda projetos, na maioria dos casos, com alguma periodicidade. Mesmo no interregno miguelista (que suprimiu muitas das liberdades de imprensa até aí conquistadas),

encontramos publicações onde se fazia uma entusiasmada defesa do rei absolutista, como a Besta Esfolada, o Desengano, o Mastigoforo ou o Cacete. Existem ainda semelhanças em termos de estilo: o humor, a ironia e a sátira coincidem com um discurso argumentativo (de eloquência e oratória parlamentar, no caso do jornalismo romântico) onde nem sempre o tom factual é preponderante. As Farpas, de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão eram, segundo Eça, “a ironia ao serviço da Justiça”. Em ambos ainda, há anonimato e também a utilização de pseudónimos, principalmente mais tarde (no que diz respeito à imprensa romântica), sob a forma de publicações clandestinas, durante a guerra civil, em 1846-47, e depois quando surgem as primeiras publicações republicanas.

Por outro lado, vemos ainda semelhanças em termos do conteúdo: coexistência de facções que se debatem no espaço público, mas também publicações que não se reveem na estrutura do poder da época. No que diz respeito à imprensa romântica, explica Tengarrinha (1989: 155) que, após 1836, “surgem também os primeiros periódicos que, vislumbrando as contradições internas do liberalismo, não são nem progressistas nem moderados” onde se exprime “um estado de insatisfação, de desacordo tanto em relações a uns como a outros, ou seja, uma posição meramente negativa”. O Azorrague (1838) afirmava: “Não tem cor política e não pertence a partidos, vibrando estocadas à esquerda e à direita, apenas com o fito no bem do povo”. Na blogosfera também há apresentação de intenções que apontam para a ausência de filiações: “O Cachimbo de Magritte é um blogue de comentário político. Ocasionalmente, trata também de coisas sérias. Sabe que a realidade nem sempre é o que parece. Não tem uma ideologia e desconfia de ideologias”⁹.

Mas a defesa de ideologias também faz parte da natureza da imprensa de opinião, assim como da blogosfera. Por exemplo, é de salientar o papel da imprensa republicana que desenvolveu uma ação de “primeira importância”, sendo a “tribuna mais incisiva e de mais profundo efeito, preparando os espíritos para o movimento que eclodiria

⁹ <http://cachimbodemagritte.com/>

vitoriosamente em 5 de Outubro” (Tengarrinha, 1989: 240). Mesmo evitando uma comparação entre imprensa republicana e blogosfera em termos do impacto social e potencialmente revolucionário destes meios, é visível que ambos apontam o dedo ao regime vigente e seus problemas em termos, por exemplo, de ligações perigosas no poder. “A República – Jornal do Povo” escrevia, por exemplo, em 1848 em seções chamadas de “Notícias diversas” e “Variedades”, sobre o alegado caso amoroso que a rainha D. Maria II manteria com o seu primeiro-ministro, António Costa Cabral, chamado de conde Andeiro (numa alusão ao conde galego com quem D. Leonor Teles, considerada traidora de Portugal, se relacionou no século XIV). Denúncia de ligações perigosas na cúpula do Poder que também encontramos na blogosfera: “Mas não há limites para a pornografia de que José Sócrates é capaz, nem mesmo por se ter sabido entretanto que o processo Face Oculta registra as ligações perigosas entre João Cordeiro e o primeiro-ministro”¹⁰.

Outros pontos de contato podem ser identificados também no reconhecimento de problemas ao governo, nomeadamente em termos de transparência. Em 1860, o *Ecco Popular* “denuncia de modo implacável as situações em que «os amigos puxaram cadeiras e sentaram-se à mesa do orçamento»” e casos em o “governo realiza negócios que não são claros” (Reis, 1997). Em 2011, encontramos igual espírito de denúncia na blogosfera, contra as SCUT¹¹ e os negócios pouco claros que envolvem dirigentes do governo e grupos empresariais privados¹². E vemos referências nos exatos termos da imprensa romântica, como se pode ver no blogue *Crónicas do Rochedo* a propósito do ministro Mota Soares: “O seu discurso da treta salazarenta não aquece nem arrefece, apenas nos ajuda a perceber que é mais um hipócrita a comer à mesa do orçamento”¹³.

Podemos ainda assinalar um ponto de contato na volatilidade das

10 <http://aventar.eu/2010/03/05/socrates-e-o-polvo-das-farmacias/>

11 <http://cachimbodemagritte.com/3033933.html>

12 <http://vidabreve.wordpress.com/2011/05/25/a-historia-secreta/>

13 <http://cronicasdorochedo.blogspot.com/2011/10/grande-lata.html>

publicações românticas e dos blogues: autores e editores que criam títulos que morrem para logo em seguida criarem outro título. Acontece na blogosfera, como vimos, e aconteceu também na imprensa romântica e de opinião, como se pode ver, por exemplo na seguinte explicação da própria publicação: «O Espectro vai substituir O Eco de Santarém. Este último título correspondia pouco à grandeza do projeto» (Tengarrinha, 1989: 166). Outra característica que pode ainda ser identificada em ambos os meios diz respeito à participação de pessoas que estão fora do país. Vários bloggers, como, por exemplo, do Blasfémias, Insurgente ou Portugal Contemporâneo, estão no estrangeiro e também na imprensa romântica, títulos como O Português (de Londres), O Português Emigrante (Plymouth) ou O Português Constitucional em Londres eram escritos por pessoas a viver longe de Portugal.

Finalmente, a taxinomia própria que blogues e jornais do século XIX (sobretudo) escolhem para se nomear é também significativa: é de relevar a expressividade e criatividade dos títulos e nomes, face a um certo cuidado asséptico nos tempos atuais na escolha dos meios de comunicação social (muito baseado também em siglas). A manifestação da mensagem pretendida pelo autor/editor é visível até pelo nome que é dado ao blogue, tal como o nome da publicação poderia indicar uma causa, uma motivação. Encontramos mesmo nomes iguais, como o do blogue Espectro (criação efêmera de Vasco Pulido Valente e Constança Cunha e Sá em 2006)¹⁴, igual a uma publicação de 1846, “o jornal clandestino mais importante da nossa imprensa periódica até ao aparecimento do Avante” (Tengarrinha, 1989: 168). É também o caso do Almocreve das Petas¹⁵ que foi buscar o nome a um periódico humorístico do final do século XVIII, cujas tiradas atingiam “valores e pessoas até aí severamente respeitados” (Tengarrinha, 1989: 55). Outros nomes de blogues são também muito coincidentes como o Jumento (por comparação ao jornal o Burro), o Espectador Portuguez ou as Farpas¹⁶.

A irreverência e criatividade dos nomes da imprensa romântica

14 <http://o-espectro.blogspot.pt/>

15 <http://almocrevedaspets.blogspot.pt/>

16 Uma similitude também encontrada em blogues brasileiros, não políticos, como o Artilheiro ou o Azorrague de Fogo (de índole religiosa).

e dos blogues pode ser considerada uma outra semelhança entre ambos os meios, como se pode verificar na proposta de classificação (ver quadro 1) apresentada. Para além dos títulos indicativos, que serão um pouco mais neutros e seguirão uma filosofia mais próxima da atual titulação de jornais e outros meios de comunicação social, encontramos duas outras categorias: os títulos simbólicos, com referências a acontecimentos históricos, artísticos ou desenvolvimentos esperados (sobretudo na imprensa republicana), e os disruptivos, onde encontramos alguma combatividade e mesmo agressividade verbal.

A blogosfera é radicalmente nova? A tecnologia revoluciona, os *media* mudam, mas há traços que permanecem e vão sendo reconfigurados. Como dizem Briggs e Burke (2005: 3), “alguns fenômenos nos *media* são mais velhos do que é geralmente reconhecido”. Neste caso em particular, a blogosfera parece assim dar continuidade à necessidade de haver no espaço público um meio (escrito, mas hoje em dia também multimídia) para expressões partidárias – não porque necessariamente ligadas a partidos políticos, mas porque tomam parte em questões, em causas.

É claro que, sendo os contextos sociais de ambas (blogosfera e imprensa romântica) completamente diferentes, estas analogias traçadas não significam que o impacto social (revolucionário e de mudança de regime da monarquia para a república) se irá repetir e esse cuidado deve ser tido em conta quando se tecem analogias históricas. A imprensa romântica é “aquela que funda o regime constitucional” e “extinguir-se-á à medida que se afirma a irreversibilidade do regime de liberdade política” (Reis, 1997: 143). A blogosfera é ainda, apesar da velocidade que caracteriza a atual era digital, um fenômeno recente que não nos permite grandes ilações sobre o seu futuro. Contudo, podemos traçar paralelismos entre as duas épocas, no que diz respeito, às revoluções tecnológicas e impactos na sociedade. “Existiu (e existe) uma interligação muito grande entre o pensamento, a filosofia, as ideias, e a evolução dos meios tecnológicos ao serviço dessas mesmas ideias” (Vieira, 2007: 29-30).

Quadro 1 – Proposta de classificação de nomes de blogs e publicações (nomes são exemplificativos, não exaustivos)

Títulos	Disruptivos	Indicativos	Simbólicos
<p>Jornais século XVIII</p>	<p>O desaprovador O espectador A besta esfolada O desengano A contra Mina O cacete As Farpas O artilheiro O azorrague O espectro A luta Mastigoforo Desamador dos Asnos da Ibéria O Burro</p>	<p>Correio da Península Correio Brasileiro Investigador Português em Inglaterra Correio do Porto Defesa de Portugal O nacional Eco de Santarém Portugal Velho A Tribuna =</p>	<p>O Lagarde Português Os Enjeitados da Fortuna na Roda do Tempo A Coalisão É tarde A Alvorada Navalha de Figo A República</p>
<p>Blogs</p>	<p>Blasfémias Jugular Arrastão Abrupto Insurgente Aventar Abrupto A prescrutadora Espectador Interessado O Espectro O Jumento As Farpas Espectador Portuguez</p>	<p>Portugal Contemporâneo Do Portugal Profundo Da Literatura Causa Nossa 5 Dias Baixa do Porto Tribuna Socialista</p>	<p>Delito de Opinião Cachimbo de Magritte 31 da Armada Aspirina B Corta-Fitas Albergue Espanhol Quarta República Portugal dos Pequeninos Vias de Fato Margens de Erro</p>

O final do século XVIII e o século XIX presenciaram a revolução industrial, que acelerou, de forma nunca então vista, a comunicação, a vida social e econômica: “Um grande, inesperado e repentino aumento de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e distribuição” (Castells, 2005: 40). O telégrafo permitiu separar a mensagem do transporte, tornando instantânea a comunicação entre pontos distantes. O caminho de ferro acelerou a circulação de pessoas e de produtos, e, conseqüentemente, das ideias (Mattelart, 1999). Ao mesmo tempo, por toda a Europa, a revolução liberal libertou consciências, abrindo o campo para o debate. A compressão do tempo e do espaço tinha também como reverso a abertura dos espíritos.

Na década final do século XX e nesta primeira do século XXI, uma nova revolução tecnológica potencia o aceleração da vida social e econômica (Katambwe, 2002): a Internet afirmou-se como um fenômeno social, sobretudo, com a Web 2.0, novas possibilidades de publicação, comunicação e edição modificaram a comunicação à escala global. “A universidade da linguagem digital e a pura lógica do trabalho em rede do sistema de comunicação criavam as condições tecnológicas para a comunicação horizontal e global” (Castells, 2005: 55). Tal como a revolução liberal significou a crítica às então instituições de poder, também nesta plataforma encontramos espaço para um movimento social de contestação social (por exemplo, à globalização), que engloba os media clássicos ligados ao poder, organizados em monopólios de grupos econômico-políticos e profissionais. “O surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação, caracterizado pelo seu alcance global, a integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial, está a mudar e mudará para sempre a nossa cultura” (Castells, 2005: 433).

Notas finais

A blogosfera reinventa a crítica, a sátira, a ironia na opinião e comentário político, reintroduzindo na esfera da participação dos cidadãos a acutilância do debate político, contra um modelo de imprensa neutral, objetiva que se institucionalizou no mundo ocidental. Assim, um século depois de a imprensa romântica e de opinião ter desaparecido, voltamos a ter um meio (não profissionalizado) de causas, de opinião e de comentário. Mesmo tendo em conta que os níveis de literacia em Portugal e que as próprias potencialidades da tecnologia são completamente diferentes nestes dois quadros sociais, não podemos deixar de notar que os blogues parecem ocupar um espaço que foi deixado vazio pela transformação da imprensa numa indústria, constituída por organizações empresariais e habitada por profissionais. Tal como os jornalistas da imprensa romântica ou os burgueses da primeira esfera pública, os bloggers não precisam de credenciais para entrar na discussão. Tal como na era do jornal político – alimentado por “redatores que não vivem do ofício da escrita nem se especializam em género ou seção”, com um perfil que “corresponde à pluralidade de áreas e de interesses, funções ou negócios em que se movimentam (Reis, 1997: 146) – também os autores dos blogues são pessoas com outras ocupações, profissões e que produzem posts sem ganhos financeiros. Os cafés, os salões, clubes e movimentos dos séculos XVIII e XIX prolongam-se pelo século XXI com os blogues – e mais recentemente também o Twitter ou o Facebook – a manter pontos de partilha, debate, rumor.

Estamos ainda a falar de um fenómeno com menos de uma década de história em Portugal, pelo que será muito prematuro tentar antever as transformações que a blogosfera poderá introduzir em termos da vida política nacional. Mesmo reconhecendo-lhe traços de um passado revolucionário, agitado e interventivo, o contexto social em que os bloggers hoje atuam é completamente diferente e não há

lições da história da imprensa romântica que se possam aplicar como receituário à blogosfera política portuguesa. Mas há sinais a que devemos estar atentos, nomeadamente à questão da regulação – que foi, por exemplo, crítica no desenvolvimento da imprensa romântica. Por enquanto, há ainda grandes vazios nessa matéria, ainda que lei geral tenha vindo a ser aplicada. E – para lá de formas de regulação impostas, por exemplo, a nível estatal – uma certa forma de regulação dos bloggers auto-imposta pelo cumprimento de padrões éticos de comportamento ainda deverá voltar à discussão pública, sobretudo se a questão da credibilidade dos bloggers estiver no cerne das atenções.

Encontramos na história dos *media* um discurso messiânico recorrente relativamente às capacidades das novas tecnologias para revolucionar a democracia, a participação, o bem-estar social (Jeanneney, 1986; Mattelart, 1999; McChesney, 2008), mas sabemos também que é a apropriação por parte das pessoas que, em última instância, dita a transformação de uma qualquer invenção tecnológica em inovação social (Stöber, 2004; Oliveira et al., 2004). Assim, para percebermos o impacto que a blogosfera política eventualmente poderá ter no regime e estrutura de poder português há que conhecer melhor os atores sociais que usam a tecnologia e atentar de perto na evolução da regulação.

“Em conclusão, poder-se-ia pensar que a liberdade de imprensa foi para o regime da monarquia constitucional, simultaneamente, o sustentáculo e a causa primeira da sua destruição” (Franco, 1993: 33). A imprensa romântica e de opinião foi profundamente marcada pelas estratégias de controle e censura por parte do poder (com liberdades de imprensa a serem concedidas e retiradas ao sabor dos desenvolvimentos políticos) e isso terá também influenciado o rumo dos acontecimentos – evidenciando desta forma a relevância das matérias da regulação em qualquer momento histórico.

Referências¹⁷

- Ackland R (2005). 'Mapping the U.S. Political blogosphere: are conservative bloggers more prominent?', Blogtalk Downunder 2005 Conference.
- Baker CE (2007). *Media concentration and Democracy – why ownership matters*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Barbosa E, Granado A (2004). *Weblogs – diário de bordo*, Porto: Porto Editora.
- Barthes R (1968). *La mort de l'Auteur*, Manteia.
- Blood R (2000). *Weblogs: an history and perspective*, disponível em http://www.rebeccablood.net/essays/weblog_history.html, último acesso a 04 de Julho de 2012.
- Blumler JG, Coleman S (2010). 'Political communication in freefall: the British case – and others?', *The International Journal of Press/ Politics* 15 (2): 139-154.
- Briggs A, Burke P (2005). *A Social History of the Media – From Gutenberg to the Internet*, Cambridge: Polity Press.
- Canavilhas J (2004). *Blogues políticos em Portugal: o dispositivo criou novos actores?*, disponível em www.bocc.ubi.pt, último acesso a 05 de Maio de 2011.
- Carvalho T, Casanova JL (2010). 'Esfera Pública, democracia e Internet: os bloggers em Portugal', *Observatório Journal* 4 (2): 91-118.

¹⁷ A bibliografia deste texto segue as orientações da Universidade do Minho.

Castells M (2005). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (Vol.I) – A Sociedade em Rede (2ª Ed.)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Drezner DW, Farrell H (2008). 'Introductions: Blogs, politics and power: a special issue of Public Choice', *Public Choice* 134: 1-13.

Franco G (1993). *A censura à imprensa*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Granado A (2004). 'Algumas notas sobre o panorama da blogosfera portuguesa', *Comunicação e Sociedade* n.º 5, Braga: CECS.

Habermas J (1989). *The Structural Transformation of the Public Shpere*, Cambridge: MIT.

Jeanneney JN (1986). *Uma história da Comunicação Social*, Lisboa: Terramar.

Katambwe JM (2002). 'La communication international à l'épreuve des faits: le paradigme des réseaux', in G. Brunel and C. Y. Charron (Dir) *La communication international – mondialisation, acteurs et territoires socioculturels*, Boucherville: Gaëtan Morin Éditeur.

Kochan DJ (2006). 'The blogosphere and the new pamphleteers', *Nexus* 11, Chapman University School of Law.

Mattelart A (1999). *A mundialização da comunicação*, Lisboa: Instituto Piaget.

McChesney R (2008). 'Media and Politics in the United States Today', in R. E. Rice (Ed.) *Media Ownership – research and regulation*,

Cresskil: Hampton Press.

Moe H (2010). 'Everyone a pamphleteer? Reconsidering comparisons of mediated public participation in the print age and the digital era', *Media Culture and Society* 32 (4): 691-700.

OECD (2007). *Participative web: user-created content* (JT03225396 DSTI/ICCP/).

Oliveira JMP, Barreiros JJ, Cardoso GL (2004). 'A Internet na construção de uma cidadania participada', in J. M. P. Oliveira, G. L. Cardoso, J. J. Barreiros (Org) *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, Lisboa: Quimera.

Pinto M (2004). 'Um potencial de enriquecimento da vida pública' (Prefácio), in E Barbosa e A Granado, *Weblogs – Diário de Bordo*, Porto: Porto Editora.

Pinto M (2008). 'A cidadania e os media em Portugal: Notas sobre um quinquénio de sinais contraditórios', in M. Pinto e S. Marinho (2008) *Os Media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI*, *Comunicação e Sociedade*, Vol. 12.

Pole A (2010). *Blogging the Political – politics and participation in a networked society*, New York: Routledge.

Réguer D (2009). *Blogs, Médias sociaux et politique*, Mayenne: Les2encres.

Reis AC (1997). 'A geração de o "Ecco popular"', in A. Almodovar, J. F. Alves, M. P. Garcia (Org.) *Rodrigues de Freitas – A Obra e os Contextos*, Actas do Colóquio, Porto: Centro Leonardo Coimbra.

Rettberg JW (2008). *Blogging*, Cambridge, Malden: Polity.

Rodrigues C (2006a). *Blogs e a fragmentação do espaço público*, livro Labcom disponível em http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-rodriques_catarina_blogs_fragmentacao_espaco_publico.pdf, último acesso a 05 de Dezembro de 2011

Santos LA (2004). 'Weblogs and journalism: an uneasy relation (the Portuguese case)', paper delivered at the IAMCR Conference, Porto Alegre, July 2004.

Santos LA, Zamith F (2004). 'Weblogues e jornalismo: um exemplo de aproximação na universidade portuguesa', *Comunicação e Sociedade* n.º 5, Braga: CECS.

Silva PO (2009). *Blogo logo existo*, Lisboa: Media XXI.

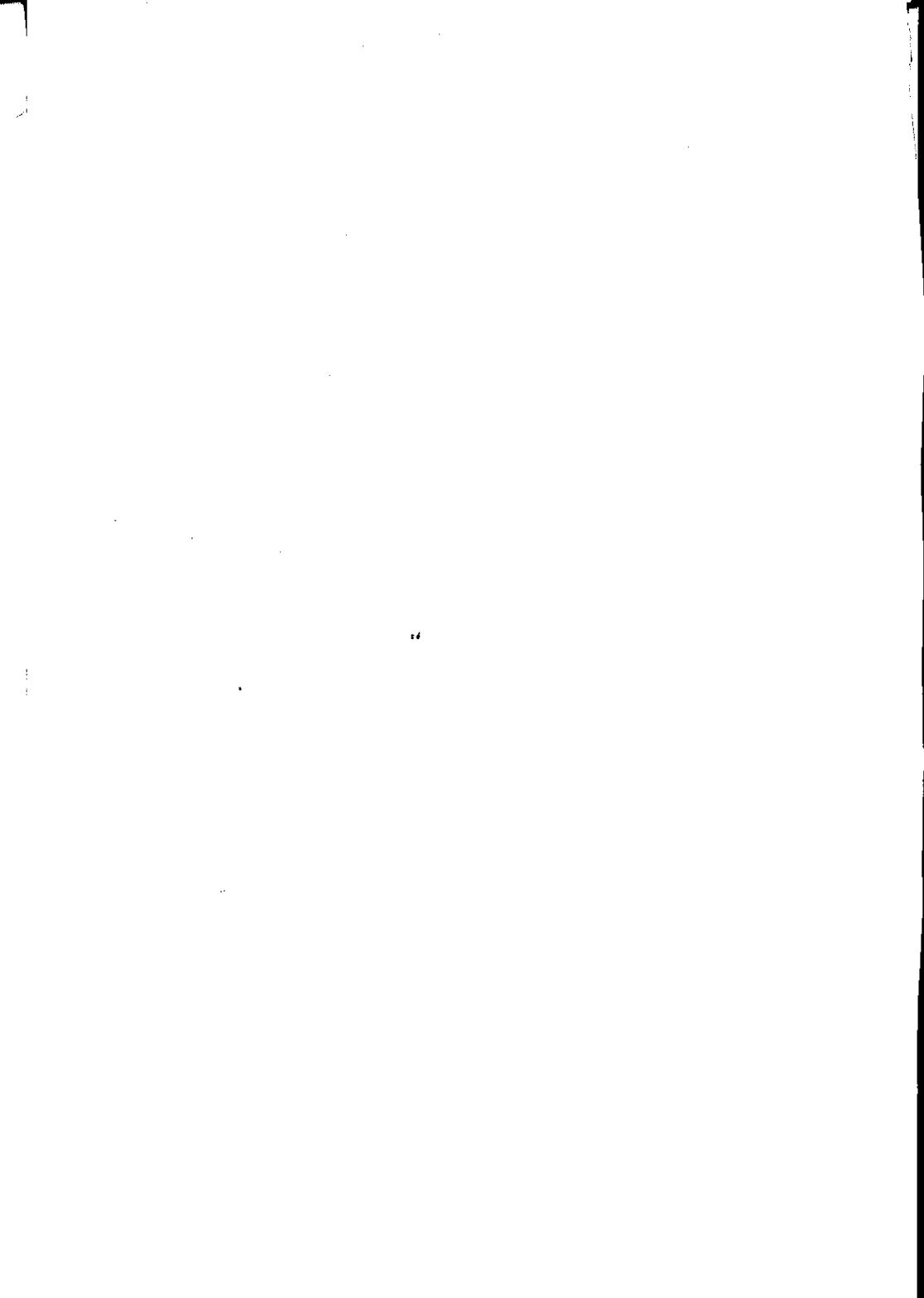
Stöber R (2004). 'What media evolution is - A Theoretical Approach to the History of New Media', *European Journal of Communication* 19 (4): 483-505.

Tengarrinha J (1989). *História da Imprensa periódica portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

Trammell KD, Williams AP, Postelnicu M, Landreville KD (2006). 'Evolution of the Online Campaigning: increasing interactivity in candidate web sites and blogs through text and technical features', *Mass Communication and Society* 9 (1): 21-44.

Tremayne M (2007). 'Harnessing the active audiences: Synthesizing blog research and lessons for the future of media', in M. Tremayne (Ed.) *Blogging, citizenship, and the future of media*, New York: Routledge.

Woodly D (2008). 'New competencies in democratic communication? Blogs, agenda setting and political communication', *Public Choice* 134: 109-134.



Evento: informação, cidadania e cultura

Elen Cristina Geraldês¹

Amanda Bittar² Ana Beatriz Magalhães³

Ana Carolina Ruas Lacombe⁴ Gabriel Ribeiro Martins⁵

Guilherme Tavares da Costa⁶ Luciana Amaral Teixeira Alves⁷

Luísa Montenegro⁸ Pedro Paulo Gomes Alves⁹

1 Elen Cristina Geraldês é jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade de São Paulo, doutora em Sociologia pela UnB, é professora-adjunto II da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília desde março de 2010, onde atua no curso de Comunicação Organizacional, e pertence ao seu Núcleo Docente Estruturante. Membro efetivo do Programa de Pós Graduação de Comunicação da FAC/UnB, leciona a disciplina Metodologia e orienta estudantes de mestrado e doutorado. Pertence à linha de Políticas de Comunicação e Cultura e coordena o Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB. E-mail: elenger@ig.com.br.

2 Amanda Bittar é acadêmica do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília. E-mail: amandabittar@globo.com.

3 Ana Beatriz Magalhães é acadêmica do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília. E-mail: anabeatrizmgs@gmail.com.

4 Ana Carolina Ruas Lacombe é acadêmica do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília. E-mail: carol_lacombe@hotmail.com.

5 Gabriel Ribeiro Martins é acadêmico do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília. E-mail: gabrielmartins@gmail.com.

6 Guilherme Tavares da Costa é acadêmico do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília. E-mail: guilhermetaav@gmail.com.

7 Luciana Amaral Teixeira Alves é acadêmica do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília. E-mail: luciana.amaral.ta@gmail.com

8 Luísa Montenegro é acadêmica do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília. E-mail: luisambmontenegro@gmail.com.

9 Pedro Paulo Gomes Alves é acadêmico do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília. E-mail: ppg.alves@gmail.com.

O artigo aborda a construção da memória organizacional por meio dos eventos. Para isso, o conceito de organização é revisto: de instituição formal, a organização passa a ser vista como um organismo, que nasce, cresce, tem crises, se reproduz, pode morrer. As organizações, nesta perspectiva ampliada, sonham. E os eventos são sonhos organizacionais, nos quais as organizações dialogam com o ambiente, afirmam a sua vitalidade, produzem informação. Os eventos também são vistos como promotores da cidadania, ao ouvirem a sociedade e as suas demandas, e ao deslocarem as organizações de uma visão de mundo etnocêntrica para outra, inclusiva. O artigo discute, também, os eventos como parte importante do ciclo cultural, em que ideias são propostas por diferentes grupos e custos são partilhados, em parcerias criativas e férteis, nas quais a sociedade civil, o Estado e as diferentes organizações colaboram.

Evento, a notícia organizacional

A informação responde a uma demanda ancestral de conhecer o cenário antes de agir e vem embalada de linguagem atraente para seduzir e fascinar. A informação, nas sociedades contemporâneas, portanto, é pão e é circo. E quem a produz? Com qual matéria-prima?

Sujeitos fundamentais da contemporaneidade, as organizações informam e são informadas. Elas têm de dizer ao mundo: estamos vivas. Suas pautas podem afetar milhões e falam de trabalho, renda, consumo, serviços, meio ambiente, cidadania. Mas elas também devem aprender a ouvir, devem saber trocar.

O evento é produto/processo da fala e da escuta organizacional. Nele, a organização informa a sociedade sobre suas realizações, necessidades e sonhos. Nele, a organização ouve a sociedade sobre suas expectativas e desejos. Mas como nascem os eventos?

Evento, o sonho organizacional

Podemos dizer, de forma dura, com Bandeira e Freire: “Organização é uma associação formal de pessoas em torno de determinadas finalidades. A organização é um fenômeno concreto, portanto passível de configuração, diretamente observável.” (2006: 34). Ou de forma mais lírica e subjetiva, mais humanizada: organizações não são somente formais. Elas nascem, crescem, envelhecem, morrem. Elas têm de se multiplicar e querem se afirmar. Elas sonham.

Evento, para Cesca, “é a execução do projeto devidamente planejado de um acontecimento, com o objetivo de manter, elevar ou recuperar o conceito de uma organização em seu público de interesse.” (1997:20).

Mas o evento também pode ser compreendido como *um sonho organizacional*, um espaço de afirmação de identidade, de produção de Cultura e de construção da História.

O evento pode ser pensado como uma ferramenta para melhorar a imagem da organização. Porém é mais do que instrumento: ele fala das relações tensas da organização com o mundo, da afirmação de suas responsabilidades, da preocupação com o ambiente, da dimensão de seus valores.

Seu planejamento deve ser feito com antecedência. Primeiramente, deve-se definir a **finalidade do evento**: o que se deseja alcançar com sua realização? Qual o objetivo final? Quais serão os resultados esperados? Para quem é o evento? É importante analisar as possíveis dificuldades e problemas que podem surgir em sua elaboração. A próxima fase é a **organização do evento** propriamente dito. É preciso elaborar orçamentos, manter contato com convidados e/ou palestrantes, escolher o local, divulgar no veículo que for mais conveniente, dialogar com as redes sociais etc.

O evento, porém, vence o planejamento. Ele é um sonho criativo

que envolve uma certa *liberdade*. A produção de um evento é técnica, mas também é simbólica, imaterial. É suor, é prazer.

O evento não pode ser somente eventual. Ele marca a História e a História das organizações. É cúmplice da memória, um local de fala da organização e do sujeito organizacional.

Evento, um banquete de cidadania

As organizações são seres de cultura, esse conceito tão amplo, tão desejado, cujos sentidos pululam e oscilam. Já em 1871, o antropólogo britânico Edward Tylor definia-a como um complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Já em 1871, o antropólogo britânico Edward Tylor definia-a como um complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade. O pesquisador tinha duas ênfases: a) assinalar a associação entre cultura e realizações humanas; b) tirá-la do âmbito da natureza, da biologia, da genética e remetê-la ao aprendizado, à educação.

Já Levi-Strauss associou cultura à necessidade. Para administrar as exigências do cotidiano, que vão do nascimento às práticas de alimentação, sono, convívio, acasalamento, trabalho, estudo, até a morte, o homem tenta domar o imprevisível. Criar normas, regras, rotinas, ritos. Cultura, para o autor, é sobretudo a organização da vida.

E a cultura nas organizações? Como é constituída? Uma de suas marcas é a tensão, pois abarca indivíduos de gêneros, idades, etnias, classes sociais, origens, religiões diferentes. Ela não é soma, não é síntese, mas um espaço de negociação, de construção coletiva, afirmada em sua História. Tanto quanto os indivíduos, as organizações podem ser passíveis de etnocentrismo, a mania de achar a sua forma de ver o

mundo a única correta, em detrimento do outro, dos Outros, que são considerados exóticos, estranhos, arbitrários.

Nos eventos, as organizações revelam a sua cultura. Mas é uma oportunidade também de fazer mais do que isso: compartilhar de outras e com outras culturas, vencendo o etnocentrismo. Os eventos podem ser banquetes de cidadania.

Evento para quem precisa de cultura

Quem são os atores da produção cultural no Brasil? Quem são os sujeitos, os parceiros, os cúmplices?

A indústria do entretenimento é responsável por 6,1% do PIB global, segundo os dados levantados pela consultoria Pricewaterhouse Coopers (PWC). Este setor endinheirado resiste às crises, talvez porque as pessoas vivam de circo tanto quanto de pão. Em 2010, o Brasil lançou o Segundo Plano Nacional de Cultura, em que mostrava o desempenho da área, com 2,6% do Produto Interno Bruto – PIB, cerca de R\$ 95,157 bilhões e crescimento médio de 8,7% ao ano até 2014.

O desenvolvimento da indústria criativa no país é favorecido pela transformação das relações comunicacionais proporcionadas pelo crescimento das mídias digitais, que auxiliam tanto no processo de divulgação da produção cultural brasileira dentro do território nacional e na sua exportação, quanto na divulgação de editais de financiamento e possibilidades de patrocínios para o segmento.

Mas cultura não é só dinheiro, produto ou renda. Ela pode promover a inclusão social como fator de superação de problemas crônicos nas áreas de educação e segurança pública.

Marilena Chaui (1995), ao propor uma política cultural e uma cultura política nova para a Secretaria Municipal de São Paulo com a diretriz fundamental da Cidadania Cultural, percebe o indivíduo como agente cultural, capaz e ávido por conceber e consumir cultura. E propõe a afirmação de alguns direitos, entre eles:

Direito a reconhecer-se como sujeito cultural, graças à ampliação do sentido da cultura, criando para isso espaços informais de encontro para discussões, troca de experiências, apropriação de conhecimentos artísticos e técnicos para assegurar a autonomia dos sujeitos culturais, exposição de trabalhos ligados aos movimentos sociais e populares.
(Chauí, 1995, 32)

Uma das mais fortes tendências brasileiras no mercado da cultura é a consolidação de eventos, festivais, grupos ou qualquer tipo de atividade cultural com objetivos pré-definidos de criação e o embasamento por uma razão existencial, que transmita um conceito definido com a responsabilidade de se passar a mensagem de inclusão social e a exaltação a maiores aberturas para o contato da diversidade.

Quando se discute o atual panorama da cultura brasileira, uma imensa gama de possibilidades se apresenta. Sempre vem à tona a cultura de massa, também conhecida como *mass media*. Há atualmente a explosão da cultura de periferia, que ganha força e é impulsionada pelo poder de realização recém adquirido pelas comunidades e grupos sociais.

De acordo com Marilena Chauí (1995, 85), o processo de produção cultural brasileiro se divide em quatro diferentes formas: a liberal, que seria voltada a “uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais”, a do Estado autoritário, “na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil”, a populista, “que manipula uma abstração genericamente denominada cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o pequeno artesanato e o folclore” e a neoliberal, “que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass media*, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais”.

Nesse cenário, o evento cultural ou projeto cultural parece carregar nos ombros a sina do populismo, da massificação, do reforço

às estruturas que apoiam e financiam a cultura de poucos para poucos e de poucos para muitos. Cadê a diversidade? E a pluralidade?

Ainda segundo Chauí (1995, 83), o projeto cultural, quando desenvolvido não mais pelos grandes agentes ou estado:

colocou-se, portanto, na perspectiva da democratização da cultura como direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação. [Assim,] Contra a violência visível e invisível dissimuladas pela mitologia da não-violência, demos prioridade a programas de compreensão crítica da sociedade e da história brasileiras. Contra o universo da mass media, demos ênfase ao caráter expressivo, experimental e diversificado da criação cultural como trabalho. Contra o populismo, procuramos expandir a rede de serviços culturais que garantisse às camadas populares o acesso à informação e às formas mais avançadas da produção cultural. Contra o elitismo oligárquico, procuramos desenvolver não só projetos de memória social, mas sobretudo tornar visível que somos todos sujeitos culturais, mesmo que não sejamos todos criadores de obras de arte e de pensamento.

No contexto da produção cultural é possível perceber que existe um debate entre o que é mercadológico e, portanto, tem a intenção maior de gerar lucro, contra o que é realizado em prol da arte. Grandes indústrias no mundo, como a do cinema em Hollywood, são conhecidas por sua intenção maior de gerar dinheiro, e no Brasil não é diferente. Diversos nichos culturais, desde o seu surgimento, voltam seus interesses para a produção de capital, oferecendo atrações para um público disposto a pagar por ingressos e tendo como contrapartida o retorno financeiro. Esse nicho também é composto por produções de massa de grande audiência, que é compartilhada entre suas aparições em televisão e seus espetáculos.

Percebe-se a grande predominância desse tipo de produção

cultural no país, que a faz arrecadar mais recursos para produção, por meio de patrocínios e outros modos de captação, e, naturalmente, a tornam mais frequente e possibilitam um mercado altamente lucrativo e com grande rotatividade de artistas. Em contraponto a esta realidade, há grupos de artistas comovidos e estimulados pelo desejo de se expressar e de difundir arte e cultura que, por não estarem inseridos dentro da *mass media*, têm dificuldade em reunir recursos para fazer valer sua disposição cultural.

Para esse grupo, a base da realização cultural é a vontade de fazer. Com o pouco incentivo e dificuldades em conseguir apoio das leis de incentivo à cultura, essas produções são realizadas, em sua maioria, de forma descentralizada e esporádica. Ainda que, por vezes, tenham como intenção maior o desejo de representar e atingir um público específico, essas produções se deparam com dificuldades de se inserir em seu próprio seio, no local onde foram criadas. Essas dificuldades surgem, também, da falta de infraestrutura, como locais de exibição de filmes ou licença para realização de festivais.

Os grupos continuam querendo realizar e o embate com a realidade dura os faz procurar novas parcerias, a produzir novos arranjos.

Evento, espaço da cultura nas organizações

Se há um fator que se pode dizer permanente nas atividades da produção cultural brasileira, este é o desejo de realização; a sensação prazerosa que permeia todo o processo de trabalho de um projeto cultural, da concepção à pós-produção. Fazer cultura no Brasil diz muito do desejo insaciável de se ampliar a rede de espectadores de uma manifestação que detém certa territorialidade, ainda que esta seja urbana e alinhada com conceitos internacionais.

A cultura é pertencente a algum lugar e o compartilhamento de determinada experiência cultural e artística se dá por meio do trabalho de produção. A produção cultural pode ser comparada ao perfil de uma

grande mãe de braços estendidos às estéticas, carregando, com coragem e orgulho, as experiências sensoriais a serem colocadas em choque com novas realidades. A produção cultural deve ter, em sua matriz, o objetivo de provocar a reflexão de um indivíduo, a partir do contato com determinado produto cultural. E quando se fala em produto, é para que não nos limitemos às obras de arte consideradas herméticas ou eruditas. Qualquer produto cultural, gerado e fornecido pela produção cultural ou espontaneamente, está a serviço da formação do indivíduo.

A paixão que se desenvolve pela concretização de um projeto artístico é um sentimento vital para o prosseguimento de uma produção de qualquer linguagem. Mas, apesar de ser característica seminal, o prazer em realizar ou em tomar parte de um evento não paga passagem, alimentação e hospedagem de uma série de artistas ou a estrutura de um grande palco que, com a ajuda da melhor equipe de som e luz de uma cidade, irão perpetuar a vontade da cultura de falar para muita gente. A dificuldade de obtenção de financiamento público é relevante.

Contar exclusivamente com financiamento de empresas públicas ou de economia mista nem sempre é a melhor opção na produção cultural. O primeiro motivo é o engessamento pelo qual as políticas e leis de fomento à cultura passaram nos últimos anos, deixando o realizador de arte e cultura preso ao cumprimento de tantas normas quanto possíveis: uma contradição quando o assunto é o espaço da arte, que deveria ter o mínimo possível de interferências burocráticas. Outro motivo é o relacionamento com o patrocinador, com as organizações que financiam o trabalho artístico.

Um banco tem, na matriz de seu negócio, objetivos explicitamente financeiros. A humanização das gestões contemporâneas, com ideais cada vez mais envolvidos com a sustentabilidade, permitiram às grandes empresas uma abertura ao investimento em outras searas que não só financeiras: os esportes, a educação e as artes. E então a dúvida passa a ser outra: qual é o espaço das artes nas organizações? O que merece ser financiado por determinada empresa? Quem poderia legitimar a

qualidade artística de um ou outro projeto? Tão difícil quanto aprovar um projeto cultural em edital federal é captar o valor disponível para este.

Culturalmente, esteticamente e territorialmente, o funk carioca tem para uma favela o mesmo valor que o maracatu rural no interior de Pernambuco, assim como a música barroca brilhantemente executada nas montanhas mineiras pode ter o mesmo espaço em um festival de música que o canto dos indígenas Guarani-Kaiowá, por exemplo. Os valores de cada projeto estão calcados na diversidade incutida nos mesmos e nas características peculiares amarradas pelo conceito do que se propõe. Financiar ou não determinado projeto acaba entrando no crivo de uma grande empresa a partir do público que se pretende atingir com aquela ação cultural. Comercialmente, é mais válido para uma empresa pública investir em ações que mantenham ou ampliem seu público-alvo do que colocar dinheiro na produção de algo extremamente novo e, portanto, duvidoso. Algumas organizações já trazem em suas gestões a coragem de investir em projetos novos, criação de trabalhos artísticos e experimentação cultural, independentemente do valor que se retorna à empresa ou da experiência (ou consagração) do proponente de determinado projeto, característica importante no financiamento cultural.

A América Latina como um todo já é precursora na gestão criativa de recursos para a cultura, talvez pela carência eterna de fontes que financiem os projetos culturais. O fato é que, para se realizar um projeto de qualquer porte no Brasil, deve-se propor e pensar parcerias. Parcerias em troca de institucionalidades que qualquer empresa gostaria de ter. Do mesmo modo que os grandes patrocinadores têm sua logomarca aplicada em todo o material gráfico produzido por um espetáculo/festival, o hotel que dá desconto em tarifas para receber os grupos contratados pode ter sua marca exibida como apoiador da cultura. Na sequência, a todas as empresas caberia uma negociação de parceria: descontos em troca de apoio, de patrocínio. Em determinado momento, os custos brutos da produção

reduzem-se a tal ponto que os resultados começam a aparecer.

Outro fator que se alinha à perspectiva da economia criativa da cultura é o uso de redes sociais na divulgação do evento cultural. O território aparentemente livre da internet é o espaço do diálogo irrestrito com os interessados naquele produto ou produção. Da mesma maneira, o diálogo com o artista deve ser levado em conta, desde o momento de conceituação do evento. Em um festival, por exemplo, o artista deve saber a que vem. Porque e para quem ele está se apresentando, qual é o conceito a ser levado em conta. Esse diálogo influi na organização, no clima, na comunicação e nos resultados finais de um evento.

E quando o dinheiro passa longe da vontade de realizar e mesmo assim se realiza? Este é um dos exemplos recentes de que a produção cultural cativa pelo envolvimento. Em outubro de 2012, a Praça Roosevelt de São Paulo, situada no centro da cidade, recebeu mais de 20 mil pessoas pintadas ou vestidas de rosa shocking no festival “Existe amor em SP”.

A ação, que envolveu grandes coletivos de cultura e comunicação de São Paulo, como o referencial Fora do Eixo, contou com cerca de 80 organizadores e um só objetivo: mostrar algumas necessidades relativas à cultura aos candidatos às eleições municipais em São Paulo. Foram 20 mil pessoas, pouquíssimos recursos envolvidos, artistas de renome internacional se apresentando gratuitamente (e todo o consequente trabalho de produção gratuito) e nenhuma ocorrência policial.

Este caso é apenas um que elucida o grande desafio da produção cultural no Brasil hoje. Mais do que vasculhar recursos públicos ou privados, é preciso propor envolvimento e compromisso do público com a arte. É preciso que se pense em estratégias que alinhem, cada vez mais, as plateias com o compromisso social de determinado espetáculo. Que os shows, peças, exposições, não sejam apenas quadros, formas e canções, mas sentimentos, reflexões e proposições de mudança de um Estado presente. A produção cultural só existe e insiste porque

as culturas existem e o contato entre elas torna-se fundamental na construção estética da arte, seja em qualquer tempo ou circunstância.

O evento é um sintoma e uma prova de que as organizações não querem ficar ausentes desse desafio.

Evento, uma construção histórica

O evento, que faz parte do presente da organização, pode lhe dar também um passado. O evento tece a memória da organização. Ele é, portanto, histórico. Mas que História é essa?

A História, como a maioria das disciplinas da área de humanas, passou por uma fase em que era necessário validar-se como Ciência. Ciência com “C” maiúsculo, dura, empírica, repleta de métodos e verdades absolutas. Durante essa “adolescência” em que como a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia, dentre tantas outras, tentou se firmar como digna de uma cadeira no corredor reservado às disciplinas “sérias”, as fontes utilizadas na análise e construção do relato do fato histórico eram apenas as oficiais: documentos e fontes escritas. Dentro desta perspectiva, não havia espaço para outras fontes de construção histórica. Relatos pessoais, registros visuais e artísticos e manifestações culturais eram tidos como de menor importância e ignorados pelos historiadores.

A partir do século XX, entretanto, algumas certezas foram abaladas. O paradigma da oficialidade se rompeu. Começou-se a entender que o processo de escolha das fontes históricas dependia também do historiador, de suas influências e experiências, e das respostas que procurava. Entendeu-se, também, que não existe uma hierarquia de valoração entre determinadas fontes e fatos. Segundo Paul Veyne, “Quando muito, pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas mesmo essa importância depende, totalmente, dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem uma grandeza absoluta” (1998, 29).

Dentro desse contexto, os eventos surgem como mecanismos de empoderamento social da organização, que consolida a sua identidade. Nos eventos, a organização mostra que existe além de seus produtos e de seus serviços, de suas instalações físicas. Mostra que sua marca não é somente logomarca, mas uma presença forte no universo da cultura, das culturas. Os eventos são registros informais, muitas vezes perdidos na história oficial da organização, mas sobreviventes nas memórias do grupo.

Os eventos que emanam das organizações devem ser encarados não como realizações sofridas, forçadas, concebidas apenas como instrumento de visibilidade midiática. Mas, sobretudo, como cimento de construção e pilar de sustentação da identidade corporativa.

Ao mesmo tempo, os eventos podem ter um protagonismo na formação cidadã dos indivíduos de um local. Uma festa junina, por exemplo. Quando uma organização assume esse tipo de evento, provoca um diálogo entre as culturas que formam a sua cultura organizacional. Há as falas da classe média urbana, que podem ver na festa um espaço para a fusão do *fondue* e da pizza com o arroz tropeiro e a galinhada, por exemplo. Há as falas rurais, regionais, que também estão na organização. E há as outras vozes da sociedade, sejam elas da mudança ou da tradição. Ouvir essa polissêmica sinfonia e relacioná-la faz do evento um elemento de saber organizacional.

Os eventos também podem ser polêmicos porque são complexos. As identidades dos indivíduos e das organizações estão ali, expostas e vulneráveis. A força do consumo e a globalização também entram nesse caldo. Afinal, eventos são históricos.

Referências

CESCA, Cleuza G. Gimenes. **Organização de eventos: manual para planejamento e execução**. São Paulo: Summus, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. Estud.av. [online].1995, vol.9, n.23, pp. 71-84. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em 04 de novembro de 2012.

EVENTS & TRENDS. **Global Entertainment Media Outlook 2011-2015**. Vol. 250. Taiwan, 2011. 70 p. Disponível em: <http://www.pwc.com/en_TW/tw/publications/events-and-trends/assets/e250.pdf> Acesso em 05 de novembro de 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MARCHIORI, Marlene (Org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. 2ª ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília, 2011. 148 p. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>>. Acesso em 03 novembro de 2012.

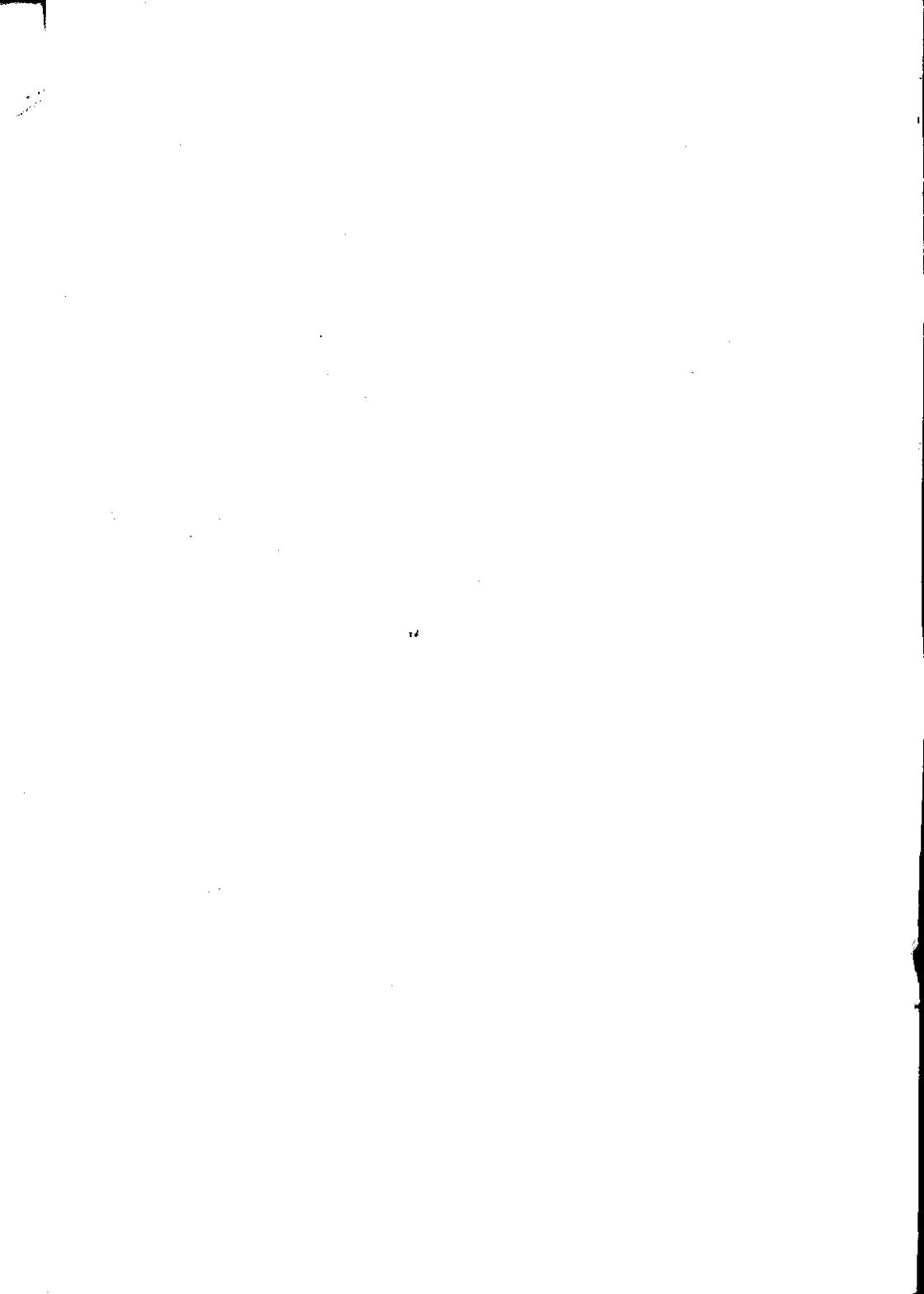
MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura**. Brasília,

2010. 34 p. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/05/Lei12.343-PNC-Publica1.pdf>>. Acesso em 06 de novembro de 2012.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A educação popular no Brasil: a cultura de massa. **Revista USP**, São Paulo, n.61, p. 58-77, março/maio 2004.

THE AMERICAN MOTION PICTURE AND TELEVISION INDUSTRY. **The Economic Contribution of the Motion Picture & Television Industry to the United State**. Washington, 2010. Disponível em: <<http://www.mpa.org/Resources/6f8617ae-bdc7-4ff2-882e-746b1b23aba9.pdf>>. Acesso em 05 de novembro de 2012.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. 4ª. ed, Brasília: EdUNB, 1998, p. 29.



Jornalismo: ontem, hoje, sempre

José Marques de Melo

Desde que a humanidade superou o nomadismo, organizando-se em sociedade, na vastidão do planeta, a curiosidade em torno do que acontece fora dos nossos limites perceptivos tornou o jornalismo uma necessidade vital. Por isso mesmo, erigiu-se como ingrediente civilizatório, que se transforma continuamente para funcionar em sintonia com as demandas sociais.

Jornalismo é, portanto, memória do passado, registro da atualidade verossímil e narrativa do porvir. Suas raízes estão plantadas na História e suas fronteiras permeiam criativamente a Literatura. Contudo, sua identidade reside na capacidade de informar sem persuadir, interpretar sem confundir, opinar sem impor, divertir sem iludir e servir sem manietar.

Refletindo sobre questões dessa natureza, os autores dos ensaios enfeixados nesta coletânea contribuem sensivelmente para superar o imobilismo que entorpece a categoria dos jornalistas, numa conjuntura mutante. Trata-se de fenômeno mundial, resultante da aceleração do tempo histórico e do encurtamento do espaço geográfico, como consequência das novas tecnologias de comunicação.

Desafiados a atuar num ambiente globalizado, sem perder de perspectiva as fronteiras nacionais, mas ao mesmo tempo seduzidos pelas demandas locais, imediatas e inconfundíveis, os novos jornalistas sentem-se inseguros para agir. Daí a significação dos estudos aqui reunidos pela sensibilidade e sabedoria dos professores. Obra plural, inventiva e em certo sentido ousada, traz um sopro de esperança e uma rajada de autoconfiança, vislumbrando um jornalismo identificado com as conquistas do passado, as vicissitudes do presente e os desafios do futuro. Vale a pena ler, pensar, prosseguir!

José Marques de Melo é professor emérito da Universidade de São Paulo